



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

ESBOÇOS DE UMA BIOGRAFIA DE MUSEALIZAÇÃO

O CASO DA JANGADA LIBERTADORA

Saulo Moreno Rocha

UNIRIO / MAST - RJ, Setembro de 2018

ESBOÇOS DE UMA BIOGRAFIA DE MUSEALIZAÇÃO

O CASO DA JANGADA LIBERTADORA

por

Saulo Moreno Rocha

Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio

Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de Sá

M843e Moreno Rocha, Saulo.

Esboços de uma biografia de musealização: o caso da Jangada Libertadora / Saulo Moreno Rocha. --- Rio de Janeiro, 2018.

Orientador: Dr. Ivan Coelho de Sá.

221 p. : il.

Referências: p. 214-221.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2018.

1. Museu. 2. Museologia. 3. Musealização. 4. Abolicionismo. 5. Memória. 6. Patrimônio. I. Sá, Ivan Coelho de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. MAST. IV. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO**ESBOÇOS DE UMA BIOGRAFIA
DE MUSEALIZAÇÃO:
O CASO DA JANGADA LIBERTADORA**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr.



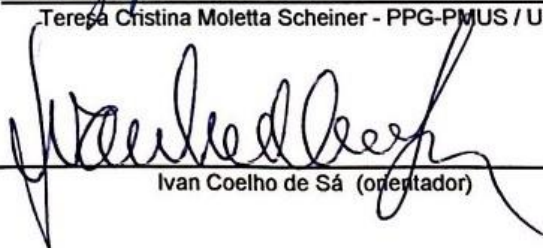
Rafael Zamorano Bezerra – Museu Histórico Nacional/IBRAM/MINC

Profa. Dra.



Teresa Cristina Moletta Scheiner - PPG-PMUS / UNIRIO

Prof. Dr.



Ivan Coelho de Sá (orientador)

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2018.

*À memória de vovó Isabel, sertaneja inspiradora, que mesmo não sabendo ler as
letras, lia o mundo com os olhos da sabedoria e da ternura.*

*Para papai e mamãe, a quem devo minhas conquistas,
pois sempre abraçaram os meus sonhos e não poupam esforços para vê-los
realizados.*

*Às inspiradoras gerações, do passado e do presente, que construíram e manterão
vivo o Museu Nacional, com sonhos, luta e resistência.
Das cinzas germinará o futuro, fertilizado por afeto e esperança.*

AGRADECIMENTOS

Finalizando mais esta importante etapa em minha vida, quero penhorar os meus mais sinceros agradecimentos a todas e todos que, direta ou indiretamente, tornaram possível a conclusão desta pesquisa:

Ao meu orientador, prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, por todo o cuidado e sensibilidade com que me guiou pelos caminhos da pesquisa, compartilhando tantas memórias da Museologia, permeadas de afeto e generosidade;

À prof.^a Dr.^a Teresa Scheiner, por todas as contribuições à minha formação, em sala de aula e como membro da banca avaliadora deste trabalho;

Ao prof. Dr. Rafael Zamorano Bezerra, pelas valiosas reflexões compartilhadas como avaliador desta dissertação;

Às Prof.^{as} Dr.^{as} Helena Uzeda e Aline Montenegro Magalhães, por aceitarem compor a banca como avaliadoras suplentes e pelas palavras de incentivo em momentos tão cruciais para a conclusão deste trabalho;

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio e às secretárias Simone Mesquita (MAST) e Alexandra Durão (UNIRIO), imprescindíveis para o bom andamento de nossas atividades acadêmicas, sempre tão atenciosas e solícitas;

Aos abnegados profissionais do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que tanto colaboraram em minha formação, desde os tempos de meu estágio de graduação, meu muito obrigado, especialmente a: Dr.^a Cláudia Penha, Dr. Marcus Granato, Me. Márcia Alves, Dr.^a Maria Lúcia Niemeyer, Ricardo Oliveira e Wellington Ribeiro;

Às bibliotecárias e demais funcionários da Biblioteca Henrique Morize do MAST, por todo apoio no período em que cursei as disciplinas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa, fundamental à minha inserção e permanência na pós-graduação;

Aos professores e às professoras do PPG-PMUS, minha gratidão, especialmente àqueles/as com os/as quais pude compartilhar a sala de aula e tanto aprender: Dr.^a Diana Lima, Dr.^a Lena Vânia Pinheiro, Dr. Márcio Campos, Dr. Márcio Rangel, Dr.^a Priscila Faulhaber, Dr.^a Priscila Kuperman e Dr.^a Teresa Scheiner;

À prof.^a Dr.^a Regina Abreu, da UNIRIO, por me acolher de forma tão generosa como seu estagiário docente junto à turma de Antropologia dos Museus do curso de graduação em Museologia;

Aos funcionários do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional que, com dedicação, salvaguardam tantas preciosidades de nosso patrimônio, disponíveis em seus repositórios digitais, aspecto decisivo para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa;

Ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialmente às Seções de Memória e Arquivo (SEMEAR) e Museologia (SEMU) e ao Departamento de Antropologia. Agradeço especialmente aos funcionários da SEMEAR (Jorge e Gustavo), por terem disponibilizado todos os documentos que solicitei e pela assistência quando da minha ida à instituição;

À Biblioteca Acervos Especiais da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Menção especial à sua responsável, a curadora Cecília Bedê, pela gentileza e presteza com que atendeu às minhas solicitações; meu sincero agradecimento também ao fotógrafo Ares Soares, que gentilmente reproduziu algumas imagens raras do Arquivo Thomaz Pompeu Gomes de Matos, pertencente à aludida Biblioteca;

À Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, especialmente à museóloga Capitão de Corveta Miriam Benevenuto Santos, que não mediu esforços em me auxiliar na busca de informações sobre a Jangada Libertadora;

À historiadora Patrícia Xavier, estudiosa do Dragão do Mar, pelos diálogos e pela gentileza;

À amiga Dr.^a Marcélia Marques, sempre disposta a colaborar;

À Antônio Layton e Marco Aurélio Schiavo, amigos generosos, muito obrigado pelo envio de fontes bibliográficas tão importantes para a finalização desta pesquisa;

À Dona Maria das Dores Bastos, pela cordialidade e imensa generosidade em compartilhar comigo a história de sua família e dos vínculos que a atam ao Dragão do Mar. Gratidão;

Aos colegas do Museu Amazônico, especialmente à Adrianne Lins, Karem Teles, Lilian Oliveira, Mayara Monteiro, Robson Silva, Rosângela Martins, Thiago Moraes (e à querida Saleyna Borges) e Wanderléia Marques. Com vocês meus dias foram muito mais leves e cheios de alegria;

Aos amigos e às amigas que ganhei no PPG-PMUS, inesquecíveis, colegas com os quais pude compartilhar tantos momentos alegres, de apoio mútuo e de trocas. Vocês foram essenciais nesta jornada: Adriano Barreto, Alessandra Marçal, Anna Echternacht (e ao querido Ricardo), Ana Cecília Sant'Ana, Diogo Melo, Elisa Ennes, Fernanda Pontes, Heide Santana, Humberto Ferreira, Isabel Quintino, Joana Caprário, José do Nascimento Jr., Júlio

Dantas, Lilian Bayma, Manoela Lima, Mara Carret, Mariana Pereira, Marilêne Marinho, Marisa Revert (gradidão por tantas acolhidas em Santa Teresa e em seu coração), Marla do Prado, Miriam Benevenuto, Patrícia Miquilini, Paula Carolina Leite, Ramon Santos, Renato Fonseca, Rita de Cássia Liberatori e Simone Bessa (gradidão por todo apoio na reta final);

Às amigas Ana Lucia, Cândida, Cássia, Eli, Marisa, Simone e Úrsula, que estiveram ao meu lado na defesa e tornaram este dia ainda mais especial;

À Maris Stella Schiavo, companheira de sonhos;

À Luana, Jaqueline, Lúcia, Kátia, Alberto, Júlia, Neto, Saulo Benício, Manu, Lívia, por todo carinho e pelas palavras de incentivo;

À Mayara Monteiro, museóloga, amiga, irmã, por todos os momentos de partilha, pelo cuidado e afeto. Gradidão extensiva à sua mãe, Norminha, por todo o afeto;

À minha família, sustento de minha alma, sempre ao meu lado. À mamãe, minha maior incentivadora, suas orações me alcançaram nos momentos mais difíceis;

À Adelaide Marcelina Lola, Joaquim Lolo e Léo Afonsina, companheiros das madrugadas de escrita, que com miados e carinhos aliviaram minha ansiedade.

Às amigades, de perto e de longe, por todo carinho nos momentos mais difíceis. Peço desculpas pelas omissões. Sintam-se todas/os abraçadas/os;

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Minha eterna gradidão!

RESUMO

MORENO ROCHA, Saulo. **Esboços de uma biografia de musealização**: o caso da Jangada Libertadora. 221 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2018. Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá.

Na década de 1880, o movimento abolicionista floresceu em todos os cantos do Brasil, consolidando redes e expandido sua atuação, angariando apoios de diferentes camadas da sociedade e intensificando as mobilizações na esfera pública em prol do fim da escravidão. Na então província do Ceará, o abolicionismo atraiu e ganhou impulso inicialmente entre as classes médias urbanas e foi paulatinamente incorporando novos grupos sociais, dentre os quais se destacaram os jangadeiros que, em 1881, protagonizaram o fechamento do Porto de Fortaleza ao tráfico interprovincial de escravizados, evento conhecido como “greve dos jangadeiros”. Em meio a tais acontecimentos, despontou a liderança de Francisco José do Nascimento, cognominado Dragão do Mar, prático do Porto que esteve à frente das mobilizações, impulsionando a adesão social à causa abolicionista. Nesse contexto, um objeto foi consagrado como símbolo do abolicionismo cearense: trata-se da Jangada Libertadora, embarcação de propriedade de Nascimento doada ao Museu Nacional em 1884, durante as comemorações pela Abolição na província do Ceará, realizadas no Rio de Janeiro. A partir de um estudo de caso, esta dissertação se propõe a esboçar uma biografia da musealização desse objeto, desvelando os sujeitos e instituições implicados em tal processo, entre os séculos XIX e XX, dando visibilidade a uma das diversas experiências museais do abolicionismo. São postas em evidência as distintas valorações e significados atribuídos ao bem musealizado, bem como os diferentes contextos e discursos que favoreceram sua integração à ambiência museológica, bem como os conflitos decorrentes de tal gesto.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Musealização. Abolicionismo. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT

MORENO ROCHA, Saulo. **Sketches of a musealization biography**: the case of the Liberating Jangada. 221 p. Dissertation (Masters) - Graduate Program in Museology and Heritage, Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO / Museum of Astronomy and Related Sciences - MAST. Rio de Janeiro, 2018. Supervisor: Dr. Ivan Coelho de Sá.

In the 1880s, the abolitionist movement flourished in all corners of Brazil, consolidating networks and expanded its activities, raising support from different levels of society and intensifying mobilizations in the public sphere for the end of slavery. In the then province of Ceará, abolitionism initially attracted and gained momentum among the urban middle classes and was gradually incorporating new social groups, among which the jangadeiros, who in 1881, starred in the closure of the Port of Fortaleza to the interprovincial traffic of slaves, an event known as a "jangadeiros' strike". In the midst of such events, the leadership of Francisco José do Nascimento, known as the Dragon of the Sea (Dragão do Mar), emerged as a practical leader of Porto, who was at the forefront of the mobilizations, promoting social adherence to the abolitionist cause. In this context, an object was consecrated as a symbol of the abolition of Ceará: it is the Liberating Jangada, a vessel owned by Nascimento donated to the National Museum in 1884, during the celebrations for the Abolition in the province of Ceará, held in Rio de Janeiro. From a case study, this dissertation proposes to sketch a biography of the musealization of this object, revealing the subjects and institutions involved in such a process, between the nineteenth and twentieth centuries, giving visibility to one of the several museum experiences of abolitionism. The different values and meanings attributed to the musealized good are highlighted, as well as the different contexts and discourses that favored their integration into the museological environment, as well as the conflicts arising from such a gesture.

Keywords: Museum. Museology. Musealization. Abolitionism. Memory. Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	Diretoria da Sociedade Cearense Libertadora.....	35
Fig. 2	Primeiro número do jornal “Libertador” (1881), periódico da Sociedade Cearense Libertadora (SCL).....	36
Fig. 3	Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar (1839-1914).....	44
Fig. 4	Estampa de Angelo Agostini retrata as comemorações pelo “Ceará Livre” e satiriza com o presidente do Conselho, Conselheiro Lafayette.....	53
Fig. 5	Estampa de Pereira Neto retrata as comemorações pelo “Ceará Livre” e a recepção à Francisco José do Nascimento no Rio de Janeiro.....	56
Fig. 6	Medalha comemorativa (prata) cunhada em 1884 pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro.....	59
Fig. 7	Medalha comemorativa (bronze) cunhada em 1884 pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro.....	59
Fig. 8	Periódico “A Terra da Redenção”, editado pelos cearenses abolicionistas do Rio de Janeiro.....	62
Fig. 9	Prédio do Museu Nacional no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro.....	64
Fig. 10	Cartão postal – “JANGADA DO NASCIMENTO. Dragão do Mar. ‘Neste porto não embarcão mais escravos’ 1881”.....	66
Fig. 11	Convite divulgado na imprensa pela Comissão Organizadora da Marcha Cívica de entrega da Jangada Libertadora ao Museu Nacional.....	70
Fig. 12	Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, em 1887.....	76
Fig. 13	Obra de Angelo Agostini na capa da <i>Revista Ilustrada</i>	80
Fig. 14	Alegoria à abolição cearense, de autoria de Angelo Agostini.....	80
Fig. 15	Alegoria ao “Ceará Livre”, autoria de Antônio Bernardes Pereira Neto.....	82
Fig. 16	Retrato de Francisco José do Nascimento de autoria de Antônio Bernardes Pereira Neto.....	83
Fig. 17	Desenho de Angelo Agostini retrata o busto de Francisco José do Nascimento feito por Ossian-Bonnet e exibido na Exposição Geral de Belas Artes de 1884.....	102
Fig. 18	Estátua em homenagem a Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza.....	118
Fig. 19	Prédio do Museu Histórico Nacional, em 1924.....	138

Fig. 20	Gustavo Dodt Barroso (1888-1959).....	150
Fig. 21	Vista da Sala da Abolição e do Exílio, Museu Histórico Nacional, 1924....	158
Fig. 22	Caneta com a qual a Princesa Isabel teria assinado a Lei Áurea, em 1888, exibida desde a 1ª exposição do Museu Histórico Nacional, em 1922.....	160
Fig. 23	Capa do volume I dos Anais do Museu Histórico Nacional, 1940.....	168
Fig. 24	Nair de Moraes Carvalho (1914-2018), Nova York, 1946.....	171
Fig. 25	Placa de ferro das coleções do Museu Histórico Nacional, reproduzida no artigo de Nair de Moraes Carvalho.....	179
Fig. 26	Medalhas cunhadas nas comemorações da assinatura da Lei Áurea, em 1889, reproduzidas no artigo de Nair de Moraes Carvalho.....	180
Quad. 1	Disciplinas e Docentes – Curso de Museus – 1º ano (1932).....	146
Quad. 2	Disciplinas e Docentes – Curso de Museus – 2º ano (1933).....	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
AN	Arquivo Nacional
CA	Confederação Abolicionista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DASP	Departamento Administrativo do Setor Público
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	<i>International Committee for Museology</i>
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGCE	Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MHN	Museu Histórico Nacional
MN	Museu Nacional
NUMMUS	Núcleo de Memória da Museologia no Brasil
OIM	<i>Office International des Musées</i>
SEMEAR	Seção de Memória e Arquivo
SEMU	Seção de Museologia
SAC	Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro
SCL	Sociedade Cearense Libertadora
SDN	<i>Société des Nations</i>
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1 MUSEU, MUSEOLOGIA E MUSEALIZAÇÃO: PREMISSAS TEÓRICAS.....	14
1.1 Os rastros da musealização: perspectivas metodológicas e fontes	26
2 O JANGADEIRO E A JANGADA NO MUSEU NACIONAL	31
2.1 O movimento abolicionista cearense e a greve dos jangadeiros	32
2.2 A Corte em festa: as comemorações pelo “Ceará Livre”	51
2.3 O museu em disputa: polêmicas e razões	63
2.4 Do Arsenal à regata	102
3 SOB OS AUSPÍCIOS DA “CASA DO BRASIL”: A JANGADA COMO RELÍQUIA NACIONAL.....	109
3.1 Por entre lembranças e esquecimentos, cartas e ofícios: busca e frustração	109
3.2 Sobre a escrita museológica da história no Museu Histórico Nacional	136
3.3 Memórias da infância: entre o pessoal e o nacional	150
3.4 No “museu em tinta e papel”: sobre uma estratégia de musealização	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
FONTES DOCUMENTAIS.....	210
REFERÊNCIAS	214

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Há 130 anos atrás, após uma tramitação legislativa recorde, o parlamento brasileiro aprovava a lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declarava extinta a escravidão em todo o país. O ato legal era resultado de séculos de mobilização e resistência dos escravizados, bem como de mais de 20 anos de uma campanha abolicionista eloquente, que inundou todo o território do Império com ações diversificadas, que visaram desconstruir a naturalidade com que fora assentada, desde o início da colonização, uma instituição que reduzia seres humanos a mercadorias¹.

O ato de promulgação da Lei por parte da Princesa Isabel, cercado de uma ritualística especial, fora presenciado por inúmeras pessoas, que invadiram as ruas do centro do Rio de Janeiro, entre euforia e comemorações. Apesar da oposição minguada, naqueles dias ainda uma resistência foi ensaiada, especialmente no Parlamento, sem êxito, afinal: o projeto já era vitorioso pela aclamação popular. Enviado pelo governo no dia 8 de maio e aprovado em definitivo no dia 13, o texto era lacônico e, nem de longe, contemplava as inúmeras propostas formuladas por décadas pelo movimento abolicionista e suas principais lideranças.

“É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.”². Com esta frase sucinta e seca, era selado o destino de inúmeros escravizados que, a partir daquele momento, eram transformados em livres sem, contudo, receberem qualquer amparo por parte do Estado. Séculos de ignomínia não seriam revertidos com uma canetada, como de fato não foram. Até a atualidade, os brasileiros e brasileiras descendentes dos escravizados sofrem na pele as consequências de uma instituição que se perpetuou duradouramente nas estruturas sociais e políticas do país, infiltrando-se em todos os níveis e instâncias das relações sociais. O racismo, perpetuado e reinventado, segue a produzir graves consequências, tanto individuais como coletivas.

Nem políticas sociais de reparação, nem garantia de direitos básicos. No pós-abolição, os ex-escravizados, desamparados, foram lançados à própria sorte. Projetos como os do engenheiro abolicionista André Rebouças, de distribuição de terras, foram frustrados e sumariamente engavetados. Os escravistas reticentes ainda se mobilizaram, cobrando do Estado reparações financeiras, organizados em um movimento que ficou conhecido por “indenizismo”. Projetos foram apresentados à Câmara e ao Senado. Rui Barbosa, pouco tempo depois, como Ministro da Fazenda, ordenou que fossem queimados todos os livros de

¹ COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 9-12.

² ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 351.

matrícula de escravizados, de modo a impedir cálculos de indenização, pleiteados pela inconformada classe senhorial.

No momento da assinatura da Lei Áurea, além das inúmeras pessoas que acompanharam o ato, objetos materiais também “testemunharam” tal momento da história brasileira. Como documentos históricos relevantes, foram recolhidos a museus a pena que a Princesa utilizou para firmar o papel e até mesmo a mesa sobre a qual pousou o documento, dentre outros. Anos depois, tais artefatos seriam expostos de modo a demarcar tal momento na memória da nação, bem como para constituir uma especial devoção à Princesa, denominada “A Redentora” e assim perenizada nos manuais escolares e no discurso histórico hegemônico.

Esta dissertação se dedica, contudo, a investigar a história de um outro objeto, que não esteve ligado à Família Imperial, nem mesmo a políticos de destaque da elite monárquica. A Jangada Libertadora, embarcação alçada a símbolo do abolicionismo cearense, foi musealizada em 1884, conduzida ao Museu Nacional em procissão cívica, para ser preservada como um indelével registro dos dias de luta e de vitória contra a escravidão na então província do Ceará.

Diferente de outros inúmeros bens culturais relacionados à história da escravidão e da abolição, a jangada indicava o lugar ocupado pelos jangadeiros nos levantes promovidos pela campanha pró-abolição em diferentes partes do território nacional. Ela sinalizava e ainda sinaliza para protagonismos olvidados nas narrativas oficiais, traz à superfície nomes e acontecimentos que estavam distantes da Corte Imperial, mas que foram tão relevantes quanto gestos oficiais no processo de desmonte da instituição escrava.

Após 5 anos de mobilização das associações abolicionistas, o Ceará foi a primeira província do Brasil a se declarar território livre da escravidão³, 4 anos antes da assinatura da Lei Áurea. Em momento marcante deste processo, em 1881, os jangadeiros se recusaram a realizar o embarque de escravizados no Porto de Fortaleza, promovendo uma das primeiras greves políticas do país, com o objetivo de impedir a continuidade do tráfico interprovincial de escravizados⁴. Neste momento, despontou como líder o Prático-Mór do Porto de Fortaleza, Francisco José do Nascimento, eternizado sob a alcunha de “Dragão do Mar”.

³ Trabalhos de historiadores desde os anos 1960, contudo, têm questionado a data simbólica de 25 de março de 1884 como a da total abolição do cativeiro no Ceará, a julgar que em 1886, no município de Milagres, no interior da província, ainda existiam pessoas escravizadas. Apesar disso, a memória sobre tal fato foi obscurecida a favor de um enquadramento celebrativo do pioneirismo cearense, que permanece inclusive em escritos contemporâneos. Trata-se, portanto, de uma controvérsia histórica ainda tema de debates. MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934)*. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

⁴ Nesse período, as embarcações de grande porte não chegavam até o Porto de Fortaleza, devido à incipiência de condições para que atracassem com segurança. Os jangadeiros com suas jangadas eram os responsáveis por transportar pessoas e objetos entre a terra firme e as grandes embarcações. XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão**

A abolição pioneira reverberou em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro, capital do Império, impulsionando o movimento abolicionista nos ímpetus políticos que organizavam e matizavam a atuação de suas inúmeras organizações, espalhadas por todo o território nacional. Membros destacados do movimento que estavam no exterior, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, promoveram celebrações e aproveitaram a ocasião para reforçar a campanha internacional contra a escravidão⁵ no Brasil.

Seguindo o exemplo do Ceará, também em 1884 a província do Amazonas declarou-se território livre e alguns municípios espalhados pelo país também o fizeram. Foram inúmeros os desdobramentos e efeitos simbólicos de tais acontecimentos, que impactaram fortemente o desenrolar da luta antiescravista, com ressonâncias sociais amplas que colaboraram no processo de desgaste e corrosão do regime escravista. Apesar do peso de tais ações, ainda faltam pesquisas que aprofundem uma compreensão mais densa da ressonância da abolição cearense no contexto de contestação da escravidão no Brasil, especialmente com relação à recepção de tais acontecimentos no âmbito das senzalas e também dos quilombos, bem como de outros espaços de resistência para além das cidades e dos debates nos jornais e no Parlamento.

Na capital do Império, entre os meses de março e abril de 1884, as associações abolicionistas organizaram inúmeras festividades em comemoração ao “Ceará Livre”. Neste contexto, o Dragão do Mar viajou para a Corte, a fim de tomar parte nas atividades programadas, conduzindo a sua jangada, que em abril do mesmo ano foi depositada no Museu Nacional. Nesta dissertação, procuramos seguir os rastros de tal objeto em museus e fora deles, compondo uma narrativa que revele os sentidos e significados que fizeram com que a Libertadora fosse, em primeiro lugar, transformada em símbolo do abolicionismo e, posteriormente, musealizada.

A par desse objetivo, nos dedicamos ao exercício de aprofundar as pesquisas sobre o que denominamos de experiências museais do abolicionismo, buscando descrever e caracterizar ações que tomaram a musealização como eixo, perspectiva ou trincheira na luta contra o escravismo e seus mecanismos. Trata-se de assunto praticamente inexplorado na literatura museológica, aspecto que demarca a premente necessidade de lançarmos luzes sobre aspectos ainda pouco vistos nas reflexões sobre a construção da memória e da história acerca da escravidão e da liberdade no Brasil.

do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 8.

⁵ Para uma análise da repercussão internacional da Abolição no Ceará, cf.: FERREIRA, Lusirene Celestino França. Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884). **Anais do XIII Encontro de História Anpuh Rio**. Rio de Janeiro, 2008, p. 1-9.

Os museus e as exposições também foram importantes arenas na luta contra o fim do cativeiro (apesar de pouco consideradas nas pesquisas sobre a temática) e mapear as volições museais dos abolicionistas favorece uma nova compreensão sobre os usos políticos de tais dispositivos a favor do dismantelamento e questionamento do sistema escravista. Destarte, tal universo ainda pode favorecer novas interpretações sobre certos discursos e narrativas constantes no universo museal brasileiro, notadamente os relativos à escravidão e sobre o lugar ocupado pelos escravizados e seus descendentes na construção do imaginário acerca de sua participação na formação nacional.

A criação de museus – e mesmo a musealização de um único objeto, caso da Libertadora – deve ser compreendida no plano mais geral das estratégias utilizadas pelos abolicionistas brasileiros para intensificar a campanha pró-libertação na esfera pública, recorrendo ao repertório de experiências e argumentos já mobilizados em outros contextos, mas também produzindo leituras inovadoras e adaptações criativas levando em consideração o cenário local.

Conforme argumenta Angela Alonso, no Brasil, diferente dos Estados Unidos e da Inglaterra⁶, o abolicionismo não pode contar com a estrutura religiosa a seu favor, afinal:

A Igreja católica era parte do Estado, e o catolicismo, religião de Estado. A sobreposição de estrutura religiosa e burocracia pública gerava padres-funcionários, sem independência para criticar as instituições estatais como a escravidão, antes incumbidos de legitimá-las. Tal configuração compeliu os abolicionistas daqui à busca de arena e modelo litúrgico laicos para sua propaganda.⁷

Apesar de terem existido experiências museais em Igrejas católicas e mesmo a participação ativa de alguns sacerdotes na campanha, no geral os abolicionistas buscaram constituir e ocupar outros espaços para amplificação de seus ideais. Assim que, desde 1860, escolas, teatros, portos, clubes, dentre outros, foram ocupados pelos propagandistas, com o objetivo de alcançar o máximo possível de pessoas e adesões. Neste cenário, criar museus e exposições, ou doar objetos a museus constituídos, foi mais uma, dentre tantas outras diretivas assumidas pelo movimento abolicionista no Brasil. Ao que tudo indica, trata-se de ação bastante inovadora dos propagandistas brasileiros, a ser ainda confirmada por maior aprofundamento de leituras da literatura internacional sobre o tema.

A partir do mapeamento e análise de fontes primárias que documentam a constituição de museus e exposições por parte dos abolicionistas, é possível apontar para existência de pelo menos dois vieses discursivos que orientaram a produção de sentido por parte de tais

⁶ Nestes países, as capelas protestantes foram amplamente utilizadas com o objetivo de disseminar a propaganda abolicionista.

⁷ ALONSO, 2015, op. cit., p. 40.

agentes, que organizamos em duas categorias: as retóricas da piedade/compaixão e a da consagração. Trata-se de duas orientações distintas que caracterizaram também projetos museais diversos, apesar de convergentes para um único objetivo: a luta contra a escravidão. Tais projetos também ensejaram diferentes colecionismos e horizontes de musealização.

Ao pensarmos nas retóricas presentes nos experimentos museais dos abolicionistas nos inspiramos nas interpretações feitas por Angela Alonso das estratégias e discursos às quais recorreu o abolicionismo no Brasil, dialogando com as informações obtidas nas fontes primárias e secundárias que localizamos durante a pesquisa. Conforme argumenta a autora,

Para passar da meia dúzia de adeptos à casa dos incontáveis, o abolicionismo precisou transpor rubicão simbólico, desmontar esquemas de pensamento e estruturas de sentimento arraigadas na sociedade brasileira. Respondeu ao escravismo de circunstância com a deslegitimação do cativeiro por meio de uma *retórica da mudança*.⁸

Alonso afirma que, para além do combate político e institucional, foi preciso burilar as “maneiras médias de sentir e pensar” e em tal ímpeto os abolicionistas não partiram do zero, já que recorreram ao “repertório moral abolicionista” formulado alhures, na Europa, nos Estados Unidos e na América Espanhola. Tal formação discursiva, já decantada no cenário internacional, foi lida e relida à luz da tradição local, fomentando esquemas interpretativos organizados pela autora em três vertentes retóricas: a da compaixão, a do direito e a do progresso⁹.

Os mais volumosos experimentos museais dos abolicionistas recorreram à retórica da compaixão (ao qual acrescentamos a ideia de piedade) de modo a promover a deslegitimação do sistema escravista a partir da produção de exposições que expunham os horrores da escravidão e apelavam à sensibilidade e empatia com os escravizados¹⁰. Em tais espaços, foi recorrente a exposição de instrumentos de tortura e de imagens de escravizados torturados, aliados à narrativa de denúncia, que visava fabricar os inimigos (a classe senhorial) e dar visibilidade ao sofrimento das vítimas (os escravizados). Como pano de fundo ou como substrato desta retórica adotada por alguns abolicionistas não deve ser ignorada a importância do romantismo como movimento artístico, que forneceu um novo quadro interpretativo e também serviu à formulação de uma nova sensibilidade com relação ao sofrimento escravo¹¹, além, claro, do imaginário cristão, diversas vezes recuperado e ressignificado para demarcar a justiça da causa da abolição.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Conforme argumenta Alonso: “Para o escravo passar de *coisa ou animal doméstico* diluído na paisagem a *pessoa* escravizada e merecedora de ação política em seu favor, teve de haver reviravolta nos esquemas de percepção do mundo social.” In: Idem, *ibidem*, p. 91-92.

¹¹ Para mais informações sobre a importância do romantismo nesse cenário, cf. ALONSO, 2015, op. cit., p. 94.

Foi nessa perspectiva retórica que Antônio Bento¹² organizou um museu com instrumentos de suplício/tortura em uma sala lateral da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em São Paulo, em meados da década de 1880. Nas legendas dos objetos, o importante abolicionista paulista registrava os nomes dos escravizados e dos senhores responsáveis pelas torturas, evidenciando as violências sofridas e, ao mesmo tempo, trazendo os instrumentos como provas incontestes de tais violações¹³.

Também no Rio de Janeiro alguns museus semelhantes foram criados: em 1884, em Campos dos Goytacazes, o abolicionista Carlos Lacerda criou na redação do *Jornal Vinte e Cinco de Março*¹⁴ um Museu de Instrumentos de Suplício (também denominado de Museu Ferroplástico ou Histórico do Vinte e Cinco de Março). Nele, Lacerda expunha objetos que haviam sido utilizados na tortura de escravizados, bem como fotografias de pessoas violentadas com tais instrumentos. Chegou inclusive a criar uma galeria especificamente destinada a expor fotos de capitães do mato, pondo em evidência e denunciando figuras responsáveis por perseguir e apreender escravizados fugidos¹⁵.

Já na cidade do Rio de Janeiro, em 1887, o famoso abolicionista José do Patrocínio organizou um “Museu da Escravidão” na redação de seu jornal, o *Cidade do Rio*, que expunha inclusive instrumentos de tortura que anteriormente figuravam no Museu de Campos dos Goytacazes¹⁶. Também no Rio, a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na região central, foi ponto de abandono de instrumentos, que ficavam no templo, muitos deles depois utilizados na montagem do atual Museu do Negro, institucionalizado na década de 1930. Em Recife, o Clube do Cupim também idealizou um “monumento” com instrumentos de tortura, em meados de 1885¹⁷.

Tais experimentos museais demonstram que o interesse em colecionar e expor instrumentos de tortura remonta ao período da campanha abolicionista, notadamente a década de 1880, quando o movimento intensificou a ocupação da esfera pública e recorreu à retórica da compaixão/piedade como via possível para a produção de novas sensibilidades e,

¹² Antônio Bento foi um juiz, promotor público e abolicionista paulista. Sucedeu a Luís Gama na liderança do movimento abolicionista em São Paulo, após a morte deste em 1882. Foi responsável pela reorganização da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios.

¹³ O museu criado por Antônio Bento é citado por Alexandre Ferro Otsuka, em sua dissertação de mestrado, sem apresentar maiores detalhes quanto ao ano de criação ou até quando existiu. Bento era provedor da Igreja dos Remédios, espaço ocupado pelo museu. Cf. OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880**. 230 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 102.

¹⁴ Para uma análise detalhada sobre o *Jornal Vinte e Cinco de Março*, cf.: MONNERAT, Tanize do Couto Costa. **Abolicionismo em ação: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes, 1884-1888**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

¹⁵ *Vinte e Cinco de Março*, Campos, RJ, 13 de julho de 1884, p. 4; 21 de setembro de 1884, p. 4; 17 de julho de 1887, p. 3.

¹⁶ *Idem*, 25 de setembro de 1887, p. 5.

¹⁷ ALONSO, op. cit., p. 417.

principalmente, a identificação das camadas urbanas com o sofrimento escravo. Este cenário permite situar com mais precisão a origem da presença de uma classe de objetos tão presentes nos museus brasileiros quando se trata de abordar a história afro-brasileira: os instrumentos de tortura/suplício/aviltamento.

Contudo, apesar da relevância de tais experiências museais e da importância de estudá-las, nos concentramos nesta dissertação na segunda vertente que apontamos acima: a retórica da consagração¹⁸. Sob tal perspectiva discursiva é que a Jangada Libertadora foi doada ao Museu Nacional e as ações abolicionistas ligaram-se em tal gesto ao engrandecimento da abolição no Ceará e à celebração do herói jangadeiro, Francisco José do Nascimento.

Ao idealizarem a entrada da jangada no grande museu do país, os abolicionistas delinearam o cenário para uma dupla consagração: a do Ceará, “Terra da Luz”, berço da liberdade, celebrado efusivamente em 1884 por ocasião da declaração da abolição, ao tempo em que também heroicizaram um representante de tal província e membro ativo do movimento libertador, o prático-mór Nascimento, eternizado sob o epíteto de Dragão do Mar.

A musealização da Libertadora foi a única experiência que identificamos no eixo da retórica da consagração. Isto demonstra que o movimento abolicionista no Brasil recorreu muito mais à retórica da compaixão/piedade, afinal, até o final da campanha, não havia muito o que comemorar, já que poucas foram as vitórias que o movimento alcançou durante sua existência, sendo o exemplo cearense emblemático, mas caso isolado. A partir de 1885, com a queda dos liberais e a ascensão conservadora representada pela chegada do Barão de Cotegipe ao posto de presidente do gabinete, teve início uma crescente onda de criminalização do abolicionismo e de seus propagandistas, fase que Angela Alonso caracteriza em sua obra como sendo a das “balas”, visto a escalada de violência como parte da reação do escravismo.

Com esse cenário, é plenamente compreensível que os museus abolicionistas tenham se voltado muito mais à evidenciação da violência sofrida pelos escravizados e centrado força na crítica radical à tortura a que eles estavam expostos, especialmente as físicas, mas não só. Exceção, o caso da Libertadora, contudo, expõe outras particularidades da luta política contra a escravidão, ao tempo em que permite outras reflexões acerca dos projetos de memória que tais sujeitos vislumbraram no ocaso da escravidão no Brasil.

¹⁸ Ao pensarmos a ideia de “consagração”, nos inspiramos no clássico estudo de Regina Abreu sobre a fabricação da imortalidade de Miguel Calmon a partir da musealização de sua coleção, no Museu Histórico Nacional, em meados dos anos 1930. Cf. ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

Assim, objetivamos neste trabalho o exercício de biografar e analisar o processo de musealização da Jangada Libertadora, desvelando olhares e significados associados ao objeto, entre o século XIX e XX. Como balizas temporais, temos como marco o final da década de 1870, com a emergência do movimento abolicionista no Ceará, alcançando a década de 1940. Em termos espaciais, o estudo compreende uma conexão constante entre Ceará e Rio de Janeiro. Foram traçados como objetivos específicos:

- a) Acompanhar a trajetória do objeto através dos significados atribuídos a ele em diferentes temporalidades e por diversos sujeitos sociais no seu processo de musealização;
- b) Compreender como a jangada foi interpretada como objeto significativo ou ponto de discórdia entre o final do século XIX e meados do século XX, bem como os argumentos que justificaram a sua integração ao âmbito museal;
- c) Analisar a história e a memória de tal objeto no escopo da constituição de saberes e práticas museológicas instauradas a partir do surgimento do Museu Histórico Nacional e, mais precisamente, do Curso de Museus.

Para a consecução dos objetivos traçados, foram fundamentais tanto a construção de um arcabouço teórico que favorecesse a compreensão dos fenômenos analisados, bem como uma metodologia de coleta e análise de fontes. Estes aspectos são abordados no primeiro capítulo, no qual traçamos reflexões acerca dos entrecruzamentos entre Museu, Museologia e Musealização, desvelando tais conceitos à luz da teoria museológica contemporânea, bem como os aspectos metodológicos decorrentes de tais compreensões.

O segundo capítulo é dedicado à contextualização histórica do abolicionismo cearense, bem como do papel dos jangadeiros em tal conjuntura. A par de desvelar tal cenário, são analisadas as comemorações realizadas por ocasião da Abolição da escravidão no Ceará e a doação da Jangada Libertadora ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano. São mapeados os agentes, discursos e reações a tal gesto, desvelando os significados e valores atribuídos ao bem musealizado, bem como o seu devir após ser integrado ao Museu, rastreando a controvérsia e os embates políticos vivenciados naquele momento.

No terceiro capítulo, traçamos um panorama da trajetória da Libertadora entre o final do século XIX e meados do XX, atentos aos trabalhos de memória que, neste recorte temporal, favoreceram o reaparecimento do objeto no discurso de diferentes sujeitos. Analisamos como o bem musealizado foi retomado como representação simbólica e histórica da abolição no Ceará, em associação com a construção e consolidação de imagens acerca de seu proprietário, Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar. Das associações de

jangadeiros, passando pelas articulações mnemônicas de familiares e escritores, até alcançar o Museu Histórico Nacional, palmilhamos o objeto em diferentes contextos, seguindo o seu acontecer em permanente relação com os sujeitos e as distintas lógicas que estes empregaram nos processos de fabricação de narrativas sobre o passado, que tomaram tal objeto como baliza.

Ao lançarmos mão da ideia de biografia, o fazemos inspirados no trabalho do antropólogo Igor Kopytoff, especialmente a partir da sua proposição de produzir “biografias culturais das coisas”¹⁹. A construção teórica delineada pelo autor favorece inúmeras abordagens, sendo um marco fertilizador nos estudos de cultura material. Ao pensar a “biografia das coisas”, aponta o antropólogo que:

Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas. Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse ‘status’, e à época e à cultura, e como se concretizar essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as ‘idades’ ou as fases da ‘vida’ reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que acontece quando a sua utilidade chega ao fim?

Como é possível observar, as inúmeras perguntas lançadas poderiam fomentar ricas e significativas interpretações dos modos de produção, circulação, consumo e reinvenção dos usos de coisas e objetos. Trata-se de apurar o olhar para acompanhar o fluxo de tais coisas na vida social, como elas se localizam no interior das relações sociais e dos sistemas simbólicos de cada sociedade, produzindo e sendo produtos de subjetividades e sensibilidades.

A musealização constituiria, a partir da leitura de Kopytoff, uma das “fases” ou “etapas” na vida de uma coisa ou objeto, momento no qual a partir de um gesto de valoração por um determinado sujeito ou coletivo, certos elementos do mundo material passam por um processo de “singularização”²⁰, portanto, sendo integrados a um novo contexto existencial que os tornam objetos de museu ou museália²¹. Justamente para dar conta dessa fase, dos valores e significados que em distintos momentos foram mobilizados a favor de sua integração a um

¹⁹ KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 89-121.

²⁰ A “singularização”, para o autor, constitui uma das estratégias pelas quais a cultura limita a mercantilização e estabelece classificações e marcadores de sacralidade e hierarquia com relação a certos bens, privando-os, mesmo que temporariamente, do valor de troca e de uso nas esferas de troca. KOPYTOFF, 2008, op. cit.

²¹ Interpretação semelhante é adotada pela museóloga Maria Lúcia Loureiro, em texto recente, no qual propõe a abordagem biográfica como uma via possível e relevante para o estudo dos processos de musealização. Cf. LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Objetos em museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, p. 171-188.

museu, trabalhamos com a ideia de biografia de musealização para análise do caso da Jangada Libertadora. Nesse sentido, nos propomos a focalizar um processo, haja vista que assim compreendemos a musealização e deste modo buscamos delinear tal estudo, evidenciando os sujeitos, os contextos, as temporalidades e as agências que participaram ativamente da produção da distinção que alçou a Libertadora ao posto simbólico que a eternizou como signo da pauta abolicionista.

Do contexto de pré-musealização, no qual o objeto foi parte de um acontecimento que foi julgado relevante (o fechamento do porto ao tráfico de escravizados) por uma parcela da sociedade (membros do movimento abolicionista, cientistas, conservadores-museólogos), passando pelos opositores à transformação do objeto em bem cultural musealizado, buscaremos acompanhar a trajetória da Jangada Libertadora a partir das opiniões sobre ela formulados pelos agentes sociais ativos no seu processo de musealização, analisando os lugares sociais que conformaram diferentes posições e proposições. De tal modo, nossa intenção é seguir os agentes e o objeto, no trânsito entre diferentes contextos e temporalidades, observando como em cada momento foi produzida, reforçada ou negada a “singularização” de tal objeto.

Inserida num momento histórico particularmente relevante, a jangada poderia ser mais uma simples embarcação, típica do norte-nordeste do Brasil, mas foi distinguida como objeto significativo por conta da trama na qual esteve enredada. Ou seja, foi especialmente por conta da atribuição de um valor diferencial que se moveram os intentos de alocá-la no mais importante museu do país no oitocentos, o Museu Nacional, mesmo que tal valor não estivesse assentado e, por isso mesmo, foi objeto de contestação. No contexto de transições é que é possível palmilhar a biografia de tal musealização: em plena ebulição do movimento abolicionista, de declínio da monarquia e de um conjunto de novas ideias que tomavam o Brasil a partir do final do século XIX²².

Assim, interessa-nos compreender como se deu a entrada da Jangada Libertadora no contexto museal, com especial atenção aos agentes atuantes em tal processo e nos valores e justificativas mobilizadas em torno de tal pretensão, bem como as controvérsias suscitadas. Por outro lado, acompanharemos o devir desse objeto, entre um museu oitocentista dedicado às ciências naturais e o museu que no início do século XX se proporia a ser a “Casa do Brasil”, guardião da história nacional e cultor do amor à pátria. Através da análise de múltiplos

²² A partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente na década de 1870, conforme aponta Lilia Schwarcz, tem-se a entrada de “todo um novo ideário positivo-evolucionista” na sociedade brasileira, com destaque também para o liberalismo (presente desde o início do século nas discussões nacionais), que impactou profundamente as interpretações sobre a realidade brasileira, desdobrando-se em leituras particulares feitas pelos intelectuais e políticos sobre os dilemas e desafios do país. O tema da escravidão foi um, dentre outros, pautado em tal conjuntura. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 19.

interesses e olhares, lançamo-nos o desafio de palmilhar os caminhos e descaminhos da musealização da Libertadora, puxando e tecendo os fios de sua história e do que ela pode aportar de relevante ao conhecimento museológico.

CAPÍTULO 1
MUSEU, MUSEOLOGIA E MUSEALIZAÇÃO:
PREMISSAS TEÓRICAS

1 MUSEU, MUSEOLOGIA E MUSEALIZAÇÃO: PREMISSAS TEÓRICAS

Na contemporaneidade, convivem no âmbito da Museologia e do Patrimônio distintos processos, lógicas de funcionamento institucionais, linhas de reconhecimento e valoração de bens culturais, assim como modelos conceituais e técnicos de mediação entre sujeito e mundo. Segundo a museóloga Teresa Scheiner,

Nas três últimas décadas pode-se compreender a Museologia simultaneamente como lugar de pensamento e instância narrativa. Como lugar de pensamento, ela é produto de um exercício teórico amplo e consistente, onde cabem todas as interfaces possíveis com os diferentes modos, instaurados pela ciência, pela filosofia e pela arte, de pensar o Real. Como instância narrativa, opera no fluxo dos interdiscursos, num movimento incessante de autoconstrução e reconstrução de sentidos, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista terminológico e documental.²³

A autora aponta para as significativas transformações ocorridas no campo da Museologia entre fins do século XX e a aurora do XXI. De fato, de “ciência dos museus”, como classicamente definem os dicionários, a Museologia passa por redimensionamentos de sua existência e caráter científico, especialmente a partir dos anos 1980 quando, no plano internacional, mas também no Brasil, são lançadas suas principais bases teóricas e conceituais²⁴, lidas e relidas na atualidade a partir de olhares diversos, complementares e também divergentes, partindo de perspectivas cruzadas por sujeitos, disciplinas, ideologias, poéticas e políticas.

Nas inquietações que tomam o campo museológico, bem como nas fraturas de sua diversidade, segue, contudo, firmemente a presença do “museu”, como uma ideia, processo e representação marcante, fonte perturbadora de qualquer provável ordem. A pluralidade com que se apresenta, ou seja, através de seus diferentes tipos e modos, segue como uma potência vitalizadora da teoria e prática museológicas, em suas infinitas possibilidades e interfaces, na sua difícil captura e controle, no permanente devir que o constitui e o movimenta por meio da ação humana através dos espaços e tempos.

Na longa trajetória da ideia de museu, bem como nas intermináveis genealogias que para ela são estabelecidas no pensamento ocidental, a decomposição das suas funções e atividades foi um dos primeiros movimentos no sentido de delimitar sua esfera própria de atuação, através de seus agentes, no seio das sociedades. Desde o pós-guerra, instituições

²³ SCHEINER, Tereza. Conceitos, Termos e Linguagens da Museologia: novas abordagens. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, ANCIB, 2014, p. 4644.

²⁴ CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, n. 12, 2004, p. 237-268.

como o Conselho Internacional de Museus (ICOM) empenham-se em formular uma definição para o museu, criando seu campo normativo e desenhando sua idealização.

Também nos panoramas nacionais, legislações e normas buscam circunscrever não somente o seu conceito, mas qual deveria ser o seu papel, função e princípios, no contexto do qual poderíamos citar o Estatuto de Museus²⁵ brasileiro, instituído através de lei federal e resultando de décadas de mobilização da classe museológica por um amparo jurídico e regulamentar para as instituições museais.

Para o trabalho que esboçamos, apresentamos uma compreensão híbrida e sincrética do conceito de Museologia. Não há e, cremos, seria mesmo improdutivo se houvesse, um único caminho ou via para compreendermos Museologia, museu e tantos outros termos. Cada conceito possui uma historicidade própria e tem seu próprio acontecer na medida em que é apropriado, transformado, ressignificado através dos seus usos e desusos.

Diferentes autores do campo têm procurado estabelecer bases terminológicas e conceituais para lidar com a proliferação do pensamento museológico, para esboçar tentativas de captura de sentidos nas produções e práxis. Exemplo disso é o trabalho de Desvallées e Mairesse²⁶, mas também de autoras brasileiras, como Suely Ceravolo²⁷, Teresa Scheiner²⁸ e Diana Lima²⁹, dentre outros.

Assim, tomando empréstimo de diversas definições, é possível pensar a Museologia como uma ciência social e humana, constituída historicamente a partir das reflexões e práticas sobre e com o museu, este visto como fenômeno e suas diferentes manifestações sendo reconhecidas como museus³⁰. A Museologia está orientada ao estudo, reflexão, crítica e aprimoramento dos processos de patrimonialização/musealização³¹, assim como à análise dos recortes, costuras e interligações entre temáticas, ideias, valores e pensamentos que atravessam os museus, em suas múltiplas expressões no tempo e espaço, sendo fundamento epistêmico e ético para se pensar as funções, usos e apropriações de segmentos ou evidências do mundo, materiais e imateriais, pelo humano, tornados bens culturais e

²⁵ Instituído pela Lei 11.904/2009.

²⁶ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014.

²⁷ CERÁVOLO, 2004, op. cit.

²⁸ SCHEINER, 2014, op. cit.

²⁹ LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa, termos e conceitos da museologia. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 181-199.

³⁰ SCHEINER, Teresa. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 3, set.-dez. 2013, p. 361, p. 358-378.

³¹ LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 3, set.-dez. 2013, p. 379-398.

agenciados em processos comunicacionais e informacionais³² com fins de preservação e divulgação.

A constituição de museus, seja através da formação de coleções de objetos, denominados patrimônio cultural móvel, seja nas modalidades de musealização de territórios ou outros processos, é infiltrada por processos e práticas sociais e culturais, pois

Cada museu é assim uma representação do seu tempo, do seu espaço geográfico e/ou simbólico, dos desejos e visões de mundo dos indivíduos e/ou grupos sociais envolvidos na sua criação e/ou manutenção.³³

Enquanto representação, o museu institui realidades através dos agentes que os criam, plasman orientações e corporificam sentidos. Mário Chagas aponta que a musealização é um

[...] dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuição de valores socioculturais. Em outros termos: do imensurável universo do museável (tudo aquilo que é passível de ser incorporado a um museu), apenas algumas coisas, a que se atribuem qualidades distintivas, serão destacadas e musealizadas.³⁴

A definição acima acentua o aspecto central da política (em sentido amplo) no qual se move a Museologia, as/os museólogas/os e demais sujeitos sociais, bem como os museus, em suas múltiplas faces. Nesse sentido, é possível apontar que cada processo de musealização será único, mesmo que possam ser identificados certos padrões ou premissas compartilhadas.

Inserido a partir dos anos 1970 nos debates sobre museus e Museologia, o termo “musealização” busca qualificar um conjunto de práticas, pensamentos e ideias que movem o universo social no intuito de constituir ou fazer museus, bem como designa a entrada de uma coleção ou mesmo de um objeto único à ambiência museal³⁵. A musealização perfaz duas modalidades: a *in situ* (no qual certos elementos, bens ou mesmo áreas inteiras são preservadas em contexto primário) e a *ex situ* (quando há o deslocamento de contexto do item a ser preservado, gerando uma recontextualização a partir da inserção em museu ou a partir de metodologias museológicas)³⁶.

³² LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: Asensio, M., Moreira, D., Asenjo, E. & Castro Y. (Eds.). **Series de Investigación Iberoamericana de Museología: Criterios y Desarrollos de Musealización**. Año 3, Volumen 7, 2012, p. 203-213.

³³ SCHEINER, 2014, op. cit., p. 46-48.

³⁴ CHAGAS, Mario de Souza. **Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 307 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 18.

³⁵ DESVALLÉES; MAIRESSE. (Ed.), 2014, op. cit., p. 56-58.

³⁶ VAN MENSCH, Peter. **Towards a methodology of museology**. PhD thesis, University of Zagreb, 1992; LOUREIRO, 2012, op. cit., p. 203-213.

Desvallées e Mairesse, na obra *Conceitos-chave de Museologia*, afirmam que

De um ponto estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal.³⁷

No âmbito da teoria museológica, um dos primeiros formuladores do conceito de musealização foi o museólogo tcheco Zbýnek Z. Stránský. Conforme Anaildo Baraçal, nas análises que realizou sobre a via conceitual aberta à Museologia por esse pensador,

[...] o termo musealização (*Musealisierung*, em alemão) foi inicialmente trabalhado por ele [Stránský] e por Wilhelm ENENNBACH, no início dos anos 70, junto com a palavra *musealidade*, como um *processo de adquirir musealidade*³⁸.

Em trabalho recente, contudo, Bruno Brulon³⁹, a partir do trabalho de Václav Rutar, afirma que o termo foi apropriado por Stránský a partir da obra do filósofo Hermann Lübbe, conforme indicações presentes em seus escritos. O que interessa pontuar, entretanto, é que foi através das teorizações e modulações feitas pelo tcheco que o conceito foi sendo delineado, inicialmente em seu contexto nacional e, posteriormente, disseminado pelo mundo através de suas atividades e publicações, especialmente no Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o ICOFOM⁴⁰.

Notadamente a partir dos anos 80, a ideia vem sendo alvo de múltiplos olhares e cada vez mais utilizada, gerando ao mesmo tempo diferentes compreensões e significados, a depender da orientação teórica adotada, bem como dos objetivos dentro dos quais é acionada, assim como do olhar disciplinar que a enquadra. Para o presente trabalho, utilizamos principalmente referências do próprio campo da Museologia, a partir das reflexões que vem sendo produzidas por pensadores que vêm se debruçando na construção de tal conceito enquanto fundamento essencial à compreensão do museu.

Com efeito, a pulverização de olhares sobre o tema musealização acompanha o próprio processo de complexificação dos universos museal e museológico, assim como às diversas interfaces possíveis da Museologia com outras áreas do conhecimento, no contexto

³⁷ DESVALLÉES; MAIRESSE. (Ed.), 2014, op. cit., p. 57, grifo no original.

³⁸ BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **Objeto da Museologia**: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Rio de Janeiro, 2008, p. 64, grifo no original, interpolação nossa.

³⁹ BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 25, n. 1, jan.-abril 2017, p. 413.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 415.

de “fertilização interdisciplinar”⁴¹ no qual ela historicamente foi alicerçada, mas também através das múltiplas articulações que se desenham no contemporâneo através da ativa atuação de seus pensadores. Sendo assim, antes de serem exclusivas ou, melhor dizendo, incongruentes ou discrepantes, a pluralidade de olhares para a musealização antes de tudo sinaliza para seu aspecto multidimensional, para os quais as perspectivas diversas colaboram para a compreensão de suas muitas faces e possibilidades expressivas.

Nas bases teóricas da Museologia, vale sinalizar, o conceito de musealização não existe isoladamente, pelo menos na formulação de Z. Z. Stránský, conforme Brulon⁴². Outros termos e conceitos, derivados do “conceito-chave museu”⁴³, somam-se a ele, tais como musealidade e museália (idealizado para se referir aos objetos de museu ou musealizados). Stránský ambicionou a formulação de um sistema para a Museologia, com o objetivo de dotá-la de uma cientificidade que, apesar de muito proclamada em sua época, era pouco explicitada na produção de autores em todo o mundo. Portanto, buscou formular uma teoria que garantisse um lugar à Museologia no seio das ciências, assim como na sociedade, orientando a atuação dos profissionais de museu a partir da determinação de sua vocação gnosiológica⁴⁴.

Teresa Scheiner⁴⁵ indica que, para Stránský, o objeto da Museologia seria “a relação específica entre homem e realidade”, abrindo caminhos para compreender, ainda segundo a autora, que “o verdadeiro foco da museologia, o lugar onde ela se define, é a relação.”. A ideia de uma “relação específica” também é patente no pensamento de outros autores que, influenciados pelas ideias de Stránský, seguiram essa via, em várias partes do mundo, com variações, a exemplo de Anna Gregorová, Wojciech Gluzinski, Waldisa Russio, dentre outros⁴⁶, todos membros do ICOFOM.

Nesse contexto, se a musealidade foi definida por Stránský como uma expressão dessa relação específica do homem com a realidade, plasmada no museu, ao longo do tempo a ideia foi sofrendo deslocamentos significativos em seu pensamento: de um “valor documental específico”, ou seja, uma categoria de valor imanente aos objetos musealizados, a musealidade passaria a ser compreendida como “a própria orientação específica do valor”⁴⁷ e, portanto, estaria na base dos processos de musealização.

⁴¹ LIMA, Diana Farjalla Correia. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiro: aplicação ou interdisciplinaridade? In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**. São Paulo: ECA/USP; ANCIB, 2008, p. 1-15.

⁴² BRULON, 2017, op. cit.

⁴³ SCHEINER, 2013, op. cit., p. 361.

⁴⁴ BRULON, 2017, op. cit., p. 409.

⁴⁵ SCHEINER, 2013, op. cit., p. 363.

⁴⁶ MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994, p. 11-15.

⁴⁷ MENSCH, Peter van, 1992 apud BRULON, op. cit., p. 413

Tal guinada põe em destaque a relevância da análise dos valores acionados na produção dos museus e na musealização, ou seja, a operação de valoração. Nesse sentido,

[...] Stránský passa a considerar que ‘o objeto da museologia deve ser, assim, centrado naquilo que motiva a musealização, naquilo que condiciona a musealidade e a não-musealidade (sic) das coisas’. Porém, reconhece: ‘é somente por meio de métodos específicos da museologia que é possível descobrir aquilo que faz de um objeto comum um objeto de museu’.⁴⁸

É com essa percepção que propomos o presente estudo. Pensar o que transforma um simples objeto do mundo em objeto de museu permite uma análise tanto dos valores acionados nos processos de fabricação dos museália, pelos olhares de diversos agentes sociais, mas também possibilita a compreensão do trabalho técnico e institucional orientado para tal produção, especialmente através do percurso de formulação, delimitação e implementação de práticas, formas de olhar e tratar as referências transformadas em bens culturais⁴⁹, nas suas diversas formas de enquadramento.

Pensando o conceito de museu e suas relações com o de musealidade e musealização, Scheiner define o museu como um

[...] fenômeno ou acontecimento, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, a que denominaremos musealidade. A base conceitual do museu é a espontaneidade: sem criação, não há museu. Musealidade seria a potência ou qualidade, identificada em certas representações do real, que as tornaria relevantes, na ótica de determinados grupos sociais – e, portanto, passíveis de musealização (subordinação a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação). A percepção da musealidade é produto dos sistemas de valores específicos a cada cultura, no tempo e no espaço: relaciona-se ao seu modo de ser e de estar no mundo. Como valor atribuído, o conceito de musealidade poderá modificar-se, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo de evolução. Consequentemente, o que cada grupo social percebe e define como museu pode também mudar.⁵⁰

Maria Lúcia Loureiro aponta que a musealização pressupõe

[...] um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa.⁵¹

⁴⁸ BRULON, 2017, op. cit., p. 413.

⁴⁹ LIMA, 2013, op. cit., p. 379-398.

⁵⁰ SCHEINER, 2013, op. cit., p. 372.

⁵¹ LOUREIRO, Maria Lúcia Loureiro, 2012, op. cit., p. 204-205.

A autora, ao sinalizar para a relevância da “função de documento” do objeto musealizado lança luz sobre um dos principais vetores através dos quais a Museologia historicamente vem atuando sobre a cultura material, principalmente nos museus tradicionais. Tal qualificação documental é fruto de uma elaboração teórica que visa caracterizar e potencializar a atuação dessas instâncias, especialmente das funções que elas exercem, tanto no sentido da preservação como da comunicação de evidências do mundo valoradas como significativas, a partir de múltiplos recortes e por isso mesmo passíveis de seleção.

A partir de outra base teórica, Diana Lima⁵² analisa os processos de patrimonialização/musealização como “instrumentos do poder simbólico”, a partir do diálogo com a obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para esta autora, que tem atuado no estudo do entrelace Museu/Museologia/Musealização e Patrimônio/Patrimonialização, especialmente através de estudos terminológicos, tais processos são

[...] gestados por estatutos de perfil imposto, reconhecidos e aplicados por instâncias culturais personificadas como agentes especializados e institucionalizados para trato do tema. São, ao mesmo tempo, instrumentos do poder simbólico cuja presença é exercida pela qualificação emprestada às instâncias para atuar como representantes das necessidades e aspirações vocalizadas por inúmeros grupos sociais nos moldes comunitários, associativos, profissionais, dentre outros, aos quais foi relacionada a figura da identidade cultural (pertencimento).⁵³

Pondo em destaque a “força ativa do poder simbólico” nos processos de “musealizar” e “patrimoniar”, a autora evidencia as modalidades pelas quais foram sendo construídas instâncias de legitimação, tutela e ingerência sobre os bens culturais através da delimitação de um “amplo e incisivo perfil voltado para a demanda de preservação dos signos culturais de múltiplas manifestações.”⁵⁴. Dentre as instâncias citadas pela autora estão as diversas agências nacionais e internacionais que se ocupam dos temas ligados aos museus, Museologia e Patrimônio, que produzem modulações e normatizações, estabelecendo campos específicos de atuação e competência, assim como a conformação de um “domínio especializado da realidade social [...] habitado por um complexo de saberes e poderes”⁵⁵.

Acompanhando a formação de um “estatuto da legitimação” para a musealização, a autora evidencia “dois extratos inter-relacionados nos regentes que comandam a intervenção e apropriação cultural” em tais processos: um “plano institucional” e outro no “nível dos executantes individuais”. No primeiro estrato estariam as diversas instâncias (nacionais,

⁵² LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: PPGCI/UFGM, ANCIB, 2014, p. 4335.

⁵³ Idem, ibidem, p. 4345.

⁵⁴ LIMA, 2013, op. cit., p. 381.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 387.

internacionais, assim como os próprios museus, nos seus diversos tipos) dedicadas ao tema e no segundo os especialistas, nesse caso, notadamente os museólogos/as, mas não exclusivamente, já que agentes de outras áreas também compõe tal cenário⁵⁶, bem como os membros de diferentes grupos sociais.

Nesse panorama, é imprescindível compreender o papel de mediação exercida pelos profissionais de museu, especialmente os museólogos, conforme José Reginaldo Gonçalves⁵⁷, afinal, tais sujeitos “fazem uma mediação social e simbólica entre a sociedade, o Estado e o ‘público’”. A socióloga Maria Cecília Fonseca, ao analisar a constituição da ideia de patrimônio histórico e artístico no Brasil, também destaca que

Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como *universais*, em termos *estéticos*, e *nacionais*, em termos *políticos*, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social.⁵⁸

Tais processos de atribuição de valor (valoração), conforme a autora, estão na base da constituição dos patrimônios, fazendo com que seja

[...] indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social.⁵⁹

A partir dessas bases, buscaremos situar a musealização enquanto dispositivo social e culturalmente informado e informador na produção de vetores de valoração projetados por determinados grupos e sujeitos, assim como um foco catalisador de desejos de memória e de singularização. É a partir de tais aspectos que é possível apreender as negociações e conflitos que permeiam alguns casos de entrada de objetos em museu, como o da Jangada Libertadora, bem como, em nível mais geral, as disputas que ocorrem na arena patrimonial e museológica, dada a diversidade de posições e de visões culturais dentro dos muitos marcadores sociais de diferença e de pluralidade das sociedades.

No Brasil, os primeiros processos de musealização surgiram em estreita sintonia com os interesses coloniais de Portugal e das políticas científicas, educacionais e estratégicas estabelecidas em fins do século XVIII. Analisando o papel central que cumpriram os museus

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 83-86.

⁵⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 22, grifo no original.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 41.

na institucionalização das Ciências Naturais no país, Maria Margaret Lopes⁶⁰ desvela os cenários diversos a partir dos quais se conformaram modelos institucionais voltados à formação de coleções e à produção científica no país. Para a primeira fase de uma periodização da existência museal no país, no escopo do “Movimento dos Museus ou a Era dos Museus”, Lopes situa “o período dos museus do Império luso-brasileiro” na transição do século XVIII para o XIX.

Nesse momento, surgiu o Museu de História Natural do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como “Casa dos Pássaros”, criado em 1784 e que serviu de “entreposto colonial” no trânsito de espécimes e objetos destinados a enriquecer as coleções metropolitanas, funcionando até o início do século XIX. A partir de 1818, a criação do Museu Real marcou a pretensão de se constituir “um Museu Metropolitano de caráter enciclopédico e universal.”⁶¹, por isso mesmo, segundo a autora, diverso da proposta daquela primeira instituição setecentista⁶².

Criado na conjuntura de intensas transformações ensejadas pela transferência da família real para o Brasil, o Museu Real “trouxe novos ares para a pesquisa científica no Brasil”, atuando inicialmente a partir das coleções trazidas pela Coroa, materiais oriundos da extinta Casa dos Pássaros e outros existentes por gabinetes e coleções particulares⁶³.

Transformado posteriormente em Museu Imperial e, por fim, Nacional, atualmente vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a instituição inaugurou no Brasil as pesquisas organizadas no campo das Ciências Naturais, especialmente Zoologia, Mineralogia e Botânica (áreas estratégicas para o império), fornecendo o modelo que depois seria adensado por outras partes do país, a partir da criação de museus de norte a sul, como os museus Paraense, o Paranaense e o Paulista, dentre muitas outras iniciativas, muitas delas descontinuadas⁶⁴. Além do foco na História Natural (no qual se incluía a nascente Antropologia), Andréa Considera⁶⁵, ao analisar tais instituições, desvela a presença de objetos históricos e artísticos, desde pinturas até moedas e medalhas, que no início do século XX

⁶⁰ LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; DF: Ed. UnB, 2009.

⁶¹ Idem, Ibidem, p. 324.

⁶² A literatura museológica ainda registra o museu instalado no parque do Palácio de Vrijburg, durante a ocupação holandesa em Pernambuco, no século XVII, provavelmente uma das primeiras experiências museais no país, todavia, ainda pouco pesquisada. Cf. CHAGAS, 2003, op. cit.

⁶³ MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005, p. 138-139.

⁶⁴ LOPES, 2009, op. cit.

⁶⁵ CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX**: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. 274 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

encontrariam um novo enquadramento e institucionalidade a partir da emergência dos museus especificamente dedicados à história nacional e regional.

Ainda segundo a autora, um museu típico do oitocentos

[...] deveria conter elementos de erudição histórica e artística, onde mais ou menos os últimos três mil anos da humanidade estivessem representados a partir dos achados arqueológicos; deveria conter uma coleção de moedas e medalhas desde a antiguidade clássica que – enquanto documentos verídicos – permitisse a construção de uma história mundial; seu principal acervo no entanto, teria de compreender a história natural, com espécimes coletados dos três reinos da natureza existente em toda a face da terra, de preferência contemplando os locais mais longínquos, exóticos e inacessíveis; para ser útil, deveria produzir pesquisas e identificar novas espécies de animais e vegetais, além de atender à inúmeros pedidos oficiais vindos através do governo, de fazendeiros e exploradores sobre as possibilidades de aproveitamento econômico dos recursos encontrados em suas terras, principalmente, com relação às explorações minerais e metalíferas; enfim, tudo teria que estar catalogado, identificado e exposto de forma enciclopédica permitindo o acesso dos pesquisadores diariamente e do público um dia da semana. Nas horas vagas, deveria também organizar preleções públicas sobre as pesquisas e as viagens dos naturalistas realizadas para a coleta dos espécimes.⁶⁶

Como é possível depreender, não eram poucas as funções e atribuições aos quais tais instituições deveriam dar conta. Obviamente, algumas delas eram priorizadas e, a depender mesmo das inclinações da direção, certas atividades e disciplinas científicas eram privilegiadas. Trata-se de um modelo de museu de pretensões universalistas, enciclopédico por natureza, que a partir de fins do XIX daria lugar a uma crescente especialização⁶⁷ e consequente fragmentação.

O cenário desses museus do XIX, conforme analisou Considera, era povoado por especialistas de diversas áreas (denominados, de forma geral, de naturalistas): zoólogos, etnógrafos, biólogos, geólogos, mineralogistas, num tempo em que esses constituíam os poucos espaços de produção de ciência no país, tendo em vista que ainda não tinham sido instituídas aqui as universidades, com existência apenas de faculdades isoladas. Além disso, havia os preparadores e colaboradores, voltados mais aos trabalhos práticos e subsidiários das atividades científicas. Diante da inexistência de espaços de formação para os campos científicos a que se dedicavam, bem como para a especificidade do trabalho museológico, eram as próprias instituições que formavam seus quadros, sendo que os funcionários, em sua maioria,

[...] não dispunham de nenhum conhecimento prévio ao serem contratados, e, como consequência, a preparação para o trabalho em museus se dava

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 70.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 87.

dentro dos próprios museus. Ou seja, havia um conhecimento museológico específico, a ser passado de geração para geração.⁶⁸

Tal “conhecimento museológico específico”, entretanto, não encontrou espaço de sistematização e organização até o século XX. Coube a outro museu, com uma proposta totalmente diversa daqueles do oitocentos, a iniciativa de estabelecer um curso especificamente dedicado a formar técnicos para os museus brasileiros, marcando indelevelmente a história da Museologia, do Patrimônio e dos museus.

Na ambiência das comemorações do centenário da independência brasileira, em 1922, foi criado na então capitão federal, o Rio de Janeiro, o primeiro museu dedicado à história do país, de abrangência nacional: sob a presidência de Epitácio Pessoa, em outubro daquele ano, era apresentada ao público a primeira exposição do Museu Histórico Nacional (MHN), organizado por Gustavo Barroso⁶⁹.

Compondo a Exposição Internacional do Centenário, aberta em 7 de setembro de 1922 e encerrada em 23 de março de 1923⁷⁰, o museu de história emergiu na efemeridade de tal programação para se espriar na perenidade, sendo uma das mais importantes de nossas instituições museais até a atualidade. Além do pioneirismo na seara disciplinar sobre a qual se instituiu, o MHN foi responsável pelo estabelecimento de outros marcos significativos: o primeiro deles, a criação do Curso de Museus, em 1932, e o segundo, da organização da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934⁷¹.

Segundo Ivan Coelho de Sá, o MHN

[...] aprovado pelo decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, foi inaugurado em 1º de outubro desse ano e, ainda que inspirado num modelo tradicional de museu, representou um marco, na medida em que funcionou como verdadeiro laboratório para o desenvolvimento teórico e prático da Museologia brasileira.⁷²

Com o estabelecimento do Curso de Museus foram sendo instituídas diretrizes políticas, científicas e normativas para o campo museal, especialmente para os dedicados à História e às Artes, inicialmente. A profissionalização desse setor que, como vimos anteriormente, inexistia em curso formal e continuado, sendo suprida pela transmissão pela

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 201-202.

⁶⁹ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 26.

⁷¹ Para um estudo aprofundado sobre a atuação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeira agência nacional dedicada ao tema do patrimônio no Brasil, criada como departamento do Museu Histórico Nacional, cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...** Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 152 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

⁷² SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à Unirio. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p. 11.

prática através de inserção no ambiente de trabalho, marcou o início de uma tradição museológica que a partir do ensino organizado no interior do MHN, seria determinante nos rumos da Museologia brasileira por muitas décadas.

A proposta de uma formação específica de profissionais para museus esteve inicialmente articulada à ideia de um Curso Técnico, previsto no decreto que criou o Museu⁷³. Assim, se associariam a tal empreendimento a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (que à época já possuíam cursos, criados em 1911, respectivamente, de Biblioteconomia e Diplomática, tendo sido implantado somente o primeiro, com descontinuidades)⁷⁴.

A proposta de Curso Técnico não logrou sucesso⁷⁵, sendo, contudo, retomada na década seguinte, oportunizando assim a emergência e constituição de uma esfera própria de atuação profissional, a do conservador de museus/museologista/museólogo⁷⁶, bem como de uma nova área do conhecimento, a Museologia.

A pesquisa que ora delineamos está vinculada aos esforços coletivos empreendidos pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS) de aprofundar o conhecimento sobre o que representou a experiência do Curso de Museus, bem como das modulações que ele forjou para o nascente campo da Museologia, adensando os processos de musealização existentes com uma postulação de cientificidade nas práticas museais, especialmente no trato das coleções, que marcaria a formação de gerações de profissionais, orientando as perspectivas de tratamento patrimonial e museológico. Ao mesmo tempo, visa compreender, em perspectiva, o desenvolvimento dos processos de musealização e as semelhanças e diferenças que se estabeleceram a partir da formação de profissionais especialmente dedicados a realizar e a analisar as práticas museais.

⁷³ cf. Decreto nº 15.596/1922.

⁷⁴ SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, p. 31-58.

⁷⁵ Para uma análise desse cenário e também das controvérsias sobre o insucesso do Curso Técnico, cf. SÁ, 2013, op. cit., p. 41-58; e RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. **Um capítulo na história da museologia no Brasil: Um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu histórico Nacional (1922-1935)**. 116 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2014, p. 23-27.

⁷⁶ Inicialmente, os formados pelo Curso de Museus eram denominados “conservadores de museus”, seguindo a tradição francesa que identifica os profissionais especializados dos museus como “*conservateurs*”, sendo que os egressos tinham “preferência absoluta” no preenchimento dos quadros técnicos do próprio Museu Histórico Nacional, na categoria de “terceiro oficial” (cf. Decreto nº 21.129/1932). Durante o século XX, houve oscilações na denominação profissional, reflexo do processo de construção de uma identidade específica para a profissão emergente. Ainda foram usuais as denominações de “museólogo” e de “museologista” (este, de influência anglo-saxã, em uso em 1963 quando da criação da Associação Brasileira de Museologistas, posteriormente modificada para Associação Brasileira de Museologia – ABM). Somente com a lei de regulamentação da profissão, em 1984, o título “museólogo” foi adotado em definitivo (cf. Lei nº 7.287/1984). (SÁ, Ivan Coelho de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 223-243; BRULON SOARES, Bruno; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 244-262).

Os processos valorativos que marcam a musealização são fontes para empreendemos análises sobre o que Igor Kopytoff denominou de processos de “singularização” nas sociedades ocidentais, ou seja, os movimentos de retirada de certas coisas do âmbito da utilidade pragmática e mercadológica, com subsequente assunção à categoria de “único” e “acervo simbólico de uma sociedade”, ou seja, dentro dessa análise é possível compreender a musealização/patrimonialização como algumas, dentre outras possibilidades, de operacionalização de dispositivos que produzem distinções e singularizações.

Na biografia de um objeto ou de uma coisa, conforme argumenta o autor, são possíveis vários enfoques, que buscarão traçar a história de vida ou a vida social de algum item. Portanto, o modo como é enquadrado ou como o olhar é direcionado produz diferentes biografias. No nosso caso, o olhar será focalizado ao acompanhamento da trajetória museal da Jangada Libertadora, buscando descrever e analisar o seu processo de musealização, desde o contexto pré-museal que fundamentou sua individualização enquanto bem cultural de valor diferencial até as múltiplas apropriações das quais foi objeto por diferentes sujeitos atuantes em diferentes círculos sociais.

Como um recorte ou uma fase da vida social de tal objeto, nos deteremos na biografia da musealização, tendo consciência de que o estudo da jangada poderia desvelar muitos outros aspectos e poderiam informar muitas outras questões. São enormes as possibilidades de conhecimento que tal objeto poderia possibilitar, mas, sempre tais questões serão orientadas pela visão do pesquisador ou de quem o questiona enquanto fonte, já que, como diz Ulpiano Bezerra de Meneses, “Nenhum atributo de sentido é imanente”, ou seja,

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza, etc. etc. [...] atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.⁷⁷

1.1 Os rastros da musealização: perspectivas metodológicas e fontes

De perfil qualitativo e exploratório, nesta dissertação lançamos mão de pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo a musealização da Jangada Libertadora como

⁷⁷ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In: **Estudos Históricos**, v. 21, 1998, p. 91.

um estudo de caso, pelo seu aspecto único, apesar das semelhanças que possa ter com outros casos. Além disso, recorreremos à entrevista como forma de acessar informações não disponíveis no universo documental consultado.

O estudo de caso pode ser caracterizado como

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.⁷⁸

Sendo uma fase específica na história de um objeto, o caso a ser focalizado é justamente a musealização enquanto um evento único, mesmo que com subfases e interstícios, já que um bem musealizado continua a ter uma vida depois de inserido em contexto museal, vida esta que, inclusive, deve ser devidamente registrada através dos instrumentos da documentação museológica, como orienta a museografia.

O caso da jangada também expõe outro aspecto relevante: a musealização pode ser tomada como estratégia mesmo na ausência do objeto (no caso, o objeto desaparecido) e impõe a nós claramente uma reflexão sobre o papel das práticas documentárias em presentificar o que já não é ou que não mais existe enquanto materialidade, através da representação museológica e como um bem pode continuar a gerar ressonâncias e apropriações mesmo depois de seu desaparecimento concreto.

Com relação às fontes, elas perfazem um grande universo de documentos⁷⁹, alguns deles compreendidos aqui como documentação museológica, a partir dos quais é factível compor uma biografia por meio dos rastros e vestígios sobre determinado objeto. Compreendendo a relevância das diversas possibilidades de escrita e inscrição produzidas nos processos de musealização, torna-se possível, a partir de tal corpus documental, situar e caracterizar uma variedade de registros informacionais que operacionalizam, materializam e dão existência institucional e social à conversão de um certo objeto ou coisa em objeto ou bem cultural musealizado (elevado à categoria de bens simbólicos).

⁷⁸ FONSECA, 2002, p. 33 apud GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 39.

⁷⁹ Como argumenta Ulpiano Bezerra de Meneses “O que faz um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação, que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador [e, diríamos, do museólogo] resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental.” Com isso, o autor evidencia que os documentos não falam, mas sim o pesquisador que os interpela como fontes e os interpreta, portanto, convertendo-os em documento, sendo que “Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica.” Sendo assim, no nosso caso, ao trabalharmos com os documentos da musealização, também o fazemos através de um artifício retórico que circunscreve uma forma de questionar um conjunto de objetos e de transformá-los em documentos, portanto, úteis à pesquisa museológica como suporte de informação. In: MENESES, 1998, op. cit., p. 95.

Tais registros, produzidos nas operações documentárias de representação das informações culturais e científicas associadas aos objetos (materiais e intangíveis) sob ação musealizadora, como o registro em livro tombo, catalogação, inventário, laudos, perícias, mapeamentos, etc.⁸⁰, possibilitam uma aproximação, mais ou menos densa, a depender do caso, das trajetórias colecionistas e das volições memoriais de grupos sociais diversos. Também estão incorporados em tal conjunto que consultamos a variedade de produções intelectuais de agentes que, situados no âmbito das instituições museais ou mesmo fora delas, mas lançando mão de suas metodologias com os fins de preservação e comunicação, produzem pesquisas sobre as coleções, territórios, sítios, etc., e as difundem sob a forma de conhecimento organizado, em diversos meios.

A produção de documentação museológica – ação constante dos sujeitos atuantes no campo museal – compõe, junto a outras estratégias, um meio pelo qual ocorre a atribuição de musealidade no processo de fabricação da museália, pois é parte de processos de inscrição de visões de mundo e interpretações específicas acerca de certas representações do real e deve ser vista como associada à cadeia de ações de socialização e compartilhamento de informações relevantes com ressonâncias sociais e científicas mais amplas. Ou seja, estamos querendo de algum modo circunscrever um corpus de fontes que perpetuam percepções e significados, que inscrevem certos bens culturais no âmbito de específicos regimes de valor que são social e culturalmente informados e que ao mesmo tempo informam os processos sociais, componentes essenciais dos percursos de valoração.

Não sendo mera ação técnica, a documentação produz visibilidades e silêncios, ela desvela, mas também pode ocultar. Os museus estão cheios de rastros, reveladores de intenções e projetos. Biografar uma musealização é também apurar o olhar para perceber a relevância de tais registros para a compreensão, em perspectiva, dos fluxos que permitem a existência de instituições e coleções.

Nessa seara, lançamos mão de toda e qualquer fonte de informação que possibilitasse acompanhar as posições e opiniões dos sujeitos atuantes no processo de musealização que ora investigamos, como vestígios através dos quais é possível acessar dinamicamente a vida social da museália: artigos de jornais, publicações científicas, catálogos, cartas, ofícios, fichas catalográficas, inventários, fotografias, dentre outros.

Consultamos, principalmente, os acervos das seguintes instituições:

⁸⁰ A rigor, trata-se de “documentação museológica”, como definem alguns autores, e “documentação em museus”, como definem outros. Não adentraremos em tal debate terminológico e conceitual, mas cabe registrar que tais documentos são cruciais para se compreender as trajetórias de bens culturais, assim como a forma como os agentes do campo museal os manipulam em prol da fabricação do objeto de museu, fornecendo pistas valiosas sobre as operações documentais no âmbito da Museologia e do Patrimônio.

- Biblioteca Nacional – periódicos do século XIX e XX, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira⁸¹;
- Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional – documentos diversos, como processos de aquisição de objetos, catálogos, periódicos e cartas⁸²;
- Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional – ofícios e Livro Tombo⁸³;
- Biblioteca Acervos Especiais – Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – fotografias⁸⁴ e livros.

Além disso, realizamos uma entrevista, através de ligação telefônica, que foi crucial para evidenciar um vínculo não revelado nas fontes documentais.

⁸¹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁸² Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>.

⁸³ Consulta presencial, na qual digitalizamos os documentos através de fotografias.

⁸⁴ Consulta realizada por telefone, sendo que a instituição nos enviou o documento solicitado em formato digital.

CAPÍTULO 2

O JANGADEIRO E A JANGADA NO MUSEU NACIONAL

2 O JANGADEIRO E A JANGADA NO MUSEU NACIONAL

O alvorecer da década de 1880 no Brasil imperial acentuou na esfera pública o debate em torno da abolição da escravidão ou, como referido na época, o enfrentamento da “questão servil”. O tema, cada vez mais presente na sociedade brasileira, encontrava na organização de associações abolicionistas o seu espaço privilegiado de tratamento, ou seja, entrava em cena com toda força a organização e articulação nacional em prol do fim do cativo. As propostas e o pensamento dos indivíduos que animaram tais movimentos articulavam-se às retóricas colhidas do “repertório” internacional⁸⁵, fazendo dialogar diferentes tradições políticas e ideias com a realidade nacional e os seus dilemas.

Foi nesse contexto de intensificação de debates, de envolvimento de sujeitos oriundos de diferentes camadas da sociedade imperial, que tomou fôlego e cresceu enormemente uma campanha em torno do fim da escravidão no Brasil, tema colocado em tela em publicações diversas, como livros, jornais e outros meios de disseminação de informação. Também no parlamento a apreciação da questão evidenciava o transbordamento das ruas à casa legisladora e também o contrário, fazendo com que se ampliasse significativamente o escopo de espaços sociais nos quais militavam e digladiavam diversas opiniões.

Na província do Ceará, devastada pela seca que a atingiu de 1877 a 1879, a organização do movimento abolicionista encontrou terreno fértil entre as camadas médias urbanas, grupos intelectualizados e de comerciantes, que viam na transição de uma sociedade escravista, na qual o poder estava atrelado ao domínio da terra e da propriedade escrava, uma possibilidade de ascensão ao poder, pela via modernizadora, matizada e orientada pelos ideais liberais, positivistas, evolucionistas que despontaram e floresceram gradativamente desde as primeiras décadas do século XIX, acentuados na década de 1880, em sinergia com as crescentes adesões ao republicanismo.

Se, por um lado, os primeiros grupos organizados em prol da abolição eram eminentemente oriundos das camadas mais abastadas da sociedade, mesmo que não desfrutando com todo vigor do domínio do poder político, cabe apontar também a importância, em tal processo, de sujeitos pouco lembrados, muitas e muitos deles apagados da história, os quais tiveram papel ativo na consumação do fim da escravidão no Ceará e no Brasil. A atuação de escravizados, libertos e outros subalternizados fez-se presente em todo este processo, seja através do engajamento nas associações abolicionistas, seja nas constantes revoltas nas senzalas, nos pequenos gestos cotidianos de resistência ao cativo, nas ações

⁸⁵ ALONSO, 2015, op. cit., passim.

em prol da liberdade, seja pela via judicial ou através de fuga, formação de quilombos e construção de outros espaços de solidariedade e ajuda mútua.

A campanha abolicionista no Brasil foi obra de sujeitos diversos, com opiniões políticas muitas vezes divergentes, mas que se encontravam e militavam em torno de uma pauta comum (pelo menos no tocante ao fim da escravidão). No Ceará, a mobilização iniciada por um grupo reduzido tomou fôlego alcançando amplos setores da sociedade local e angariando apoios e atuações de intelectuais, mas também de jangadeiros, capatazes, caixeiros, tipógrafos, trabalhadores com trajetórias muitas vezes marcadas pela escravidão e pela luta pela liberdade.

A par de compreender as mobilizações pró-abolição no Ceará analisaremos, neste capítulo, o momento de pré e pós musealização da Jangada Libertadora, descortinando o cenário de mobilizações no qual os jangadeiros assumiram posição de protagonistas na luta contra o escravismo, fechando o porto de Fortaleza ao tráfico interprovincial e eternizando um objeto como símbolo de suas reivindicações e anseios políticos. Em 25 de março de 1884 declarava-se o Ceará livre da escravidão; tal momento foi o clímax de uma luta iniciada na década de 1870 e que gerou profundas ressonâncias por todo o país consagrando heróis, apagando outros e construindo um discurso de exaltação dos cearenses e do seu pioneirismo.

Evidenciaremos o papel dos jangadeiros no processo abolicionista cearense com vistas a entender o que motivou a doação de uma jangada ao Museu Nacional, bem como os discursos mobilizados pelos agentes atuantes em tal processo. Das praias cearenses à Corte imperial seguiremos o trânsito do objeto e dos agentes que a dotaram de valor distintivo, atentos aos gestos, palavras, atos e discursos que caracterizaram a fabricação da Jangada Libertadora como objeto de museu, bem simbólico a ser eternizado.

2.1 O movimento abolicionista cearense e a greve dos jangadeiros

O ano de 1881 foi marcado por intensas agitações na província do Ceará em prol da extinção da escravidão, das quais participaram e engajaram-se membros das associações abolicionistas existentes que buscavam ampliar a capilaridade social da campanha ao recorrer a pessoas que, até aquele momento, não estavam articuladas aos movimentos organizados e institucionalizados. Data de 1870 a criação da primeira organização de cunho abolicionista no Ceará, a Sociedade Abolicionista de Baturité, seguida, no mesmo ano, pela Sociedade Manumissora Sobralense criada em Sobral.

Tais associações voltavam-se para a propaganda de ideais de liberdade, ecoando o crescente engajamento dos setores médios urbanos com o abolicionismo aliado aos ideais de

progresso e de superação daquela instituição que consideravam um atraso para a vida nacional: a escravidão. Não se tratava de um fenômeno restrito ao Ceará: a propaganda abolicionista tomou fôlego a partir de finais dos anos 1860 e tais aspectos estavam diretamente relacionados com a conjuntura internacional e seus desdobramentos no Brasil.

Segundo aponta Angela Alonso, ao analisar o abolicionismo como um movimento social (o primeiro de fôlego no país) e seu aparecimento na esfera pública brasileira,

Para existir, um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações. Tal situação se configurou no Brasil no fim dos anos 1860, graças a três mudanças. Uma foi de cena internacional. Um ciclo de abolições se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, os Estados Unidos e Cuba. Ao se mirarem nesse espelho, os brasileiros se viram prestes a restar como último escravismo do Ocidente. A experiência estrangeira funcionou como um repertório político que orientou ações acerca da escravidão no Brasil, com modelos a seguir e exemplos a evitar. Outra transformação produziu-se com a aceleração da urbanização, que propiciou um incipiente espaço público no qual se discutiram assuntos de interesse coletivo, como a modernização do país, e se disseminaram um novo padrão de sensibilidade, que redefiniu a escravidão de natural em abominável. A terceira mudança foi de conjuntura política. Em 1868, o Partido Liberal usou o espaço público para contestar a supremacia adversária no sistema político. O governo do Partido Conservador respondeu com modernização: ampliou o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre.⁸⁶

Conforme analisa a autora, tais aspectos produziram uma injunção que “propiciou as condições para o primeiro ciclo de mobilização abolicionista”, no qual, a partir de uma crise intraelite (embates entre conservadores e liberais no final dos anos 1860), novos atores adentraram o debate político vocalizando e ensejando novos arranjos institucionais e ideológicos que produziram importantes efeitos nos modos como o tema da escravidão reverberou na pauta política e pública do país.

No Ceará, o declínio da escravidão e a emergência do movimento abolicionista, conforme anota Caxilê⁸⁷, relaciona-se com as transformações ocorridas na então província na segunda metade do século XIX. Segundo este autor, a criação de uma série de instituições e serviços, como a Santa Casa de Misericórdia (em 1861), a Biblioteca Pública (em 1867), a instalação da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité (em 1873), a implantação do Plano Urbanístico do engenheiro Adolpho Herbster (em 1875), bem como a criação de instituições acadêmicas e literárias, como a Academia Francesa, o Instituto Histórico e Geográfico, dentre outras, marcaram uma época de intensas mudanças no cenário local, favorecendo ainda a

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 17-18.

⁸⁷ CAXILÊ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides**: ser liberto na Província do Ceará. 172 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 24.

emergência de novos grupos, especialmente uma elite urbana letrada, formada por funcionários públicos e profissionais liberais – tais como advogados, médicos, farmacêuticos, dentre outros – que passaram a fazer parte do debate político, acadêmico e científico.

Apesar da existência de associações desde o início de 1870, foi principalmente a partir do final da década que o movimento abolicionista local ganhou grande impulso, correspondendo ao período posterior ao fim da grande seca. Esta calamidade havia deixado profundas marcas na sociedade cearense, seja por conta dos efeitos negativos que se abateram sobre a população⁸⁸, seja pela forte migração ocorrida para a capital. Fortaleza se viu demograficamente aumentada devido às levas de retirantes que fugiram do sertão.

Em 28 de setembro de 1879, um grupo de comerciantes criou a sociedade “Perseverança e Porvir”, destinada a manter “um fundo de emancipação, que ia sendo alimentado com a contribuição espontânea dos associados e uma percentagem nos ganhos obtidos em cada operação mercantil.”⁸⁹. Voltada à defesa dos interesses de seus associados, bem como à divulgação do abolicionismo, a “Perseverança e Porvir” foi a base para outra organização que teve papel central no desfecho da escravidão no Ceará, uma vez que, nesta sociedade, surgiu a ideia de criação de outra organização que tivesse por principal finalidade a abolição: a Sociedade Cearense Libertadora (SCL).

⁸⁸ Com a seca, além das dificuldades econômicas, questões de saúde pública agravaram ainda mais a situação, como epidemias de varíola e outras doenças.

⁸⁹ GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Maracanaú, 1988, p. 74.

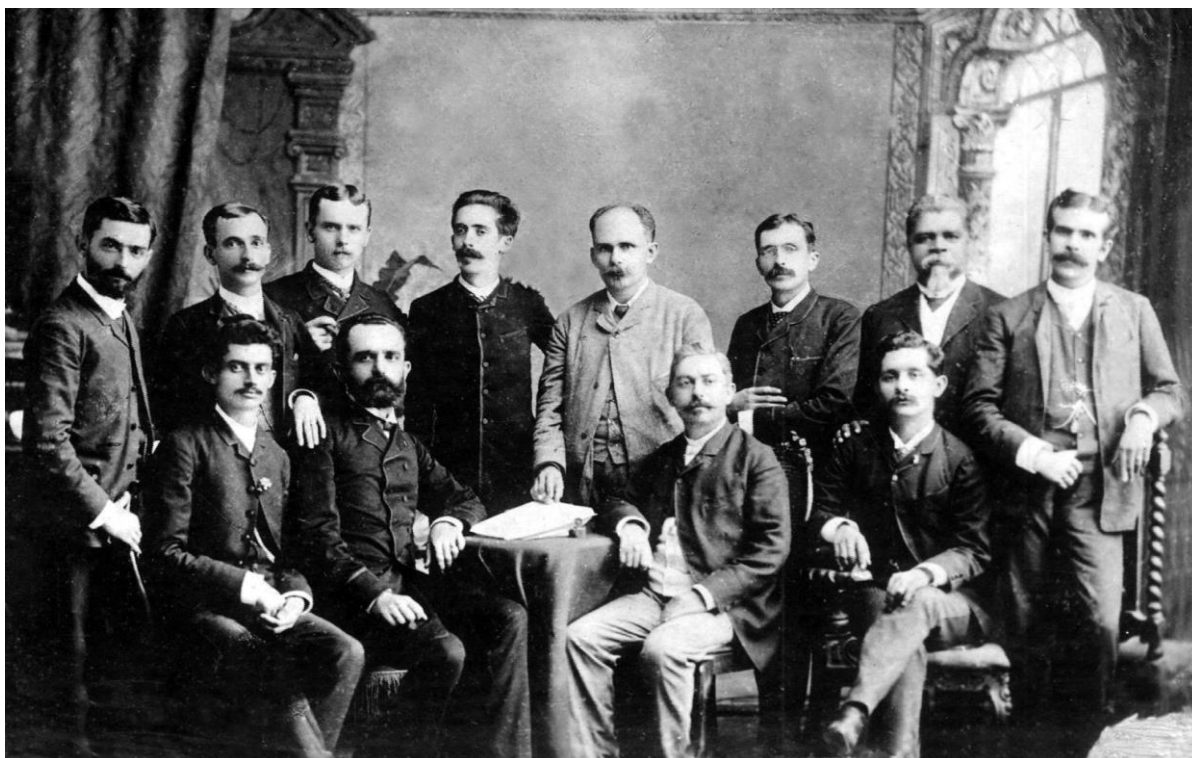


Fig. 1 - Diretoria da Sociedade Cearense Libertadora - Sentados, da esquerda para a direita: Manuel de Oliveira Paiva, João Lopes Ferreira Filho, José Correia do Amaral e Antônio Dias Martins. Em pé: Isaac Correia do Amaral, Antônio Pápi Jr., William J. Ayres, Abel Garcia, João Cordeiro, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar) e Alfredo Salgado⁹⁰. Fonte: Acervo do Arquivo Nirez.

Em 1880, mais precisamente no dia 8 de dezembro, foi criada a Sociedade Cearense Libertadora (SCL) no salão de honra da Assembleia Provincial. No convite, divulgado através da imprensa, o grupo à frente da organização da nova associação assim conclamava o povo à solenidade “Pela Liberdade”:

Para a grande festa da liberdade são convidados todos os cearenses de coração, todos os estrangeiros, que presam os sãos princípios de civilização e de humanidade. Cidadãos cearenses, protegei a santa causa dos captivos!⁹¹

Contando com discursos, declamação de poesias, arrecadação de contribuições, bem como a entrega de cartas de alforria a três escravizados adultos, a sessão de inauguração da Libertadora replicava e ecoava formas de mobilização que já vinham sendo utilizadas em outros lugares do império, visando a popularização da luta abolicionista e sua disseminação junto à sociedade. No primeiro dia de janeiro de 1881 surgiu o “Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora”, jornal que incrementou a atuação da SCL na esfera pública

⁹⁰ ALONSO, 2015, op. cit., p. 25.

⁹¹ O Cearense, Fortaleza, 8 de dezembro de 1880, p. 3.

servindo de principal veículo de difusão dos ideais dos membros da sociedade, bem como de suas ações em prol da abolição.

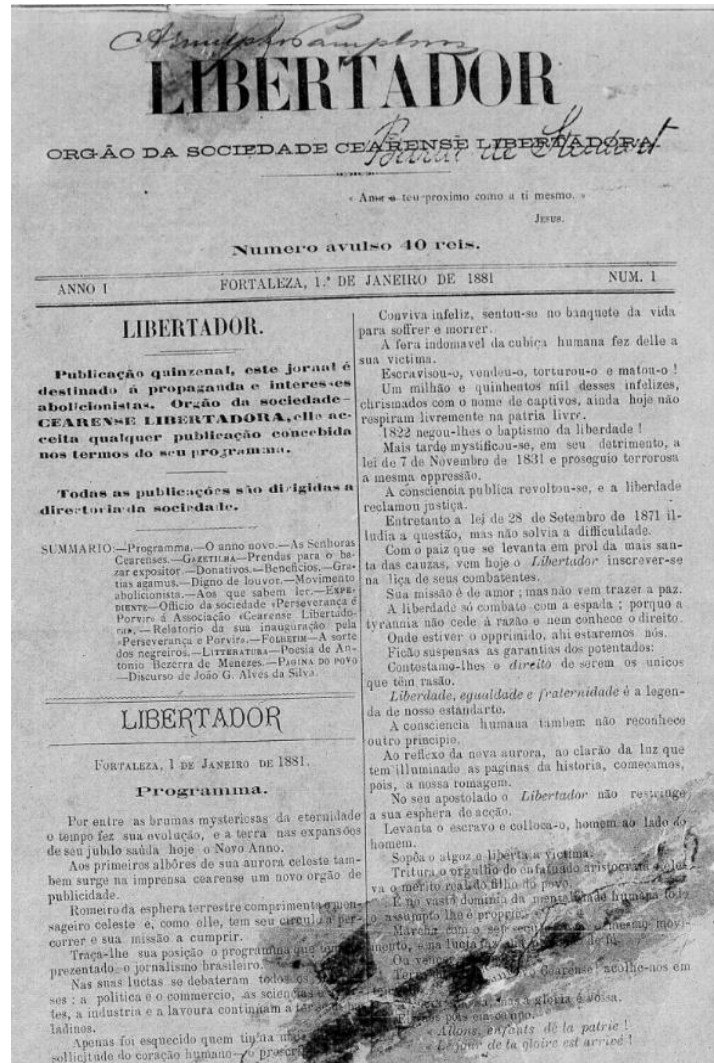


Fig. 2 - Primeiro número do jornal “Libertador” (1881), periódico da Sociedade Cearense Libertadora (SCL). Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Na primeira página do número inaugural de seu jornal a SCL apresentava o seu programa destacando os fundamentos de sua ação

Com o paiz que se levanta em prol da mais santa das causas, vem hoje o *Libertador* inscrever-se na liça de seus combatentes. Sua missão é de amor; mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada; porque a tyrannia não cede à razão e nem conhece o direito. Onde estiver o oprimido, ahi estaremos nós. Ficão suspensas as garantias dos potentados: Contestamo-lhes o *direito* de serem os únicos que têm razão. *Liberdade*,

*egualdade e fraternidade*⁹² é a legenda de nosso estandarte. A consciencia humana tambem não reconhece outro principio.⁹³

Influenciados pelos ideais liberais, positivistas e evolucionistas, os integrantes das libertadoras viam na escravidão o principal entrave ao desenvolvimento da nação, sendo necessário, portanto, extirpá-la com vistas à construção de uma modernidade que alinhasse o Brasil aos parâmetros de civilidade e progresso que tomavam como principal eixo as nações europeias. Estava em cena a defesa da instauração de uma ordem burguesa, na qual as liberdades política, econômica e social alinhavam-se ao industrialismo e ao desenvolvimento tecnológico⁹⁴. Tratava-se, com a criação de associações abolicionistas, de pôr tal ideário em movimento e colocá-lo a serviço da prática política com vistas à transformação social, portanto, longe do simples aspecto “humanitário” que tais sujeitos propagavam como fulcral de seus intentos.

A Sociedade Cearense Libertadora atuou em diversas frentes: promoveu eventos, nos quais eram arrecadados recursos em prol da distribuição de alforrias; editou e imprimiu o seu próprio jornal, fazendo dele uma poderosa voz em prol de sua campanha; uniu-se a pessoas de diferentes grupos sociais e interiorizou a campanha, levando-a para outros lugares da província, fazendo com que fosse multiplicada e abraçada por outras localidades. Com isso, desenhavam caminhos que levariam à extinção inicialmente do tráfico interprovincial de escravizados e, em seguida, da própria escravidão no território cearense.

Dentre os métodos de enfrentamento ao sistema escravista, a SCL também recorreu ao rapto de escravizados, bem como ao incentivo e apoio a fugas, atuando à margem da legalidade, motivos que levaram a um racha na organização fazendo surgir o Clube Abolicionista 25 de dezembro, fundado somente em 1882, mas que remontava a uma quebra do movimento no início de 1881. Radicalizando em suas propostas e ações, os denominados “carbonários” da SCL, tendo à frente seu presidente, o comerciante João Cordeiro, planejaram aquela que é considerada uma das mais importantes ações do grupo: o fechamento do Porto de Fortaleza ao embarque de escravizados a partir de uma greve de jangadeiros.

Conforme Raimundo Girão⁹⁵, a ideia da greve teria partido de Pedro Arthur de Vasconcelos, membro da SCL que, durante mais de uma ocasião, teria defendido em discursos públicos a necessidade de impedir o envio de cativos para outras províncias do império. Concretamente, num evento realizado em 26 de janeiro de 1881, no Teatrinho S.

⁹² O lema clássico da Revolução Francesa era recuperado pelos libertadores cearenses, alinhando suas lutas a outras experiências consideradas emblemáticas.

⁹³ Libertador, Fortaleza, 1º de janeiro de 1881, p. 1.

⁹⁴ CAXILÉ, 2005, op. cit., p. 32-33.

⁹⁵ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 103.

Luís, em Fortaleza, no intervalo de uma peça⁹⁶, Vasconcelos teria lembrado aos presentes que “se poderia conseguir dos jangadeiros não transportarem para bordo dos navios escravo algum”⁹⁷. Presente no ato, José Correia do Amaral, presidente da Perseverança e Porvir e vice-presidente da SCL, levou a ideia adiante de imediato, tratando de contatar as pessoas que poderiam ter influência na zona portuária e entrada junto aos trabalhadores podendo, efetivamente, atuar a favor da execução do plano.

Segundo relata Girão, certo número de escravizados deveria seguir pelo vapor “Espírito Santo”, embarcação da antiga Companhia Brasileira de Navegação, com destino aos portos do sul. Diz o autor que

Pedro Artur e José do Amaral depressa recorreram ao liberto José Luís Napoleão, chefe de capatazia no porto e detentor das simpatias dos companheiros de serviço e dos jangadeiros em geral, graças à sua bondade e prestimosidade, assim como à de sua mulher, a preta tia Simoa, “de coração angelical e alma pura, que acabou seus dias recebendo os carinhos da família de Henrique José de Oliveira.”⁹⁸

A aliança estabelecida entre os membros das associações abolicionistas e os trabalhadores do porto foi fundamental ao desenrolar da campanha no Ceará. Aqui, cabe destacar o papel importante dos espaços portuários na disseminação de ideias e de encontro entre diferentes sujeitos, num tempo em que quase tudo, de mercadorias a pessoas, transitava por tais lugares, fazendo deles zonas de intenso contato entre o local e o restante do país e mundo. Pelos portos passavam gentes, ideias, conhecimentos e filosofias, perspectivas de liberdade que alcançavam não só os intelectuais, mas também os trabalhadores humildes, os despossuídos de poder e posses.

Até o momento, uma das lacunas da historiografia sobre a abolição no Ceará diz respeito à atuação de Napoleão e de sua esposa, conhecida como Tia Simôa⁹⁹, nas agitações políticas promovidas pelos jangadeiros. Evidentemente que outro fato colabora para essa situação: a construção de uma memória sobre os eventos que tomaram Fortaleza no início da década de 1880 pouco registrou sobre a atuação desses sujeitos, deixando, portanto, poucos

⁹⁶ Nesse período, é possível encontrar diversos anúncios na imprensa divulgando peças com temas abolicionistas, uma das estratégias utilizadas pelos partidários da campanha. O Teatro São Luís foi palco de diversas exibições desse tipo, que muitas das vezes acabavam com discursos acalorados de abolicionistas. Precisamente no dia 16 de janeiro de 1881, seguindo até meados de fevereiro do mesmo ano (período em que teria surgido a ideia de fechar o porto), entrou em cartaz nesse teatro a peça “A Mãe dos Escravos”, drama em 4 atos baseado no romance “A cabana do Pai Thomás” (de autoria da estadunidense Harriet Beecher Stower, publicado originalmente em 1852, obra emblemática da literatura com abordagem sobre a escravidão nos Estados Unidos). Cf. O Cearense, Fortaleza, 15 de janeiro de 1881, p. 4.

⁹⁷ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 103

⁹⁸ Idem, p. 104.

⁹⁹ Provavelmente, trata-se de Maria Simôa da Conceição, que aparece como proprietária de um imóvel na Rua de Santa Isabel, em anúncio de cobrança de décima urbana publicado em um jornal de Fortaleza em 1881. Imediatamente abaixo do nome de Simôa, consta o nome de José Luiz Napoleão, com imóvel na mesma rua. Cf. Cearense, Fortaleza, 16 de janeiro de 1881, p. 3.

vestígios documentais de suas histórias de vida e sobre os papéis que desempenharam no movimento abolicionista. Para além de menções, tais personagens ainda são pouco conhecidos, seja na literatura especializada ou do público em geral.

Em 1934, durante as comemorações ao cinquentenário da abolição no Ceará, Isaac Amaral, irmão de José Amaral (presidente da Perseverança e Porvir), acima citado, um dos participantes da campanha abolicionista, recuperou a participação de Napoleão no episódio da greve dos jangadeiros, bem como de seu papel pioneiro em prol da mobilização da categoria. Contrapondo uma narrativa que heroizou Francisco José do Nascimento, o denominado Dragão do Mar (sobre o qual em breve trataremos), Amaral trouxe à tona, em sua fala à imprensa, o papel de Napoleão, dizendo que:

Nos memoráveis dias das greves dos jangadeiros, 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, Francisco José do Nascimento, depois cognominado Dragão do Mar, nenhuma parte tomou no trancamento do porto de Fortaleza e sim Antônio José Napoleão, um liberto, chefe das capatazias Boris Frères e pessoa de grande prestígio entre a classe marítima praieira, com o concurso de Pedro Arthur de Vasconcelos, empregado da Casa Singlehurst, e também prestigioso e influente entre os trabalhadores do mar, que prestou o primeiro maior serviço ao meu irmão José do Amaral e aos seus poucos companheiros, conseguindo o resultado colimado – a greve, o que deu colossal realce à cruzada abolicionista, surpreendendo todo o País.¹⁰⁰

Sem desconsiderar o papel desempenhado pelo Dragão do Mar, tampouco colocar resoluções definitivas quanto à história do movimento abolicionista cearense, cabe apontar para a importância de se recuperar outros sujeitos e seus protagonismos, complexificando as narrativas e mesmo desnaturalizando os processos de produção de memórias que engendram também mitificações e apagamentos. Evidentemente, tanto nos episódios em que Nascimento foi retomado enquanto liderança na greve, como também no caso de Napoleão, houve múltiplas e difusas intenções dos atores sociais implicados nos percursos de fabricação do que é lembrado e do que é esquecido, no interior de fluxos mnemônicos que se articulam plenamente com as questões próprias do tempo dos sujeitos envolvidos na inscrição e registro de narrativas sobre o passado.

Corroborando as memórias de Isaac Amaral, um registro do jornal liberal *Gazeta do Norte*, publicado em Fortaleza em 28 de janeiro de 1881, portanto, poucos dias após o início da greve dos jangadeiros, afirmava que:

A frente da greve dos lancheiros contra o embarque de escravos achava-se o liberto José Napoleão, que, ha poucos annos, tendo conquistado sua

¹⁰⁰ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 104.

liberdade, consagrou-se com incansável dedicação ao sublime dever de libertar suas quatro irmãs, o que conseguiu a custas de esforçadas lides.¹⁰¹

Além de destacar a atuação de Napoleão como líder do levante popular contra a comercialização de escravizados através do Porto de Fortaleza, a notícia evidencia marcas de sua biografia, permitindo que acessemos mais detalhes de sua trajetória. Pelo que se pode aferir, José Luiz Napoleão fora escravizado e, após conquistar sua liberdade, trabalhou com vistas a proporcionar o mesmo destino aos membros de sua família que permaneciam sob o jugo do cativo¹⁰².

À época da paralisação do porto, Napoleão atuava na capatazia da firma Boris Frères, uma importante empresa de exportação e importação em atividade no Ceará e em outras localidades. Após sua participação nas greves, se tornou membro-diretor da Sociedade Cearense Libertadora, na gestão eleita em 20 de março de 1881, portanto, alguns meses após a paralisação.

Além de ter feito parte da diretoria da principal associação abolicionista cearense do período, José Luiz Napoleão destacou-se enquanto líder junto aos libertos (ou seja, pessoas que haviam conquistado a alforria). Foi fundador e eleito primeiro presidente do *Club dos Libertos*¹⁰³, entidade criada em Fortaleza, em 28 de maio de 1882. Esta entidade atuou no levantamento de fundos para libertar escravizados, bem como na promoção e divulgação do abolicionismo¹⁰⁴ tendo sido instalada com o apoio e grande participação dos membros da SCL¹⁰⁵.

No ano de 1881, em duas ocasiões, os jangadeiros e membros da SCL atuaram para impedir o embarque de escravizados no porto de Fortaleza. Entre os dias 27 e 31 de janeiro ocorreram as primeiras mobilizações: ao alvorecer do dia 27, o procurador da Câmara Municipal, João da Fonseca Câmara, teria autorizado o embarque de 23¹⁰⁶ escravizados que deveriam ser vendidos nas províncias do sul sendo que, deste montante, 9 já tinham sido

¹⁰¹ Gazeta do Norte, Fortaleza, 28 de janeiro de 1881, p. 2.

¹⁰² Napoleão era natural de Icó, interior do Ceará, e ao morrer deixou algumas propriedades na capital cearense. Cf. ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. Perfil de senhoras e senhores que alforriaram em Fortaleza, Ceará (século XIX). In: **Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 1-17.

¹⁰³ Muito provavelmente o clube cearense foi criado com base e inspiração na experiência do Clube dos Libertos do Rio de Janeiro, fundado por João Clapp na cidade de Niterói, em 1880. A proposta principal da entidade era oferecer educação aos recém-libertos. No caso do congêneres cearense, não foi possível verificar se a educação constava no plano de ação do grupo.

¹⁰⁴ O Clube foi instalado como uma “sociedade auxiliar” da Sociedade Cearense Libertadora. Cf. Gazeta do Norte, Fortaleza, 28 de maio de 1882, p. 3.

¹⁰⁵ A sessão de instalação do Clube aconteceu na casa do 1º Secretário da SCL, Antônio Bezerra de Menezes e foi presidida por João Cordeiro, tendo comparecido mais de 50 libertos. Cf. Constituição, Fortaleza, 1 de junho de 1882, p. 2.

¹⁰⁶ Em outras versões, o número de escravizados seria de 14.

embarcados quando membros da SCL tomaram conhecimento da situação. O jornal *Gazeta do Norte*, informando sobre o levante que fechou o porto, destacou que:

Uma revolta operou-se imediatamente entre eles [os jangadeiros] e nenhum prestou-se a conduzir para bordo as pobres criaturas que a ambição ia atirar para muito longe da terra natal, afastar de todas as afeições, além do muito que lhes pesava o martírio da escravidão.¹⁰⁷

Diante da negativa dos jangadeiros em atuar a favor de seus interesses, os comerciantes recorreram às autoridades policiais com o objetivo de efetuar os embarques e não obtiveram êxito, mesmo após comprar jangadas e oferecer altas quantias em dinheiro aos trabalhadores do porto. Duas outras situações marcaram o dia 27 de janeiro: entre os 9 escravizados que haviam sido embarcados, havia uma mulher, de nome Luiza, que alegava ser livre e, através de ação judicial da SCL, foi retirada do pacote em que estava.

Além do caso de Luiza, os membros da Libertadora receberam denúncia de que uma escravizada a bordo do vapor Pará (que passava por Fortaleza vindo do norte em direção ao sul) alegava ser livre. Assim o jornal *Libertador* descreveu o episódio:

No porão do vapor << Pará >> agonizava uma mãe infeliz, que muito embora livre, fora embarcada no Maranhão, com quatro filhas, para ser vendida no Rio de Janeiro! Horror! Mas um negreiro de profissão e de indole é capaz de tudo. Foi a requerimento do presidente da *Sociedade Cearense Libertadora* que o Sr. Dr. chefe de polícia fez desembarcar essa família. Confrangiu o coração vel-a chegar, em terra, semi-nua, esqualida e morta á fome. Eram já seis as victimas que se arrancavam ao demonio do captivo e da morte.¹⁰⁸

A mãe retirada do navio, conforme noticiou *O Cearense*, fora inicialmente identificada como Euzébia, mas, em depoimento às autoridades, disse que seu verdadeiro nome era Francisca e que era natural do Ceará. Ela teria sido reescravizada no Maranhão, local onde fora embarcada para ser vendida no Rio de Janeiro, junto com suas quatro filhas. Para garantir-lhe a liberdade, caso não fosse comprovada sua alegação de ser forra, os membros da Sociedade Cearense Libertadora depositaram em juízo a quantia de 200 mil réis a seu favor para que fosse utilizada na aquisição de sua alforria, caso necessário. Tratava-se de mais uma conquista da ação dos abolicionistas no porto que, além de fechado ao tráfico, presenciou viva mobilização a favor de sujeitos que já estavam a caminho de um novo martírio nas ricas regiões do sudeste¹⁰⁹.

Nos dias de mobilização, além da presença dos membros das sociedades abolicionistas e do concurso dos jangadeiros e demais trabalhadores do porto, muita gente

¹⁰⁷ *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 28 de janeiro de 1881, p. 2.

¹⁰⁸ *Libertador*, Fortaleza, 7 de fevereiro de 1881, p. 2.

¹⁰⁹ *Cearense*, Fortaleza, 28 de janeiro de 1881, p. 2.

afluiu à praia com a propagação da notícia da greve. Integrantes da SCL foram especialmente destacados para atrair pessoas ao *meeting* que deveria expressar o apoio social aos jangadeiros, bem como atuar, caso necessário, causando constrangimentos e levantando a opinião pública contra comerciantes e traficantes, assim como as autoridades, que poderiam, como de fato tentaram por diversas ocasiões, liberar o embarque de escravizados. Em meio a esses dias de apreensão e mobilização é que teriam surgido as palavras de ordem “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”, brotado espontaneamente no meio da multidão que acompanhava o desenrolar da situação e assumido como um lema, ecoado na praia, mas também amplamente difundido na imprensa local e de outras províncias que noticiaram a questão.

No dia 30 de agosto novos intentos de embarcar escravizados no porto voltaram a agitar a cidade de Fortaleza. Segundo relata Girão, tendo vindo à capital cearense o Sr. Camerino Facundo de Castro Meneses, residente no Pará e filho do político Major Joao Facundo de Castro Meneses, teria ele comprado duas escravizadas para trabalhos domésticos e pretendia levá-las para Belém. Já sabendo da resolução dos membros da SCL em impedir o embarque, Facundo contratou o envio das duas mulheres pelo porto do Acaraú, de onde sairiam com destino ao Maranhão e depois Pará.

Naqueles dias, também se encontrava em Fortaleza um tal Sr. Magalhães, do Pará, que teria adquirido uma leva de escravizados, os quais pretendia levar para Belém. Por mediação de João Brígido, o chefe de polícia Dr. Torquato Mendes Viana, teria assumido o compromisso de garantir o embarque, mobilizando a força policial para efetivar tal pretensão. Sabendo disso, os libertadores da SCL mobilizaram o povo para ir à praia e

Começaram os protestos contra o aparato militar do Chefe de Polícia. Se ele havia imposto – ‘ou os escravos embarcam ou corre sangue’, aí estava a resposta em boletim espalhado pela cidade: ‘Pois corra sangue!’¹¹⁰.

Os ânimos estavam exaltados e a posição dos libertadores contra o embarque não foi impactada pela presença da força policial na praia, como pretendia os traficantes. Em meio à tentativa de embarque, as duas escravizadas que Camerino pretendia conduzir ao Pará foram raptadas pela ação de membros da SCL. Vejamos o relato de Girão quanto à ação:

Duzentos e dez praças (guardas civis, policiais e soldados do 15º Batalhão) postavam-se para manter o ‘princípio da autoridade’; mas os libertadores respondiam que 210 era, sem tirar nem por, o número de infelizes negros até aquele instante por eles declarados livres! No auge da confusão, presente o próprio Dr. Torquato, as duas pretas do Sr. Camerino, sub-repticiamente, são metidas num carro trazido pelo liberteiro Cândido Maia e fogem todos em desabalada carreira. O desapontamento da autoridade sobe ao desespero,

¹¹⁰ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 128.

quando verificada a fuga insólita, porém nada mais lhe é possível ordenar, naquela conjuntura. Uma desmoralização, aquele roubo! Excelente posto à exploração pelos políticos da situação governista aquele desrespeito!¹¹¹

Para muitos a atitude do rapto fez acender um alerta e a oposição escravista aproveitou a oportunidade para empreender uma campanha de difamação e acusações contra membros da SCL. Com apoio declarado do 15º Batalhão de que não sofreriam represálias por parte do exército, a ação dos libertadores a cada dia ganhava novos adeptos, mas também inimigos. Foi neste cenário que despontou a liderança de Francisco José do Nascimento, figura célebre e das mais conhecidas do abolicionismo cearense e que se notabilizou na luta pelo fim da escravidão ao se opor ao embarque de escravizados no Porto de Fortaleza.

Natural de Aracati, município distante 150 km da capital cearense, Nascimento nasceu em 15 de abril de 1839, em Canoa Quebrada, filho do pescador Manuel do Nascimento e da rendeira Matilde Maria da Conceição. Por conta do nome de sua mãe, era também muito conhecido por seu apelido, Chico da Matilde, mas foi como Dragão do Mar que se eternizou na história brasileira, notadamente por sua atuação no movimento pela abolição da escravidão no Ceará¹¹².

Filho e neto de jangadeiros e pescadores, Dragão do Mar teve sua vida desde a primeira infância atada às lides com o mar. Ainda criança, seu pai, Manuel, teria ido para um seringal na Amazônia (não encontramos referência exata do local), num período marcado pela expansão da ocupação nessa região que contou com a migração de milhares de nordestinos atraídos pela exploração da floresta e os seus inúmeros recursos. Ao que tudo indica, por lá faleceu, não vendo o filho crescer.

Segundo informa Morél¹¹³, aos 8 anos, Nascimento foi entregue por sua mãe para trabalhar embarcado no navio “Tubarão”, de propriedade do comendador português José Raimundo de Carvalho. De início, serviu como menino de recados, nos trânsitos que fazia a embarcação entre Natal, Recife e Fortaleza, parando uma vez por mês no porto no qual residia sua família. Com 20 anos, Dragão do Mar aprendeu a ler e escrever tendo adquirido também noções de inglês e alemão, muito provavelmente pelo contato com as pessoas que viviam nos navios percorrendo diferentes rotas.

O convívio com a situação vivenciada pelos escravizados nos navios, vítimas do tráfico interprovincial, teria despertado, desde muito novo, a sensibilidade de Nascimento para os horrores da escravidão e a necessidade de combatê-la. Morél diz que:

¹¹¹ Idem, *ibidem*.

¹¹² Todas as informações biográficas do Dragão do Mar foram retiradas de MORÉL, Edmar. **Dragão do Mar: O Jangadeiro da Abolição**. Rio de Janeiro: Edições do Povo, 1949, única biografia publicada até hoje sobre Francisco José do Nascimento.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 36-37.

Neste ambiente é que Nascimento, já sabendo ler e escrever, sente que o drama daquele amontoado de infelizes, é parte de sua vida. Ele é livre, mas é um mulato e, como mulato bem escuro melhor do que ninguém sabe das decepções que passa, do infortúnio de sua gente, humildes pescadores do Ceará, pretos e caboclos escravizados a um patrão branco, desumano e perverso.¹¹⁴

Dos navios em que trabalhava, Nascimento sentia as mazelas de seus irmãos escravizados, bem como recebia notícias de revoltas e insurreições, como o episódio da Barca Laura II, uma rebelião escrava que ocorreu nos mares cearenses em 1839, da qual deu notícia a Nascimento um de seus sobreviventes, Luiz Aracati, que também trabalhava embarcado. Percebe-se que a vida no mar marcou indelevelmente a formação do futuro líder abolicionista que foi eternizado como um dos responsáveis por fechar o Porto de Fortaleza ao tráfico de pessoas escravizadas. O contato com pessoas de diversas origens, condições, com as notícias que circulavam principalmente através dos navios, influenciou sobremaneira o engajamento de Nascimento na luta contra a escravidão, conforme analisa Morél.



Fig. 3 - Fotografia de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar (1839-1914)¹¹⁵

Francisco José do Nascimento fixou residência em Fortaleza em meados da década de 1870, adquirindo duas jangadas para o sustento de sua família – formada por sua esposa,

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 41.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.nacaofortaleza.com/cabeza4.php>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Joaquina Francisca, e sua filha, Francisca. Em junho de 1874 foi nomeado como segundo prático da Capitania dos Portos, responsável pela orientação da atracagem dos navios no porto, portanto, ofício que exigia exímio conhecimento das condições locais de navegação e circulação. Durante a seca que atingiu a província, de 1877 a 1879, Nascimento conheceu João Cordeiro, Comissário Geral dos Socorros Públicos que, anos depois, seria um dos mais importantes líderes do movimento abolicionista, notadamente presidente da Sociedade Cearense Libertadora.

Em janeiro de 1881, no movimento de trancamento do Porto de Fortaleza, Nascimento, muito provavelmente, já estava envolvido com as mobilizações abolicionistas, mas não assumiu o papel de protagonista. Morél explica que naqueles dias

Um homem, quase preto, com 42 anos, a bordo de um paquete inglês, com um óculo de alcance, assiste ao motim. É Francisco José do Nascimento, segundo prático do porto. Por circunstâncias estranhas e talvez por uma simples rivalidade, pois Nascimento já é uma figura das mais prestigiosas do movimento, não o chamam para dirigir a greve, muito embora as suas embarcações estivessem na praia, formando a parede.¹¹⁶

É difícil precisar o exato momento em que Francisco José do Nascimento aderiu ao movimento abolicionista organizado; contudo, cremos que tal fato ocorreu logo após os episódios que marcaram a primeira greve de jangadeiros, em fins de janeiro de 1881, uma vez que, em 25 de março do mesmo ano, ele já compunha, como diretor, a Sociedade Cearense Libertadora, conforme notícia divulgada nas páginas do jornal *Gazeta do Norte*¹¹⁷. Novamente, recorreremos às memórias de Isaac Amaral que, em 1934, ao apontar para o protagonismo dos agentes responsáveis pela greve, abordou a questão do envolvimento de Dragão do Mar, bem como do liberto José Napoleão

[...] tivemos como principal mentor dos jangadeiros, o liberto José Antônio Napoleão, caráter adamantino de abolicionista, e de altruísmo fora do comum...Mas era de tal modéstia, que ninguém o pôde fazer líder oficial da classe marítima, em cujo meio se tornou venerado. Dizia-nos sempre: “Para esse lugar seus moços, só um home novo e forte como o Chico da Mathilde, que é também jangadeiro, muito sério e amigo dos colegas da praia...Daí nasceu a escolha deste,... bem dizendo esta (a Libertadora) o novo concurso, porque Nascimento entregou-se com devotamento ao seu papel de chefe da grande classe praieira, tornando-se acatadíssimo, graças a sua força moral.”¹¹⁸

O fato de Napoleão ser liberto, em comparação à Francisco José do Nascimento que, mesmo sendo negro, não passara pela experiência da escravidão, pode ter influenciado na “escolha” do segundo como líder dos jangadeiros, tendo se tornado, desde então, a face

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 75.

¹¹⁷ *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 25 de março de 1881, p. 2.

¹¹⁸ JORNAL O NODESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34, p. 5 apud XAVIER, 2010, op. cit., p. 32.

pública de um amplo segmento popular que aderiu à luta antiescravista, ocasionando, consequentemente, um apagamento da liderança de Napoleão junto aos marítimos e à sua influência no movimento grevista (pelo menos do ponto de vista do trabalho de memória feito em torno de tal tema)¹¹⁹.

Contudo, cabe considerar, como vimos acima, que Napoleão construiu outros espaços de influência e protagonismo, como o Clube dos Libertos, e mesmo que tal iniciativa não tenha entrado para a escrita da história e as tessituras da memória oficial sobre a abolição no Ceará, indica as muitas operações produzidas pelos sujeitos sociais na construção das narrativas históricas, em sintonia com as possibilidades e limites das próprias sociedades em termos de reconhecimento, inclusão, favorecimento, apagamento ou silenciamento de trajetórias.

Na segunda greve no porto, ocorrida em agosto, Nascimento, ao que tudo indica, foi efetivamente consagrado como uma das grandes lideranças, aspecto que seria praticamente mitificado a partir de 1884, quando de sua ida para as comemorações pelo “Ceará Livre” na Corte imperial. Além de ter atuado nas ações diretas que visaram impedir o tráfico, Nascimento era presença constante em todas as atividades da SCL, tanto na capital quanto no interior, quando a campanha abolicionista foi interiorizada. Por conta de sua participação na greve foi demitido do posto de prática do Porto, represália à sua atuação que recaiu também sobre outros companheiros que exerciam cargos públicos, como Frederico Borges (demitido do posto de promotor público), Siqueira Mano e Ferreira do Vale (oficiais da guarda cívica), Almino Alfonso (Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Geral), Pedro Borges (médico do Corpo de Saúde do Exército removido para o Rio Grande do Sul). Outros ainda foram suspensos ou tiveram cortes nos salários, conforme registra Girão¹²⁰.

A perseguição aos abolicionistas recaiu também sobre militares, especificamente o 15º Batalhão que, por seu envolvimento com a campanha, foi transferido para Belém, gerando enorme comoção já que era presença constante nas atividades realizadas pela SCL, com sua banda de música que sempre acompanhava as solenidades. Os militares, muitos deles abertamente abolicionistas, inclusive alguns de alta patente, como o General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, criaram um Clube Militar Abolicionista engrossando as fileiras da campanha.

Após o agitado ano de 1881, a Libertadora continuou atuando em prol da abolição realizando eventos e arrecadando fundos para manumissões¹²¹, bem como difundindo o

¹¹⁹ Para um debate específico sobre a “escolha” do Dragão do Mar como líder dos jangadeiros, bem como para uma reflexão sobre tal questão a partir de uma leitura étnico-racial, cf.: MILES, Tshombe. O escolhido: Dragão do Mar. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas do Sertão**, Quixadá, v. 1, n. 1, jul.-dez. 2013, p. 51-60.

¹²⁰ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 132.

¹²¹ Manumissão era o termo jurídico empregado para identificar a alforria legal de um escravizado.

ideário abolicionista, buscando interiorizar a campanha a partir da criação de novas associações no interior. Em fins de novembro de 1882, os cearenses receberam o reforço do jornalista José do Patrocínio, importante líder do movimento abolicionista no Rio de Janeiro, que foi ao Ceará para agitar e impulsionar as atividades que já vinham sendo desenvolvidas.

Foi neste momento que Francisco José do Nascimento conheceu Patrocínio, em episódio recordado por Elvira Pinho, publicado por Edmar Mórel:

Quando êle [Patrocínio] pulou na ponte, um escravo beijou-o e nós cobrimos a sua cabeça de rosas, o que havia de melhor nos jardins da cidade. Chamaram-no de 'Marechal Negro'. Lembro-me do seu encontro com o 'Chico da Matilde'. Os dois tinham quase a mesma estatura, sendo que a barba de Patrocínio era mais fechada. O tribuno conheceu o chefe dos jangadeiros na sede da Libertadora. 'Então, companheiro, o porto está mesmo bloqueado?' Nascimento responde com firmeza: - 'Não há força neste mundo que o faça reabrir ao tráfico negreiro!'¹²²

Cognominado de “Lobo do Mar” por Patrocínio, Nascimento seria mais conhecido como “Dragão do Mar”, alcunha pela qual Aluísio Azevedo teria denominado o líder dos jangadeiros cearenses¹²³. A partir de 1882, o movimento abolicionista brasileiro pôs em marcha uma nova estratégia de enfrentamento à escravidão, notadamente a partir da atuação de Patrocínio, que teve forte impacto no andar da campanha no Ceará. Alonso explica que a “campanha de libertação de territórios” foi pinçada do repertório internacional de experiências abolicionistas, sendo que a

[...] tática estadunidense apelidada de *underground railroad*, que consistira em criar extensa malha de asilos para escravos fugirem até *free soil*, o Canadá ou o Norte do país, onde a escravidão era ilegal – o fugitivo mais célebre fora Frederick Douglas, o ídolo de [André] Rebouças. No Brasil, havia quilombos desde a Colônia, e novos surgiram durante a campanha abolicionista; eram, porém, enclaves clandestinos. Nada se assemelhava ao Norte dos Estados Unidos, território que banira a escravidão por lei, onde fugitivos pudessem viver como se livres fossem. A CCE [Comissão Central Emancipadora] decidiu criar essa área geográfica sem escravidão, que desafiava a institucionalidade escravista e fosse refúgio de fugitivos (com ou sem ajuda dos abolicionistas) e emblema da possibilidade de ordem civil pós-escravista, em desmentido factual à retórica escravista da ameaça (a abolição como anarquia).¹²⁴

Efetivamente, a estratégia foi posta em movimento a partir de janeiro de 1883, quando os abolicionistas da Corte visaram criar um território livre da escravidão na capital do império. A ideia pressupunha o engajamento e envolvimento da população no convencimento da classe senhorial a alforriarem seus escravizados; assim, pedia-se a concessão voluntária da

¹²² MORÉL, 1949, op. cit., p. 103.

¹²³ Apesar das pesquisas que fizemos, não localizamos o texto em que o escritor teria atribuído a alcunha a Nascimento.

¹²⁴ ALONSO, 2015, op. cit., p. 192-193.

liberdade indo “de casa em casa, quarteirão por quarteirão. Idealmente, assim se libertariam bairros, cidades, províncias e, se tudo desse certo, o país.”¹²⁵. Mas, em algum momento, tal estratégia cessaria os bons resultados e os abolicionistas vislumbraram a necessidade de buscar encampar a ideia em terreno mais fértil e menos hostil, político e socialmente falando.

Com baixo número de escravizados e possuidor de um forte movimento abolicionista que já havia conquistado significativo espaço social para a campanha, o Ceará foi escolhido como o lócus para o experimento social de libertação de territórios em grande escala, começando pelos municípios. Não só fatores demográficos e econômicos explicam tal guinada, antes de tudo o terreno político na província do norte favorecia o incremento da campanha contando com apoios sociais os mais diversos possíveis, dos jangadeiros a padres e militares, alcançando até os presidentes da província¹²⁶.

Alonso pontua que o aspecto político foi dos mais decisivos para a implementação da libertação de territórios, visto que sucessivos presidentes da província, a partir de 1882, criaram as condições que proporcionaram o avanço da medida.

Além de governo local facilitador, a SCL contava com a simpatia de quem a poderia reprimir, o 15º Batalhão militar, aquele conivente com o fechamento do porto de Fortaleza em 1881. Força repressiva alternativa teria de se deslocar de outra província ou da Corte, convenientemente distante. Essas condições motivaram a SCL, dotada de capacidade de arregimentação, a tentar a campanha de libertação de territórios na província inteira. Por isso, em 1882, Patrocínio viajou a Fortaleza.¹²⁷

Com a chegada de Patrocínio, intensificou-se a ação em prol da arrecadação de fundos para manumissões, bem como o trabalho de convencimento de entrega de alforrias sem ônus. Segundo Girão, a primeira cidade escolhida para ser território livre foi Acarape, próxima a Fortaleza e com conexão fácil via estrada de ferro. Também este era o município da província que possuía menos escravizados (segundo o autor, 32 pessoas). Assim, em solenidade no dia primeiro de janeiro de 1883, Acarape foi declarado o primeiro município brasileiro livre, sendo, por isso, rebatizada de Redenção, quando elevado à categoria de cidade, em 1889¹²⁸.

Deste momento em diante não pararia de ocorrer o mesmo feito em outras localidades: os municípios disputavam entre si o lugar de vanguarda na lista de municípios libertados, constando os nomes e datas numa lista denominada “Quadro de Luz”, divulgada periodicamente no jornal *Libertador*. A campanha generalizara-se pelo Ceará, alcançando

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 193.

¹²⁶ Idem, *ibidem*.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 195.

¹²⁸ GIRÃO, 1988, op. cit., p. 147 e 149.

todos os pontos do território, angariando adeptos e partidários no sertão e no litoral. Em 1883, estavam em plena ação as associações Cearense Libertadora, Redentora Acarapense, Libertadora de São Francisco, Sociedade Abolicionista de Pacatuba, Libertadora Baturiteense, Clube Abolicionista Caixeiral, Clube Abolicionista de Soure, Libertadora Aquirasense, Libertadora de Russas, Libertadora da Conceição (Guaramiranga), Club dos Libertos, Cearenses Libertadoras (associação formada por mulheres e que teve papel de destaque junto com a SCL, esta, de maioria masculina), Libertadora Estudantal (formada pelos estudantes), dentre outras.

Amplos setores da população se engajaram na campanha, desde as mulheres, que formaram sua própria associação, bem como os libertos, os caixeiros, a adesão em peso da classe tipográfica, dentre outros segmentos sociais. Patrocínio denominou o Ceará de “Terra da Luz” e divulgou o andar do movimento provincial por todo o império e no exterior. Era preciso transformar aquele território em símbolo do Brasil que almejavam!

A 24 de maio de 1883, após uma agitação sem precedentes, ocorreu a libertação de Fortaleza (tratava-se da primeira capital de uma província do império a declarar-se território livre do cativo). Tais acontecimentos ecoaram por todo o Brasil, levando a novidade cearense até as senzalas, o que fez com que diversos escravizados fugissem para a província, gerando a fúria da classe senhorial que reagiu à situação, denunciando nos parlamentos, nos jornais, enfim, nos espaços em que tinham proeminência política e social.

Para 25 de março de 1884 foi marcada a data áurea na qual o Ceará se declararia inteiramente livre do regime de trabalhos forçados que reduzia seres humanos a coisas. A SCL intensificou a campanha popular aglutinando a população em torno da causa e incentivando os cearenses a serem os pioneiros a pôr fim ao escravismo. A campanha de libertação de territórios era exitosa e chegaria ao clímax com o “Ceará livre”, oxigenando o movimento abolicionista em todo o território nacional.

Mas, a escolha da data magna da província, como ficaria conhecido o acontecimento, não foi aleatória, pelo contrário, foi meticulosamente pinçada para dar ainda mais peso simbólico à celebração que se preparava. Os libertadores elegeram o 25 de março por coincidir com os exatos 60 anos de promulgação da primeira e única Constituição do Império do Brasil, adotada em 1824, a mais longeva da história nacional. Quiçá tinham em mente o bordão da abolição como nova independência que, como destaca Alonso, estivera presente no ideário abolicionista desde finais da década de 1860¹²⁹.

¹²⁹ ALONSO, 2015, op. cit., p. 101.

A extinção pioneira da escravidão no Ceará foi possível graças a um conjunto de fatores que, articulados, possibilitaram o ambiente favorável à declaração de território livre: um movimento abolicionista forte, com capilaridade social e reconhecimento nacional; aspectos econômicos e demográficos, como a baixa dependência da mão-de-obra escrava no sistema produtivo, onde atuavam mais como escravos domésticos, visto a ausência de grandes lavouras, com destaque para a centralidade da pecuária em tal cenário; os impactos da seca de 1877-79, que levaram a uma desestruturação tanto das unidades produtivas quanto da lógica econômica da classe senhorial provincial, aspecto que colaborou e intensificou o tráfico interprovincial, bem como as possibilidades de conquista da liberdade a partir da alforria; aspectos socioculturais, expressos nas transformações que converteram a escravidão de regime socialmente aceitável em mácula repudiável e execrável, fazendo emergir novas sensibilidades que, a partir da campanha abolicionista, seja nas atividades nas ruas, nos teatros, nas igrejas, no porto ou outros espaços de sociabilidade, constituíram novos marcos de “civilidade” e “modernidade” que deveriam orientar o desenvolvimento social, aspectos presentes também na produção literária e científica produzida em tal contexto.

Mas, conforme destaca Alonso, o aspecto político foi um dos mais significativos para o desfecho cearense. A autora aponta que a alta rotatividade de presidentes de província durante a situação liberal (1878-1885) possibilitou a experiência de “governo-relâmpago”, o que deu relativa independência aos presidentes em relação aos grupos políticos e elites locais: “Presidente meio turista, podia iniciar políticas sem purgar suas consequências. Foi o que ocorreu no Ceará.”¹³⁰.

Assim, sob a presidência do baiano Sátiro de Oliveira Dias, discípulo de Abílio Borges, o Barão de Macaúbas, um dos pioneiros do abolicionismo brasileiro, a província cearense pôde declarar-se terra pioneira da abolição. O presidente, que assumira o comando da província em 1883, aliara-se aos abolicionistas locais, visto, inclusive, a sua vinculação com diretores da SCL, por laços forjados na época da faculdade. Dias empenhar-se-ia para tornar a libertação uma solução possível, diante das tensões cada vez mais crescentes.

Negociou e, em 3 de outubro, a Assembleia Provincial aprovou o projeto de altas taxas sobre negociações de escravos, que foi a pá de cal no que restava de escravaria na província, vendida a toque de caixa e pela metade do preço, antes da lei entrar em vigor. Ato de implicação miúda na prática – estimavam-se entre 3 mil e 5 mil os escravos na província –, e graúda na política: um governo provincial chancelava o movimento abolicionista em desafio às instituições imperiais nacionais, pois, Dias admitiu, “a lei pecava por inconstitucional”. “Queimei então ‘os meus navios’ e sancionei a lei.”¹³¹

¹³⁰ Idem, ibidem, p. 195.

¹³¹ Idem, ibidem, p. 211-212.

A cidade de Fortaleza foi enfeitada e preparada para o dia da libertação. O anúncio da abolição foi feito em um pavilhão montado na Praça Castro Carreira, meticulosamente decorado, contando com autoridades e representantes dos municípios libertos. Solenidades, discursos, passeatas, comemorações diversas marcaram o programa de vários dias preparado pela Libertadora e outras associações abolicionistas. A nova foi divulgada por todo o império, com ampla cobertura através da imprensa e justamente neste contexto despontou o objeto de nosso interesse: a Jangada Libertadora.

2.2 A Corte em festa: as comemorações pelo “Ceará Livre”

Com o anúncio da data da abolição no Ceará, as associações da Corte não perderam tempo em capitalizar tal acontecimento em prol da campanha. O exemplo do Ceará deveria guiar as outras províncias. Esperava-se que se espraiasse por todo o país impulsionando os ideais e as práticas em prol da liberdade. Era o momento ideal de intensificar as articulações, de movimentar as ruas e o povo, de pressionar e angariar adesões políticas. De Londres, o abolicionista Joaquim Nabuco escreveu carta de felicitação aos membros da Sociedade Cearense Libertadora:

O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda – O Brasil da liberdade mas modifica tão profundamente o Brasil da escravidão que se pode dizer que essa província nos deu uma nova pátria. A imensa luz accesa no Norte ha de destruir as espessas trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha d’essa claridade. As outras províncias hão de querer imitar o exemplo e sentir não terem podido tomar a iniciativa.¹³²

À Confederação Abolicionista (CA) e à Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro (SAC) couberam as responsabilidades de organizar os festejos em celebração à abolição cearense¹³³. A primeira, criada em 9 de maio de 1883, tinha a pretensão de congregar o movimento abolicionista em uma única e grande associação nacional¹³⁴. A segunda, fundada por cearenses residentes na Corte, no dia 28 de setembro de 1882, no salão da Sociedade Brasileira de Beneficência, impulsionava e ecoava as atividades da Sociedade Cearense Libertadora na capital do Império. Em sua sessão inaugural, presidida pelo Dr. Antonio Pinto, deputado geral, a SAC contou com a participação e discurso de José do Patrocínio que, como vimos acima, foi um dos nomes chave na articulação da campanha de libertação de territórios, em fins de 1882 e início de 1883¹³⁵.

¹³² Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 24-25/03/1884, p. 1.

¹³³ As duas entidades organizaram programações distintas, ao que tudo indica por conta de desavenças que levaram inclusive à desvinculação da SAC à CA.

¹³⁴ ALONSO, 2015, op. cit., p. 203.

¹³⁵ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 29/09/1882, p. 2.

Promovendo festivais cívico-literários e arrecadando fundos para manumissões, passeatas, quermesses e outras atividades, a SAC articulou-se com as inúmeras associações abolicionistas do Rio de Janeiro, promovendo a difusão da campanha cearense e arregimentando apoios. Assim foi que orquestrou grandes festividades pela libertação de Fortaleza, em 1883, prelúdio dos muitos dias de festas que marcaram as comemorações pelo “Ceará Livre”, entre março e abril de 1884.

Os cearenses residentes no Rio não mediram esforços em exaltar o papel de sua província natal ante o império escravista: planejaram uma extensa programação em comemoração à libertação que contou ainda com reforços significativos: a presença do jangadeiro Francisco José do Nascimento e de sua jangada, a Libertadora, bem como dos jangadeiros Francisco José de Alcântara e José Félix Pereira Barbosa, recebidos apoteoticamente na Corte. Ao embarcar no Porto de Fortaleza a bordo do navio Espírito Santo, o mesmo que esteve no centro da greve de 1881, Nascimento, o homem simples do povo, como tanto enfatizaram os textos publicados à época, seguiu em direção a uma verdadeira consagração: a partir daquele momento foi alçado ao posto de símbolo de resistência e bravura, transformado em verdadeiro herói da abolição e sua jangada, do mesmo modo, neste momento, foi celebrada como a materialização dos ideais de liberdade e de redenção.

A CA e a SAC não mediram esforços em divulgar o programa de atividades que durante vários dias saiu estampado nos principais jornais de circulação da cidade. Também nas páginas dos jornais eram publicadas, quase que diariamente, as adesões à celebração através de apoios diversos, como doações de objetos para bazares, quermesses, prestação de serviços que facilitariam a logística das atividades, bem como notas públicas de exaltação à província liberta e aos agentes de tal processo. Participaram das celebrações representantes de associações de diversas províncias, fazendo do evento um verdadeiro conclave do abolicionismo brasileiro.

Os intensos dias de movimentação, possíveis de serem rastreados a partir dos jornais da época, demonstram a impressionante capacidade de organização e articulação das sociedades abolicionistas. Por toda cidade circulavam impressos e as notícias sobre as grandes festas que estavam sendo preparadas corriam de boca em boca, alcançando o interior, gerando temor na classe senhorial que, apavorada, tentava a todo custo conter a avalanche de mobilizações pró-abolição.

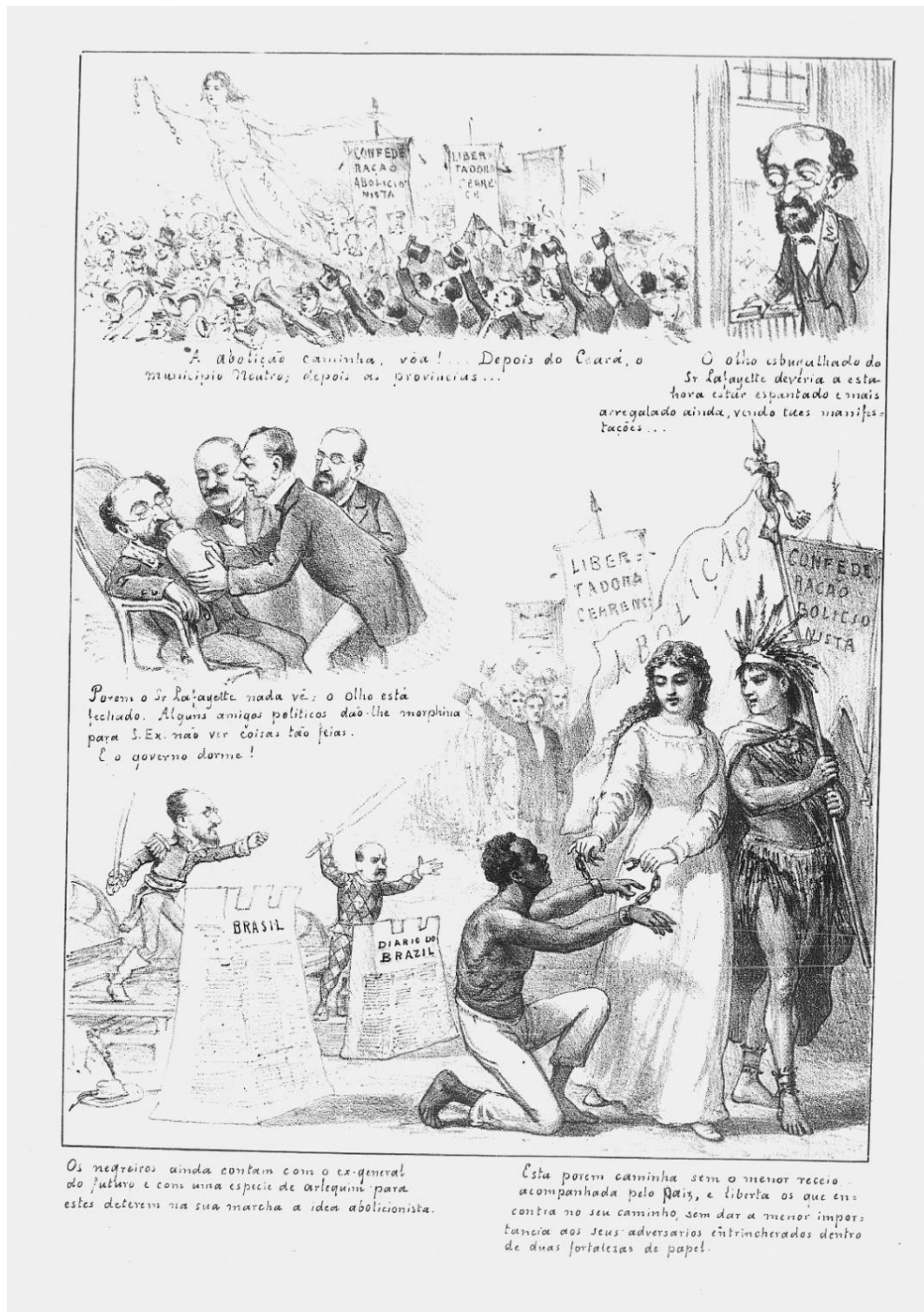


Fig. 4 - Estampa de Angelo Agostini retrata as comemorações pelo "Ceará Livre" e satiriza com o presidente do Conselho, Conselheiro Lafayette.
Fonte: Revista Illustrada, edição 376 – Acervo Biblioteca Nacional

Aos 23 de março de 1884 foi dada a largada nas comemorações: pela manhã, uma passeata acompanhada por banda de música saiu do átrio da Escola Politécnica em direção à Igreja Santa Cruz dos Militares. Ato contínuo, o Monsenhor Abreu e Lima abençoou o estandarte da SAC, em missa solene que contou com grande audiência. Após a celebração, dez girândolas de foguetes riscaram o céu e os presentes foram incorporados em direção ao Congresso Ginástico Português, onde foram recebidos pelo presidente da entidade que presenteou a SAC com uma coroa de louros para o estandarte benzido. Após discursos e vivas os presentes se direcionaram ao Teatro Recreio Dramático, onde se realizou uma matinê organizada pela Associação Luso Brasileira que contou com apresentações musicais e uma conferência ministrada pelo importante abolicionista Dr. Vicente de Souza¹³⁶.

Logo após, o grupo foi recebido no Liceu de Artes e Ofícios e às sete da noite foi realizada a abertura do grande bazar organizado na Guarda Velha¹³⁷, no qual foram vendidos os objetos doados, bem como realizados leilões que arrecadaram significativos recursos. A segunda-feira, 24 de março, seria de grande celebração e, apesar de ser dia útil, a cidade foi enfeitada e preparada para a recepção ao jangadeiro Nascimento. As associações abolicionistas pediram aos moradores que enfeitassem as fachadas das casas e convidou o povo a encher as ruas em honra ao Ceará.

Ao sinal da presença do navio Espírito Santo nas águas da Baía da Guanabara, uma delegação da Abolicionista Cearense, a bordo de uma lancha a vapor, foi em direção à embarcação para receber Nascimento e seus companheiros. Acompanhados de banda de música se juntaram à iniciativa integrantes das abolicionistas Baiana e Luso-Brasileira e das emancipadoras Vicente de Souza e a da paróquia Espírito Santo. Após o desembarque, por entre vivas e saudações entusiásticas no Largo do Paço, o grupo saiu em peregrinação pelas ruas da Corte: ao som das badaladas dos sinos da Capela Imperial, o préstito atravessou a Praça Pedro II em direção à Rua do Ouvidor, momento em que foi saudado pelo cearense Paula Ney, poeta e abolicionista que, do Hotel de França, saudou os conterrâneos.

A peregrinação seguiu com Nascimento sendo saudado e também cumprimentando os principais órgãos de imprensa da cidade, afinal, eram parceiros indispensáveis ao sucesso das comemorações e à difusão da campanha. Na Rua do Ouvidor saudação ao Jornal do Comércio, seguindo, depois, por outras ruas nas quais visitaram as redações da Gazeta de Notícias, Folha Nova, Brazil e Revista Ilustrada. Por onde passava, Nascimento era recepcionado com discursos, ovações, flores e cumprimentos. Numa pausa, o poeta socialista

¹³⁶ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24/03/1884, p. 2.

¹³⁷ Atual Rua 13 de maio, no centro do Rio de Janeiro. Foi assim designada de “Guarda Velha” por conta de um posto de guarda instalado na via, no século XVIII. Cf. <http://rio-curioso.blogspot.com/2009/09/rua-da-guarda-velha.html>. Acesso 15/08/2018.

Mathias de Carvalho recitou uma poesia, intitulada “A Jangada”, de sua lavra. Não só Francisco José do Nascimento adentrava triunfalmente o centro do poder do país, mas também sua simples e rude jangada que, diante do povo, era transformada em signo de uma luta e de um sonho.

E a caminhada não parou. Logo depois, os abolicionistas seguiram para a Escola Politécnica (que ficava no Largo de São Francisco), onde foram recepcionados por professores daquela instituição. Na Rua do Teatro, uma comissão do 1º Batalhão de Infantaria, composta de diversos oficiais, felicitou os jangadeiros e o Ceará. Na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes) e quando passaram pelo prédio da Secretaria do Ministério do Império, discursos e mais saudações, caindo sobre o grupo uma chuva de flores na Rua do Lavradio. Ao alcançar a Rua Riachuelo a multidão foi se dispersando, visto ter alcançado a casa do Dr. Mello e Oliveira, presidente da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, que hospedou os jangadeiros durante os dias de atividades. Por todo o percurso, o grupo contou com as bandas de música do Batalhão de Engenheiros e do Corpo Militar de Polícia, bem como com a participação ativa das comissões do Liceu de Artes e Ofícios, dos trabalhadores do comércio e, claro, dos membros das associações abolicionistas¹³⁸.

¹³⁸ Os fatos narrados foram colhidos em matérias na seguinte fonte: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 25/03/1884, p. 2.

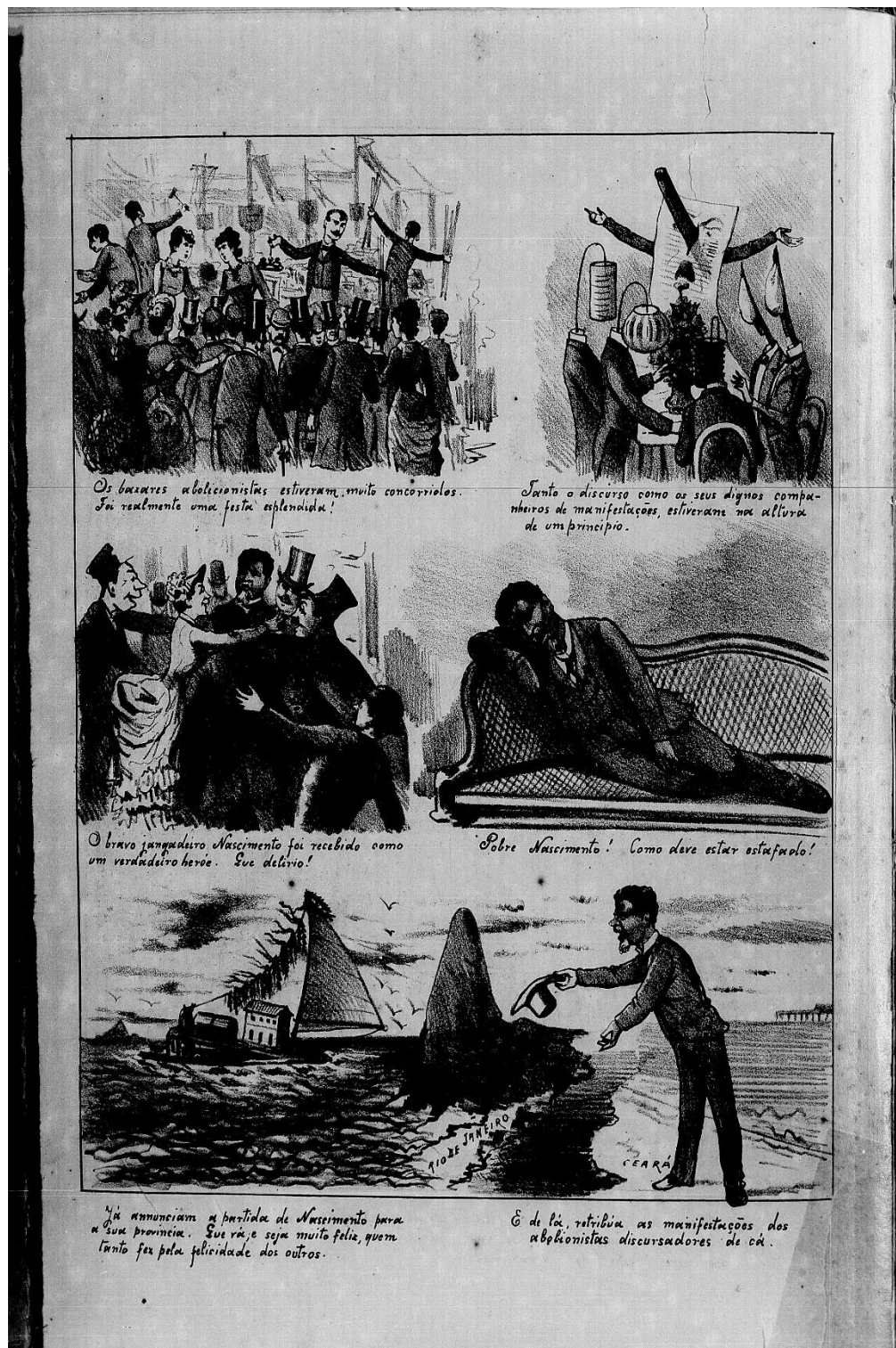


Fig. 5: Estampa de Pereira Neto retrata as comemorações pelo "Ceará Livre" e a recepção à Francisco José do Nascimento no Rio de Janeiro
 Fonte: O Mequetrefe, edição 339, 31 de março de 1884, p. 4 – Acervo Biblioteca Nacional

O 25 de março parece ter sido preparado para definitivamente marcar os corações e mentes dos habitantes da capital do império. À meia noite do dia 24 para 25, os membros da SAC soltaram dez girândolas de foguete anunciando o despontar do “grande dia da liberdade”, acompanhados de bandas de música. Às 3 horas da madrugada, a luz elétrica irradiou pelo Largo São Francisco de Paula e adjacências e ao raiar do dia, salvas nas fortalezas e navios nacionais, bem como a execução dos hinos nacional e da Libertadora Cearense¹³⁹.

Para o grande ato do dia, o Salão do Congresso Ginástico Português¹⁴⁰ foi enfeitado com bandeiras, colchas e flores tendo, ao fundo, uma mesa e sobre esta um retrato do Visconde do Rio Branco ao lado do qual foram postos estandartes de várias associações abolicionistas. Ao meio dia, o presidente da Sociedade Abolicionista Cearense, o farmacêutico Francisco Maria de Mello e Oliveira, abriu a sessão comemorativa convidando o Conselheiro Domingos José Nogueira Jaguaribe, natural de Aracati, assim como o jangadeiro Nascimento, para ocupar a presidência, sendo secretariado por Álvaro de Oliveira e Tavares Caminha¹⁴¹.

A mesa solene foi composta por cearenses de peso no cenário político nacional e abolicionistas representantes das associações atuantes na Corte. Após a abertura da sessão, o presidente da SAC apresentou aos presentes os jangadeiros vindos do Ceará, seguido pela execução do Hino da Libertadora Cearense, cantado por 50 alunas do Colégio de Santa Cândida, sob a regência do Professor Augusto Fabregas. Um elogio histórico à província do Ceará foi lido pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, ligeiramente interrompido em sua alocução para dar lugar à saída de uma comissão que iria ao Paço Imperial entregar ao Imperador uma pena de águia e uma medalha de ouro, comemorativa à libertação do Ceará e produzida pela SAC.

No discurso com que a comissão se dirigiu ao Imperador, o representante da SAC, José Avelino, exaltou a monarquia e a grandiosidade dos atos da Princesa Isabel, quando da assinatura da Lei do Ventre Livre, incitando o imperador a assinar todos os atos relacionados à extinção da escravidão utilizando a pena de águia ofertada. Além disso, o grupo entregou um exemplar da obra *Iracema*, de José de Alencar. Após a leitura do discurso de Araripe, Cândida Barata, filha do Dr. Cândido Barata, recitou a poesia *O Navio Negreiro*, de Castro Alves, sendo agraciada após o ato com uma medalha de prata.

¹³⁹ A chegada da luz elétrica ao Brasil coincide com o fortalecimento do movimento abolicionista na esfera pública, movimento este que recorreu com certa regularidade à metáfora da abolição como iluminação, ou seja, como progresso, em contraposição às trevas da escravidão, representando o atraso. A eletricidade servia então como argumento discurso, mobilizado na esteira da modernização que se assistia em todos os âmbitos da vida social. Em quase todos os eventos que realizavam, os abolicionistas se empenhavam para que os espaços estivessem bastante iluminados, colando simbolicamente a ideia de luz e de liberdade.

¹⁴⁰ Agremiação/clube fundada por imigrantes portugueses em 1868 no Rio de Janeiro. Cf. <http://www.clubeginastico.com.br>. Acesso em: 01 set. 2018.

¹⁴¹ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 26/03/1884, p. 1.

Continuando a cerimônia, fez o discurso oficial o Conselheiro Liberato Barroso, seguido por inúmeras falas de representantes de associações abolicionistas presentes ao ato. No momento da entrega de uma alforria pelo Club dos Democráticos, Francisco José do Nascimento foi convidado a passar às mãos do libertando o documento formal de liberdade. Teria dito o jangadeiro: “Meu amigo! meu irmão! sou o portador da sua carta de liberdade, e com os olhos cheios de lágrimas peço que proceda como um homem de bem. Dê-me um abraço.”¹⁴². Ato contínuo, o Senador Jaguaribe apresentou ao público uma relação de cartas de alforria que deveriam ser distribuídas pela SAC, mais precisamente 29, ofertadas por diferentes pessoas e associações.

Para marcar a data, a SAC distribuiu medalhas comemorativas em ouro e prata a diferentes personalidades e instituições: de ouro, ao Imperador, a Francisco do Nascimento, João Cordeiro, José Correia do Amaral e à Gazeta de Notícias; de prata aos membros da mesa e oradores, à menina Cândida Barata, aos jangadeiros José Félix Pereira Barbosa e Francisco José de Alcântara, ao Museu Nacional e a todos os membros da diretoria da Abolicionista Cearense. Como veremos adiante, o Museu Nacional foi o espaço escolhido para receber e acolher permanentemente em seu acervo a Jangada Libertadora, pertencente a Nascimento, acrescido da medalha comemorativa.

As medalhas cunhadas naquela ocasião, pelo menos ao que indica a descrição das peças publicada pela *Gazeta de Notícias*, em muito se assemelham com as medalhas que foram cunhadas em comemoração à abolição, em 1889, como veremos adiante. Assim a matéria de jornal descreveu os objetos:

Uma medalha tendo ao centro uma jangada no torno esta inscrição: *Sociedade Abolicionista Cearense. Rio de Janeiro*. No reverso: ao centro, a deusa da liberdade, tendo nas mãos uma cadêa despedaçada; em torno: *Libertação do Ceará a 25 de março de 1884*.¹⁴³

Pela primeira vez, a Jangada Libertadora aparecia na medalhística brasileira como símbolo da redenção do Ceará e da luta dos trabalhadores do mar. As medalhas comemorativas circunscreviam o papel pioneiro que tanto os cearenses buscaram demarcar, servindo à mediação simbólica necessária à produção da memória, assim como um meio de estreitar vínculos e garantir apoios políticos à campanha. Ao se distribuir honrarias como aquela, certamente os agentes sociais envolvidos projetavam e vislumbravam reciprocidades, além de utilizarem este mecanismo como uma forma de visibilidade para si próprios.

¹⁴² Idem, *ibidem*.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, grifo no original.



Fig. 6 - Medalha comemorativa (prata) cunhada em 1884 pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro. Fonte: Coleção Privada¹⁴⁴



Fig. 7 - Medalha comemorativa (bronze) cunhada em 1884 pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro. Fonte: Coleção Privada

E as atividades comemorativas ao 25 de março não pararam por aí. À noite, uma *marche aux flambeaux*¹⁴⁵, com membros da SAC, Club Democráticos, Empregados do Comércio, Liceu de Artes e Ofícios, Fantoches e um grupo de estudantes do Colégio Pedro II, saiu pelas ruas acompanhada das bandas do Corpo Militar de Polícia de Niterói, do 7º Batalhão de Infantaria, do Batalhão de Engenheiros e da Sociedade União Progressista de Niterói. À frente, Francisco do Nascimento e seus companheiros de lides no mar, seguidos por aproximadamente duas mil pessoas. Por onde passava, o grupo era aplaudido recebendo chuvas de flores e saudações.

¹⁴⁴ As fotografias das medalhas foram retiradas do seguinte endereço: <http://mpmilitaria.blogspot.com/2011/05/colecao-de-medalhas-abolicionistas.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

¹⁴⁵ Marcha noturna na qual os participantes carregam lanternas ou tochas.

O percurso foi longo, tendo percorrido grande parte das ruas do centro, concentrando-se na Guarda Velha, às 21 horas, local onde aconteceria, pela segunda noite, o grande bazar. Na mesma noite foi realizado um leilão com objetos diversos doados à SAC como, por exemplo, uma escrivaninha de marfim ofertada pelo 1º Batalhão de Infantaria, dentre muitos outros, como objetos domésticos, pinturas, parte significativa ofertada por membros da elite política imperial, como baronesas, conselheiros, ministros, etc. Ao que tudo indica, a festa foi até altas horas, com muita gente aproveitando as diversões e jogos que foram preparados especialmente para a celebração do Ceará Livre.

No mesmo dia 24, a Confederação Abolicionista também realizou festividades. A Sociedade Abolicionista Cearense foi uma das entidades criadoras da CA, contudo, não estavam juntas nas comemorações. Durante vários dias, a SAC divulgou na imprensa que haveria duas programações distintas e que as ofertas para as suas ações deveriam ser entregues na Gazeta de Notícias. Os termos exatos da cisão não conseguimos apurar, mas esta divergência, pelo visto, gerou reações contraditórias no seio da SCL, no Ceará.

Fato é que a CA, comandada por João Clapp e que contava com ativa participação de José do Patrocínio e André Rebouças (membros-fundadores), preparou a sua programação para ocorrer paralelamente às celebrações da SAC. No Teatro Politeama a entidade realizou sua sessão solene, iniciada às 13 horas, com concerto seguido de discursos, entrega de cartas de alforria, assim como o envio de uma comissão para saudar o imperador. Foi orador oficial da solenidade o Senador Silveira da Mota. Para finalizar, foi realizado um leilão com as prendas oferecidas pela população e aberta ao público a quermesse, montada nos jardins do teatro¹⁴⁶.

As festas promovidas pela Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro se estenderam até 30 de março. Foram oito dias de intensa programação com a presença constante do jangadeiro Nascimento, sempre muito reverenciado nas cerimônias. A jangada, objeto simbólico da redenção comemorada, não esteve ausente nos dias de festa. No dia 26 de março, por exemplo, durante o bazar que ocorreu na Guarda Velha, no pavilhão do Dr. Ferreira de Araújo, foi apresentada uma pequena jangada (provavelmente uma miniatura), sendo rapidamente adquirida por um dos presentes. No dia 27 foi a vez do Dragão do Mar retornar ao pacote Espírito Santo para retirar a Jangada Libertadora que, desde a sua chegada, permanecera embarcada.

A jangada foi levada a reboque para a enseada da Fortaleza de São João, onde o seu proprietário foi recebido pelos oficiais responsáveis com entusiasmo. Segundo a *Gazeta de*

¹⁴⁶ Idem, ibidem, p. 2.

Notícias a “histórica jangada vinda do Ceará” iria “tomar parte na grande regata, que se deve effectuar domingo próximo, na bahia de Botafogo”¹⁴⁷.

Durante os dias de festa, o jardim da Guarda Velha, devidamente iluminado, acolheu não só o bazar, como também barracas com brinquedos, artigos de armarinho, charutos, cigarros, doces, sorvetes, cafés, objetos de arte, raridades, etc. Até uma exposição zoológica foi preparada, exibindo uma “enorme gibóia e dois jacarés”¹⁴⁸, além de exercícios ginásticos e aeróbicos, tudo isso ao som das sempre presentes bandas de música.

Também nas atividades artísticas que ocorreram naqueles dias, uma jangada voltou a ser o centro das atenções: mas, diferente da Libertadora, que continuava na Fortaleza de São João, essa a que nos referimos foi pintada por Émile Rouède¹⁴⁹. O artista francês, à vista dos espectadores presentes na Guarda Velha, pintou um quadro a óleo que tinha por assunto “a primeira jangada que no porto do Ceará oppoz-se á sahida dos escravos d’aquella província para o commercio das outras.”¹⁵⁰. A obra, imediatamente após a sua produção, ainda com a tinta fresca¹⁵¹ foi posta à venda, em leilão, sendo adquirida por boa quantia¹⁵².

Nesse mesmo momento mais duas obras de arte foram produzidas com o objetivo de retratar a “legendária” jangada do Norte. No estandarte da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, o artista Antônio Bernardes Pereira Neto¹⁵³ (à época atuando na revista ilustrada *O Mequetrefe*), pintou “uma jangada no momento de largar das praias da Fortaleza, bela marinha iluminada por uma aurora tropical”¹⁵⁴. O também artista Aurélio de Figueiredo¹⁵⁵ produziu um desenho no qual se via “uma jangada no alto mar” que encimou a folha de capa de uma publicação impressa e circulada no dia 25 de março de 1884, em comemoração à abolição no Ceará, produzida pela corporação tipográfica da *Gazeta de Notícias*¹⁵⁶.

¹⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/03/1884, p. 1.

¹⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/03/1884, p. 6.

¹⁴⁹ Émile Rouède foi um pintor, caricaturista, teatrólogo e jornalista francês radicado no Brasil a partir de 1880. Abolicionista e republicano, participou ativamente das atividades promovidas pelo movimento abolicionista, colocando sua arte à serviço da campanha. Cf. http://www.brasilartesciclopedias.com.br/mobile/nacional/rouede_emile.htm. Acesso em: 20 ago 2018.

¹⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30/03/1884.

¹⁵¹ Pinturas conhecidas como “a la minute”. Cf. LIMA, Heloisa Pires. A presença negra nas telas: visita às exposições do circuito da Academia Imperial de Belas Artes na década de 1880. **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.

¹⁵² Segundo Heloisa Lima, Rouède realizou tais performances artísticas em diversos eventos abolicionistas em prol da libertação do Ceará, conforme deixou registrado em relatos. Cf. LIMA, 2008, op. cit.

¹⁵³ Pereira Neto foi caricaturista com atuação nas revistas *Mequetrefe* e *Revista Ilustrada*.

¹⁵⁴ *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 31/03/1884, p. 6.

¹⁵⁵ Aurélio de Figueiredo foi um pintor, caricaturista, escritor, desenhista e escultor. Frequentou a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) sob a orientação de seu irmão, o também artista Pedro Américo, e de Jules Le Chevreil. Cf. AURÉLIO de Figueiredo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10302/aurelio-de-figueiredo>. Acesso em: 06 set. 2018.

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/03/1884, p. 2.



Fig. 8 - Periódico "A Terra da Redenção", editado pelos cearenses abolicionistas do Rio de Janeiro - Edição de 25 de março de 1885. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Ao analisarmos detidamente a imagem do oval impresso no *A Terra da Redenção*, é possível apontar que se trata da mesma imagem gravada nas medalhas cunhadas pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, que vimos acima. O sol, ao fundo, com seus raios; o número de pessoas na jangada; os contornos da vela; todos os aspectos formais indicam que se trata da mesma imagem. Infelizmente, não foi possível identificar os artistas responsáveis por sua fatura. Tais representações, como outras produzidas no mesmo período, retratavam a jangada como um símbolo e a iluminação plasmada pelo sol radiante como um signo da abolição cearense, tanto imagética quanto textualmente.

A Jangada Libertadora, após alguns dias na Fortaleza de São João, singrou as águas da Guanabara no dia 30 de março. Para esse dia a SAC programou uma grande regata competitiva, ocasião em que pela primeira vez mulheres participaram em disputas desse tipo, segundo destacaram alguns jornais da época. Ao som da banda do corpo de imperiais marinheiros, foram efetuadas diversas rodadas, com diferentes tipos de embarcação participando. Às 16 horas, duas girândolas no céu anunciaram que a Libertadora havia saído da fortaleza, comandada por Nascimento, acompanhado dos outros dois jangadeiros.

A regata marcou um dos pontos altos na trajetória da Jangada Libertadora. Pela primeira vez aparecia, aos olhos da população da corte, uma embarcação típica do norte do país e que, para além de sua especificidade regional, estava sendo celebrada como a encarnação das lutas libertárias, adentrando assim a história nacional a partir da ação de seus possuidores. Mas, momentos ainda mais efusivos estavam reservados a ela: no dia 13 de

abril, irmanados em marcha cívica, os abolicionistas entregaram-na aos cuidados do Museu Nacional – e é sobre este momento que trataremos a partir de agora.

2.3 O museu em disputa: polêmicas e razões

Criado em 1818, o Museu Real surgiu como parte de um pacote de ações implementado pela Coroa ao se estabelecer no Brasil, após a fuga para a América em 1808, por conta das guerras napoleônicas. Tratava-se de dotar a ex-colônia, agora convertida em sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, de instâncias imprescindíveis ao desenvolvimento do aparelho de estado, notadamente a partir de uma rede de institutos voltados a preencher demandas específicas.

Assim, fundou-se não só o museu, mas também banco, biblioteca, horto, teatro, academias e outras instituições, em sintonia com o ideário da Ilustração e as demandas econômicas que impulsionavam a crescente exploração do território nacional, com vistas ao aproveitamento de seus recursos naturais. Como capital e sede de todo império luso, o Rio de Janeiro

[...] passou a ser o centro das decisões políticas do reino português. Era a primeira sede de um poder monárquico ultramarino fora das terras européias, palco do projeto civilizatório iniciado pelo reinado brasileiro de D. João VI – que correspondeu à ocidentalização e à importação de padrões e valores europeus com o intuito de estabelecer a Corte nos trópicos – e empreendido por meio da criação de instituições que o viabilizassem no espaço brasileiro e o representassem perante o mundo como imagem simbólica de um império multicontinental.¹⁵⁷

Ao criar o museu, por meio de decreto em 6 de junho de 1818, D. João VI também assinalou, de saída, o objetivo da nova instituição, bem como o local no qual deveria ser instalado. Assim foi determinado:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santana ocupa o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de 32 contos de réis, por me fazer serviço: sou servido aceitar a referida oferta, e enviada ao Conselho da Fazenda, e incorporar-se a mesma casa nos próprios da Coroa, se entregue pelo Real Erário com toda

¹⁵⁷ O MUSEU NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2007, p. 11.

a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importância de 32 contos de réis.¹⁵⁸

A partir da vontade real, tomou forma e institucionalizou-se o primeiro centro dedicado à pesquisa científica no território brasileiro, com o diferencial de também expor e conservar espécimes e objetos de valor para a compreensão do território que seria crescentemente explorado por missões científicas, no bojo de um projeto de expansão da ocupação, no qual o colecionismo andou lado a lado com a reunião e sistematização de itens da fauna, flora e da cultura material dos povos ameríndios e de outros povos do mundo.

Durante todo o século XIX, o museu travou uma expressiva batalha para solidificar-se como um espaço dedicado à coleta, pesquisa e difusão das Ciências Naturais no Brasil. Foi fundado sob a égide do modelo enciclopédico e universalista que caracterizou tão fortemente a emergência do museu na modernidade, inicialmente na Europa e posteriormente difundido por todo o globo, aclimatando-se às particularidades e especificidades de cada sociedade.

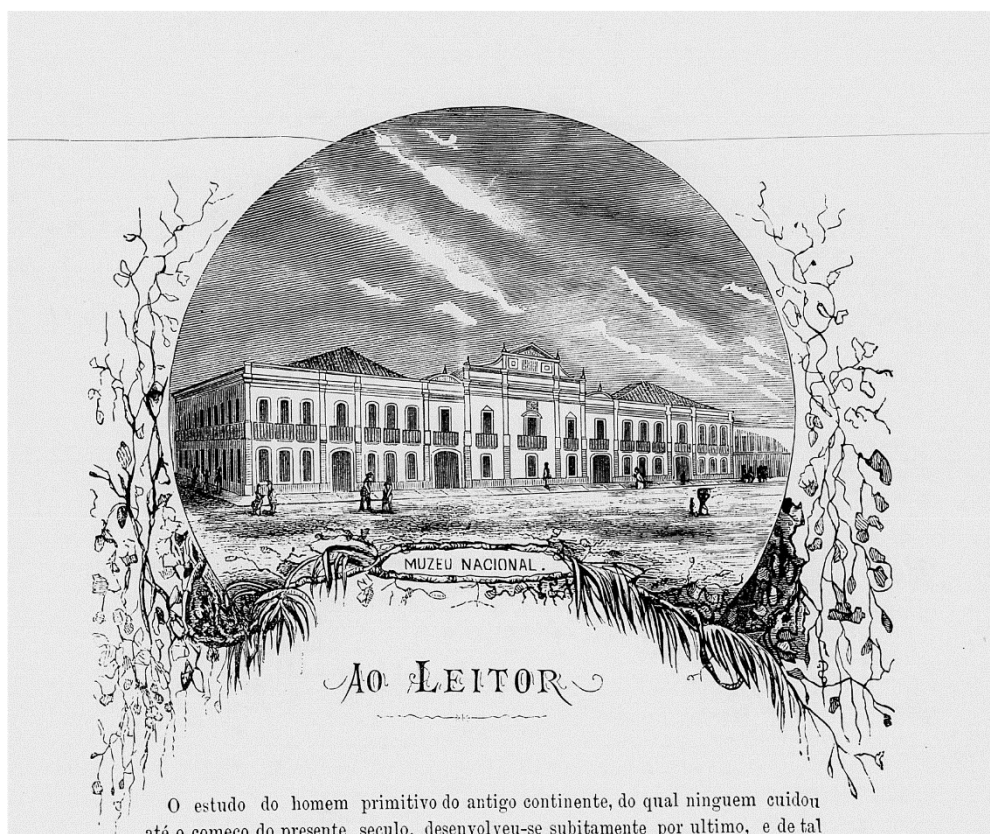


Fig. 9: Prédio do Museu Nacional no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro.
Fonte: Alfredo Pinheiro & Villas-Bôas – Revista da Exposição Antropológica Brasileira (1882) – Acervo Biblioteca Nacional

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 13.

Esta instituição, tão representativa, foi a escolhida pelos abolicionistas como local para guarda e perpetuação da memória das ações do movimento pela abolição no Ceará, através da doação da Jangada Libertadora, naquele momento, celebrada e consagrada como o símbolo da redenção dos cativos e da nação. Como veremos, a musealização foi uma das estratégias que os agentes utilizaram a fim de legar às gerações do futuro os gestos considerados heroicos naquele contexto.

A fotografia abaixo foi o único registro fotográfico do Dragão do Mar junto a uma jangada que conseguimos localizar. Pela falta de maiores evidências documentais, não é possível afirmar com absoluta certeza se o registro foi feito em 1881 e nem mesmo se a jangada é a Libertadora. O postal foi produzido em 1901, impresso por E. M. A & C¹⁵⁹. A sua existência aponta para como, desde o início do século XX, imagens do Dragão do Mar – e, claro, de uma jangada – foram divulgadas como emblemáticas do Ceará.

Por outro lado, a Jangada Libertadora, desde que construída e lançada ao mar, esteve envolvida e marcada pelos ideais de liberdade que orientaram os membros da SCL. Uma cerimônia especial foi realizada em Fortaleza para o lançamento ao mar da nova embarcação de Francisco José do Nascimento. Tal fato ocorreu no dia 18 de maio de 1882, às 17 horas. Após a benção religiosa, que ficou a cargo do Rmv. Bruno de Figueiredo, os libertadores entregaram uma carta de alforria, à escravizada Romana, de 21 anos, que pertencia à Luiza Lopes da Costa. A entrega da alforria ficou a cargo de Almino Álvares Alfonso, que na oportunidade ainda proferiu um “eloquente discurso”. Ainda segundo a notícia que divulgava o “batizado” da Libertadora, após a cerimônia, Francisco José do Nascimento ofereceu um copo de água aos presentes, com o qual fizeram muitos brindes¹⁶⁰.

Como se pode depreender, desde o início tal objeto esteve simbolicamente atrelado à construção de uma narrativa sobre a importância dos jangadeiros no enfrentamento à escravidão no Ceará. O cuidado com que a cerimônia descrita acima foi realizada evidencia o quão cuidadosos foram os membros da SCL em produzir socialmente a identificação da Jangada com a perspectiva de liberdade que eles propugnavam. Desde então, não se tratava mais de um simples objeto de trabalho, ligado às lides no mar, mas era a própria encarnação da luta abolicionista em solo cearense, imagem que seria difundida pelo Império, seja através das notícias publicadas nos jornais, mas também na ideia de incorporar este objeto ao acervo de bens da Nação salvaguardados pelo Museu Nacional.

¹⁵⁹ Informação publicada em matéria de O Povo, Fortaleza, 15 de abril de 1984. Agradeço ao amigo e colega Bernardo Baia por ter localizado e me enviado esta fonte.

¹⁶⁰ Cf. Jornal de Recife, Recife, 28 de maio de 1882, p. 1.



Fig. 10 - Cartão postal "JANGADA DO NASCIMENTO. Dragão do Mar. 'Neste porto não embarcava mais escravos' 1881". Fonte: Álbum Fortaleza Antiga – Arquivo Thomaz Pompeu Gomes de Matos – Biblioteca Acervos Especiais – Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Reprodução fotográfica: Ares Soares

Desde muito antes da chegada de Francisco José do Nascimento para as festas em comemoração à abolição do Ceará no Rio de Janeiro, o anúncio da vinda da Jangada era feito pelos jornais, que destacavam o já considerado aspecto “histórico” do objeto:

Nos festejos da Sociedade Abolicionista Cearense, n’esta corte, no dia 25 do corrente, haverá uma great attraction, que será um elemento de grande successo. E’ nada menos que o apparecimento de uma jangada do Ceará, tendo a seu bordo o chefe dos jangadeiros, o intrepido Francisco do Nascimento, cujo nome todos os abolicionistas conhecem. Foi com esta mesma jangada que o afouto pratico da barra de Fortaleza celebrizou os jangadeiros cearenses, na historia do abolicionismo. A historica jangada será, depois da festa, offerecida ao Museu Nacional.¹⁶¹

Como é possível observar pelo anúncio acima, a Jangada Libertadora, antes mesmo de singrar as águas da Baía de Guanabara, já era celebrada como um objeto emblemático do abolicionismo cearense e já tinha o seu destino selado: fazer parte das coleções do Museu Nacional, considerado o mais importante museu brasileiro do século XIX, com expressiva centralidade na produção científica relativa à História Natural em um país sem universidades e com poucos museus.

¹⁶¹ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 9 de março de 1884, p. 1.

Ainda no mês de março de 1884, os gravadores Alfredo Pinheiro e Villas Boas fizeram uma gravura representando a famosa jangada no Porto de Fortaleza, para ser impressa no convite que a Sociedade Abolicionista Cearense iria elaborar para os festejos de 25 de março de 1884. Não sabemos se as peças foram impressas ou não, contudo, o certo é que em diversos âmbitos das comemorações a embarcação esteve presente: nas medalhas comemorativas; no quadro pintado por Émile Rouède; na miniatura comercializada nos pavilhões durante o bazar; como mote para poesias, polca¹⁶² e inspiração para obras de arte que foram impressas nos jornais. Com efeito, fabricava-se, naquele momento, um novo símbolo do movimento abolicionista e para sua difusão os sujeitos integrantes da campanha lançaram muitas e diversas estratégias.

A doação da Libertadora ao Museu Nacional visava explicitamente a preservação e divulgação de uma memória a respeito da abolição no Ceará e dos agentes atuantes em tal processo, notadamente o jangadeiro Francisco José do Nascimento, transformado em verdadeiro herói nacional. Tratava-se, como tudo parece indicar, de uma estratégia dos abolicionistas de transmitirem, às gerações do futuro, os gestos daqueles que viveram os acontecimentos considerados relevantes naquele momento. Era imperioso não deixar cair no esquecimento a data magna do “Ceará Livre”. Nesse sentido, tais agentes atuaram com a visão de inscrever seus próprios nomes nos anais da história, como sujeitos da vanguarda, da modernidade e do progresso, qualidades que também creditavam entusiasticamente à província cearense.

A comunidade de abolicionistas cearenses residentes no Rio de Janeiro, em grande parte formada por intelectuais, cientistas, advogados, escritores, jornalistas e políticos, muito provavelmente vislumbrou na doação da Jangada um modo de garantir que o pioneirismo de sua terra natal fosse lembrado e exaltado para além das efemérides. Como escreveu Valentim Magalhães, em suas “Notas à Margem”, na *Gazeta de Notícias*, “A jangada de Nascimento atravessará serenamente o vasto mar da nossa História – como o inimergível symbolo da Libertação dos escravos no Ceará e no Brazil inteiro.”¹⁶³

À Jangada, neste contexto, foram atribuídos valores que a caracterizaram como símbolo do povo cearense, corajoso, destemido, combativo e, antes de tudo, resistente. Diversas representações se cruzavam e convergiam para o objeto que seria musealizado. Um texto publicado pela *Gazeta da Tarde*, no dia 13 de março de 1884, pontuava exemplarmente

¹⁶² A polca “Jangada” foi composta pelo musicista e advogado Antônio Frederico Cardoso de Meneses, autor também da “A Marselhesa dos escravos”, muito executada durante os festejos pelo Ceará Livre. Cf. *Jornal do Recife*, Recife, 13 de abril de 1884, p. 1.

¹⁶³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1884, p. 1.

como o objeto passou a ser visto no contexto das comemorações pela libertação no Ceará, motivando até mesmo a busca de jangadas na província do norte:

O Sr. Joaquim Gomes Cardia, nimiamente¹⁶⁴ apreciador de todos os grandes feitos, mandou vir propositalmente do Ceará uma jangada com todos os apetrechos, de um valor enorme, pois é o symbolo da honra e da bravura. Da honra, porque o filho da terra onde o Mucuripe atira sua ponta rasgando o largo peito do mar, fechando o oceano ao trafico, apagou da sua face uma grande nodoa; da bravura, por que aquella vela branca enfunada pelos ventos do norte, podia também servir de mortalha para o heroico jangadeiro.¹⁶⁵

Se recordarmos que, poucos anos antes, as manchetes e notícias que circularam pelo país puseram em primeiro plano a calamidade, a pobreza, as doenças e toda sorte de infortúnios que se abateram sobre o Ceará, durante a grande seca de 1877-1879, não é difícil compreender como as comemorações da Abolição, em 1884, foram convertidas numa oportunidade política ímpar para a construção de novas imagens acerca das gentes e do gênio da população daquela província. Burilando imaginários associados à precariedade e pobreza e constituindo novos marcos simbólicos, tais elaborações ativavam e recorriam a outras categorias e representações que estabeleciam uma sintonia civilizacional entre os cearenses e as populações e nações consideradas mais avançadas no mundo. Era construído, assim, mitos que compõe até a atualidade aquilo que passou a ser considerado o ser cearense, ou seja, a abolição foi tomada como norteadora para se exaltar e caracterizar uma identidade local.

Curioso é o fato de que todo este ideário de “modernidade”, “civilização”, “progresso”, “vanguarda”, “inovação” e “rebelião” tenha justamente encontrado assento junto a um objeto “rústico”, “tradicional”, “arcaico”, “antigo”, atributos associados à jangada. As representações sociais sobre o ofício de jangadeiro, desempenhado por mais de três séculos nas praias cearenses pelos extratos mais baixos da pirâmide social (escravizados, indígenas, caboclos, libertos, etc.), eram elaboradas a partir de novos prismas, sendo a jangada a própria encarnação do novo e do velho, síntese das contradições e dos dilemas de um país que se pretendia “moderno” e “civilizado”, mas que ainda convivía com a redução de seres humanos à condição de mercadoria e com brutais desigualdades em todos os âmbitos. Se a jangada anunciava o Brasil do futuro, não deixava esquecer o Brasil do presente e das tradições.

Apesar das muitas buscas que fizemos, não foi possível identificar de quem partiu a ideia de levar a Jangada Libertadora ao Museu Nacional. Contudo, algumas pistas apontam para a presença do presidente da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, Dr.

¹⁶⁴ Nimiamente: “De modo nímio; em que há exagero; em demasia”. Cf. <https://www.dicio.com.br/nimiamente/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁶⁵ Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 13 de março de 1884, p. 2.

Mello e Oliveira, como um cientista atuante no museu nos anos que antecederam a doação. Em 1883, durante a preparação de sua tese para finalização do curso médico junto à Faculdade Nacional de Medicina, Oliveira realizou pesquisas sobre as propriedades da quina e outras plantas tônicas do Brasil no Laboratório de Fisiologia Experimental, que funcionava como anexo ao Museu, instituído durante a gestão de Ladislau Neto, em 1880¹⁶⁶. Talvez por ter convivido no museu, o presidente tenha tido a ideia. É uma possibilidade.

13 de abril de 1884. Domingo de páscoa. Foi o dia escolhido pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro para a entrega da Jangada Libertadora ao Museu. Foi o ponto culminante das diversas atividades realizadas na Corte em comemoração à Abolição no Ceará. O dia deveria ser de festa e uma programação especial foi divulgada. Cada detalhe foi organizado e veiculado na imprensa, que convocou a população a fazer parte do último grande ato festivo em exaltação ao “Ceará Livre”. As ruas deveriam fervilhar de gente mais uma vez e as atenções estariam voltadas para uma instituição pouco visitada pela população da cidade, afinal, o museu abria poucas vezes na semana e para um público muito seletivo. Mas, em 1884, este quadro já tinha sofrido alguma alteração: a grande Exposição Antropológica Brasileira, organizada por Ladislau Neto¹⁶⁷ em 1882, marcou uma significativa abertura do museu à população, visto os números surpreendentes de visitas que recebeu nesta mostra emblemática.

A escolha do domingo de páscoa demonstra o cuidado dos abolicionistas com a realização de seus eventos, sempre permeados de simbolismos. Neste caso, não havia dia melhor para a doação da Libertadora ao Museu, símbolo da redenção do Ceará, do que o dia em se festejava a ressurreição de Cristo. Procissão laica, marcha cívica, mas que não deixou de apelar à sensibilidade cristã e à construção de paralelos entre o sofrimento escravo e o martírio de Cristo. Retóricas da compaixão/piedade e consagração se encontravam. O antes sofrido Ceará, maculado pela seca e pela escravidão, agora era o exemplo de iluminação, de vanguarda e redenção. Província a ser consagrada e celebrada, exemplo a ser seguido pelas outras partes do Império.

Às 17 horas do dia 13, ao som da banda de música do corpo policial de Niterói, uma marcha cívica saiu da sede da Abolicionista Cearense, na Rua da Quitanda, tendo à frente diversas associações abolicionistas: Baiana, Luso-Brasileira, Cearense, Democráticos, Empregados do Comércio, Vicente de Souza e Fantoches. Ainda participaram os colégios

¹⁶⁶ LOPES, 2009, op. cit., p. 179-181.

¹⁶⁷ Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894) foi um botânico, antropólogo e arqueólogo brasileiro. Nascido em Alagoas, Netto teve uma expressiva projeção como cientista, no Brasil e em outros países. Colaborou com diversas instituições estrangeiras, atuando no Museu Nacional a partir de 1870, primeiro como diretor interino e como efetivo a partir de 1876. Foi um dos nomes mais reconhecidos e prestigiados nas áreas de Botânica, Arqueologia e Antropologia no cenário científico brasileiro do século XIX, tendo deixado vasta obra.

Pedro II, Almeida Martins, Menezes Vieira, Telles de Menezes e Liceu de Artes e Ofícios. O grupo seguiu pelas ruas Sete de Setembro, Largo do Rocio, Rua do Teatro, Ouvidor, parando na Igreja da Santa Cruz dos Militares (localizada na Rua Primeiro de Março), onde o Padre André Diogo efetuou uma benção solene aos estandartes das Abolicionistas Baiana e Luso-Brasileira.



Fig. 11 - Convite divulgado na imprensa pela Comissão Organizadora da Marcha Cívica de entrega da Jangada Libertadora ao Museu Nacional. Fonte: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1884, p. 6. Acervo Biblioteca Nacional

Devidamente abençoada, a marcha seguiu para o Cais Pharoux (atual Praça XV de Novembro) onde estava a Jangada Libertadora. Colocada em um carro conduzido por 24 libertos que usavam roupas brancas, a embarcação desfilou pela cidade levando duas crianças que formavam uma alegoria designada “Ceará Livre”. Uma menina, vestida de “índio”, representava o Brasil e uma outra representava o Ceará, ambos fazendo um gesto que aludia ao rompimento de grilhões, lembrando a libertação. No leme da Jangada iam Francisco José do Nascimento acompanhado dos seus colegas jangadeiros, Francisco de Alcântara e José Félix Barbosa. No banco da frente foi colocada uma chapa de prata que continha a seguinte inscrição:

A Sociedade Abolicionista Cearense ao Museu Nacional. Jangada em que Francisco do Nascimento, á frente dos jangadeiros cearenses, fechou o porto

da província ao tráfico da escravidão em 30 de agosto de 1881. Oferecida em 13 de abril de 1884.¹⁶⁸

O cortejo percorreu diversas ruas do centro até alcançar o Museu, no Campo de Santana, às 20 horas. Segundo dados divulgados pela imprensa, 2 mil pessoas participaram do ato, quase o dobro do número de visitantes que passaram pela Exposição Antropológica de 1882, citada acima¹⁶⁹, uma das atividades de maior sucesso de público da instituição no século XIX. A cerimônia, àquela altura, era um feito inédito e, com isso, uma procissão para doar um objeto a um museu causou perplexidade e ojeriza a muitos dos opositores da causa abolicionista, motivando artigos irônicos em diversos jornais. No Parlamento, falas exasperadas e tentativas do diretor de justificar-se perante o ministro do império quanto ao acolhimento daquele que seria, na visão de muitos dos seus detratores, um símbolo da afronta às leis e à Constituição, bem como à ordem pública. Uma mácula ao Museu Nacional, diriam alguns. As reações, apreciaremos em breve. Por ora, dois discursos pronunciados no ato de doação merecem atenção e análise.

O primeiro a se pronunciar foi o presidente da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, Francisco Maria de Mello e Oliveira. Farmacêutico e médico, como referimos acima, Oliveira utilizou o Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu na preparação de sua tese para conclusão do curso médico, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, portanto, tinha um conhecimento mais ou menos aprofundado do papel e do acervo da instituição e proximidade com os funcionários. Disse ele na ocasião, segundo publicaram diversos jornais:

Sr. Director do Museu Nacional.- A sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro vem incorporada, em marcha civica, confiar á vossa guarda a legendaria jangada em que Francisco do Nascimento, o modesto filho do povo, fechou o trafico de escravos na provincia do Ceará. E' a vós, cujos meritos scientificos têm por tantas e assignaladas vezes illustrado o nome brasileiro no mundo sabio; é a vós, Sr. director, já por tantas vezes laureado na Europa sabia, que a Abolicionista Cearense entrega a legendaria jangada libertadora dos mares do Ceará. Dizei aos viajantes illustres a lenda da jangada, e em vossa sabedoria referi a sua apothese.¹⁷⁰

Como é possível perceber, o presidente da SAC apelou ao diretor para que não somente guardasse a Libertadora, mas que a divulgasse enquanto representativa de feitos avaliados como históricos dos quais ela foi parte. Antes de tudo, era estabelecida uma troca: a SAC fazia a doação e, em contrapartida, os abolicionistas esperavam do Museu a perpetuação da “lenda” da “histórica” e “legendária” jangada que fechara o porto de Fortaleza

¹⁶⁸ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1884, p. 1.

¹⁶⁹ Cf. <https://saemuseunacional.wordpress.com/2017/05/30/exposicao-antropologica-de-1882-atividade-ciencia-e-racismo-no-mn/>. Acesso em: 18 jul. 2018.

¹⁷⁰ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1884, p. 1.

ao tráfico de escravizados. Ao pôr em evidência o “capital simbólico” do diretor, representado por seu reconhecimento internacional, Oliveira atava a trajetória do objeto às possibilidades de reconhecimento que as redes científicas de Netto poderiam trazer ao feito cearense, que deveria ter ressonância para além do território da nação, alcançando o plano internacional através da promoção da narrativa a ser feita pelo Museu.

Evidencia-se o interesse da SAC em alinhar o Ceará aos centros ‘civilizados’, por meio dos viajantes, sujeitos que transitavam pelo país e que tinham no Museu importante aliado no desenvolvimento de suas pesquisas e explorações. Os relatos produzidos por eles, geralmente publicados em seus países, impactavam as diferentes leituras externas feitas sobre o Brasil, alimentando e produzindo imaginários e imaginações acerca do Novo Mundo, de suas gentes e também de seus intelectuais e cientistas. Tal aspecto é especialmente importante para se compreender toda esta geração de abolicionistas, formados e profundamente marcados pelas leituras e interpretações da realidade brasileira em diálogo com modelos de análise elaborados na Europa e nos Estados Unidos.

Na década de 1880, o Brasil restava como um dos últimos escravismos do mundo e a escravidão já havia sido convertida em instituição ‘nefanda’ e ‘execrável’, condenada internacionalmente. A intelectualidade à época colocava-se como promotora do ‘progresso’ do país, atuando e se construindo na esfera pública como paladinos da civilização em meio à barbárie. Datam deste momento inúmeros projetos de modernização que vão do urbanismo ao sanitarismo, alcançando o importante tema do “elemento servil” e a diversidade de propostas para sua superação. Os cearenses, bem como os demais abolicionistas, valeram-se do caso da abolição no Ceará para construir as bases da sua própria consagração, ao exaltarem os seus feitos como ações de iluminação em meio às trevas do atraso. Não à toa, a imagem do Ceará como um ponto de luz no território brasileiro foi profusamente adotada nas falas abolicionistas, reforçando a ideia de iluminação sobrepondo-se à escuridão. O Ceará era celebrado como a “Terra da Luz”, na expressão de José do Patrocínio, e Joaquim Nabuco, escrevendo de Londres, afirmou: “A imensa luz accesa no norte ha de destruir as trevas do sul; nao ha quem possa impedir a marcha d’essa claridade.”¹⁷¹.

Retomando o discurso de Mello e Oliveira, cabe destacar os aspectos pontuados pelo presidente da SAC quanto à escolha do Museu Nacional para guarda e preservação da Libertadora. Disse ele na ocasião que

O Museu Nacional foi o escolhido para a nossa offerenda, pois a sociedade Abolicionista Cearense não poderia esquecer para esse mister o sacrario de nossas riquezas ethnographicas e historicas. Ao vosso coração de brasileiro e á vossa illustrada sabedoria, a sociedade Abolicionista Cearense entrega o

¹⁷¹ Libertador, Fortaleza, 25 de março de 1884, p. 2.

symbolo da redempção dos captivos no Brazil. Viva Sua Magestade o Imperador! Viva a nação brasileira! Viva o ilustre sabio Dr. Ladusláu Netto”¹⁷²

Ou seja, o Museu Nacional foi o escolhido por ser considerado o guardião das “riquezas” nacionais, notadamente aquelas enquadradas em dois cortes classificatórios e valorativos nos quais, de algum modo, a jangada foi situada nesse momento: por um lado, o valor etnográfico, especialmente pontuado por Netto, como veremos adiante; por outro, o histórico, não ligado aqui a uma antiguidade ou originalidade do objeto, mas por ele ter sido parte de um acontecimento que constituiu, na visão dos abolicionistas, um divisor de águas na história do país¹⁷³.

Mesmo possuindo em suas coleções diversos objetos classificados como “históricos”, como medalhas, pinturas, mobiliário, dentre outros, o MN se constituiu principalmente como um *locus* central para a consolidação das Ciências Naturais no Brasil¹⁷⁴, sobre o qual investiu grande energia, tanto para coleta quanto para sistematização e exposição de espécimes. Em diversos momentos, entre as décadas de 1870 e 1880, o diretor Ladislau Netto realizou tratativas a fim de transferir objetos “históricos” para o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo em vista a falta de um Museu histórico de caráter nacional.

José Neves Bittencourt, analisando tais movimentos de Netto, focaliza-os como voltados ao estabelecimento de “uma divisão na gerência da memória nacional”, no qual o diretor do MN não teria sido

[...] tomado por repentino furor histórico, até porque ele já tinha se mostrado, em diversas ocasiões, favorável à saída, do museu, de objetos históricos. Com efeito, em 1881, encontramos a seguinte proposta, encaminhada, por ele: *Proponho que as amostras de produtos naturais que se acham no Instituto Histórico sejam permutadas com objetos de interesse puramente histórico que existem no Museu Nacional*.¹⁷⁵

Ou seja, no caso específico da doação da jangada, fica evidente que o assinalado valor “histórico” deveria aliar-se ao “etnológico” a fim de garantir o equilíbrio necessário ao enquadramento do bem como simbólico da nação e, portanto, passível e justificável de musealização (no âmbito da racionalidade e axiologia vigentes, especialmente no Museu Nacional). Destarte, poderíamos nos perguntar: por que não elegeram o Museu do IHGB, já que era no contexto a instituição precipuamente voltada aos temas históricos? Muito

¹⁷² Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1884, p. 1.

¹⁷³ Como vimos anteriormente, a Libertadora só foi lançada ao mar em 1882, portanto, não esteve na praia do Porto de Fortaleza quando das greves de 1881. Mas, naquele momento, tal detalhe não fazia a menor diferença. O importante a se demarcar era o fato do objeto ter feito parte do trancamento do Porto ao embarque de escravizados, não importando se tal aspecto era verdadeiro ou falso.

¹⁷⁴ LOPES, 2009, op. cit, p. 11.

¹⁷⁵ BITTENCOURT, José Neves. Memória para o futuro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu, 1839-1889. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 37, 2005, p. 205.

provavelmente a decisão pelo MN tenha relação com a proximidade de Ladislau Netto com o movimento abolicionista, o que o tornava, pelo menos em tese, muito mais receptivo à causa, provavelmente, muito mais que qualquer outro integrante da venerável instituição dedicada à escrita da história pátria no Oitocentos, que reunia em suas fileiras grande número de integrantes da elite imperial, quase toda escravista.

Com efeito, outro aspecto a sublinhar é o caráter público do Museu Nacional em contraposição ao caráter privado do Museu do IHGB. Ao adentrar ao primeiro, a jangada não só era chancelada como um objeto de valor histórico, mas o fazia na mais importante instituição pública do Império dedicada à pesquisa, preservação e exposição da riqueza natural e cultural do país, portanto, a doação em diversos níveis afrontava a própria lógica estrutural e legal da sociedade brasileira do Oitocentos, escravista no seu nascedouro e com suas instâncias de poder dominadas e ocupadas por representantes da classe senhorial que, em 1884, entre incrédulos e estarecidos, viram desfilar uma jangada como símbolo do país defendido pelos seus opositores abolicionistas. Por sinal, a suposta cumplicidade dos gabinetes liberais com a campanha fora objeto de severa crítica por aqueles que viam uma torrente de ilegalidades nos atos praticados no Ceará e também na Corte, durante as comemorações.

Contudo, o valor “histórico” da Jangada Libertadora não era consenso em 1884; pelo contrário, estava em disputa, naquele momento, a construção de significados para as ações abolicionistas no Ceará, nas quais abolicionistas e escravistas digladiaram-se na esfera pública em torno dos sentidos e dos lugares enunciativos qualificados a produzir as narrativas sobre os acontecimentos da província do Norte e seus impactos no restante do Império. Sendo assim, é importante situar a controvérsia estabelecida com a musealização da Libertadora no contexto mais amplo de disputas políticas e simbólicas levadas a cabo na ambiência de acirramento do problema da “questão servil” e das inúmeras propostas em construção em tal conjuntura.

Mas, antes de adentrar mais detalhadamente neste aspecto, cabe analisar o discurso com que o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, recepcionou a Libertadora em sua instituição. Disse ele:

No meu duplo character de inimigo da escravidão e de diretor d'este Museu, guardarei tambem com duplo acatamento a victoriosa jangada que primeiro trancou o porto do Ceará ás execrandas transacções do trafico de cabotagem no Brasil. Esta jangada é mais do que um specimen valioso para as collecções ethnologicas do Museu Nacional, porque não lembra simplesmente o batel arrojado em que os primeiros filhos das terras do norte aventuravam-se destemidos aos marouços do Oceano, até perderem de vista as costa da patria. Esta modesta jangada vem perpetuar tambem e sobretudo aos olhos da população da capital do imperio o primeiro golpe vibrado ao

monstro da escravidão por um descendente dos heroicos e indomaveis Tupinambás. O mais glorioso feito da nossa historia hodierna estava reservado ao mais tosco batel dos que singram os nossos mares! Bemvinda seja, pois, a rude e mesquinha jangada, fatora de tão grande acontecimento.¹⁷⁶

De partida, Netto enunciou os dois lugares a partir dos quais projetava-se enquanto sujeito naquela ocasião: por um lado, anti-escravista, por outro, diretor do Museu. Sua adesão pública ao abolicionismo se deu em 1881, mais precisamente no dia 21 de maio, quando ocorreu, na Corte, o *Festival Abolicionista*, atividade celebrada no Teatro de São Pedro de Alcântara em homenagem a Joaquim Nabuco. Na ocasião, o Dr. Vicente de Souza, secretário da Associação Central Emancipadora e sócio fundador da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, leu uma carta¹⁷⁷ de Netto ao engenheiro abolicionista André Rebouças, que tinha o seguinte teor:

Carta do Dr. Ladisláu Netto

<< Museu Nacional, directoria geral, 21 de maio de 1881.

Meu caro amigo Dr. Rebouças.

Desejando tomar parte no festival de hoje como socio fundador da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, pareceu-me que nenhuma prova mais expressiva da minha co-participação me fora possivel exhibir neste certame philantropico do que a de dar *Carta de Liberdade*, sem onus ou condição alguma, ao unico escravo que até este momento me pertence; pois, que um outro que tambem tinha, libertei-o no mez passado, conforme o publicaram as folhas diarias da corte.

Queira o mais activo auxiliar de JOAQUIM NABUCO, em a propaganda humanitaria da nossa associação, levar ao conhecimento dos nossos confrades a *Carta de Alforria* a que alludo e que lhes testificará esse acto.

Do amigo affectuoso,

Ladislau Netto. >>¹⁷⁸

Também nesta oportunidade, Netto destacava o cargo de direção que ocupava no Museu, endossando publicamente a causa abolicionista, o que deve ter gerado estranheza a muitos dirigentes imperiais, contudo, não foi motivo para represálias (se o foi, não encontramos nenhum documento relativo à questão). O fato de um funcionário público declarar-se abertamente abolicionista só foi possível, certamente, no contexto dos gabinetes liberais (1878-1884) que, como destaca Alonso, “toleraram manifestações no espaço público”, o que viabilizou a ampliação do abolicionismo nas grandes cidades, bem como a nacionalização e diversificação do perfil de agentes atuantes¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1884, p. 1.

¹⁷⁷ A carta foi posteriormente publicada no jornal “O Abolicionista”, editado pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

¹⁷⁸ O Abolicionista, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1881, p. 7, grifo no original.

¹⁷⁹ ALONSO, 2015, op. cit., p. 19.

A fala do diretor do Museu, àquele momento já considerado um dos mais importantes cientistas do país, tinha um peso simbólico significativo, pois era a expressão de uma autoridade científica que era difundida colaborando, ainda mais, no processo público de desqualificação da escravidão promovido pelas associações abolicionistas. Com efeito, a partir do início da década de 1880, com a derrocada do escravismo em todo o mundo, poucos foram os intelectuais e cientistas no Brasil que não tomaram parte na questão, declarando-se publicamente abolicionistas. Efetivamente, foi o que aconteceu a Netto que, em 1881, alforriou os escravizados que mantinha sob seu domínio e se lançou na esfera pública como “inimigo” da escravidão. Entretanto, para muitos, o fim da instituição deveria ser gradual, dentro dos limites estritos da legalidade e das reformas paulatinamente implementadas, ou mesmo seguindo os ritos parlamentares. Não sabemos precisamente se o diretor do MN chegou a refletir e a constituir propostas mais concretas a respeito.

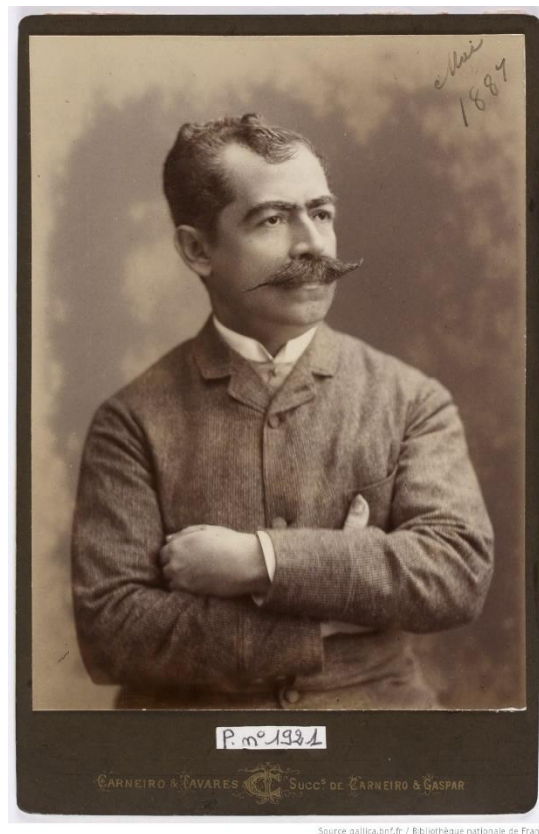


Fig. 12: Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, em 1887
Foto: Carneiro & Tavares. Fonte: Acervo Bibliothèque Nationale de France¹⁸⁰

Com o olhar de cientista, homem de museu, profundamente interessado e dedicado ao estudo das origens do homem americano, cabe apontar que Netto, antes de tudo, sinaliza para o valor etnológico da Jangada Libertadora, pois ela seria um importante espécime a

¹⁸⁰ Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40587202x>. Acesso em: 10 dez. 2018.

documentar as ações dos “primeiros filhos das terras do norte” que “aventuravam-se destemidos aos marouços do Oceano”. Por outro lado, o objeto trazia à presença da população da Corte, o centro político do país, toda a simbologia vinculada à luta pela abolição, portanto, entrava em cena o caráter pedagógico que a Libertadora teria, estando no espaço do Museu, de despertar no povo os sentimentos que a ela foram associados.

Exposta ao público, o objeto seria a própria encarnação da conquista cearense celebrada pelo diretor como “o mais glorioso feito da nossa historia hodierna”. As classificações a que foi submetido no âmbito museológico seguiam, portanto, as lógicas científicas vigentes sob as quais o museu assentava o seu trabalho, bem como a axiologia que presidia os processos valorativos dos elementos do real que deveriam representar a sociedade e a natureza do Brasil.

O museólogo Bruno Brulon, analisando os processos classificatórios nos museus, no interior dos quais uma *coisa* é convertida em *objeto*, indica que

Para que a *coisa* ganhe o estatuto de *objeto*, ou para que um *objeto de coleção* passe a ser pensado como *objeto de museu*, um tipo de conversão deve ser operado pelo processo em cadeia da musealização. O objeto de museu - que não significa meramente o objeto *em* museu - como objeto musealizado, passa a adquirir um estatuto museológico. Tal conversão, do contexto ordinário da coisa ao universo simbólico do museu, implica um processo corolário de resignificação para que o primeiro, detentor de sentidos em seu contexto precedente não-museal, adquira sentido no novo ambiente.¹⁸¹

Da vida ordinária o objeto passa a integrar o escopo do museu e, nesta nova vida, incorpora também novos sentidos, bem como perde outros. É precisamente aqui que reside a fabricação do objeto de museu enquanto bem simbólico, sobre o qual a intangibilidade, representada pelos valores atribuídos, opera a seletividade com relação ao mundo material. De todo o universo de coisas que poderiam ser convertidos em patrimônio sob a tutela do museu, somente algumas o são, a partir da ação dos humanos sobre certos recortes ou “dobras do Real”, como diria Teresa Scheiner, orientados por *regimes de valor* específicos, que representam as “visões de mundo de cada sociedade: daquilo que, em cada sociedade, em cada momento histórico, se concebe como ‘o Real’”¹⁸².

No museu tradicional, o objeto é encenado como

[...] representação de mundo, enquanto materialização dos modos de ser do Homem no mundo: sua criação como representação consciente, seus

¹⁸¹ BRULON, Bruno. Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. **TransInformação**, Campinas, 28(1), jan./abr. 2016, p. 108.

¹⁸² SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. 152 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 43.

processos de produção, a qualidade de sua execução, ou mesmo a sua significância como representação de processos naturais. Nessa vertente de interpretação, o que faz do museu um espelho convincente seria, antes de tudo, a presença do objeto. Metáfora das idéias, signo e símbolo do fazer cultural, representação da natureza e da vida, extensão do próprio corpo do Homem, é a partir do objeto que o Museu constrói sua imagem e elabora seu discurso.¹⁸³

Os objetos musealizados, portanto, assumem papel central na constituição e projeção desse modelo hegemônico de museu, herança das luzes e do saber racional que a tudo quer captar, classificar e exhibir. Não fora de outro modo que se formou o Museu Nacional, com sua incessante atuação a fim de sistematizar o Brasil em coleções, buscando circunscrever aquilo que nos marcaria enquanto sociedade, seja no âmbito da cultura ou da natureza. A Jangada Libertadora, ao adentrar os umbrais do MN, perdia os seus aspectos funcionais e utilitários (características de seu contexto primário) e passava a ser bem simbólico da nação, como testemunho de diversos aspectos que o museu exploraria no seu discurso através da exposição.

Assim, temos que, intersectada por dois cortes valorativos e classificatórios – o “etnológico” e o “histórico” – a Libertadora no Museu seria o testemunho de pelo menos dois aspectos da realidade brasileira: por um lado, do ofício de jangadeiro e, de outro, do acontecimento do trancamento do Porto de Fortaleza ao embarque de escravizados. Contudo, foi este último aspecto que motivou a sua musealização, bem como a elaboração da sua simbologia pública. Em nenhum outro momento, senão o do ato no Museu e em documentos firmados pelo diretor, o aspecto “etnológico” foi sublinhado, mas sim o papel “histórico” que a Libertadora teria exercido como “a primeira” que teria deixado o mar em discordância com o tráfico.

Para a elaboração deste novo símbolo do abolicionismo brasileiro, diversos jornais colaboraram, de diferentes maneiras: a *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, foi um dos primeiros a construir publicamente a imagem da jangada como símbolo da luta anti-escravista. Vejamos alguns trechos dos textos publicados:

A jangada tem um distintivo – a vela branca, representando a igualdade humana, a vela branca que acena batida pela procella aos nautas do bem que vão caminho do futuro.¹⁸⁴

Para nós abolicionistas, a vela triangular e branca da jangada é hoje um symbolo de Liberdade tão sagrado como a cruz de Jesus, que morreu prégando a igualdade e a fraternidade de todos os homens.¹⁸⁵

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1883, p. 2.

¹⁸⁵ Idem, 10 de novembro de 1883, p. 1.

A construção simbólica da jangada como signo de liberdade foi além dos textos escritos, imortalizada pelas obras de artistas que produziram pinturas, gravuras e desenhos nos quais a Libertadora foi consagrada no imaginário social da época. Trata-se de uma iconografia da abolição ainda pouco investigada e que se espalhou em diversas publicações e objetos nos anos 1880, principalmente nas comemorações pelo Ceará Livre na Corte, em 1884. De muitas obras só tomamos conhecimento através de citações textuais, pois não foi possível a localização dos objetos. Vejamos algumas.

Por ocasião do desembarque de Francisco José do Nascimento no Rio de Janeiro, Angelo Agostini (da *Revista Illustrada*) e Antônio Bernardes Pereira Neto (do periódico ilustrado *O Mequetrefe*) produziram obras que foram impressas nos jornais, representações que colocavam em primeiro plano a assunção simbólica da jangada e do jangadeiro.

Agostini, na capa de sua *Revista Illustrada*, publicou uma gravura na qual Nascimento era destacado, pairando entre nuvens, elevado sob nuvens, no céu, na parte superior. Logo abaixo, em primeiro plano, em meio a ondas agitadas, alto mar, duas jangadas: uma, com o Dragão do Mar ao leme, acompanhado de dois colegas e outra, aparentemente conduzindo escravizados para um navio, situado ao fundo, no canto inferior esquerdo. As pessoas na segunda embarcação parecem fazer gestos de clamor, enquanto uma figura em pé aponta com o braço estendido para o navio. Na jangada de Nascimento, que traz na vela a inscrição “Libertadora”, um homem parece acenar com os braços estendidos para as figuras que clamavam da outra jangada. A imagem de Agostini representava o gesto do jangadeiro tentando impedir o tráfico interprovincial, lançando sua jangada ao mar para salvar escravizados. Na legenda, firmava: “Francisco Nascimento À testa dos jangadeiros cearenses, Nascimento impede o tráfico de escravos da província do Ceará vendidos para o Sul”.

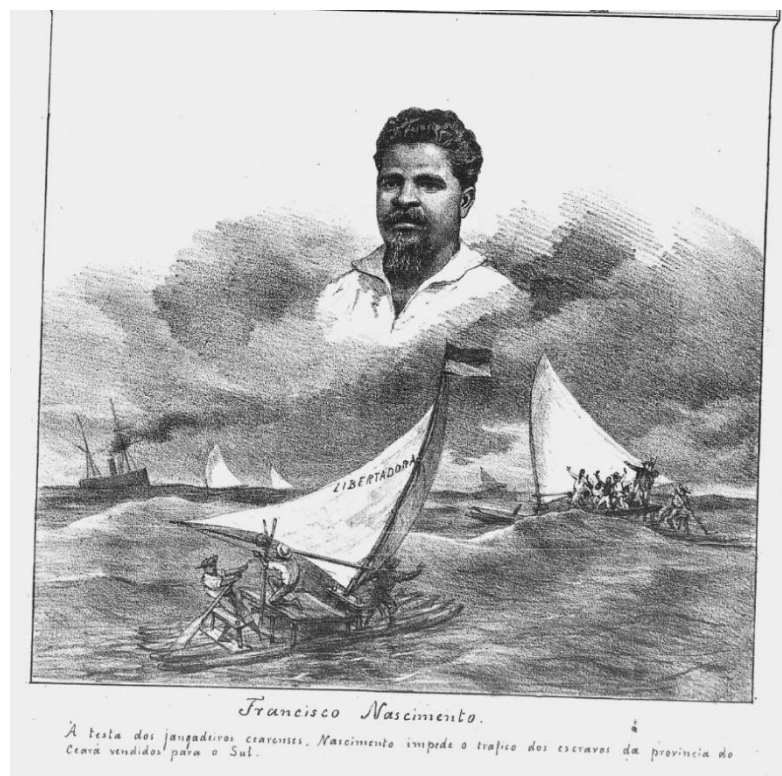


Fig. 13 - Obra de Angelo Agostini na capa da *Revista Illustrada* Fonte: edição 376 – Acervo Biblioteca Nacional

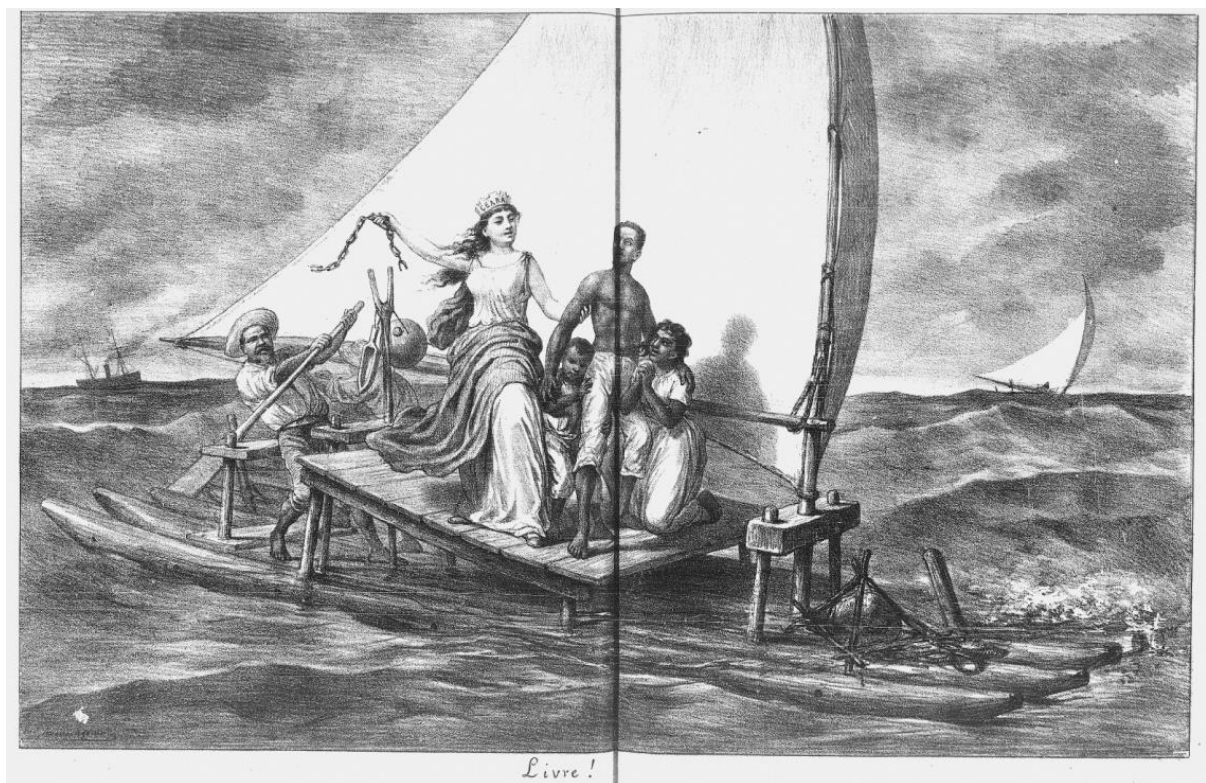


Fig. 14 - Alegoria à abolição cearense, de autoria de Angelo Agostini
 Fonte: *Revista Illustrada*, edição 376 – 1884 – Acervo Biblioteca Nacional

A obra acima apresenta um segundo momento da mesma cena no qual o jangadeiro, após impedir o embarque dos escravizados, resgata-os para sua embarcação. A Jangada Libertadora, no primeiro plano, com Nascimento ao leme, transporta uma mulher branca, de cabelos soltos, que empunha uma corrente rompida na mão direita, enquanto segura o braço de um homem negro com a esquerda. A mulher representa o Ceará e traz o nome da província inscrito na coroa que tem à cabeça. Ladeando o homem, uma menina, aparentemente adolescente, ajoelhada e com as mãos cerradas, faz um sinal de agradecimento, mirando a figura feminina com os olhos. Do outro lado, um menino, cabisbaixo, aparentemente assustado, se agarra às coxas do adulto. Ao fundo da imagem, do lado esquerdo um navio parece partir, enquanto no lado direito uma jangada vazia parece também se distanciar. Como legenda, Agostini assinalava: “Livre!”. O jangadeiro livrava os cativos do tráfico e a figura feminina, representando o Ceará, rompia os grilhões e os segurava pelo braço, como num gesto de amparo, conduzindo-os à liberdade.

A próxima obra, de autoria de Antônio Bernardes Pereira Neto, publicada em *O Mequetrefe*, apresenta: no primeiro plano à direita, uma figura de mulher como anjo, de roupa e cor brancas, empunhando uma corrente partida na mão direita e parecendo brotar das águas do oceano, tendo acima da cabeça, uma estrela radiante; à esquerda, uma jangada, na qual várias pessoas parecem acenar para a figura angelical, que tanto pode representar pedidos de ajuda ou de agradecimento pela libertação. Ao fundo, um sol radiante, demarcando a ideia do Ceará como “Terra da Luz”. Como legenda o autor sinalizou: na borda superior “Ao Ceará livre”; na inferior “- 25 de março 1884 – ‘Deus te leve á salvo, brioso e altivo barco, por entre as vagas revoltas, e te poje n’alguma enseada amiga’ José de Alencar. Jr.”. O texto é do livro “Iracema”, do cearense José de Alencar.

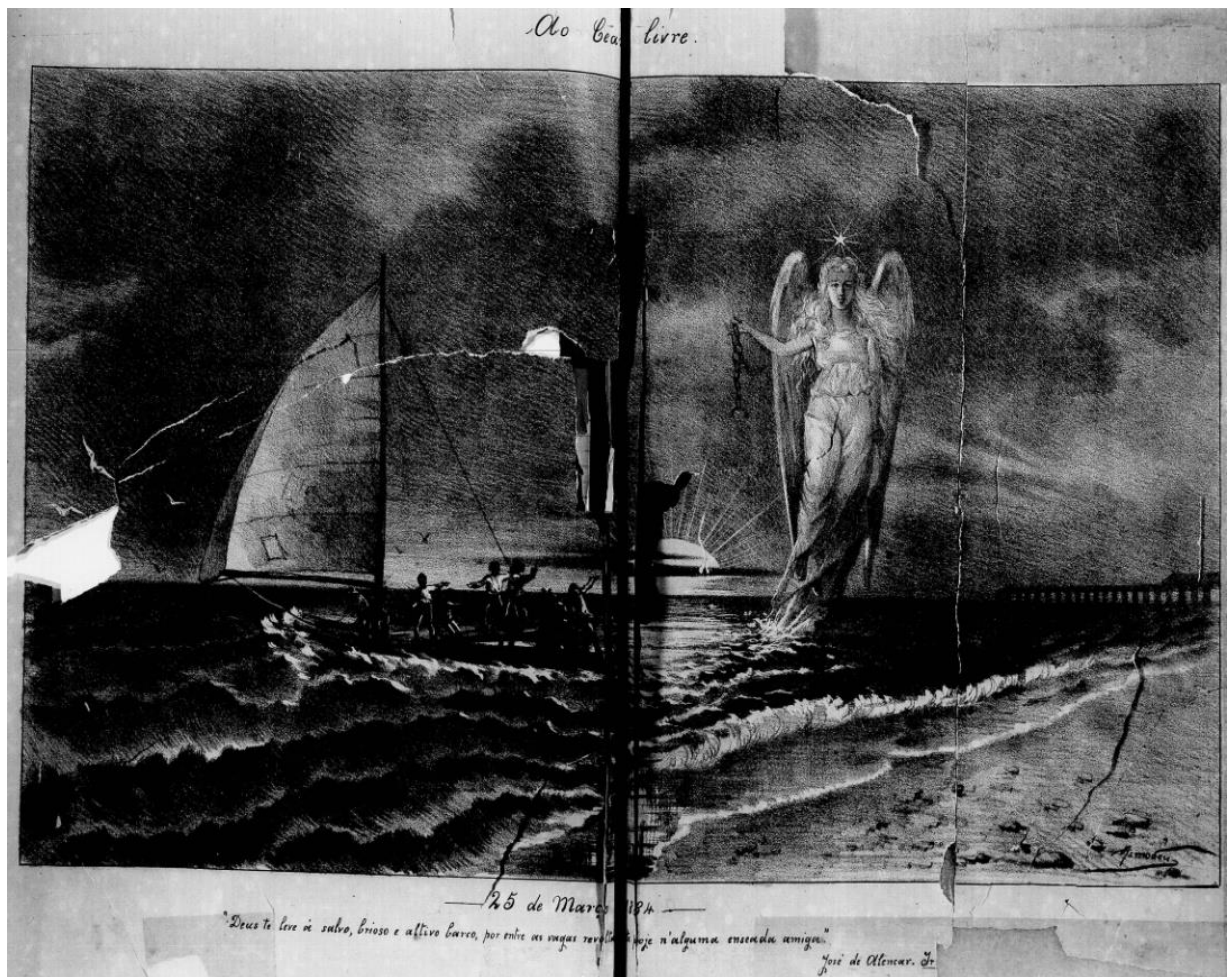


Fig. 15 - Alegoria ao "Ceará Livre", autoria de Antônio Bernardes Pereira Neto
 Fonte: Publicado em *O Mequetrefe* – edição 338 – 1884 – Acervo Biblioteca Nacional

Por fim, destacamos abaixo um retrato de Francisco José do Nascimento, também de Pereira Neto. Cabe registrar que as duas obras de Neto que reproduzimos aqui são descobertas inéditas desta pesquisa, visto que não as localizamos em outros trabalhos sobre o tema, nem mesmo em pesquisas na internet. As obras de Ângelo Agostini são famosas e recorrentemente utilizadas para ilustrar textos sobre a abolição no Ceará, assim como sobre o Dragão do Mar.

Diversos elementos aparecem recorrentemente na iconografia da abolição cearense: em primeiro lugar, a jangada de Nascimento que, como temos visto, foi transformada em símbolo máximo da redenção; em segundo, a figura feminina, branca, representando a liberdade, em todas as imagens empunhando grilhões rompidos nas mãos, tanto nas estampas quanto nas medalhas; terceiro, o sol e os seus raios, a demarcar a ideia do Ceará como "Terra da Luz". Tanto Agostini quanto Neto deram destaque ao Dragão do Mar, colaborando no processo de elaboração e difusão de representações sobre o jangadeiro como um herói.

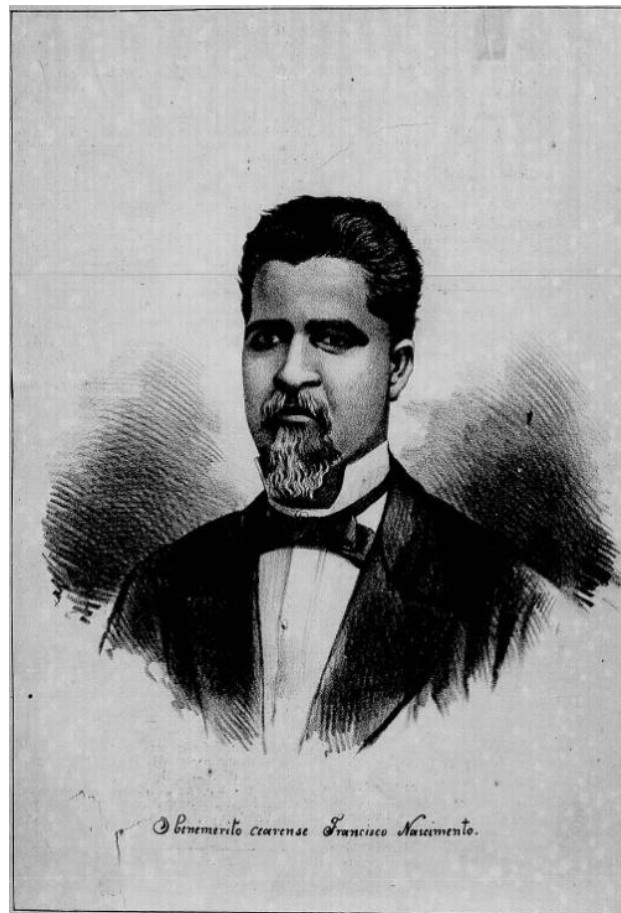


Fig. 16 - Retrato de Francisco José do Nascimento de autoria de Antônio Bernardes Pereira Neto
Legenda: "O benemérito cearense Francisco Nascimento"
Fonte: publicado em *O Mequetrefe* – edição 338 – 1884 – Acervo Biblioteca Nacional

Com efeito, a produção e circulação de objetos e imagens durante as celebrações realizadas na Corte em comemoração ao "Ceará Livre", por si só renderia um importante estudo que se debruçasse sobre o fluxo de pessoas, objetos e sentidos na vida da cidade durante os dias de festejo. Foram milhares de objetos doados para as quermesses, bazares e leilões que alimentaram de recursos os fundos das associações abolicionistas, gerando trocas simbólicas que demonstravam a adesão pública da população à campanha e aos ideais abolicionistas.

Após essa breve digressão e retomando a análise do discurso de Ladislau Netto, cabe pontuar que o diretor do Museu Nacional contrastou duas leituras distintas sobre a Jangada Libertadora, ao acolhê-la na instituição. Por um lado, a jangada era "modesta", um "tosco batel", "rude e mesquinha"; por outro, era "vitoriosa", "especime valioso", "batel arrojado". Em sua visão de mundo, deveras informada pelas teorias evolucionistas, sobre as quais se tornou uma das referências no Brasil daquele período, é possível antever uma interpretação da Jangada como um resquício de um Brasil antigo e originário, que remetia às origens das explorações dos "primeiros filhos das terras do Norte".

Mas, o diretor também destacou e referendou a atualidade dos sentidos que estavam sendo atribuídos naquela ocasião, endossando as leituras feitas pelos abolicionistas e os significados associados à libertação cearense. Emergem de sua fala, portanto, múltiplas camadas de significância que, a depender da circunstância, poderiam ser acionadas no discurso museológico elaborado no e pelo museu.

Outro aspecto a ser pontuado é o fato de Netto vincular Francisco José do Nascimento aos “heroicos e indomáveis Tupinambás”. Em todas as referências do período que localizamos, em que aparece alguma menção à sua ascendência e condição étnica, o Dragão do Mar é apresentado como “mulato” e “caboclo”, mas nunca explicitamente vinculado a uma origem indígena. O diretor do museu foi o primeiro a fazer tal vinculação, pelo menos no universo de fontes por nós levantadas. É um dado importante, tendo em vista que, quem enuncia, é um cientista dedicado ao estudo das origens do homem, especialmente o americano, que foi o responsável por introduzir oficialmente a Antropologia no âmbito do Museu Nacional e é considerado um dos pioneiros da Arqueologia brasileira¹⁸⁶.

Por seu interesse pelas populações indígenas, supomos que Netto tenha inquirido Nascimento quanto a suas origens, tendo o diretor pinçado a face indígena e pontuado em seu discurso, apagando assim a ancestralidade africana do jangadeiro cearense (na verdade, a mais destacada e perpetuada, tanto que, na construção da memória sobre o Dragão do Mar, não há referências a ancestrais indígenas). Portanto, ao destacar a ascendência de Nascimento, Netto aludia a uma genealogia heroica que conduzia e ligava o jangadeiro à bravura e coragem dos Tupinambás, os antigos habitantes da terra brasileira, população originária ao qual o diretor investiu tanto de suas pesquisas e horas de trabalho no Museu.

Por fim, para encerrar o seu discurso, Netto ratificou a classificação sobre a qual o objeto doado seria enquadrado no museu. Asseverou que “A jangada legendária ficou pertencendo às coleções etnográficas”. Como veremos um pouco adiante, em outro documento redigido pelo diretor, a ambivalência valorativa marcou os horizontes da musealização da Libertadora que, apesar de socialmente proclamada como “histórica”, ainda carecia de tempo (ou seja, de antiguidade) para a sua consagração na história nacional, além do fato que, sob a vigência da escravidão, um objeto símbolo da abolição não era consenso, pelo contrário, gerou muito burburinho.

¹⁸⁶ Quanto à construção de interpretações idealizadas sobre os povos indígenas no bojo dos debates sobre a identidade nacional brasileira no século XIX, John Monteiro esclarece que “Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua.”. Assim, o discurso de Netto atava Nascimento a esta origem mítica do povo brasileiro, tão fortemente elaborada pelo indianismo, do qual José de Alencar, do Ceará, é um exemplo contundente, especialmente em sua obra “Iracema”. Cf. MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, p. 15-22.

A abolição cearense, bem como todas as atividades e festejos que ocorreram na Corte, no Ceará e em outras províncias, desenrolaram-se em meio ao recesso parlamentar. No dia 3 de maio de 1884, sob a presidência do Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), no Paço do Senado foi realizada a sessão imperial de abertura da 4ª sessão da 18ª legislatura. Na “Fala do Trono”, apresentada pelo Imperador Pedro II, o monarca incluiu o tema da “questão servil”, afirmando que: “Pende de vossa deliberação uma proposta do governo, em que se vos pede a decretação de medidas que dizem respeito ao elemento servil.”¹⁸⁷.

O tema voltava com toda força ao Parlamento devido às agitações nas ruas, bem como pela pressão do movimento abolicionista que, com as comemorações pelo “Ceará Livre”, arregimentou amplo apoio à campanha. A Comissão designada na Câmara para responder à “Fala do Trono”, apontou que:

A camara dos deputados, reconhecendo a gravidade do assumpto que se prende ao elemento servil, prestará toda a attenção á proposta pendente de deliberação do corpo legislativo, certo de que com a execução e desenvolvimento do systema da lei de 28 de Setembro de 1871 se obterá afinal a condigna solução deste momentoso problema.¹⁸⁸

Como é possível antever, a Câmara apreciaria a proposta que o governo pretendia apresentar, pois, diante da ampliação do coro abolicionista, ou o parlamento tomava para si a condução do processo ou veriam os deputados o acirramento das posições e dos conflitos, bem como o encaminhamento da resolução aos moldes cearenses (o que, evidentemente, nem alguns abolicionistas legalistas gostariam, muito menos os escravistas). As discussões no período foram densas, com diferentes propostas de encaminhamento para a resolução daquele que era considerado um dos maiores problemas da vida nacional. Contudo, antes do debate ter adentrado o Parlamento, desde o início do ano e, mais precisamente, a partir de março, com a proximidade da abolição no Ceará, o embate de ideias entre escravistas e abolicionistas foi intensificado na Imprensa, com ataques e contra-ataques que expressam bem os dilemas do período e os embates entre os dois grupos.

Poderíamos apontar aqui dois periódicos que estiveram no centro das polêmicas sobre a escravidão neste período, na Corte: de um lado, a *Gazeta de Notícias*, um dos mais importantes veículos do abolicionismo (e, como vimos anteriormente, o principal canal de difusão das informações sobre as comemorações ao “Ceará Livre”); do outro lado, o *Diário do Brasil*, órgão do partido liberal com posições escravagistas e francamente voltado à defesa dos interesses da classe senhorial. Polarizando o debate, com editoriais ácidos e recheados de crítica, os dois jornais, cada um empunhando sua bandeira, colocou efetivamente o tema

¹⁸⁷ ANNAES da Camara dos Srs. Deputados do Imperio do Brazil. Quarta sessão da decima oitava legislatura. De 27 de abril a 2 de junho de 1884. V. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 4.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 5.

servil como pauta fundamental refletindo o contexto mais amplo de crise do regime, do sistema escravista e da própria sociedade organizada sob tais bases.

A *Gazeta de Notícias*, fundada no Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1875, por José Ferreira de Araújo, Elísio Mendes, Henrique Chaves e Manoel Carneiro, definiu-se desde o surgimento como um jornal abolicionista e anti-monarquista. Por conta disso, assumiu papel fundamental na campanha abolicionista, sendo um dos instrumentos mais potentes no enfrentamento da questão da escravidão na esfera pública brasileira, teve como colaboradores importantes nomes do republicanismo e do abolicionismo, como José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Machado de Assis, dentre outros. Segundo Ana Flávia Ramos, “a *Gazeta* inaugurou uma forma barata e popular de fazer jornais e, com ela, a imprensa ganharia, aos poucos, ares de grande empreendimento comercial, tornando-se verdadeiramente acessível a um número cada vez maior de leitores.”¹⁸⁹. O jornal foi responsável por introduzir diversas inovações no cenário da imprensa brasileira, utilizando amplamente uma linguagem acessível, bem como alegre e despojada, atraindo assim grande interesse.

Por outro lado, o *Diário do Brasil* foi fundado em 1881, a partir da fusão dos jornais *Revolução* e *Revelação*; o primeiro, de propriedade de Júlio Procópio Favila Nunes e o segundo de Antônio Alves de Souza Carvalho. O periódico surgiu com orientação política de oposição ao Gabinete de 28 de março de 1880 (que teve como presidente José Antônio Saraiva – o Conselheiro Saraiva) e continuou na oposição na gestão do gabinete subsequente, de Martinho Álvares da Silva Campos (de 21 de janeiro de 1882). Em 10 de fevereiro de 1882, contudo, Favila Nunes, que era republicano, se desvinculou do jornal, por conta do alinhamento de Carvalho aos interesses do Gabinete Campos, conforme expôs em nota divulgada nas páginas da *Gazeta*¹⁹⁰, no qual, inclusive, cita boatos de que o seu sócio teria recebido dinheiro em troca do apoio, negando, entretanto, que tenha feito parte de tais transações.

Assumindo postura crítica ao que considerava os excessos do abolicionismo, o *Diário* portava postura escravista mais radical que o *Brazil*, órgão do partido conservador, também publicado no Rio de Janeiro. Um exemplo dos inúmeros editoriais contra a campanha abolicionista divulgados pelo periódico é o que foi publicado no dia 10 de fevereiro de 1882, sob o título “A propaganda abolicionista”. Nele, os redatores criticavam os abolicionistas que, na opinião do jornal, estariam destruindo a principal indústria do país – a agricultura – gerando inúmeros prejuízos e causando insegurança. Apontando como vencida a “questão servil” por

¹⁸⁹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. As Balas de Estalo de Machado de Assis: Política e Humor nos últimos anos da monarquia. In: **I Seminário Machado de Assis**, Rio de Janeiro, 2008, s./p.

¹⁹⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1882, p. 2.

meio da Lei de 28 de setembro de 1871, também conhecida à época como Lei Áurea (posteriormente designada de Lei do Ventre Livre), acreditavam que com a sua execução aos “fazendeiros seria permitido procurar tranquillamente, e sem receio de novas ameaças, os meios de se ressarcirem, ao menos parcialmente, dos prejuízos que essa lei lhes impoz.”¹⁹¹.

O editorial acusava o movimento abolicionista de solapar a tranquilidade pública e as garantias legais por terem iniciado uma nova agitação e conclamava a classe agrícola à reação, notadamente através da organização de associações que defendessem os interesses do grupo. Conclamava que

A propaganda tão nociva é preciso oppor uma vigorosa contra-propaganda. Funde a lavoura tambem a sua imprensa, as suas associações e a sua tribuna. Assuma o papel que lhe compete na direcção dos negocios publicos como fonte quasi exclusiva da riqueza publica e principal sustentaculo da sociedade brasileira.¹⁹²

O jornal conclamava os fazendeiros à reação, pregando a necessidade de organização política frente à ameaça que viam no abolicionismo. Em diversos outros momentos, o *Diario* foi protagonista desse tipo de ação, incitando um contra-movimento¹⁹³ que impedisse o avanço das ideias de libertação. Foi assim que alcançaram 1884 como ferrenhos críticos da solução cearense. Diziam que os abolicionistas eram

Homens que pouca influencia poderiam exercer e nada concorreram para esse movimento procuram ultimamente substituir-lhe uma agitação facciosa, illegal e violenta, com o intuito de precipitar a abolição de movo indecente, repugnante, perigoso para a ordem publica e revolucionario, sem o menor respeito á propriedade dos cidadãos e aos positivos e essenciais interesses do paiz. Todos conhecem as violencias e illegalidades commetidas no Ceará e outras províncias.¹⁹⁴

Foi neste contexto de acusações, de organização e reação do escravismo, de acirramento das tensões, que ocorreram os debates sobre a doação da Jangada Libertadora ao Museu Nacional. As discussões só vieram à tona no mês de maio de 1884, coincidindo com a abertura dos trabalhos na Câmara e com a intensificação das polêmicas sobre a abolição no Ceará, bem como da posição do governo diante de tal acontecimento. Na Câmara dos Deputados, o conservador Domingos Andrade Figueira¹⁹⁵ não deu tréguas, ocupando a

¹⁹¹ *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1882, p. 2.

¹⁹² *Idem*, *ibidem*.

¹⁹³ O jornal passou a divulgar constantemente notícias de eventos de fundação de clubes da lavoura e outras associações de fazendeiros. Tais instâncias funcionaram principalmente nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, mas se espalharam pelo país na década de 1880, como resposta à intensificação da campanha abolicionista.

¹⁹⁴ *Idem*, 1 de março de 1884, p. 1.

¹⁹⁵ Andrade Figueira era deputado pela província do Rio de Janeiro, representante das regiões produtoras de café e um dos maiores escravistas no Parlamento. Ferrenho opositor à Lei do Ventre Livre, combateu os abolicionistas desde o início da campanha em meados de 1860, tendo sido voz ativa dos interesses da classe senhorial até na discussão da Lei Áurea, em 1888, quando votou contra o projeto.

tribuna e debatendo com ministros e outros deputados, não poupando críticas ao governo, ao Imperador e aos “ilegais” abolicionistas. O deputado considerava “censurável” a política do Gabinete Lafayette com relação aos “agitadores da paz pública”, criticando ainda as autoridades públicas da Corte que não impediam o desatino dos abolicionistas de tentarem na Corte os mesmos resultados alcançados no Ceará.

Por vários dias, Figueira contestou na Câmara o suposto apoio que teria dado o imperador à causa abolicionista, alardeado pela Imprensa pró-abolição durante os festejos em março de 1884. Relatava o conservador vários casos de assassinatos cometidos por escravizados contra seus senhores, no interior da província do Rio de Janeiro, ligando tais fatos à propaganda abolicionista. No dia 8 de maio, em debate com o Ministro da Justiça Prisco Paraízo, indagou Andrade Figueira:

Onde está a legalidade da intitulada emancipação no Ceará? Qual é a lei decretada pelo poder competente, isto é, a camara dos deputados e o senado, abolindo a escravidão nessa província? Póde neste paiz alguém estabelecer legalidade que não transite por esta chancellaria e pela do senado? (Apoiados). Que legalidade pode haver, portanto, na abolição que se festejava com o telegramma dirigido pelo presidente do Ceará? Esse presidente de província devia ter sido demittido immediatamente, si o ministerio tivesse consciencia da sua responsabilidade.¹⁹⁶

Os representantes do governo tentavam a todo custo rebater as acusações e fazer avançar uma série de reformas apresentadas pelo gabinete, como a do judiciário e do casamento civil, bem como a aprovação da proposta de orçamento para 1885-1886. Os conservadores, principalmente através da voz de Figueira, tentavam a todo custo bloquear avanços do governo, considerado por eles inepto e sem força política nas casas legislativas para apresentar propostas consideradas tão importantes. Continuando o debate sobre o papel do governo diante das festas abolicionistas celebradas pelo “Ceará Livre”, Figueira atacou as supostas “irregularidades” cometidas por agentes públicos:

Foram irregulares os actos praticados por aquella autoridade [o presidente da província do Ceará], os actos praticados pelo chefe de policia da corte, ás barbas do governo, fazendo até tocar o hymno nacional na repartição da policia, quando passava essa jangada, cujo merito afinal é ter conduzido para o sul milhares de victimas da escravidão. (Apoiados e não apoiados). Foi irregular o procedimento do director do Museu, que, recebendo a jangada e a collocando alli como uma raridade, proferiu um discurso, em que manifestava sentimentos individuaes, que não tinham occasião de ser alli manifestados, nem o podia fazer como director do Museu, porque nesta qualidade o Estado paga-o unicamente para guardar objectos e não para fazer discursos bestialogicos. (Hilaridade prolongada.) Os corpos militares, que prestara as musicas creadas para fins militares, são para esse fim pagos pelos cofres publicos, para festejar nesta capital o motim dos desordeiros? O collegio de Pedro II foi creado para educar a mocidade nos principios da

¹⁹⁶ ANNAES, 1884, op. cit., p. 77.

ordem, da religião, do amor do proximo, e não para prestar a sua bandeira a esses grupos de desordeiros, que aterraram a sociedade, as famílias e a tranquilidade publica!¹⁹⁷

Andrade Figueira atacava assim repartições e pessoas que se envolveram nas comemorações, cobrando do ministro da justiça uma posição firme do gabinete, já que todos os atos teriam sido cometidos “às barbas” do governo. O líder conservador considerou o discurso laudatório de Netto à Jangada Libertadora como “bestialógico”, atacando-o por expressar posições pessoais enquanto funcionário do Estado. Fica evidente que o papel do diretor de museu estava precisamente demarcado: “unicamente para guardar objectos”, retirando qualquer possibilidade de agência política. O fato de vários agentes públicos terem se manifestado francamente abolicionistas nas comemorações de 1884 demonstra como, àquela altura, a campanha abolicionista já tinha conquistado espaço na esfera pública brasileira e nas instituições estatais. O gesto de Netto certamente não foi isolado, pelo contrário, estava inserido no quadro mais amplo de adesões e simpatias que aparentemente iam do Imperador aos seus prepostos. Foi o caso de uma celebração abolicionista realizada na Escola Politécnica, motivo de reclamação de Figueira:

A Escola Polytechnica, creada há 10 annos, mantém cursos apparatusos sem um alumno, pos apenas um curso tem tido alumnos; em que se occupam portanto os seus lentes? Em ensinar a mocidade? Não, mas em celebrar, dentro do proprio edificio, festas abolicionistas com toda a illegalidade, formando associações com os proprios alumnos, anniquilando assim a disciplina escolar, e pervertendo a mocidade nos habitos de desordem e anarchia, porque chegaram mesmo a assentar placas no edificio da Faculdade extinguindo a escravidão naquella praça e suas vizinhanças, com usurpação dos direitos legislativos (apoiados); - placas que foi necessario mandar arrancar porque eram uma affronta.¹⁹⁸

O ministro da justiça, Prisco Paraízo, em resposta às acusações de Figueira contra os agentes públicos, inclusive Netto, afirmou que “Entretanto não houve um só conflicto”. Isto porque um dos mais recorrentes argumentos dos escravistas era o de imputar, às festas abolicionistas, o caráter de anárquicas, perturbadoras da ordem e tranquilidade públicas, promovidas com o fito de atingir a paz da classe senhorial e incitar revoltas e insurreições, tanto nas cidades como no campo, atentando contra o direito à propriedade privada, garantia constitucional. Rumores de levantes e revoltas circulavam pela Corte, alcançavam as senzalas, gerando burburinhos que muitas vezes constituíam mais boatos que verdadeiras ações arquitetadas e planejadas. De todo modo é inegável que, a partir da década de 1880,

¹⁹⁷ Idem, ibidem, p. 77.

¹⁹⁸ Idem, ibidem, p. 78.

se registrou por todo país uma onda de levantes com assassinatos de proprietários, fugas em massa e outras ações que desafiavam o poder de controle e repressão do Estado¹⁹⁹.

No dia seguinte à discussão na Câmara, ou seja, 9 de maio de 1884, o *Diário do Brazil* estampou na primeira página o editorial “A jangada no museu”. Trata-se de um documento extremamente importante para as reflexões que temos desenvolvido, pois condensa aspectos fundamentais das críticas dos opositores aos abolicionistas e, principalmente, ao ato de Ladislau Netto em acolher no Museu Nacional a Jangada Libertadora. De início, o redator descrevia qual devia ser o papel do museu, afirmando que,

O museu nacional é destinado, como se sabe, a recolher objectos raros e preciosos que sirvam para estudo ao sabio, ao historiador, ao philosopho, ao mineralogista, ao ethnographo, ao paleontólogo e a todos, finalmente, que desejem observar os phenomenos do mundo physico e do mundo moral.²⁰⁰

A mensagem era clara: o museu só deveria recolher objetos considerados “raros e preciosos”, com serventia à pesquisa e ao estudo de um seleto grupo de estudiosos, nas áreas às quais a instituição se dedicava. Continuava dizendo que “Entretanto ao museu foi recolhida a jangada de Francisco do Nascimento, esse pobre homem que veio a instancias de outros não menos pobres homens representar uma verdadeira farça, um brinquedo de carnaval”. A ideia das festas abolicionistas promovidas na Corte como um carnaval fora de época vinha sendo amplamente difundida em vários outros momentos pelo *Diário*, que condenava as marchas e eventos como algazarras sem sentido e propagadoras de desordem.

“Quem é o heróe, e o que é a jangada, todos o sabem nesta cidade. Unicamente o museu é que parece não saber. Mostremos ao paiz até onde vai a sabedoria do museu”. O editorial, com isto, contestava incisivamente a autoridade do Museu para definir o que era precioso e o que não era. É preciso apontar que, desde sua criação, apesar das poucas dotações orçamentárias e de apoio do Estado, o Museu Nacional sempre desenvolveu um trabalho muito zeloso e dedicado em suas áreas de atuação. Especialmente na gestão de Ladislau Netto, o Museu deu um salto de qualidade e visibilidade pública, ao criar a sua revista – os *Archivos do Museu Nacional* – bem como a preleção de conferências públicas, participação em exposições nacionais e internacionais, o desenvolvimento de pesquisas e de novos conhecimentos sobre doenças e também sobre a viabilidade de exploração de certos recursos naturais, dentre tantas outras ações que fizeram de Ladislau um reconhecido cientista não só no país, como no resto do mundo científico.

¹⁹⁹ Cf. MACHADO, Maria Helena Pereira. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *Brasil Imperial, 1870-1899*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 367-400.

²⁰⁰ *Diário do Brazil*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1884, p. 1.

A Exposição Antropológica de 1882 tinha efetivamente garantido um lugar cativo para o Museu no seio de uma comunidade mais ampla, rompendo com o círculo muito fechado dos sábios e cientistas. De certo modo, era esta trajetória que o editorial do jornal questionava incisivamente, ao pôr em dúvida a sabedoria dos dirigentes da instituição. Com isso, contestavam as prerrogativas da instância museológica e de sua autoridade decisória quanto ao que estava sendo musealizado.

O texto questionava sobre o valor que teria aquele objeto para estar no Museu:

Não consintamos que seja illudida a historia com tão ridículo e falso documento como é a jangada recolhida ao museu nacional. Retiremos *aquillo* d'alli. Qual é o valor scientifico da jangada para que a sabedoria do museu a addmittisse entre os objectos preciosos que lá existem? A jangada não tem o menor valor scientifico nem para a historia, nem para as artes, nem para os costumes de um povo. E' simplesmente objecto de irrisão, de escarneo e de vergonha para todos os que lhe sabem a chronica.²⁰¹

O jornal criticava frontalmente o suposto “valor científico” da jangada para ser integrada às “preciosas” coleções do museu, contestando incisivamente qualquer corte valorativo no qual pudesse enquadrá-la. Como é possível perceber, nem mesmo o valor etnológico foi admitido, pois, antes de tudo, a jangada seria a representação de uma ilusão, não motivo de orgulho, mas de vergonha e de escárnio. A sua integração ao Museu seria, pois, uma tentativa de iludir a história com um “falso documento”, uma “irrisão”. Tais aspectos estão articulados com a própria narrativa montada pelo *Diário* no tocante à abolição no Ceará, considerada pelo jornal como uma farsa urdida por anárquicos e endossada por um presidente de província e um gabinete omissos de seu dever com a prevalência das prerrogativas constitucionais de garantia do direito à posse de escravizados.

O que estava em choque, portanto, eram duas visões político-ideológicas e narrativas divergentes sobre os acontecimentos no Ceará, mas também de propostas de encaminhamento do tema da escravidão. A “jangada” fora adotada tanto por abolicionistas quanto por escravistas como metáfora da solução cearense, condenada no Parlamento por Andrade Figueira e por outros deputados, como Luís Peixoto de Lacerda Werneck, José de Resende Monteiro (o Barão da Leopoldina), dentre outros. Estar no Museu Nacional equivaleria, ao que parece, a uma chancela aos atos e ações que os deputados e outros dirigentes do império consideravam ilações promovidas por uma turba de agitadores que não tinham compromisso com o país, especialmente com a sua principal indústria, a agricultura, ponto recorrente nos discursos dos defensores do adiamento da abolição, pois afirmavam que era preciso primeiro fazer a transição ao trabalho livre, lentamente, para que a lavoura não

²⁰¹ Idem, ibidem, grifo no original.

fosse prejudicada. A esta altura, na década de 1880, grande parte das lideranças políticas se diziam emancipacionistas, contudo, entre os discursos e a aprovação de encaminhamentos concretos para a questão havia uma enorme distância.

Retomando o texto do editorial do *Diario*, cabe apontar para a disputa de narrativas que ele possibilita perceber, pois tal aspecto foi precisamente dramatizado no caso da Jangada Libertadora. Se os abolicionistas haviam convertido a jangada em símbolo de sua luta, até mesmo consagrando-a como “documento” histórico, cabia, pois, desconstruí-lo e, no lugar da narrativa vitoriosa, encampar uma contra narrativa, um contra-ataque, como tanto alardeava o jornal em seus clamores pela reação da classe senhorial. Contudo, as armas de que dispunham os escravistas eram muito menos eficazes, se comparadas com as dos abolicionistas, que não só produziam discursos e publicações em jornais ou no Parlamento, mas ocuparam o espaço público arregimentando e mobilizando o povo em prol de seus ideais, promovendo quermesses, bazares, regatas, sessões temáticas, conferências-concerto, passeatas e marchas cívicas, enfim, uma multiplicidade de atos que buscavam não só sensibilizar, mas, principalmente, mobilizar e angariar adesões, demonstrando que a causa que defendiam não se resumia a um pequeno grupo, mas que, antes de tudo, era uma pauta popular de todo o Império.

Foi com o objetivo de diminuir, ridicularizar e criar um contra-ataque simbólico que o *Diario* em seu editorial propôs uma nova narrativa, com forte carga de ironia e de ideias preconceituosas, para a história da Jangada Libertadora. Vejamos:

Quando se apresentar qualquer sabio a perguntar o que é aquillo, o museu responderá: Aquillo é uma jangada, e a respeito do seu valor a chronica resa o seguinte: Era um dia, e veiu do Ceará um homem. Chegado á praia de D. Manuel, em frente ao palacio de D. João, e no reinado de D. Pedro, collocou a jangada junto aos feixes de lenha que alli se depositavam. E pensando o povo que aquillo era lenha de cosinha, quiz comprar a jangada, e perguntou ao homem quanto custava aquillo. O homem respondêra que não se vendia, porque aquillo era cousa de magica, era o seu talisman, e que em breve o povo se poria em alvoroço por causa d'aquillo. E logo o homem do Ceará tirou da sacola diversas bandeirinhas, atou as a uns gravetos que estavam no chão, e distribuiu-as pelo povo. E começando a tanger um birimbau o povo ocioso das visinhanças acudiu ao lugar. E o homem vendo que já era grande a quantidade de povo, poz a jangada na cabeça e tangendo o birimbau foi guiando aquelle povo enfeitado de bandeirolas de côres pelas ruas dessa cidade. E quando chegaram ao museu, o homem do birimbau, vendo as portas abertas, entrou com o povo. E o guarda do museu ficando tambem tocado do feitiço, tomou uma bandeirola e acompanhou a procissão do birimbau dentro do museu. E tendo entrado por uma porta sahiu por outra, com o birimbau, deixando no museu a jangada, essa cousa que ahi está. Mas, dirá o sabio, isso aconteceu logo que se descobriu o Brazil, no século XV ou

XVI? Não senhor, dirá o museu, isto aconteceu hontem. Se vossa sabedoria prestar atenção ainda houve o birimbau.²⁰²

Ridicularizando e zombando da narrativa heroica produzida sobre a jangada, o editorial propunha uma nova narrativa para o objeto e sobre o modo como ele chegou ao Museu, manejando referências discursivas depreciativas que remetiam ao imaginário do capoeira, do feiticeiro e do povo ocioso. Cabe notar que o exercício feito é no sentido de pilheriar com a imagem do jangadeiro cearense como herói nacional (aspecto efusivamente difundido no contexto das comemorações). A jangada, de símbolo de redenção, é construída como um objeto sem importância, como lenha, portanto, uma mercadoria barata que pode ser facilmente adquirida, muito distante do corte valorativo que os abolicionistas a ela atribuíram. Ao associar a jangada e o berimbau a uma espécie de feitiço, que tomava as pessoas, talvez o editorial quisesse apontar para a ilusão que, na opinião do jornal, teria tomado as ruas da cidade em março de 1884, comemorando uma “farsa” urdida por enganadores do povo.

Segundo a nota, enquanto para o povo a jangada era somente um feixe de lenha, para o cearense proprietário a embarcação era a representação de algo “mágico”, como um talismã, portanto, um objeto valioso. Tal referência articula-se muito provavelmente ao discurso de pouco engajamento do povo nas comemorações, que o jornal buscou difundir, apregoando aos abolicionistas a pecha de alardearem uma adesão que não teriam da população da Corte. Para finalizar, o editorial afirmava: “Tiremos a jangada das vistas do sabio. A verdade da historia e a dignidade da nossa civilização o exigem. O museu não é praia de D. Manuel não é deposito de lenha”²⁰³.

Ao reduzir a jangada a lenha, o texto atacava o simbólico do objeto forjado nas comemorações pelo “Ceará Livre”, bem como exigia que o Museu restituísse a “verdade da historia e a dignidade da nossa civilização”, imputando uma narrativa mirabolante e ridicularizadora à procissão cívica que conduziu a jangada até o Museu. Recheado de sarcasmo, ironia e jocosidade, o editorial se valeu destas estratégias como meio de atacar as ações abolicionistas, bem como o diretor do MN, quando da entronização da Libertadora. Diferente de outros textos do período, tal documento evidencia o modo como parcela significativa dos escravistas buscava invalidar a musealização da Jangada Libertadora, recorrendo a pilhérias e desqualificações com o objetivo de constranger os agentes que participaram de tal processo. No Parlamento, ao ironizar o discurso de Ladislau Netto como “bestialógico”, Andrade Figueira provocou hilaridade prolongada entre os seus pares. É bem provável que o editorial também o tenha causado entre muitos. Por fim, cabe destacar que o que estava em cheque naquele momento era o controle da construção do discurso que seria

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

produzido, tanto no presente quanto no futuro, sobre os acontecimentos em evidência, sobre os quais tanto escravistas como abolicionistas buscavam monopolizar a interpretação dos fatos por meio das diversas disputas que protagonizaram.

Após todos os debates no Parlamento, bem como as críticas publicadas nos jornais, Ladislau Netto redigiu um ofício ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Afonso Pena, ao qual o Museu estava subordinado. Tratava-se do momento de elencar as razões que justificariam os seus atos. O documento, intitulado “Officio dando as razões em que se baseou a Directoria Geral deste Museu para acceitar a jangada trazida a esta Côrte pelo cearense Francisco do Nascimento.”, foi produzido no dia 20 de maio de 1884 e nele Netto elencou os argumentos que considerava relevantes para compreender o seu gesto. Ao que tudo indica, em nenhum momento o ministro solicitou esclarecimentos do seu subordinado, pois não encontramos qualquer solicitação oficial junto ao arquivo do Museu Nacional. Provável é que, para não sair desprestigiado da situação, o diretor tenha se antecipado a qualquer demanda ministerial, oferecendo sua versão oficial dos fatos, contestando assim os discursivos contrários proferidos por seus adversários, restituindo o lugar de autoridade científica sobre o qual havia assentado sua trajetória.

De partida, o diretor situava o motivo pelo qual escrevia o documento, asseverando que

Tendo surgido do seio da Camara dos Srs. Deputados accusações dirigidas contra mim por haver eu acceitado no Museu Nacional a jangada trazida a esta Côrte pelo cearense Francisco do Nascimento, accusações que a imprensa imparcial tentou diluir em phrases mais comedidas e mais de molde com aquelle severo recinto, permita-me C. Ex.^a que, abstrahindo do que individualmente me toca nas referidas accusações, apresente em deffesa daquelle acto, incorporado actualmente a minha direcção neste Museu, a razão em que me bazeei para com verdadeira satisfação receber semelhante presente.²⁰⁴

O diretor só se viu impellido a maiores esclarecimentos após o tema ir parar no Parlamento, o que demonstra o grau de autonomia que tinha na gestão do museu, o que também fica evidente através do discurso proferido no evento de doação da Libertadora. Após o preâmbulo explicativo, Netto passou a suas considerações, dando as “razões” pelas quais recebeu o objeto contestado no museu:

A jangada brasileira, que muito se approxima da *balza* dos índios primitivos de Guayaquil, de alguns affluentes do Alto Amazonas, ou ainda do *Pripri* dos Caraibas, era a unica embarcação de que se podiam servir os indios que habitavam o littoral brasileiro, comprehendido entre os Abrolhos e o Cabo de

²⁰⁴ Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Offícios dirigidos ao Governo, Livro 7 (1881-1885), p. 125 v e 126. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional.

S Roque. E o motivo disso é que toda aquella extensa secção da nossa costa tem como antemural pelo lado do mar e n'alguns pontos, a muitas milhas ao largo, extensas linhas de recifes que a nenhuma outra especie de embarcação permitiriam lhes singrasse as cercanias. A jangada era portanto o mais commum e o mais seguro batel daquellas regiões; e effectivamente nem ao norte do Ceará, nem ao sul dos Abrolhos o empregaram jamais os pescadores brasileiros. E, pois, que tam curiosa, e nesta Côrte tam desconhecida embarcação se offerecia á secção ethnologica deste Museu, por cujo augmento e prosperidade estou ha tantos annos a lidar, como sabe todo o paiz graves censuras ao contrario me deviam caber, si eu me houvesse esquivado ao offerecimento que se me fazia. É verdade que trazia o alludido batel a particularidade de haver iniciado um movimento mais celere na causa da emancipação do elemento servil no Brasil, e que a este feliz acontecimento me referi na carta que pouco antes havia escripto ao presidente da Sociedade Abolicionista Cearense, e que lhe entreguei como resposta as palavras que á frente de mais de duas mil pessoas me dirigiu aquelle cavalheiro. Este acto, porem, de que pessoalmente me devaneço, e que a nenhum respeito destóia do meu character tam propenso á ordem quanto contrario a doestos²⁰⁵, nada tem que vêr com o facto official que foi de todo o ponto proveitoso a este Museu. No que diz respeito a jangada, continuo a pensar que o duplo interesse, que a ella assim se prende, tresdobra-lhe o valor, motivo pelo qual ainda que actualmente não haja no Museu espaço onde me seja possivel guardal'a, entendo que é objecto de alta importancia para a ethnographia e mais tarde para a historia do paiz.²⁰⁶

Netto começou sua argumentação justamente por tema de sua predileção e especialidade: construiu uma genealogia que integrava etnologicamente a jangada às embarcações similares em outros lugares da América do Sul. Tal questão, sobre as ligações entre as diferentes populações que ocuparam a América, já vinha há alguns anos ocupando a atenção do botânico que se converteu em antropólogo e arqueólogo. Curioso notar que, diferente do que afirma Netto, a jangada não foi lhe oferecida para a secção etnológica, mas como um objeto “histórico”, a figurar junto aos demais bens pertencentes a tal corte classificatório. Por mais que em seu discurso o presidente da Sociedade Abolicionista Cearense tenha destacado o valor etnológico da referida embarcação, a construção feita pelos abolicionistas buscou, antes de mais nada, destacar a jangada como um bem digno de entrar para a escrita da história do país, não como uma reminiscência de tempos imemoriais nos quais indígenas desafiavam os limites da natureza a desbravar a costa, mas como símbolo da luta cearense por meio da qual a Jangada Libertadora seria uma lembrança permanente.

Ao enfatizar o valor etnológico, Netto punha em segundo plano o histórico, apesar de não escamoteá-lo inteiramente. O segundo valor só viria com os anos, ou seja, no futuro, quando após a devida passagem do tempo a Jangada Libertadora seria reconhecida como

²⁰⁵ Doesto – “Ação ou efeito de doestar (insultar); ação de acusar desonrosamente alguém; injúria ou insulto.”. Cf. <https://www.dicio.com.br/doesto/>. Acesso 01 set. 2018.

²⁰⁶ Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Offícios dirigidos ao Governo, Livro 7 (1881-1885), p. 125 v e 126. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional.

inteiramente integrada à história nacional. De fato, como veremos adiante, o diretor não estava equivocado: no século XX a Libertadora seria retomada como uma “reliquia” histórica, menos como um vestígio etnológico relevante para a compreensão dos grupos humanos que habitavam as costas brasileiras em tempos distantes.

Em nenhum momento, apesar das duras críticas que sofreu, Netto demonstra constrangimento ou arrependimento por seu ato, pelo contrário, forjou em sua posição oficial um argumento que unia, ao mesmo tempo, o interesse público, manifestadamente pelo lado do Museu ao qual dirigia, com as reivindicações do movimento abolicionista por ver perpetuada a memória de seus feitos e especialmente dos acontecimentos no Ceará. A justificativa do diretor encaminhava para a necessidade de reconhecimento do duplo valor da Jangada, não só como testemunho do modo de vida de populações antigas, mas também por ter feito parte de um movimento que acelerava o ritmo da superação da escravidão, à qual se mostrava francamente favorável.

Ainda destacava a defesa da ordem e sua posição contrária a “doestos”, como um bom funcionário público deveria se portar no exercício de suas funções. Certamente uma resposta às acusações de que as festas abolicionistas e, claro, o seu símbolo máximo, a Jangada, visavam incitar a sublevação da ordem pública e a levar o terror às zonas da lavoura, como tantos apregoaram naqueles dias. O “homem de ciência” portava-se, assim, como uma autoridade que, ciente de suas atribuições, não se furtava à oferta pela necessidade de ampliar as coleções que devia zelar e divulgar. O caráter ambivalente dos valores socialmente atribuídos à Libertadora em tal contexto demonstra como a construção dos significados é forjada em situações particulares, motivada por interesses diversos e que se relacionam inteiramente às visões de mundo daqueles que os estabelecem.

As diferentes posições sociais ocupadas pelos sujeitos são aspectos chave para compreendermos as estratégias pelas quais são “fabricados” os bens culturais preservados nos museus, pois esses são reflexos dos anseios dos grupos e dos indivíduos implicados nos processos complexos de seleção e atribuição de valores, os quais não estão isolados do mundo social, mas que com ele se comunicam plenamente. Tais elos que atam museus e sua ambiência social, muitas vezes ambivalentes e contraditórias, são faces das próprias sociedades, sempre plurais e marcadas pelos interesses diversos daqueles que buscam determinar o que será lembrado e o que será esquecido, do que será preservado e do que será destruído, nas redes dialéticas e dialógicas tecidas no tempo e no espaço do permanente acontecer das coletividades humanas.

Ao acompanharmos a trajetória da Jangada Libertadora percebemos como política, poder e autoridade são elementos centrais do campo museológico, pois a constituição de

patrimônios é sempre atravessada por múltiplos e difusos interesses, por sujeitos com projetos muitas vezes antagônicos, mas também complementares. No Brasil do ocaso da escravidão, as sentinelas da ordem e da legalidade ligaram os alertas contra a torrente abolicionista que desafiava o *status quo* e as instituições sob as quais havia sido estabelecida toda uma sociedade. Os arautos do progresso se projetavam como líderes de um novo tempo, representantes de uma nova aurora marcadas por ideais de progresso, liberdade e modernização. No centro de tantas projeções e disputas, a Libertadora figurava como signo ambivalente, lembrança de tempos distantes, mas também de realidades tão próximas, sem as marcas da antiguidade, mas com o vigor dos novos ares.

O objeto, em vários sentidos, era a própria síntese de todo um Brasil prenhe de novo e de antigo, de tradição e de modernidade, de contradições e desigualdades, de anseios de grupos emergentes e de desespero de outros em franco declínio. O Museu de D. João, assim como a Praia de D. Manuel, eram unidos pela presença incômoda e festejada. A Jangada no Museu Nacional, tão criticada pelo editorial do jornal escravista, representava uma invasão de povo até aquele momento inadmissível naquela casa de “objetos raros e preciosos”. Houve até mesmo turras de um inconformado que reclamou indignado com a transformação do tosco batel em “trono”; ora, uma verdadeira profanação e inversão dos valores e das simbologias. O templo da ciência sendo invadido pelo “berimbau” e pelo “feitiço” do cearense jangadeiro, que até mesmo o porteiro do museu arrebatou em sua mandinga ritmada e em sua procissão embandeirada.

As diversas imagens e conceitos de museu que emergem da controversa doação da Libertadora remetem-nos à própria complexidade e dinamicidade do museu. Fenômeno plural, disputado, amado e odiado, espelho das sociedades e dos seus diferentes sistemas de pensamento e modos de pensar o Real, dos seus dilemas demasiado humanos, como nos ensina Teresa Scheiner²⁰⁷. No caso da situação que temos analisado é perceptível o confronto, mas também as tentativas de mediação nos contornos delineados pelo caso de musealização em tela.

Pode-se perceber, assim, como as coleções são formadas em meio a intrincadas redes movidas por negociação e conflito, inovação e permanência, transformações em permanente fluxo que podem tentar segurar um Real imaginado como consagrado e imutável, ou pode se render ao movimento de metamorfoses que faz com que o universo museal esteja sempre em um duradouro devir. São todas estas contradições e problemáticas que fazem do museu um

²⁰⁷ SCHEINER, 1998, op. cit., passim.

“acontecimento”²⁰⁸, com suas poéticas e atrofias, com suas pulsões de liberdade e renascimento, mas também de morte.

Podemos pensar, a partir do caso da Libertadora, o confronto entre duas faces do Museu, antagônicas, mas complementares, identificadas por Scheiner²⁰⁹ a partir da matriz mítica grega: apresenta a museóloga os mitos de Apolo e Dioniso, no contexto de um questionamento às visões que reduzem o museu a “instituição”, identificado à origem no Templo das Musas como espaço construído e genealogia definitiva de sua existência. As narrativas míticas permitem vislumbrar no Museu algo além daquilo que foi estabelecido como norma, como paradigma único e possível. Ao refletir sobre as interfaces entre Museu e o espaço e o tempo míticos, Scheiner questiona a hegemonia do modelo ocidental de Museu Tradicional, forjado na transição dos séculos XVIII e XIX, desde então hegemônico no mundo. O nosso Museu Nacional é, como tantos outros, herdeiro de tal modelo, que se espalhou pelo globo a partir da ação colonialista e do avanço da Europa sobre outros continentes.

Razão e Emoção, ou melhor, Apolo e Dioniso, como afirma a autora, são duas faces do Museu que “opõem-se, mas sem se excluir”: o primeiro,

[...] o ser da Luz, o arco do dia, o sol que permite ao homem fixar-se no espaço e do solo retirar o seu sustento, é associado ao equilíbrio e à permanência. [...] Reconhecido e cultuado como deus pan-helênico, é a divindade que, no Parnaso, preside às atividades das Musas – é o deus da inspiração, da razão mediadora. Apolo nos apresenta a dimensão racional do Museu, deste museu que se quer ciência e controle do método, que se qualifica pela prática classificatória, pelo predomínio de uma “*filosofia da permanência*”, onde é preciso sempre guardar, preservar, conservar, esquecer a morte; deste museu que se quer produto, nunca processo, para sempre identificado à materialidade²¹⁰.

O segundo,

[...] por excelência, o deus que vem – aparece, manifesta-se, dá-se a conhecer [...] é o deus da verdade arquetípica - a pulsão afetiva. Da paixão, como ‘*pathos*’ ou perturbação dos sentidos, mas também como afirmação de liberdade, da paixão que conduz o indivíduo para fora de si mesmo, de seus próprios limites, mas também que lhe permite identificar, fora de si, elementos mobilizadores de sua emoção. É o deus da sensualidade, do riso, do canto, do transbordamento, senhor da epidemia, de tudo aquilo que o museu ocidental negou ao Museu, ao percebe-lo enquanto templo, enquanto instituição. Dioniso está na origem mesma deste Museu que se quer espaço de presentificação das musas: ele é o museu da mudança, da diferença, o museu que se recria continuamente, pela emoção²¹¹.

²⁰⁸ Idem, 2013, op. cit., p. 372.

²⁰⁹ Idem, 1998, op. cit., p. 21-23.

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 22-23.

²¹¹ Idem, ibidem, p. 22.

As faces apolínea e dionisíaca do Museu permitem pensá-lo para além das convenções cristalizadas no pensamento ocidental, apontando para a sua potência para a transformação, mas também para a permanência, como bem evidencia a autora. O caso da musealização da Jangada Libertadora ilustra bem estas duas possibilidades do museu: por um lado, a transgressão promovida pelo gesto de doação de um objeto que ia de encontro ao estabelecido, afrontando a constitucionalidade e a legalidade do Estado-Nação; por outro, a reação dos escravistas expõe que o museu não poderia ser lugar para o som do berimbau do jangadeiro, não deveria receber o povo enfeitado em procissão.

Ideias de liberdade e subversão entravam em choque com norma e contenção. Apolo e Dioniso em peleja, na ambivalência dos discursos, nas lógicas classificatórias e valorativas. O museu em disputa! Os defensores da ordem acusavam-no de promover a institucionalização da anarquia e do símbolo de uma farsa, de uma mentira. Os abolicionistas defendiam a Jangada como um princípio sacrossanto, inviolável e sublime, como uma lição para a história e para a eterna recordação dos que viriam no futuro.

O editorial do *Brazil* evidencia de modo muito contundente como a musealização da Libertadora foi interpretada por muitos como uma cerimônia “dionisíaca”, marcada pelo excesso, pelo transbordamento, pelo “feitiço” que arrebatava até mesmo o vigilante da ordem, o porteiro. Eram todos arrebanhados pelo “carnaval” abolicionista, momento em que ocorreu uma suspensão, mesmo que temporária, da lógica regular e estabelecida. Liberdade e tirania, mudança e permanência, todos se encontravam de algum modo em tal momento. Os apolíneos da Câmara clamavam por vingança: era preciso não só tirar a jangada do Museu, mas punir exemplarmente o seu diretor com a demissão. Ele não deveria proferir “bestialógicos”, mas zelar única e exclusivamente pelos objetos “raros e preciosos”. A lei não permitia tal afronta!

Museu, liberdade, legalidade, ordem e transgressão. A jangada musealizada nos conduz para os meandros das políticas de memória e de esquecimento, para as contradições dos agentes e de suas posições no mundo, ao museu, enfim, como instância de exercício do poder, produto e produtor de discursos que espelham as sociedades em cada tempo e espaço, como expressão das lutas e sonhos, dos anseios dos diferentes sujeitos que vocalizam suas intenções sob a forma de objetos como representações de ideias, ideologias e significados. “Razão e paixão, luz e sombra, manifestações naturais da psique humana. Criação e preservação, mudança e permanência, Dioniso e Apolo são também as duas faces do Museu.”²¹².

²¹² Idem, *ibidem*, p. 23.

Ainda em 1884, de 23 de agosto a 30 de novembro, aconteceu no Rio de Janeiro a Exposição Geral de Belas Artes, última realizada no período monárquico, promovida pela Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Dentre as diversas obras que estiveram em exposição, um busto em cera intitulado “O jangadeiro”, produzido pela artista Ossian-Bonnet, retratava o jangadeiro Francisco José do Nascimento. Bonnet era esposa do médico francês Dr. Émile Ossian-Bonnet, diretor e preparador do Museu Anatomo-Patológico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Ossian-Bonnet trabalhava com seu marido na produção de objetos que passavam a compor o Museu Anatomo-Patológico, um gabinete dedicado ao estudo e formação dos futuros médicos. O busto do Dragão do Mar, contudo, não foi feito exclusivamente para a exibição promovida pela AIBA. Antes disso, ele teve uma outra trajetória e foi produzido com outro objetivo. A história do objeto foi publicada na Gazeta da Tarde, de propriedade do abolicionista José do Patrocínio. Vejamos a narrativa, pois ela revela interessantes desdobramentos da polêmica doação da Jangada Libertadora ao Museu Nacional. Disse o jornal que

Mme. Ossian Bonnet teve um dia uma lembrança: artista distinta, quiz presentear o nosso Museu Nacional (nosso fizemos mal, do Sr. Dr. Ladisláu Netto) e tratou de fazer um retrato representando um typo de indigena. Achou que Francisco do Nascimento estava nas condições de servir e gravou em cêra a sua physionomia acaboclada, energica. Terminada a obra, enviou-a ao Museu. O Sr. Dr. Ladisláu Netto regeitou-a. Porque? Se é exacto que o typo não foi bem escolhido, pois Nascimento não tem senão ligeiros traços da raça dos nossos incolos, não deixa, porém, de ser certo que o Museu não é tão somente anthropologico. A prova é que lá existem medalhas, múmias do Egypto, etc., e até o proprio Sr. Ladislau, que nos parece não vir em linha recta dos Crichanás²¹³. No fim de contas era natural que por tal forma procedesse quem, ainda não ha muito, propoz a demissão de F. Muller²¹⁴, uma altíssima auctoridade scientifica, e, como não a conseguiu, o faz passeiar como um verdadeiro Judeu Errante. Ora, desde que se faz isso, qual a razão para não acceitar a delicada offerta de uma senhora? Este Dr. Ladislau Netto é...o Dr. Ladislau.²¹⁵

Ao trazer a história à tona, o jornal criticava a postura do diretor, não somente no caso específico do busto, mas lançava ao público outras situações que demonstravam o caráter autoritário de Netto, muitas vezes criticado na imprensa, inclusive no caso do naturalista Muller, que vinha há anos servindo ao museu. Segundo Margaret Lopes, “Os problemas devidos ao autoritarismo de Neto sempre existiram. As Atas do Conselho de Administração do museu são um material riquíssimo, onde se pode notar quantas vezes Neto reuniu o

²¹³ Nome pelo qual eram conhecidos, no século XIX, os atuais indígenas Waimiri-Atroari, que habitam os estados de Roraima e Amazonas.

²¹⁴ Fritz Muller, naturalista alemão que atuou no Museu Nacional. Nome destacado do darwinismo no Brasil, radicou-se em Santa Catarina, tendo realizado inúmeros estudos publicados no Brasil e no exterior.

²¹⁵ Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1884, p. 2.

Conselho para tentar alterar decisões em que perdera posição.”²¹⁶. Para além disso, é possível conjecturarmos que a recusa de Netto em receber o busto estivesse mais relacionada às polêmicas suscitadas pela Jangada Libertadora, evitando outros possíveis desgastes.

Cabe notar ainda como o articulista do jornal pontuou a amplitude das coleções do Museu Nacional, que iam além do “antropológico”, matéria da predileção de Netto, e pela qual o diretor muito batalhou para ampliar e consolidar no escopo da instituição. O jornal colocava em cheque o controle exercido pelo diretor, bem como as suas preferências como definidoras das lógicas de aquisição. Foi justamente por iniciativa pessoal, antes que orientada por outras motivações, que Netto recebeu no Museu a Libertadora. O caso do busto abre uma questão: o diretor teria acolhido a Jangada com um olhar unicamente voltado a aumentar a sua seção etnológica ou realmente se expôs aos possíveis ataques interessado verdadeiramente em se engajar e ecoar o movimento abolicionista? Não podemos oferecer uma resposta definitiva quanto a isso, mas, cabe a reflexão sobre os limites do compromisso de Netto em fazer do Museu mais uma instância a ser ocupada pelo movimento abolicionista.

O gesto de Netto gerou desconfiança e dúvida entre os abolicionistas. Além da notícia divulgada na *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias*, um dos principais veículos do grupo, indagou sobre a questão, após destacar os méritos artísticos de Ossian-Bonnet:

Custa a gente compreender por que carga d’água o Museu, que recebeu a jangada, recusa o busto do jangadeiro. Sempre ha nos Museus um corredor, um canto qualquer, a que se acolha um trabalho que destôa um pouco do destino do estabelecimento, principalmente quando esse trabalho é feito por uma senhora, e por ella gentilmente offerecido...²¹⁷

Pelo visto, na sua tentativa de sair diplomaticamente do imbróglia em que se viu enredado, Netto tentou agradar a gregos e troianos, ou, para retomar a ideia do mito abordada acima, a Apolo e Dioniso, tentando estabelecer limites à lógica colecionista do Museu. Infelizmente, quanto a esse caso, não temos a versão do diretor e qualquer tentativa de interpretação ficará no plano da suposição, visto a falta de maiores evidências. Fato é que, mesmo com o apelo à suposta representação de um indígena, o busto acabou por não se enquadrar naquilo que Netto delineava como de sua alçada colecionadora, ficando fora do museu e sendo desconhecido o seu paradeiro.

O busto, consagrado²¹⁸, já que reconhecido pela institucionalidade da arte brasileira no Oitocentos, não passou despercebido aos olhos do ilustrador Angelo Agostini, que o

²¹⁶ LOPES, 2009, op. cit., p. 197.

²¹⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1884, p. 2.

²¹⁸ A Exposição da Academia Imperial de Belas Artes era a maior e mais importante instância consagradora da arte e do artista no Brasil do século XIX.

retratou em seus registros visuais da visita que fez à exposição, publicado em sua *Revista Illustrada*.



Fig. 17 - Desenho de Angelo Agostini retrata o busto de Francisco José do Nascimento feito por Ossian-Bonnet e exibido na Exposição Geral de Belas Artes de 1884.

Texto: "M.me Ossian-Bonnet. O jangadeiro, retrato em cera. 396. E nós que julgávamos que elle era feito em chocolate!". Fonte: Revista Illustrada, Rio de Janeiro, nº 397, 1884, p. 4.

2.4 Do Arsenal à regata

Após essa breve digressão para abordar mais um objeto relacionado a Francisco José do Nascimento e, portanto, à construção dos registros memoriais da abolição no Ceará, cabe perguntar: e a Jangada? Foi retirada do Museu Nacional, como queriam os acusadores de Netto? O diretor foi demitido do posto ou sofreu alguma represália? Qual foi o destino da Libertadora? Vejamos.

Primeiro, cabe registrar que, ao que tudo indica, Ladislau Netto não sofreu nenhuma represália por ter recebido a Jangada no MN. Como vimos, nem mesmo um ofício foi dirigido a ele por seu superior, tendo voluntariamente o diretor se disposto a esclarecer as razões de sua conduta. Em algumas narrativas que circulam na internet, seja em sites, blogs e mesmo em redes sociais, algumas pessoas ao recuperarem a doação da jangada, no contexto de

uma rememoração dos feitos de Francisco José do Nascimento, apontam que o diretor foi demitido e a jangada destruída. Tal narrativa não condiz com a documentação disponível sobre o caso, que passamos a analisar a partir de agora.

Como disse Ladislau Netto, no ofício em que dirigiu ao Ministro da Agricultura, Afonso Pena,

No que diz respeito a jangada, continuo a pensar que o duplo interesse, que a ella assim se prende, tresdobra-lhe o valor, *motivo pelo qual ainda que actualmente não haja no Museu espaço onde me seja possível guardal'a*, entendo que é objecto de alta importancia para a ethnographia e mais tarde para a historia do paiz.²¹⁹

Àquela altura, o diretor enfatizava mais uma vez (era uma crítica constante em seus relatórios) um dos aspectos mais problemáticos em suas lides com a gestão do maior museu brasileiro do Oitocentos: a falta de espaço. De fato, nos anos em que esteve à frente da instituição, Netto atuou incisivamente em prol do aumento e do melhoramento dos espaços de guarda e exposição do acervo da instituição, motivo pelo qual o antigo prédio já não comportava tamanha quantidade de objetos. Para completar, a jangada não era um item pequeno que pudesse ser acomodado em qualquer canto. Tratava-se de um grande artefato, que ocuparia grande área.

Apesar de anunciar em 1884 que não tinha condições de guardar adequadamente a jangada, Netto só estabeleceu contatos a fim de transferir o objeto para local com melhores condições em 1886. No dia 5 de julho, enviou ofício ao Vice-Almirante Barão de Ivinheima, Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, no qual solicitava o recebimento do objeto nas dependências do Museu Naval. No mesmo documento, o diretor lançava mão novamente de argumentos etnológicos com vistas a convencer a autoridade da importância da jangada. Disse que,

Existindo neste Museu uma jangada perfeitamente preparada com todos os accessorios necesarios á navegabilidade desta embarcação, duplamente interessante por ser o typo do navio indigena primitivo do Brasil e ter ainda hoje serventia, não só na pesca mas tambem no transporte de passageiros e cargas em alguns pontos da costa do Norte; e não havendo nesta Repartição espaço onde possa ser devidamente acondicionada a referida jangada, que foi offerecida ao Museu pela Confederação Abolicionista Cearense, rogo a V. Ex.^a se digne recebl'a provisoriamente no Museu Naval desse Arsenal, ate

²¹⁹ Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Ofícios dirigidos ao Governo, Livro 7 (1881-1885), p. 125 v e 126. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional.

que me seja possível guardal'a sob condições que melhor garantirem a sua conservação neste Museu.²²⁰

Ao remeter o ofício ao Inspetor do Arsenal, Netto sequer citou a ligação da jangada com o abolicionismo, ressaltando mais uma vez os aspectos “etnológicos” que estavam vinculados ao interesse em conservar o objeto, reafirmando-os através da incorporação de novos argumentos, como o fato de estar completa, ou seja, com todos os seus acessórios. Além disso, destacava a atualidade da embarcação para a vida das populações da “costa do Norte”. Sendo assim, o objeto era ainda mais valioso por remeter tanto ao “indígena primitivo” quanto às populações do litoral que ainda utilizavam a jangada nas lides com a pesca e com o transporte de pessoas e cargas. O valor “histórico” em nenhum momento foi convocado a referendar o significado da preservação do batel. Ocultação calculada? Talvez. Netto provavelmente temesse a recusa da Marinha em acolher a embarcação, por conta do que representava. Em 1886, mais do que nunca, os conflitos em torno do tema da escravidão agitavam o país e o movimento abolicionista pressionava cada vez mais pela resolução da questão. As constantes rebeliões e fugas de escravizados, o assassinato de senhores, a intensificação e fortalecimento de quilombos e de outros espaços de solidariedade e resistência, colocavam o país em polvorosa e o pavor rondava as casas grandes.

Em tal cenário, sob a gestão de João Mauricio Wanderley, o Barão de Cotegipe, como presidente do Conselho de Ministros, inimigo do abolicionismo e único senador do Império a votar contra a Lei Áurea, em 1888, os ventos não estavam favoráveis à Jangada Libertadora. Certamente eram tempos que demandavam cautela e polidez, pois fazia mais de um ano que os liberais tinham saído do poder e o clima esquentou com o aumento do uso da força por parte do Estado no combate à campanha pela extinção da escravidão. Não à toa, Angela Alonso, em seu livro sobre o movimento abolicionista brasileiro, enfatiza tal momento como “tempo das balas”²²¹, pois os ânimos estavam alterados e as disputas mais acirradas do que nunca. Tais aspectos contextuais não devem ser ignorados na exegese do ofício de Netto em suas súplicas para que a jangada fosse remetida ao Museu Naval.

Portanto, temos aqui mais um museu partícipe da trajetória da jangada: o Museu Naval, do Arsenal da Marinha, criado em 1870 e que durante anos enfrentou dificuldades para se estruturar, tanto que, em diferentes períodos nos anos 1920 e 30, perdeu objetos de seu acervo para o recém-criado Museu Histórico Nacional, tendo sido extinto definitivamente em 1932, por decreto do governo provisório de Getúlio Vargas.

²²⁰ Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Ofícios dirigidos ao Governo, Livro 8 (1885-1890), p. 37. Seção Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional.

²²¹ ALONSO, 2015, op. cit., p. 280-329.

A resposta do Barão de Ivinheima ao pedido de Netto não demorou a chegar: no dia seguinte ao envio do ofício, ou seja, 6 de julho, emitiu o Inspetor do Arsenal que “Esta inspeção aprecia-se em comunicar a V. Ex.cia que com todo o prazer acede ao pedido feito e aproveita a ocasião para apresentar a V. Ex.cia os protestos de sua mais subida consideração e elevada estima.”²²². Não sabemos exatamente quando que a jangada foi remetida ao Arsenal, mas é provável que tenha ocorrido logo após a resposta do Barão, tendo em vista que Netto precisava, ao que tudo indica, de espaço no Museu.

Antes de fecharmos a análise sobre a trajetória da Libertadora pelos museus do Rio de Janeiro (Nacional e Naval), cabe registrar que em nenhum momento ela foi oficialmente incorporada às coleções a partir da inscrição em um livro de registro ou, como mais comumente o designamos em Museologia, Livro Tombo. O Museu Nacional passou a contar com tal instrumento a partir de 1876, instituído por Ladislau Netto, responsável por assinar o Termo de Abertura. Também chamado de “Livro do Porteiro”, era destinado ao “lançamento feito pelo Porteiro, dos objectos entrados no Museu Nacional do Rio de Janeiro”²²³. Ao consultarmos tal livro, não encontramos registro da entrada da Jangada Libertadora. Quanto ao Museu Naval, não foi possível localizar documento similar, visto que não tivemos oportunidade de consultar os registros desta instituição. Mas, segundo consta no artigo da conservadora de museu/museóloga Nair de Moraes Carvalho, que analisaremos no próximo capítulo, o objeto também não foi lançado nos registros do Museu Naval.

A última notícia que localizamos sobre o paradeiro da Jangada Libertadora a situa novamente no seio do abolicionismo: no dia 19 de maio de 1888, a “Imprensa Fluminense” (ao que tudo indica, pessoas de diversos veículos de imprensa do Rio de Janeiro) organizou uma regata em homenagem à abolição da escravidão, recentemente decretada, em 13 de maio daquele ano. No programa da atividade, várias competições, com grande número de participantes. A regata ocorreu na Enseada de Botafogo e ao que tudo indica contou com apoio de pessoas da Marinha e do Exército, que também participaram competindo ou como juízes. Dentre os nomes constantes do programa, localizamos o do Barão de Ivinheima, que

²²² Ofício nº 65, de 6 de junho, do Barão de Ivinheima ao Diretor do Museu Nacional, doc. 78, pasta 25, Seção Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional. Cumpre esclarecer que há uma divergência de datas nos ofícios: segundo foi registrado no Livro de Ofícios expedidos pelo Museu Nacional, o documento de solicitação de Ladislau Netto seria de 5 de julho. Contudo, a resposta do Barão de Ivinheima está datada de 6 de junho. É provável que algum dos documentos tenha se equivocado no registro da data, contudo, por não termos acesso ao original firmado por Netto, é impossível determinar se a comunicação ocorreu em junho ou julho de 1886.

²²³ Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional (Livro do Porteiro) – (1876-1892). Seção Memória e Arquivo (SEMEAR) – Museu Nacional. O livro está subdividido em quatro partes, correspondentes às seções do Museu: Zoologia, Botânica, Mineralogia e Numismática. Conforme o Decreto 6.116 de 1876, que reorganizou o museu, a instituição era composta oficialmente por três seções: 1) De antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal; 2) De botânica geral e aplicada, e paleontologia vegetal; e 3) De ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral. A 4ª seção, de Numismática, não constava do regimento, mas deu origem à seção antropológica, arqueológica e numismática do museu. Cf. MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Livro do porteiro** - livro de lançamento de objetos entrados no Museu Nacional: 06/01/1876-26/12/1892. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, SEMEAR, 2017.

era membro da Comissão que seria responsável por recepcionar a família imperial que, todavia, não compareceu à celebração.

A grande atração da regata foi a Jangada Libertadora, que saiu especialmente neste dia do Arsenal da Marinha para celebrar a tão sonhada abolição da qual tinha sido eternizada como símbolo. O jornal *O Paiz* registrou que

Ao singrar galhardamente as azuladas águas da enseada, ostentava-se garbosa a jangada histórica da abolição, a relíquia nacional celebrisada por Francisco do Nascimento, que fora rebocada do arsenal de marinha. [...] Durante o tempo que percorreu a enseada, foi a jangada visitada por muitas embarcações.²²⁴

Em 1888 a Libertadora voltou a ser exaltada e significada como um objeto “histórico”, uma “relíquia nacional”, protagonista dos feitos cearenses que eram rememorados e presentificados através da reedição de um evento que havia marcado, em 1884, a primeira aparição da embarcação nas águas da Guanabara. As manchetes de jornais reafirmavam o conteúdo simbólico da presença da Jangada Libertadora nas regatas, um marco do abolicionismo no Brasil.

JANGADA HISTORICA

A jangada historica do intrepido Francisco do Nascimento, o benemérito jangadeiro cearense, passeiou no dia 19, durante as regatas pela bahia de Botafogo. Ia guarnecida por dois marinheiros cearenses e três outros, sendo um o célebre grumete André Nogueira, e levava a seu bordo os Srs. capitães Luiz Maria de Mello Oliveira, Osorio de Paiva e Pereira, o tenente Dr. Jayme Benevolo, alferes-alumnos Mello Nunes e José Bevilaqua, os Srs. Domilcar, Monte Negro, Vicente Sucupira e Silva Barros, representantes do Ceará e por parte da Confederação Abolicionista os Srs. João Clapp e Dr. Bricio Filho. Foi cumprimentada por muitos escaleres e trocaram-se muitos vivas com a praia, entre o povo e os estudantes das differentes academias. Ao saltarem o Sr. Bevilacqua agradeceu ao distincto capitão de mar e guerra Custodio José de Mello o obsequio com que honrou os seus patrícios, sendo o digno guarda d'aquella preciosa farda, reliquia nacional, e no meio de vivas e acclamações foram recebidos pela comissão do Club de Regatas Paquetáense.²²⁵

Também em Recife, durante as comemorações pela Abolição, no dia 15 de maio de 1888, em uma passeata

[...] via-se uma jangada [...] feliz lembrança essa de homenagem e reconhecimento á nobre província do Ceará. Era um simulacro da jangada de Nascimento, o filho do povo que tanto fez em prol da liberdade de seus compatriotas. Tripolada por dous jangadeiros, a frágil embarcação tinha na vela triangular as seguintes inscrições: - 25 de março de 1885. – Nascimento. – Ceará Livre. Uma onda de povo cercava este symbolo e quasi

²²⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1888, p. 2.

²²⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21-22 de maio de 1888, p. 2.

não deixava transitar á vontade um outro esquadrão de lanceiros, bastante numeroso, e que se annunciava com toques de clarins.²²⁶

Assim, a Jangada Libertadora teve os seus significados atualizados e reafirmados a partir da sua participação nas festas pela Abolição, seja a verdadeira, que estava no Arsenal, seja o “simulacro”, que desfilou pelas ruas do Recife. Por entre polêmicas, disputas e conflitos, a embarcação alcançou o ocaso da escravidão como um símbolo da luta por liberdade e anunciadora de novos tempos. A partir de 1888 até meados do século XX, não localizamos informações sobre a jangada, que deve ter permanecido no Arsenal. Uma busca promovida pelo Museu Histórico Nacional, através de seu diretor, Gustavo Barroso, constatou que a embarcação teria desaparecido, em algum momento indefinido entre 1888 e 1923.

É sobre tal busca e os agentes nela implicados que abordaremos no próximo capítulo. A Libertadora, de objeto das coleções do Museu Nacional e Museu Naval, passava a ser cobiçada pelo museu dedicado à escrita da história pátria. Em outro contexto e outro tempo, camadas de significados seriam descartadas em prol da singularização da Libertadora como “reliquia” histórica do Brasil, motivando sua musealização através de um artigo publicado em periódico. Tais aspectos compõem um novo momento da trajetória do objeto que permitem acompanhar o seu devir e os múltiplos interesses que movem a produção das narrativas dos museus e os discursos que eles produzem sobre o passado.

²²⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 17 de maio de 1888, p. 2.

CAPÍTULO 3
SOB OS AUSPÍCIOS DA “CASA DO BRASIL”:
A JANGADA COMO RELÍQUIA NACIONAL

3 SOB OS AUSPÍCIOS DA “CASA DO BRASIL”: A JANGADA COMO RELÍQUIA NACIONAL

3.1 Por entre lembranças e esquecimentos, cartas e ofícios: busca e frustração

Como vimos no capítulo anterior, a última exibição pública da Jangada Libertadora ocorreu em 1888, durante os festejos promovidos em comemoração à abolição da escravidão, no qual a embarcação de Francisco José do Nascimento deixou o Museu Naval e cortou as águas da Guanabara como símbolo da luta por liberdade, momento no qual foram reafirmados os valores que revestiam o objeto de um significado especial, notadamente “histórico”. Do final do século XIX a meados do XX, por entre lembranças e esquecimentos, a trajetória do batel musealizado seguiu o fluxo do processo de constituição de uma memória sobre a abolição no Ceará e, especialmente, sobre o Dragão do Mar.

Os variados e diferentes contextos nos quais o objeto “reapareceu”²²⁷, por sua vez, expõe a multiplicidade de agentes e discursos através dos quais foram sendo forjadas narrativas tanto sobre os jangadeiros, quanto sobre o papel desses na campanha abolicionista. Os destinos da jangada e de seu proprietário estiveram sempre intimamente ligados, pelo menos no plano das elaborações simbólicas. A rigor, em circunstâncias distintas, movidos por interesses multifacetados e intencionalidades difusas, tanto Francisco José do Nascimento foi recuperado e celebrado como herói, quanto a sua jangada foi novamente significada como um símbolo do heroísmo e pioneirismo dos cearenses na libertação dos escravizados. Interessa-nos, precisamente, acompanhar tais fluxos, evidenciando os agentes e os contextos específicos nos quais a Jangada Libertadora figurou como um bem material e simbólico digno de ser lembrado, em conexão com operações mais amplas de produção de escritas da história que se articularam com ações voltadas a sistematização, gestão e preservação de um certo passado elegido como memorável.

Poucos meses após a abolição no Ceará, mais precisamente em agosto de 1884, a Sociedade Cearense Libertadora foi dissolvida. Em um “Manifesto da << Cearense Libertadora >> ao Publico”, os diretores da associação, como que vislumbrando a posteridade, iniciaram por historiar a trajetória da entidade, destacando as dificuldades que enfrentaram, os processos e perseguições judiciais que muitos de seus membros sofreram por acusações de roubos de escravizados, bem como a falta de apoio financeiro, que os forçaram a empenhar recursos próprios nas ações que desenvolveram. Explicavam que a organização nunca foi propriamente uma “sociedade” e que “Nunca possuímos estatutos, nem livro de

²²⁷ Não fisicamente, mas nos discursos de agentes sociais.

actas, nem archivo.”²²⁸. Além disso, não esqueceram de frisar como haviam montado a empresa tipográfica responsável pela impressão do jornal *Libertador*, afirmando do mesmo modo que a partir daquele momento a publicação não estaria mais vinculada à SCL.

Os *libertadores*, com o manifesto, lançavam à esfera pública uma narrativa que enfatizava o caráter benemérito e humanitário de suas ações, pondo em evidência que, grande parte das vezes, custearam as atividades em prol da abolição em prejuízo das suas finanças pessoais, visto que os recursos arrecadados não eram suficientes para cobrir a necessidade e os valores de manumissões, por exemplo, que proporcionaram a libertação de muitas cidades, algumas delas por eles citadas, como Acarape, Pacatuba, Fortaleza, dentre outras. Finalizavam dizendo que

[...] depois de termos obtido no campo das ideias a maior victoria nas lutas brasileiras, ficando-nos a satisfação de havermos precipitado a solução da questão do elemento servil, obrigando o governo do paiz a subir até o povo, em cuja frente acaba de collocar-se o ministério Dantas, - desfraldando a bandeira da abolição, - depois de tudo isto, quando a nossa sociedade nada mais pôde fazer em favor da causa que deu-lhe vida por tantos annos, julgamos conveniente dissolver hoje este pequeno núcleo de homens que se fizeram irmãos para, sob o lemma de – UM POR TODOS E TODOS POR UM, - combater a escravidão, que é a maior vergonha do Brazil. Separados, cada um de nós continuará a ser um obstaculo aos calculos e caprichos dos apologistas dessa maldita instituição.²²⁹

Certamente, os membros da SCL viam-se como vitoriosos na campanha que abraçaram em 1880, ao fundarem a entidade. Apesar da resistência que enfrentaram em muitos momentos, os seus membros foram consagrados na narrativa oficial da história do Ceará como heróis que se devotaram à “santa causa” da abolição, termo diversas vezes utilizado pelos libertadores. Assim, no pós-abolição seria consolidada uma narrativa heroica dos cearenses que se assentava sobre os feitos dos libertadores que teriam afrontado o sistema escravista e as instituições, pugnando a bandeira da igualdade e da liberdade.

No documento que os diretores da SCL direcionaram ao público, publicado, ao que tudo indica, em diversas províncias (localizamos o texto em jornal de Recife), é possível perceber como tais sujeitos foram cuidadosos em produzir uma autoimagem triunfante de si, de homens abnegados, despretensiosos e devotados unicamente à causa dos escravizados. Mas, para além de tais sentimentos (que não devem ser olvidados), outros interesses impulsionaram suas ações, visto que, no período republicano, muitos deles exerceram postos dos mais importantes na política do país, seja no Ceará ou mesmo como representantes da

²²⁸ Jornal de Recife, Recife, 14 de agosto de 1884, p. 2.

²²⁹ Idem, ibidem.

nação, caso de João Cordeiro, eleito senador e que durante anos atuou com grande influência no governo estadual.

A construção da imagem pública de tais homens, portanto, foi permanentemente marcada pela adesão aos ideais abolicionistas e republicanos, aspectos que os colocaram em evidência no acaso tanto da monarquia quanto do escravismo, favorecendo para muitos visibilidade e viabilidade política de ascensão a postos de comando. O mesmo, contudo, não se passou com todos e nesse ponto é preciso apontar para os limites da ascensão social, bem como para a rigidez das hierarquias sociais, ainda presentes na sociedade brasileira, que dificultam mormente a pessoas de estratos populares a assunção a cargos políticos e em instituições estatais.

Marcadores como raça/etnia, gênero, classe social, dentre outros, são aspectos que se intersectam nos processos de longa duração que afetaram e continuam a impactar a distribuição de poder no Brasil, que faz com que, ainda hoje, sejamos um país tão desigual. O caso de Francisco José do Nascimento parece ser emblemático nesse sentido: apesar de toda a notoriedade que alcançou e mesmo sendo celebrado como um dos mais importantes “heróis” da campanha, não ocupou, contudo, nenhum cargo político de destaque. Não há como ignorar o fato de que, sendo ele pobre e negro, mesmo sabendo ler e escrever, não galgou espaços na política institucional.

Com o advento da República, diversos abolicionistas, antigos companheiros de Nascimento, que também haviam abraçado a causa republicana, estiveram à frente da instauração da nova ordem política no Ceará. Certamente, o mais proeminente foi o presidente da SCL, João Cordeiro, que fez parte inclusive da comissão executiva responsável por implementar o novo governo, sendo amigo e aliado de Floriano Peixoto. Também Almino Álvares Afonso exerceu os cargos de deputado e senador, eleito pelo Rio Grande do Norte, seu estado natal; Frederico e Pedro Borges, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, Justiniano de Serpa, dentre outros, foram deputados na Câmara Federal representando o Ceará²³⁰. Borges e Serpa chegaram a ocupar a presidência do estado, o primeiro de 1900 a 1904 e o segundo, entre 1920 e 1923.

Francisco José do Nascimento só foi reintegrado ao cargo de prático do Porto de Fortaleza em 1890. No mesmo ano, aos 4 de dezembro, o General Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, expediu a ele Carta Patente de Major-Ajudante de Ordens do Secretário Geral do Comando Superior do Comando da Guarda Nacional do Estado do Ceará, tendo o prático entrado em exercício do cargo em 1891²³¹. Nascimento era

²³⁰ Informações retiradas de GIRÃO, 1988, op. cit., p. 257-272.

²³¹ MOREL, 1949, op. cit., p. 194.

distinguido pelo grupo ao qual tinha apoiado, especialmente João Cordeiro, tendo reavido seu antigo posto de trabalho e mais, voltava a ele como membro de uma importante instituição herdada do Império, a Guarda Nacional.

Já no dia 3 de agosto de 1890, em Assembleia Geral reunida no palacete da antiga Assembleia Provincial, sob presidência do Coronel Luiz Antonio Ferraz, presidente do Ceará, foi fundada em Fortaleza a Sociedade Beneficente “União Operária”, uma organização que pregava o mutualismo e a cooperação entre as diversas classes. Tratava-se de uma típica sociedade voltada às tentativas de conciliação de classes e de solidariedade entre os seus membros, voltada à assistência e educação. Na mesma assembleia, Francisco José do Nascimento, após ser eleito tesoureiro da nova entidade, doou a ela um “bote”, de sua propriedade. O gesto, visto como “filantrópico”, marcava a adesão do Dragão do Mar a mais uma organização²³². Pouco conseguimos apurar sobre a atuação da sociedade, mas é provável que tenha sido uma das pioneiras no tocante a organização dos trabalhadores, visto que a criação de tais entidades só foi intensificada a partir do início do século XX.

Ainda no bojo do processo de implantação do regime republicado, nas diversas crises que marcaram os seus primeiros anos, o Dragão do Mar manteve-se fortemente vinculado ao antigo líder da SCL, João Cordeiro, defendendo os interesses do grupo que havia recentemente assumido o poder, conforme Morél²³³. Em fins do século, contudo, o famoso líder dos jangadeiros encontrava-se isolado dos antigos companheiros da Libertadora, “e viv[ia], agora, exclusivamente dedicado à praticagem da barra e ao seu sítio.”²³⁴.

Em 1904, o Dragão do Mar voltou a se envolver em um movimento de paralisação do porto de Fortaleza. Assim como nos idos de 1881, quando a greve ocorreu contra o embarque de escravizados e celebrizou o prático, em 3 de janeiro de 1904, uma nova mobilização tomou as praias, dessa feita por conta de um sorteio para o Serviço Militar, que forçaria trabalhadores do mar a seguirem para o Sul. Segundo Morél, uma resistência se formou frente ao edital publicado com apenas 72 horas de antecedência do embarque. Os marítimos teriam recorrido ao Dragão do Mar que, acorrendo a praia, teria dado novo grito de ordem: “Ninguém embarca!”²³⁵.

²³² Nascimento exerceu também o cargo de presidente da “União Operária”, em 1895, sendo que antes disso diversas reuniões da associação eram realizadas em sua casa. Cf. A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará, Fortaleza, 21 de agosto de 1895, p. 2; Idem, 15 de fevereiro de 1894, p. 3.

²³³ Para maior detalhamento da vida de Nascimento no final do século XIX, bem como de sua participação política, cf. MORÉL, 1949, op. cit., p. 194-206.

²³⁴ MORÉL, 1949, op. cit., p. 205, interpolação nossa.

²³⁵ Idem, ibidem, p. 209.

O governo, sob a presidência de Pedro Borges²³⁶, reprimiu violentamente o movimento, em conflitos que deixaram grande número de feridos e mortos²³⁷. Nascimento, após o episódio, passou a ser preterido nos serviços de praticagem, tendo que intensificar suas atividades comerciais a fim de sustentar sua família²³⁸. O conflito entre o governo e outros destacados membros das associações abolicionistas, como o próprio prático, alcançou a imprensa, fazendo com que voltassem à tona discussões que buscavam recuperar àquele presente os feitos dos idos de 1881, em sintonia com o combate aos abusos do governo.

No *Jornal do Ceará*, órgão oposicionista, o fundador e diretor do periódico, Waldemiro Cavalcanti, no dia 25 de março de 1904 publicou o editorial “25 de Março”, no qual relembrava da Data Magna do Ceará, dia em que, como vimos no capítulo anterior, a província foi declarada território livre da escravidão, em 1884. A recuperação da data simbólica ligava-se tanto aos acontecimentos do início daquele ano, ou seja, o episódio que ficou conhecido como “greve dos catraieiros”, bem como à exaltação das ações de uma geração que o jornal pretendia celebrar e retomar ao palco da cena política.

Após um prelúdio no qual exaltava a importância de se reconhecer o papel desempenhado pelas gerações anteriores na “evolução social”, em diferentes níveis, desde o tecnológico ao moral, o articulista dizia que:

Na esquecida historia deste recanto do norte em que habitamos, um grande marco collocamos, que prendeu a atenção do Universo e que nos tornou grande aos olhos de todos: 25 de Março. Bella pagina de solidariedade e amôr, bello fructo da doutrina de Christo. Contrasta a grandeza daquelle dia com a pequenez, o apoucado dos dias de hoje. Naquelle memoravel batalha os catraieiros e jangadeiros eram heróes, hoje são victimas e o sangue delles borda de vermelho os braços dos poderosos. Naquelle dia de fraternidade e amor foram conduzidos nos braços e o Presidente da Provincia não se desdenhou de abraçar o Dragão do Mar; hoje, são pisados a pata de cavallo ou fusilados e seu chefe Nascimento anda perseguido e em risco de ser demitido porque o governo de hoje que se representa por um companheiro de hontem fugiu á jura da solidariedade e faz causa commum com os assassinos. [...] E' portanto com muito amor e saudade que volvemos o olhar ao passado, recordando aos cearenses o dia maximo de sua historia, commemorando na tristeza ambiente um dia de tanta luz e de tanta alegria, que contrasta cruelmente com as sombras dos tempos actuaes.²³⁹

²³⁶ Pedro Borges era médico, irmão de Frederico Borges. Ambos participaram como membros ativos da campanha abolicionista no Ceará. Todos os dois sofreram com as represálias que sobrevieram sobre os membros da Libertadora quando da greve dos jangadeiros em 1881. O primeiro era médico do Exército e à época foi transferido para outra localidade; já o segundo, exercendo o cargo de promotor de Fortaleza, foi demitido. Os irmãos se engajaram na política partidária, tendo atuado como deputados.

²³⁷ Para uma descrição pormenorizada dos acontecimentos relacionados à greve dos catraieiros em 1904, cf. MÓREL, 1949, op. cit., p. 209-212.

²³⁸ Idem, Ibidem, p. 212.

²³⁹ *Jornal do Ceará: Político, Commercial e Noticioso*, Fortaleza, 25 de março de 1904, p. 1.

Passados 20 anos da abolição cearense, o autor já apontava para os “esquecimentos” que pairavam sobre a data considerada por ele tão relevante. Pelo texto, é possível perceber como, àquela altura, o “25 de março” foi demarcado como um importante feito na história do Ceará, exemplo de amor e de fraternidade dos cearenses que chamou a atenção do “Universo”. Ao recordar dos acontecimentos e dos agentes da abolição, o jornal dialogava profundamente com a situação vivenciada pelos catraieiros e jangadeiros, que fazia pouco haviam sofrido com a mão armada e pesada do governo contra os seus pleitos. Ao mesmo tempo, o autor, falando de um periódico oposicionista, utilizava o acontecimento para atacar seus adversários. O Dragão do Mar era novamente saudado como uma grande liderança, agora perseguida e com ameaças de demissão.

Era outro tempo e nele a estratégia de paralização do Porto gerou um grande drama social, vivenciado por famílias que perderam seus entes queridos assassinados pelas armas do governo. Os companheiros do passado agora estavam do outro lado, no poder, e Nascimento já não desfrutava da mesma popularidade e simpatia que outrora. O alvorecer do novo século anunciava novos desafios e mais uma vez o Dragão do Mar ressurgia como liderança, mas, dessa feita, abandonado pelos antigos camaradas. Por sinal, a participação na agitação dos catraieiros parece ter sido a última ação política expressiva de Nascimento.

Em diferentes momentos e em situações as mais diversas, a jangada (nem sempre a Libertadora, mas a jangada como objeto simbólico) foi reativada como um símbolo expressivo do Ceará, em conexão com um passado idealizado e romantizado, que buscava no movimento abolicionista uma fonte permanente de exemplaridades a serem seguidas pelos cidadãos do presente.

Assim o foi em 1906, quando da organização de uma recepção ao então presidente da República, Afonso Pena, o mesmo que, como vimos no capítulo anterior, ocupava o Ministério da Agricultura quando da doação da Jangada Libertadora ao Museu Nacional. No Rio de Janeiro, um jornal anunciava que:

Uma flotilha²⁴⁰ de jangada fazendo tremular no tope dos mastros a flammula da Sociedade Cearense Libertadora, commandada pelo major F. Nascimento, o glorioso dragão do mar da campanha abolicionista, collocar-se-á á entrada do ancoradouro formando alas para saudar o illustre viajante.²⁴¹

Assim como nesse momento, ao longo do século XX, tanto a abolição no Ceará, quanto a figura do Dragão do Mar foram rememoradas e utilizadas como parâmetros para a definição de uma identidade cearense, que afirmava valores como vanguarda, progresso,

²⁴⁰ Flotilha é um diminutivo de frota.

²⁴¹ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1906, p. 6.

pioneirismo, bravura, dentre outros, que visavam constituir e reforçar a imagem da “Terra da Luz” como símbolo de liberdade e exemplo ao restante do país. Tais representações haviam sido elaboradas desde o século XIX, durante a campanha abolicionista e seu desfecho em 1884, sendo posteriormente seguidamente reprisadas como forma de marcar a presença do estado do Ceará na história do Brasil. Para tanto, contribuíram diversos intelectuais, muitos deles ativos participantes do abolicionismo e que tiveram significativa atuação na formulação de políticas de memória que, grande parte das vezes, possibilitavam a elaboração de narrativas sobre si mesmos, legando ao futuro as suas ações e feitos²⁴².

Francisco José do Nascimento, apesar de saber ler e escrever, não legou muitas narrativas de si, produzidas em primeira pessoa. Edmar Morél, autor da única biografia existente do Dragão do Mar, diz ter consultado um diário, no qual o Prático do Porto de Fortaleza teria registrado impressões, alguns aspectos autobiográficos, marcações de eventos e fatos, dentre outros. Infelizmente, tal documento se perdeu e atualmente a única forma de acessá-lo, em parte, é através do livro de Morél. Mormente tal situação, interessamos a partir de agora esboçar como tal personagem foi rememorado na década de 1920, momento em que a Jangada Libertadora reaparece, agora em um outro museu, o Histórico Nacional, que havia sido criado em 1922 com o objetivo de preservar e contar a história brasileira.

Antes de prosseguirmos, cabe apontar que Nascimento faleceu em 5 de março de 1914, em Fortaleza, em um clima nada usual. A cidade estava tomada por conflitos violentos, no contexto da revolta conhecida por “Sedição de Juazeiro”, no qual tropas armadas por Padre Cícero Romão Batista e Floro Bartolomeu rumaram à capital cearense com o objetivo de depor o Governador do Estado, Franco Rabelo, após dissídios entre os grupos oligárquicos que detinham o poder local com relação à política intervencionista adotada pelo governo central²⁴³.

Sem homenagens, com pouquíssima audiência, o jangadeiro-prático do Porto, que havia alcançado tanta projeção por sua atuação na campanha abolicionista, foi levado à última morada em meio aos tiroteios e a intensificação dos embates. Morria Nascimento, contudo,

²⁴² Muitos abolicionistas foram responsáveis pela fundação de diversas instituições culturais e científicas no Ceará. Exemplo disso é o Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará (IHGCE). Conforme Patrícia Xavier, “Fundada em 1887, a instituição cearense nasceu sob influência do ideal abolicionista e republicado. Os intelectuais ligados ao Instituto foram responsáveis pela guarda e criação da tradição histórica do Ceará. Era preciso definir o perfil da região, para que a história da província fizesse parte da História do Brasil.”. Ainda segundo a autora, o instituto cearense surgiu sob a inspiração do IHGB e as suas produções foram caracterizadas por um “rígido trato das fontes”. A revista publicada pela instituição acolheu diversos textos que analisavam a abolição no Ceará, contribuindo para demarcar um lugar especial para tal questão no seio da história oficial do Estado. Cf. XAVIER, 2010, op. cit., p. 35.

²⁴³ Sobre a Sedição de Juazeiro, cf.: ROSA, Rogério. Sedição de Juazeiro. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/sedicao-de-juazeiro>. Acesso em: 15 ago. 2018.

não o Dragão do Mar, que seria lembrado tantas e tantas vezes por seus atos e ações, a ponto de se transformar em um “mito” vultoso da história cearense.

Alguns anos após a sua morte, a Jangada Libertadora voltaria a despertar a atenção de trabalhadores de museu e outros agentes empenhados em não deixar cair no esquecimento os feitos pelos quais foi intitulado Dragão do Mar. Em 1920, ascendeu ao governo do Ceará o advogado Justiniano de Serpa, que havia sido um dos participantes destacados da campanha abolicionista cearense, como integrante da Sociedade Cearense Libertadora e da Sociedade Aquiraense Libertadora (fundada em 1881, na sua cidade natal, Aquiraz).

No dia 15 de outubro de 1920, os jangadeiros cearenses, reunidos na Associação Deus e Mar²⁴⁴, organizaram uma homenagem a Serpa. Conduzindo uma jangada²⁴⁵, precedidos da banda de música dos Aprendizes Marinheiros, o grupo foi até o Palácio do Governo saudar o recém empossado²⁴⁶ presidente do Estado. O orador oficial, João Ramalho, que era jangadeiro, representando o coletivo falou ao presidente, lembrando a atuação dele e dos trabalhadores portuários na campanha da abolição. Segundo a notícia:

Relembrou o sr. João Ramalho que a classe marítima foi um dos factores da abolição da escravatura, aqui, na qual o dr. Justiniano de Serpa tomou parte saliente, afirmando a confiança que nutrem os homens do mar, em que o presidente não recusará a sua protecção aos destemidos jangadeiros cearenses. Concluiu pedindo o apoio do sr. Justiniano de Serpa para a idéa da criação de uma herma²⁴⁷ a Francisco Nascimento – o “Dragão do Mar” – o herói da abolição.

O representante dos jangadeiros lembrava ao governador o passado com vistas a garantir apoio político no presente. Como vimos anteriormente, Pedro Borges, também atuante na campanha abolicionista, em 1904 não quis diálogo com os marítimos, causando

²⁴⁴ A Associação Benemérita Deus e Mar foi criada em 18 de agosto de 1912, por trabalhadores portuários de Fortaleza. Muito semelhante em seus objetivos à União Operária, da qual Francisco José do Nascimento foi tesoureiro e presidente. A entidade se voltava para o mutualismo e a beneficência, especialmente constituída para o encontro dos trabalhadores, organização de suas pautas reivindicatórias, bem como para o apoio mútuo em situações de doença e morte. A associação também seguia rígidas regras de conduta, previstas em seu Estatuto. Reunia, para além dos trabalhadores, patrões e políticos, aspecto que revela uma atuação às vezes voltadas à contenção de possíveis conflitos entre os diferentes grupos e interesses. Cf. MORAIS, Nágila Maria de. “Deus e Mar”: a força e a fé dos trabalhadores do Porto de Fortaleza (1903-1931). **Anais do XVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, SP, 2011, p. 5-7.

²⁴⁵ A jangada, segundo o jornal que noticiou a solenidade, era o “symbolo da agremiação”. Cf. O Jornal, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1920, p. 7.

²⁴⁶ Serpa havia passado longos anos longe do Ceará, residindo em Manaus e depois Belém, no final do século XIX, tendo sido eleito em diversas ocasiões para a Câmara dos Deputados como representante do Amazonas e do Pará. Retornando ao Ceará em 1919, foi eleito em 1920, tendo falecido em 1923, no Rio de Janeiro, ainda no exercício do mandato. Cf. MORAES, Kleiton. SERPA, Justiniano de. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SERPA,%20Justiniano%20de.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

²⁴⁷ Segundo o Dicionário Aurélio, “herma” significa “1. Estátua do deus mitológico Hermes ou Mercúrio. 2. Busto em que o peito, as costas e os ombros são cortados por planos verticais.” In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Júnior**: dicionário escolar de língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005, p. 470.

muitas perdas humanas no conflito com os catraieiros, certamente um trauma para o grupo. Com a chegada de um novo governo ao poder, os trabalhadores, já articulados em uma associação própria, pleiteavam proteção e apoio, mas também pinçavam do passado um exemplo para marcar a presença da classe na memória imortalizada nas vias da cidade. A “herma” a Nascimento exaltava não somente uma pessoa individualmente, mas é possível pensar que, a partir do momento em que a ideia partiu de uma associação, era toda a classe marítima que seria consagrada no monumento²⁴⁸.

Segundo a mesma notícia, respondendo aos jangadeiros, o presidente Serpa

[...] da sacada do palacio, agradecendo a manifestação e avivando as scenas que precederam á aurea data da libertação dos escravos. Disse que conhecera pessoalmente a Francisco Nascimento, tendo o ensejo de admirar e perscrutar a alma do jangadeiro modesto, tornado immortal pelo seu acto de humanidade e na lembrança dos cearenses. O presidente prometeu que dará todo o apoio á idéa da criação da alludida herma, e concluiu erguendo um viva á sociedade ‘Deus e o Mar’.²⁴⁹

Aquele era um momento propício ao estabelecimento de novas alianças e o jangadeiro Nascimento funcionou como um importante mediador simbólico entre os anseios da classe praieira e o novo presidente que assumia os rumos do Ceará. O apoio do político à construção da “herma” representava um aceno às reivindicações do grupo ao qual Nascimento havia pertencido. Era firmado um pacto simbólico que convocava a memória como elemento a selar uma nova aliança²⁵⁰.

O monumento ao Dragão do Mar não foi construído em 1920, nem nos anos subsequentes. Em diversas outras ocasiões, a ideia voltaria à pauta sem, contudo, gerar ações efetivas. Só muito recentemente, em 20 de novembro de 2009²⁵¹, uma estátua em homenagem ao jangadeiro foi inaugurada na área externa do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura²⁵², localizado em Fortaleza. A obra, de autoria do artista Murilo Sá Toledo, cobriu

²⁴⁸ Além da “Deus e Mar”, a Confederação dos Pescadores do Ceará (fundada em 1920), que teve João Ramalho como presidente, abraçou a ideia da construção de um monumento ao Dragão do Mar, no mesmo ano de sua criação e, portanto, da homenagem a Serpa.

²⁴⁹ O Jornal, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1920, p. 7.

²⁵⁰ Prova disso é o fato do então deputado Hugo Carneiro, antigo secretário pessoal de Serpa, ter apresentado à Câmara Federal em 1923 projeto que declarava de utilidade pública a Associação Deus e Mar. Cf. Correio Paulistano, São Paulo, 22 de setembro de 1923, p. 1.

²⁵¹ Importante destacar o aspecto simbólico da data escolhida para a inauguração. Desde os anos 1980, o movimento negro brasileiro vem reivindicando o 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, data na qual, em 1695, teria morrido o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi. A articulação entre os dois personagens (Zumbi dos Palmares e Dragão do Mar) aponta para uma outra faceta contemporânea das apropriações e releituras feitas sobre a vida e ações do Dragão do Mar, retomado pelos movimentos sociais como uma importante liderança negra a ser reconhecida e divulgada. Tais mediações no tempo presente fogem ao escopo desta pesquisa, contudo, nos últimos anos, Francisco José do Nascimento tem sido cada vez mais divulgado no bojo de processos políticos mais amplos de identificação e reconhecimento de nomes do passado, afrodescendentes, que tiveram destacado papel na sociedade nacional. Tal trabalho de memória merece um estudo específico, pela riqueza de detalhes que pode fornecer sobre as transformações pelas quais passam certas personagens históricas.

²⁵² O Centro Cultural, batizado com o nome do Dragão do Mar, foi inaugurado em 1999 e abriga diversos espaços, como o Museu da Cultura Cearense, Museu de Arte Contemporânea do Ceará, Multigaleria, Teatro Dragão do

uma lacuna de mais de 90 anos, visto que desde 1920, pelo menos, a ideia vinha sendo demandada por diferentes grupos²⁵³.



Fig. 18 - Estátua em homenagem a Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza. Fonte: O Autor.

Já em 1922, durante os festejos promovidos no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da independência do Brasil, mais uma vez o Dragão do Mar foi lembrado, isso porque diversos jangadeiros e pescadores, tanto do Ceará, como de outros estados – Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia e Paraná – fizeram viagens para a festa cívica. Conhecidas por “raid” da Independência ou “raid” dos jangadeiros, as viagens colocaram tais agentes nos

Mar, Espaço Rogaciano Leite Filho, Arena Dragão do Mar, Cinema do Dragão, Planetário Rubens de Azevedo, Anfiteatro Sérgio Mota e Praça Verde do Dragão. Informações disponíveis em: <http://www.dragaodomar.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 01 ago. 2018.

²⁵³ Além disso, cabe registrar que em 2017 o nome de Francisco José do Nascimento foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, mantido em Brasília, no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. A iniciativa do reconhecimento partiu do senador José Pimentel (PT-CE) e foi sancionada pelo Presidente da República por meio da Lei 13.468/2017. Cf. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/19/lei-inclui-abolicionista-cearense-no-livro-dos-herois-da-patria> Acesso em 11 ago. 2018.

holofotes, momento em que a pioneira ida de Nascimento à Capital Federal, em 1884, foi recuperada de modo a vincular os heroísmos do passado àqueles postos em movimento naquele momento.

Não realizaremos aqui um mapeamento denso e detalhado sobre tais viagens, nem mesmo dos inúmeros discursos produzidos naquele contexto, mas vale sinalizar que a recepção aos jangadeiros e pescadores, bem como as distintas apropriações feitas das viagens, foram fartamente exploradas de modo a demarcar um papel social de alta significância para os trabalhadores do mar. Homenageados como “heróis nacionais”, que haviam enfrentado inúmeras tormentas e dificuldades em prol de uma causa patriótica, os jangadeiros foram recebidos com muito entusiasmo por diferentes setores que estavam à frente das comemorações do Centenário, bem como pela imprensa.

Era como se as viagens representassem uma integração do Brasil grande e diverso que se reunia no Rio com o objetivo de celebrar a nação centenária. Não à toa, o tom nacionalista com que as viagens foram abordadas pela imprensa do período, bem como por políticos e intelectuais, demonstra claramente um esforço de produzir imagens e discursos nos quais os jangadeiros eram transformados em verdadeiros símbolos de resistência, bravura e persistência, exemplos a serem seguidos pelo país em seu progresso, material e moral.

Um texto, publicado em *O Paiz*, dizia aos jangadeiros que “Vossos feitos não morreram, nem são glórias do passado que se abriguem do pó nos museus do tempo, guardadas pela admiração da historia. São acções que se eternizam embalsamados na nossa gratidão.”²⁵⁴. O autor conectava as ações pretéritas ao presente, destacando a atualidade do heroísmo jangadeiro frente a um suposto congelamento nos museus. Talvez fizesse um paralelo com o próprio Museu Histórico Nacional, fundado no mesmo ano e parte da Exposição do Centenário, que buscou vocalizar uma história brasileira entremeada por uma nostalgia do passado nacional, apegado à poeira do tempo e às tradições, como veremos adiante em detalhes.

Outros gestos simbólicos em 1922 marcaram a recuperação da história dos jangadeiros e a vinculação destes com a abolição. Em visita ao então senador Rui Barbosa, em sua residência, localizada em Botafogo, os trabalhadores do mar teriam ouvido do antigo líder: “Meus filhos, tenho assistido a tudo que é contado pela Historia do Brasil de oitenta annos até esta data, e em muita coisa tenho tomado parte, orgulhando-me de ter sido companheiro de luta de antigos irmãos de vocês, quando das campanhas abolicionistas.”²⁵⁵.

²⁵⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1922, p. 1.

²⁵⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1922, p. 3.

Um honorável chefe político da nação reconhecia o valor dos marítimos, pondo em evidência e ativando antigas solidariedades e vínculos que não deveriam passar despercebidos nos festejos programados.

Passada a euforia das viagens de 1922, no ano seguinte o Dragão do Mar, e sua jangada, voltaram à pauta memorial e preservacionista. No escopo dos objetivos que delineamos nesta pesquisa, 1923 é fundamental para compreendermos as razões que possibilitaram a emergência de uma preocupação mnemônica com relação à abolição no Ceará e seus personagens. Em meio a tal processo, não só a figura heroizada do Dragão do Mar foi pinçada do repertório de agentes a serem exaltados e valorizados, mas também o objeto símbolo do abolicionismo das terras de Alencar, a Jangada Libertadora.

As volições preservacionistas sempre são orquestradas mediante situações específicas, nas quais tanto agentes institucionais como individuais convergem para um objetivo, mesmo lançando olhares distintos e operando noções e discursos às vezes antagônicos. Afinal, a arena patrimonial é habitada por uma multiplicidade de sujeitos, que falam e se colocam no mundo a partir de diferentes lugares, tanto sociais, como políticos. Nos museus, as muitas ações postas em movimento para fazer girar a roda preservacionista, que vão desde a pesquisa, passando por conservação e comunicação de evidências selecionadas e musealizadas, são entrecortadas por mediações, negociações e conflitos.

Em 1923, ressurgia o Dragão do Mar e sua jangada, voltando a ser objeto de atenção por parte daqueles desejosos por não deixar no esquecimento o fausto da abolição cearense e seus heróis. Para entendermos as ações e as motivações de tais sujeitos, começemos por retomar os trabalhadores do porto, que nesse ano ainda persistiam na ideia de construção de um monumento ao companheiro de ofício.

João Ramalho, o jangadeiro que em 1920 havia pronunciado o discurso de homenagem a Justiniano de Serpa, em entrevista concedida a um jornal carioca retomava o vulto do Dragão do Mar como uma espécie de vínculo duradouro a ligar as labutas e conquistas do passado com as demandas e lutas do presente. Perguntado pelo jornalista se era do Ceará, disse ele:

Sim, de lá mesmo, da terra que prolongou o grito do Ypiranga quebrando as algemas do captiveiro; venho da terra do jangadeiro libertador, cuja acção tanto tem sido elogiada, desse Francisco José do Nascimento, o heroico jangadeiro que ia do Ceará aos Estados vizinhos, sobre os dedos frageis de uma jangada, roubar escravos para lhes dar o baptismo da liberdade.²⁵⁶

²⁵⁶ A Noite, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1923, p. 7.

A retórica do heroísmo em torno de Nascimento só seria aprofundada ao longo dos anos. Em seus pleitos políticos por atenção e assistência, os jangadeiros cearenses recorreram por diversas vezes à lembrança do abolicionista, construindo e consolidando uma genealogia que vinculava as suas existências de dificuldade e labor, mas de muita persistência e conquistas, aos gestos e ações marcantes de um passado não muito distante. Historicamente desamparados pelo Estado, vivendo em situações de precariedade e de abusos dos poderosos, os marítimos constantemente buscaram no repertório de memórias do grupo elementos que demarcassem suas contribuições ao Ceará e ao país. O recordar não estava ligado a uma simples nostalgia de tempos distantes, mas vinculava-se profundamente às constantes lides do presente que viviam e das suas existências ignoradas.

Portanto, os trabalhadores do mar, no século XX, já plenamente organizados em associações de classe (no contexto de surgimento do movimento operário), vislumbraram no vínculo com Nascimento uma modalidade simbólica eficaz de reclamar direitos e dívidas históricas. A construção de um monumento, bem como a constante afirmação do lugar de herói para o jangadeiro da abolição, enaltecia o papel e a função social do coletivo de trabalhadores, ao passo em que chamava a atenção dos políticos para as suas necessidades e vicissitudes.

Já em 24 de junho de 1923, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou matéria intitulada “O ‘Dragão do Mar’”, na qual divulgava as novidades cearenses, especialmente a ideia de se construir uma estátua em homenagem a Francisco José do Nascimento em uma praia de Fortaleza. De início, o jornal pontuava o desconhecimento da “patria histórica” com relação ao personagem focalizado:

Como ha de parecer isso extranho aos deslembados da patria historica! E, entretanto, houve um momento em nosso paiz em que só se falava no Dragão do Mar. Foi esse o suggestivo cognome que o Imperador d. Pedro II entendeu de conferir a um humilde homem do povo, o intrepido jangadeiro cearense Francisco Nascimento, pelas suas proesas em prol da causa abolicionista.²⁵⁷

O autor do texto apontava para o desconhecimento de um nome que havia sido tão celebrado tão pouco tempo atrás, durante os festejos da comemoração da abolição no Ceará. Os abolicionistas pernambucanos, por sinal, mantiveram estreitas relações com os abolicionistas cearenses, tendo Joaquim Nabuco trocado intensa correspondência com os líderes da Sociedade Cearense Libertadora e Perseverança e Porvir, João Cordeiro e José Correia do Amaral, respectivamente. Ao passar por Recife em sua ida ao Rio de Janeiro, bem como na volta, Francisco José do Nascimento recebeu acolhida e homenagens das

²⁵⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 24 de junho de 1923, p. 6.

associações abolicionistas pernambucanas, tendo recebido títulos de sócio honorário e festas²⁵⁸.

Lá se iam quase 40 anos desde a passagem do jangadeiro pelas praias do Recife. Exaltando as ações do Dragão do Mar, cognome, por sinal, que diziam ter sido atribuído a Nascimento pelo próprio Imperador, o jornal recifense colaborava na construção da imagem mitificada do herói abolicionista, “humilde homem do povo” que tantas “proesas” tinha realizado. Difundia tal narrativa para além do Ceará. Por seus feitos, era preciso reintegrá-lo àquele presente, lembrá-lo, celebrá-lo:

Vezes sem conto, Nascimento com a sua fragil embarcação se lançou às fúrias dos mares nordestinos, com risco da própria vida, em busca de escravos para conduzi-los à terra da Liberdade. A’ altura da sua coragem e dos seus serviços á santa cruzada, foi a recepção que teve no Rio de Janeiro o rude pescador, quando das festas imponentes alli realizadas para comemorar a proclamação da Lei Aurea, em 1888.²⁵⁹

O artigo acrescentava novos dados à história do jangadeiro: ir à busca de escravizados não aparece em muitos relatos sobre a vida de Nascimento. Curioso notar que o principal fato associado à atuação do Dragão do Mar, o fechamento do porto ao embarque de escravizados, não foi reportado: no lugar, eram acrescentados novos ingredientes à epopeia do cearense libertador. O articulista ao falar da ida ao Rio de Janeiro, equivocou-se ao afirmar que o jangadeiro havia participado das celebrações da Lei Aurea. Como vimos, foi no contexto das comemorações pela Abolição do Ceará que o jangadeiro foi ao Rio, levando consigo a Jangada Libertadora. Pelo visto, ou as lembranças sobre os fatos já estavam bastante obscurecidas ou de propósito o autor revolveu vincular Nascimento aos festejos da abolição da escravidão em todo território nacional. Tornava ainda mais significativa a sua biografia.

Outro aspecto a destacar, disseminado em diversos textos, é o constante contraste feito entre o heroísmo e destemor do jangadeiro comparado com a simplicidade e a rusticidade do seu instrumento de trabalho, a jangada. Como vimos, tal aspecto se fez presente em diversos dos enunciados produzidos em 1884, inclusive na fala do diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto. Tal elaboração discursiva carregava de emoção e relevância o trabalho dos jangadeiros, que afrontando a natureza e os mares bravios, haviam dado suas contribuições à “santa cruzada”. Não à toa o termo “cruzada” é acionado, ele promovia uma ligação simbólica entre a campanha abolicionista e a atuação dos trabalhadores do mar à exemplaridade dos “guerreiros” que, em nome da fé, combatem o inimigo representado pelo “infiel”, tema bastante disseminado no imaginário católico. No caso, a luta do “intrepido

²⁵⁸ Jornal do Recife, Recife, 29 de abril de 1884, p. 1.

²⁵⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 24 de junho de 1923, p. 6.

jangadeiro” contra os escravistas do Império, poderosos que controlavam não só o Estado, como todos os âmbitos da vida social.

Mas, o autor do artigo no jornal recifense parece ter bebido de outro texto publicado em jornal de Fortaleza, naquele mesmo ano. Logo após a introdução, que analisamos acima, o articulista deu destaque a alguns trechos de um texto de autoria de Oyama Brígido Bastos, publicado dias antes no jornal *O Nordeste*. Não oferecendo maiores detalhes sobre o autor, o jornal resumiu-se apenas a dizer que foi Bastos o responsável por “rememora[r]” as “homenagens prestadas ao bravo caboclo Nascimento”. Bastos, como veremos, foi o responsável por ativar uma preocupação em relação à Jangada Libertadora, incitando o diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, sobre o paradeiro do objeto. Assim, em 1923 não só o Dragão do Mar reapareceu nas preocupações memoriais de diversos agentes, inclusive aqueles situados em museus, mas também a jangada foi novamente celebrada e reanimada como um símbolo da abolição cearense, materialização de lutas e sonhos.

Oyama Brígido Bastos, ao elaborar sua contribuição à escrita da história da abolição, parece ter consultado e utilizado exaustivamente os jornais antigos de Fortaleza, guardados na Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Em 1929, por exemplo, localizamos no jornal *A Razão* diversos boletins divulgados pela biblioteca, nos quais ele aparece consultando jornais, como o *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *O Cearense*, publicados em Fortaleza desde o século XIX, dentre outros não mencionados, pois apenas inscritos sob a categoria genérica “jornnaes”²⁶⁰.

Infelizmente, não conseguimos localizar o texto publicado por Bastos em *O Nordeste*, motivo porque também não temos como precisar a data em que foi divulgado. Os trechos que analisaremos foram os reproduzidos pelo jornal de Recife. Por isso vamos nos ater a tais excertos. É imperioso assinalar que tal recorte no original foi orientado pela lente do articulista do periódico que o republicou, operando assim uma seleção do que divulgar ao seu público.

Além de repercutir a história do Dragão do Mar, Bastos lembrava em seu texto da jangada do abolicionista doada ao Museu Nacional:

Foi Nascimento quem primeiro affrontando as iras do oceano penetrou na formosa bahia de Guanabara, na jangada “Libertadora”, a fim de tomar parte nos festejos que se celebraram por ocasião da redempção dos cativos. O entusiasmo com que o povo o recebeu é impossível descrever-se. A rua do Ouvidor vestiu-se de galas, o chão amanheceu juncado de folhagem e mesmo até havia empenho em obter uma janella para satisfazer a famílias curiosas. A’s 11 horas da manhã do dia 24, realizou-se triumphante o desembarque do legendario “Dragão do Mar”, tendo sido saudado pelo inolvidavel escriptor cearense Paula Ney. A jangada ficou no caes de Pharoux

²⁶⁰ A Razão, Fortaleza, diversas edições do ano de 1929, a exemplo da publicada no dia 6 de julho, p. 4.

até o outro dia. Deu-se começo às festas preparadas pelas sociedades abolicionistas que constituíram uma verdadeira ephemeride nacional.²⁶¹

O autor, ao que tudo indica, bebeu nos relatos das festas publicados pela imprensa do século XIX, que construíram um relato heroico e triunfante das festas pelo “Ceará Livre”, promotora de uma imagem do jangadeiro como um lutador humilde, intrépido e defensor dos escravizados. Com efeito, Bastos dá a entender que Nascimento teria viajado do Ceará ao Rio de Janeiro na Jangada Libertadora, fato que não ocorreu, visto que ele foi até a Corte embarcado no navio Espírito Santo, conforme vimos anteriormente. Tal aspecto, por sinal, seria o Pomo da discórdia tempos depois, no mesmo jornal *O Nordeste*, como veremos adiante. Ao trazer à tona a viagem de Nascimento, Oyama punha em destaque o fato dele ter sido o “primeiro”, muito provavelmente se referindo às outras viagens feitas em 1922, durante os festejos do Centenário. Era demarcado mais um elemento de vanguarda e pioneirismo.

Bastos não deixou de anotar o destino dado à jangada levada pelo Dragão do Mar à capital do império. Sua preocupação com o objeto já estava assinalada na escrita de seu artigo:

Depois de terminados os festejos foi a jangada “Libertadora” transportada, por 21 libertos, ao Museu Nacional. No centro destacava-se um grupo allegorico, representando a libertação da provincia do Ceará. Ao leme iam Francisco do Nascimento e seus dois companheiros José Felix Pereira Barbosa e Francisco José de Alcantara. Por ocasião da entrega da jangada, o dr. Bello e Oliveira, presidente da Sociedade Abolicionista, proferiu magistral discurso, tendo respondido o dr. Ladislau Netto, então director do Museu Nacional. Na vespera de sua partida de regresso ao Ceará recebeu Nascimento das mãos excelsas de S. M. D. Pedro II uma rica medalha de ouro”.²⁶²

Ao rememorar as festas, dentre os tantos acontecimentos que marcaram as celebrações pelo “Ceará Livre” na Corte, Bastos pinçou a doação da Jangada Libertadora como um fato a ser lembrado e difundido. Além disso, finalizou o artigo afirmando que o Imperador Pedro II havia brindado Nascimento com uma medalha de ouro. Tudo indica que se trata da medalha concedida pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro (que reproduzimos acima, no capítulo anterior), mas o fato de que ela teria sido entregue pelo próprio Imperador tornava a homenagem ainda mais emblemática.

Entre acréscimos e reelaborações, lembranças e esquecimentos, as memórias sobre a vida do Dragão do Mar iam ganhando novos contornos, ao passo em que outros já consolidados eram reforçados. Ao mito do jangadeiro heroico eram adensados novos significados e a Jangada Libertadora era reabilitada como um objeto simbólico da abolição

²⁶¹ Diário de Pernambuco, Recife, 24 de junho de 1923, p. 6.

²⁶² Idem, ibidem.

cearense e encarnação da bravura de Nascimento, merecedora de atenção e localização de seu paradeiro.

Foi no bojo de tal processo que o diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, acionou o seu poder institucional à procura da jangada. Tal ação foi provocada por uma carta a ele enviada por Oyama Brígido Bastos. Pelo visto, não bastou a esse publicar o artigo no jornal, era preciso encontrar os objetos materiais relacionados ao Dragão do Mar. Infelizmente, não conseguimos no arquivo do Museu Histórico a missiva primeira, que deu início à troca epistolar entre Barroso e Bastos. Talvez nela estivessem explicitados mais elementos sobre as razões que motivaram tal sujeito.

Na primeira que encontramos, contudo, Bastos já respondia a uma carta anteriormente enviada por Gustavo Barroso. Por seu conteúdo, é possível entrever que Oyama enviou mensagem indagando ao diretor do MHN se a Jangada Libertadora e um busto do Dragão do Mar estavam no Museu Histórico Nacional. Vejamos:

Fortaleza, 24 de outubro de 1923.

Carissimo dr. Gustavo Barroso:

Com referencia a sua carta de 1º do fluente, respondendo negativamente as minhas perguntas sobre a existencia no Museu Histórico do busto e jangada do Dragão do Mar, junto a esta, por copia, dados que elucidam de modo muito claro, o caso em apreço.

Lendo-os, verá o distincto amigo, que a “Jangada Libertadôra” foi entregue ao então Museu Nacional no dia 13 de abril de 1884.

Quanto ao busto, verifiquei ter sido feito em gesso, cujo executado pela exma. sra. do dr. Almino Alvares Affonso, de saudoso memoria.

Com muita estima e apreço,

Patº e amº

Oyama Brigido Bastos²⁶³

O cearense trazia à lume mais um objeto. Tudo parece indicar que o busto referido não é o mesmo feito em 1884 e recusado pelo Museu Nacional, de autoria de Ossian-Bonnet. Tratava-se de um outro, feito pela esposa do abolicionista Almino Álvares Afonso, membro da Sociedade Cearense Libertadora²⁶⁴, que fora casado com Abigail Teodololina de Souza Martins, provável autora da obra. Quanto a esse último objeto, não localizamos qualquer outra

²⁶³ Proc. 05/23, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

²⁶⁴ Almino foi responsável por difundir a campanha abolicionista por diversos estados, como Rio Grande do Norte (sua terra natal), bem como Paraíba, Piauí, Maranhão, Pernambuco, dentre outros. Foi diretor e redator do jornal Libertador, da SCL. Cf. PEIXOTO, Renato Amado. AFONSO, Almino Álvares. In: : **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AFONSO,%20Almino%20%C3%81lvares.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

referência a respeito, mas sua provável existência anuncia mais uma homenagem prestada ao Dragão do Mar, além das diversas outras que mapeamos durante esta pesquisa.

Diante da negativa de Barroso quanto aos questionamentos, Bastos enviou ao diretor do MHN cópia de notícia da doação da Libertadora, retirada do jornal *Pedro II*, publicado em Fortaleza, em junho de 1884. A cópia encontra-se até hoje no MHN e, como veremos adiante, foi utilizada pela conservadora de museu Nair de Moraes Carvalho, na escrita de um artigo que focalizava a história da Jangada Libertadora.

Gustavo Barroso não se contentou em responder que o objeto procurado não estava no MHN. Com efeito, no dia 10 de novembro de 1923, enviou ofício ao diretor do Museu Nacional, o médico Arthur Neiva, indagando sobre o paradeiro da Libertadora.

Sr. Director do Museu Nacional

Tendo o escriptor cearense Oyama Brigido Bastos enviado a esta repartição um extracto do jornal fortalexiense *Pedro II* de junho de 1884, que faz menção da entrega ao estabelecimento que sabiamente dirigis da celebre “jangada libertadora” do Dragão do Mar, remetto-vos junto uma copia do referido extracto, rogando-vos o obsequio de informar-me si, effectivamente, está depositada no Museu Nacional essa gloriosa reliquia historica.

Caso ella ahi exista, peço-vos a sua cessão para as nossas collecções, de acordo com o art. 83, § 5º do Regulamento que baixou com o decreto 15.556 de 2 de agosto de 1922.

Apresento-vos os protestos de minha consideração e estima.

Director²⁶⁵

Dedicado especificamente a fazer “reviver” passagens consideradas emblemáticas da história do Brasil, através de suas exposições e outras atividades, no MHN a Jangada Libertadora encontrou efetivamente a sua singularização como “gloriosa reliquia historica”. Barroso, em 1923, ainda promovia campanha em prol do fortalecimento e enriquecimento da coleção da instituição. Não foi aleatoriamente que, ao se dirigir ao Museu Nacional, recorreu ao decreto de criação do MHN para afirmar a autoridade e legitimidade do seu museu para acolher os objetos que na sua visão eram alinhados à classificação valorativa de “histórico”. Por esse expediente, o diretor conseguiu transferir ao recém-criado Museu Histórico diversos objetos que estavam em outras instituições, como o Arquivo, a Biblioteca e Museu Nacionais, mas também de outras repartições, especialmente militares, afinal, a história brasileira delineada por ele vinculou-se profunda e duradouramente à exaltação das campanhas militares e de seus personagens, cultuados como vultos heroicos exemplares.

²⁶⁵ Proc. 05/23, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Ladislau Netto, em 1884, apontou que com o passar dos anos à Libertadora seria reconhecido um valor histórico, ainda pouco caracterizado àquela época, na visão do diretor oitocentista. Com a criação do MHN, o Brasil finalmente ganhava um Museu público inteiramente voltado a reunir, organizar, sistematizar e celebrar o passado nacional. Barroso, cearense assim como o Dragão do Mar, buscava mais uma “reliquia” para o seu mostuário, afinal, era preciso recordar àquele presente os “gloriosos” feitos e homens memoráveis à Nação. A Jangada Libertadora, agora, despida de qualquer valor “antropológico”, deveria adentrar à “Casa do Brasil”, não para lembrar de tempos imemoriais ou mesmo dos primeiros habitantes da costa brasileira, como pensava Netto, mas para mostrar ao país o papel do Ceará na história do país, notadamente através da ação dos jangadeiros.

Assim foi que, no dia 24 de novembro, Arthur Neiva respondeu à consulta de Barroso, dizendo que:

Snr. Director,

Em resposta ao vosso officio nº 375 de 10 do corrente, scientifico-vos que tendo despertado interesse a esta Directoria o caso da “Jangada libertadora”, tratei de syndicar do seu paradeiro, visto não achar-se ella incorporada as collecções deste Instituto. Por informação de um antigo servidor desta casa, hoje aposentado Snr. Eduardo Teixeira de Siqueira, tive conhecimento, ter sido ella mandada para o Museu de Marinha, onde certamente podereis ter com exactidão todos os informes que necessitardes. Do Archivo deste Museu, mandei extrahir copias dos documentos alli existentes e que se relacionam com o caso, pelos quaes se verifica do seu interessante historico.²⁶⁶

Com a aposentadoria de diversos funcionários, em 1923 o Museu Nacional já não possuía informação concreta sobre o paradeiro da Jangada. O objeto que gerou tanta polêmica, quase trinta anos depois, havia desaparecido da memória institucional, a não ser pelo antigo funcionário, que lembrava do seu envio ao Museu da Marinha. Tais aspectos apontam, por um lado, para a fragilidade do controle institucional sobre as coleções, e por outro evidencia que, na transição do século XIX para o XX, o tema da Abolição não figurou na pauta preservacionista da instituição²⁶⁷. Vimos que, desde a gestão de Ladislau Netto, já havia tentativas de expurgar os objetos ditos “históricos” da instituição, mormente as propostas de permuta com o Museu do IHGB.

²⁶⁶ Proc. 05/23, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

²⁶⁷ Nesse sentido, é preciso recordar que a Jangada Libertadora jamais foi integrada oficialmente ao acervo do Museu Nacional. A rigor, ela nunca foi inscrita no “Livro do Porteiro” que, como vimos no capítulo anterior, fora o instrumento instituído por Ladislau Netto para o lançamento dos objetos que adentravam a instituição.

Com sucessivas gestões de médicos²⁶⁸ na direção do Museu Nacional, desde a saída de Netto, grande parte dos quais orientados por ideais evolucionistas, racialistas e eugênicos²⁶⁹, a Jangada Libertadora, que só foi enviada ao Arsenal por falta de espaço no antigo Museu do Campo de Santana, não foi objeto de preocupação por parte dos diretores. Mesmo Netto, que coordenou a mudança para o antigo Palácio da Quinta da Boa Vista, pelo visto esqueceu da “rústica” embarcação, que permaneceu no Museu da Marinha até data que ignoramos.

Certo é que, o esquecimento nesse caso é também revelador de cortes valorativos, afinal, é de se perguntar: se fosse um barco ou mesmo uma carruagem²⁷⁰ que tivera pertencido a uma pessoa considerada ilustre, pois detentora de poder político e econômico, teria a Libertadora permanecido na Marinha? Lacerda, que dirigiu o Museu por 10 anos, já estava na instituição quando da doação em 1884, mesmo assim, não localizamos qualquer evidência de que tenha feito algum esforço para reaver o objeto.

Por sinal, no mesmo ofício em que respondeu a Barroso sobre a jangada, Neiva pediu ao diretor do MHN que providenciasse

[...] com urgencia na transferencia para essa Instituição, dos carros do antigo Imperio, que se acham neste Museu e que pela premencia de espaço e a necessidade de no local, por elles ocupados, collocar especimens das nossas collecções, torna-se necessario serem dalli retirados com a brevidade que peço.²⁷¹

Os carros também são objetos de grandes dimensões. Entretanto, foram preservados pela instituição que, em 1923, os transferiu para o Museu Histórico, abrindo espaço para mais “especimens”. As escolhas, no caso da musealização, indicam os acentos programáticos dos que selecionam bens culturais que deverão alcançar o futuro e as diferentes gerações, a partir de valorações sempre arbitrárias e contingenciais. Os museus, através dos agentes que os

²⁶⁸ Estiveram à frente da instituição, após o afastamento de Netto (que faleceu em 1893): Amaro Ferreira das Neves Armond (1892-1893); Domingos José Freire Júnior (1893-1895); João Batista de Lacerda (1895-1915); Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923) e Arthur Neiva (1923-1926). Cf. SEÇÃO de Museologia. **Os diretores do Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro: Seção de Museologia do Museu Nacional, 2007/2008, p. 17-25.

²⁶⁹ João Batista de Lacerda, por exemplo, foi um dos principais nomes entre os teóricos do “embranquecimento” (ou “branqueamento”) no Brasil, na transição do século XIX para o XX. Tal grupo de cientistas, em diálogo com as correntes científicas internacionais, interpretavam a mistura de “raças” distintas no Brasil como um aspecto positivo e viam nesse processo a gênese de uma transição que levaria o país a um outro patamar civilizacional, no qual os arianos (brancos) seriam maioria da população. Lacerda, inclusive, participou do I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em 1911, ocasião em que apresentou o trabalho “Sobre os mestiços no Brasil”, no qual apresentava projeções que consideravam que a mestiçagem seria responsável por apagar a presença da população negra da sociedade brasileira em 100 anos. Partindo dos pressupostos de inferioridade dos africanos e seus descendentes, o autor deu grandes contribuições às elaborações racistas que estruturalmente se infiltraram nas instâncias sociais e políticas do país na nascente República. Sobre o tema, cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil Branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

²⁷⁰ Escolhemos tais objetos por serem de grandes dimensões, possíveis de serem comparados à jangada.

²⁷¹ Proc. 05/23, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

movem, que os constroem, elaboram e põem em marcha projetos e políticas de memória e esquecimento, promovem ressurreições, mas também decretam mortes. A destruição de um objeto é uma outra forma de apagar certo aspecto que ele representa. O “esquecimento” da Libertadora, intencional ou não, revela nuances dos projetos de preservação desenvolvidos nos museus brasileiros na transição entre os séculos XIX e XX.

Cabe recuperar que, no pós-abolição, e mesmo antes, objetos ligados à população afro-brasileira foram incorporados a coleções de museu mediante extrema violência, pois saqueados de terreiros de candomblé, umbanda e outras denominações religiosas, em um contexto de criminalização das práticas culturais negras no Brasil²⁷². Tais procedimentos, amparados e impulsionados pelas leis então vigentes, favoreceram diversos museus, que se transformaram em depositários de um enorme patrimônio reunido a partir da espoliação de comunidades de fé que não se alinhavam à religião dominante, o catolicismo. Tais coleções, destarte as diversas conquistas de direitos culturais e sociais obtidas nos últimos anos, especialmente após a Constituição de 1988, ainda estão no centro de acalorados debates sobre os locais em que deveriam estar, bem como sobre o que testemunham²⁷³.

O Museu Nacional foi o primeiro a se beneficiar dos saques promovidos pela Polícia. Em 1880, Ladislau Netto estabeleceu tratativas com a Polícia da Corte, para que fossem transferidos para o MN objetos apreendidos em batidas feitas pela repartição nas chamadas “casas de dar fortuna”²⁷⁴. A repressão policial na segunda metade do XIX rendeu diversos objetos, vistos pelos agentes do Estado como troféus e provas dos supostos crimes cometidos, que posteriormente passaram à coleção etnológica do MN. Assim como a Libertadora, tais itens da cultura material dos povos africanos e seus descendentes no Brasil despertaram a cobiça do diretor, que via neles uma importante contribuição para que pudesse ser aperfeiçoada no seu museu as pesquisas sobre os costumes daqueles povos²⁷⁵. Diferente

²⁷² Diversas coleções de objetos sacros afro-brasileiros, espalhadas por museus, institutos históricos e geográficos e laboratórios de Antropologia, de todo Brasil, foram formadas a partir de apreensões realizadas pelas autoridades policiais em templos de religiões de matriz africana. Para um mapeamento e análise dos objetos que as compõe, cf.: LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Especificamente para a Coleção do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, também conhecida por “Coleção Magia Negra”, cf.: CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. **Mneme: Revista de Humanidades**, Caicó, RN, v. 7, n. 18, 2010, p. 404-438.

²⁷³ A denominada “Coleção Magia Negra”, que foi exposta no Museu da Polícia Civil junto a outros objetos, grande parte deles provas de crimes, é uma das que vem sendo disputadas nos últimos anos. Um movimento das comunidades de terreiro exige que as peças sejam enviadas para outra instituição, para receberem devido tratamento técnico e exposição devidamente contextualizada. Já o Museu tem sido reticente em ceder aos apelos. Em meio a tal controvérsia, os objetos seguem “aprisionados”, termo com o qual diversos crentes das religiões afro-brasileiras se referem à situação. Recentemente, uma campanha intitulada “Liberte nosso sagrado” foi lançada no Rio de Janeiro, dando origem a um documentário de mesmo título, dirigido por Fernando Sousa. Cf. < <https://racismoambiental.net.br/2017/09/11/campanha-liberte-nosso-sagrado-pede-a-liberacao-de-objetos-sagrados-afro-brasileiros/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

²⁷⁴ Como eram conhecidas as casas de culto afro-brasileiro no século XIX.

²⁷⁵ Para uma análise detalhada sobre a coleção enviada pela Polícia da Corte ao Museu Nacional, cf.: ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. **Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última**

da polícia, Netto enxergava e atribuía outras camadas de significado àqueles objetos que, musealizados, passavam a ser testemunhos úteis às pesquisas sobre as culturas que os produziram, em um contexto de florescimento da Antropologia no Brasil.

Retornando a 1923, cabe assinalar que Arthur Neiva, ao receber o ofício de Barroso, estava à frente do Museu Nacional há poucos meses. Não deve ter enfrentado grandes dificuldades em constatar que a Libertadora não se encontrava mais na instituição: afinal, uma jangada não é um artefato pequeno. Foi assim que remeteu Barroso ao Museu da Marinha (ou Museu Naval), mas, também mandou fazer cópia de todos os documentos constantes do Arquivo institucional, que davam conta do “interessante historico” da peça procurada²⁷⁶. Reencontramos todos esses documentos em nossa ida ao Museu Nacional, em abril de 2018, quando consultamos o acervo da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), utilizados nas análises desenvolvidas no capítulo anterior.

As cópias dos ofícios, firmados por Netto em 1884 e 1886, ao Ministro da Agricultura e ao Inspetor do Arsenal, respectivamente, encontram-se até hoje no Museu Histórico Nacional, anexados ao processo da Jangada Libertadora. Tais registros foram cruciais para traçarmos o percurso do objeto pesquisado nesta dissertação e constituem fontes privilegiadas para entendermos o processo de musealização desencadeado, através dos quais conseguimos mapear negociações e razões, significados e valores, entre diferentes espaços e tempos. Também Nair de Moraes Carvalho utilizou tais fontes como elementos basilares de sua pesquisa, publicada nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, em 1940, que analisaremos adiante.

Em 1924, Oyama Brígido Bastos enviou mais uma correspondência a Barroso. Nela, respondia a uma carta enviada pelo diretor do MHN, datada de 2 de agosto daquele ano, em que, ao que indica o remetente, Barroso teria lhe enviado os documentos sobre a Libertadora encontrados por Neiva no Arquivo do Museu Nacional. Oyama reclamava que não tinha recebido tais papeis, ao tempo em que mandou novamente uma cópia da matéria publicada em 1884, no jornal *Pedro II*²⁷⁷. Essa foi a última missiva trocada entre os dois que localizamos no acervo do Museu Histórico Nacional.

década da escravidão. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2017.

²⁷⁶ Trata-se dos seguintes documentos: “Officio dando as razões em que se baseou a Directoria Geral deste Museu para aceitar a jangada trazida a esta Côte pelo cearense Francisco do Nascimento” (1884); “Officio pedindo que seja recebida provisoriamente no Arsenal de Marinha da Côte a jangada offerecida ao Museu pela Confederação Abolicionista Cearense” (1886); “Officio da Inspetoria do Arsenal de Marinha da Côte de 6 de julho de 1886, declarando acceitar com todo o prazer accedendo ao pedido da Directoria Gal deste Museu, a jangada offerecida pela Confederação Abolicionista Cearense ao Museu Nacional” (1886). Disponíveis na Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, no link: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

²⁷⁷ Proc. 05/23, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Oyama Brígido Bastos foi o principal agente responsável por desencadear uma preocupação concreta quanto ao paradeiro do objeto que tantas vezes havia sido citado em textos escritos até aquele momento sobre Nascimento, mas nunca objeto de uma busca. Cabe então perguntar: o que o teria motivado a se interessar pelos objetos associados à história do Dragão do Mar, ao ponto de ter despertado em Barroso a curiosidade pela busca e localização da Liberadora para figurar no MHN?

A trajetória do busto parece não ter chamado a atenção do diretor do MHN, já que ele não o citou no ofício enviado ao Museu Nacional, nem em outras ocasiões em que abordou o tema. Tal aspecto suscita algumas reflexões: o busto, diferente da jangada, trazia à tona a figura de Nascimento, personificando-o, dando ao jangadeiro um rosto, uma feição. A jangada, por outro lado, não demarcava em sua materialidade uma individualidade, um sujeito específico. Nesse sentido, cabe perguntar: Barroso, tão desejoso por consagrar heróis exemplares nas galerias do Museu Histórico, através do culto a suas “relíquias”, ao procurar a Jangada Libertadora, estaria realmente identificado à construção de um marco de memória a respeito de Nascimento? Ou muito mais ao acontecimento ao qual estava relacionado o objeto e menos à figura personificada do abolicionista?

A partir das pistas que fomos amalhando no percurso de pesquisa, tentaremos esboçar algumas análises quanto aos interesses que estiveram em jogo em tal processo de rememoração, tanto de Nascimento quanto dos objetos a ele associados. Começemos por Oyama e as possíveis razões de seu interesse.

Por alguns meses, procuramos com muito afinco por informações que pudessem elucidar as possíveis relações entre Oyama Brígido Bastos e Francisco José do Nascimento. Após muitos contatos com instituições cearenses, tanto de Fortaleza como do interior, os resultados foram decepcionantes: nada conseguíamos localizar quanto a esse sujeito. Apesar de Barroso tê-lo identificado como “escritor”, também não encontramos qualquer outra produção sua, além do texto publicado no jornal em 1923²⁷⁸.

Tal panorama foi alterado em agosto de 2018, quando conseguimos estabelecer contato com a Sr.^a Maria das Dores Bastos. Sobrinha de Oyama, ela nos forneceu informações valiosas para decifrarmos tal questão²⁷⁹. Antes disso, já tínhamos apurado

²⁷⁸ Procuramos por informações junto à Biblioteca Pública do Ceará, Museu do Ceará, Sistema Estadual de Museus do Ceará, Instituto do Ceará, Prefeitura Municipal de Camocim (cidade na qual Oyama residiu até sua morte, na década de 1940). Nessa última cidade, ainda dialogamos com funcionários de bibliotecas e o historiador e professor Paulo José, a quem agradecemos pela disponibilidade e atenção dispensadas à pesquisa.

²⁷⁹ O contato foi feito através de ligação telefônica, realizada no dia 20 de agosto de 2018. A conversa não foi gravada, mas a depoente foi informada previamente sobre o tema da pesquisa e aceitou colaborar com este trabalho.

diversos dados dispersos, que apontavam para um possível vínculo de parentesco entre Bastos e Nascimento.

Em 3 de maio de 1902, Francisco José do Nascimento contraiu segundas núpcias com Ernesta Brígido, sobrinha do jornalista, político e escritor João Brígido, figura de destaque em Fortaleza²⁸⁰ entre a segunda metade do século XIX e meados da década de 1910. Em 1935, por ocasião da realização de uma homenagem ao Dragão do Mar, prestada pelo então Interventor Federal no Ceará, Felipe Moreira Lima, diversos parentes do Dragão do Mar publicaram uma nota de agradecimento na imprensa²⁸¹: Cecília Pereira, João Pereira, Joaquina Brígido Bastos, Luiz Brígido Bastos, Hormidio Brígido e João Brígido Parente assinavam a nota.

A partir das informações de Dona Maria das Dores, sabemos agora que Oyama Brígido Bastos era irmão de seu pai, Luiz Gonzaga Brígido Bastos, e filho de Joaquina Brígido Bastos, sua avó, dois dos nomes que subscreveram a nota de 1935. Joaquina fora casada com José Maria Bastos, que, assim como os dois filhos, atuou como funcionário da antiga Rede de Viação Cearense. Oyama foi contínuo, escriturário e arquivista, com atuação na Estrada de Ferro de Baturité²⁸².

Por sua vez, Joaquina Brígido era irmã de Ernesta Brígida, segunda esposa de Francisco José do Nascimento. Assim, Oyama era sobrinho de Ernesta e, também do Dragão do Mar. Conforme relatou-nos a senhora Maria das Dores, seu pai, Luiz Gonzaga, contava-lhe, desde que era criança, muitas histórias sobre o famoso parente abolicionista. Apesar de não ter tido muito contato com o tio Oyama que, por conta do trabalho, passou a residir em Camocim, distante mais de trezentos quilômetros de Fortaleza, a sobrinha revelou-nos que ele teve uma filha, de nome Sofia, já falecida.

Diversas memórias e narrativas sobre o Dragão do Mar foram preservadas pela família Brígido Bastos e, como se depreende também da atuação de Oyama, seus membros buscaram acionar a imprensa e os museus para que tais aspectos não ficassem restritos ao grupo familiar. A senhora Maria das Dores, ao partilhar conosco o que ouviu de seu pai, afirmou que os membros da sua família eram visitas constantes na casa do práctico-mor do porto da capital cearense. Em seu poder ainda se encontra uma “travessa” (recipiente) que pertenceu a Nascimento, objeto que ele levava a bordo quando saía para trabalhar, utilizando

²⁸⁰ MOREL, 1949, op. cit., p. 205.

²⁸¹ O Combate, Fortaleza, 28 de março de 1935, p. 2. Cabe pontuar que o agradecimento foi feito três dias após o 25 de março, a data da abolição da escravidão no Ceará, dia que em 1935 o interventor Lima foi até o túmulo do Dragão do Mar e discursou para a população, exaltando o jangadeiro como um herói e vinculando os seus feitos no passado ao momento que atravessava o Estado. Cf. O Combate, Fortaleza, 26 de março de 1935, p. 1.

²⁸² Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil (Almanack Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial), Rio de Janeiro, 3º Volume – Estados do Norte, 1924, p. 3302 e outras edições da mesma publicação.

para fazer suas refeições. Pelo visto, o zelo com objetos relacionados a tal sujeito histórico ainda se mantém como uma prática de preservação empreendida pelo núcleo familiar extenso do Dragão do Mar.

Os Brígido Bastos foram herdeiros de alguns objetos que pertenceram a Nascimento²⁸³. A exemplo da “travessa” em poder de Dona Maria das Dores, em 1934, seu tio Oyama doou o documento original da Carta Patente de Major da Guarda Nacional, outorgada pelo General Deodoro da Fonseca ao Dragão do Mar, ao recém-criado Museu do Estudante²⁸⁴, de Fortaleza. O fato foi repercutido pela imprensa do Rio de Janeiro, que estampou matéria com o título “O DECRETO DO GENERALÍSSIMO DEODORO DA FONSECA QUE CONFERIU O POSTO DE MAJOR AO CELEBRE JANGADEIRO NASCIMENTO”²⁸⁵.

Oyama era identificado pela matéria como “estudante” e é provável que tivesse alguma participação na Casa Estudantil, mantenedora do Museu do Estudante. Ao doar a Carta Patente à instituição, ele contribuía para a preservação da memória do Dragão do Mar, integrando um documento que havia pertencido ao seu parente ilustre ao universo das “relíquias” históricas que a instituição pretendia recolher e exhibir, como relevantes à história nacional e do Ceará, que serviria principalmente à instrução dos escolares.

Retornando a 1923, cumpre registrar que ainda nesse ano o Dragão do Mar voltaria a ocupar as páginas do jornal *O Nordeste*, sendo, inclusive, objeto de uma controvérsia. O artigo publicado por Oyama parece ter instigado outros sujeitos a produzirem outros relatos, nos quais tanto o tema da Abolição no Ceará, quanto a história do jangadeiro, foram trazidos à tona. O primeiro artigo foi publicado em 29 de julho, pela escritora e educadora Alba Valdez. Intitulado “Os jangadeiros”, a autora dava continuidade a escritos sobre a questão, visto que, anos antes, já havia produzido outro trabalho a respeito²⁸⁶.

²⁸³ Edmar Morél, em seu livro sobre o Dragão do Mar, cita que consultou Luiz Brígido (tudo indica tratar-se de Luiz Gonzaga Brígido Bastos, irmão de Oyama e pai de Dona Maria das Dores) quanto à história do Dragão do Mar. Na abertura da sua obra, diz o autor: “[...] procurei os historiadores Hugo Vítor Guimarães e Silva e Luiz Brígido, dois ratos de arquivo, sendo que o último é parente afim do ‘Dragão do Mar’, de quem herdou dezenas de documentos inéditos e o rascunho de um diário íntimo, mais tarde corrigido por sua família.”. In: MOREL, 1949, op. cit., p. 15.

²⁸⁴ O Museu do Estudante foi uma iniciativa do Centro Estudantil Cearense, entidade criada em 1931 e que visava a organização, assistência e representação dos estudantes no Ceará. Segundo Maciel, o Museu “tinha como finalidade ‘coleccionar relíquias, objetos e documentos históricos de vultos ou fatos de relevo na vida nacional e centrada’”. Ainda segundo a mesma autora, “De acordo com Bráulio Ramalho (2002, p. 23) o museu do estudante foi instalado em 1934, por Francisco Arruda, este no ano seguinte viria a se eleger presidente do CEC durante duas gestões seguidas de 16 de novembro de 1935 a 15 de novembro de 1937. Já, de acordo com Miguel Ângelo de Azevedo (2005), o museu foi em 3 de maio de 1934, por proposta de Francisco Martins (Fran Martins), tendo como diretor Murilo de Araújo Mota (Murilo Mota) e secretário Everardo Bezerra, não citando nenhuma vez o nome de Francisco Arruda.”. In: MACIEL, Carolina Maria Abreu. **Ser estudante na Fortaleza de 1945-1963: a construção de um perfil estudantil através dos discursos e das práticas cotidianas**. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Acadêmico em História, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2017, p. 61.

²⁸⁵ O Jornal, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1934, p. 12.

²⁸⁶ Alba Valdez era o nome literário de Maria Rodrigues Peixe (1874-1962), professora, jornalista, contista, cronista, memorialista, biógrafa e romancista. Foi fundadora e presidente da Liga Feminista Cearense, criada em 1904,

A autora enfatizava o papel dos jangadeiros na campanha abolicionista no Ceará, atribuindo a Francisco José do Nascimento um papel de destaque entre os agentes que atuaram em tal movimento. Ao posicionar os jangadeiros e sua greve como elementos centrais à extinção da escravidão na província do Norte, Valdez se concentrou na figura do Dragão do Mar como o grande herói a ser lembrado e ao falar sobre a viagem feita por ele para o Rio de Janeiro, deu a entender que o jangadeiro havia ido de Fortaleza ao Rio de Janeiro em sua jangada, a Libertadora²⁸⁷.

Tal trecho motivou o escritor e farmacêutico Rodolfo Teófilo²⁸⁸ a publicar outro artigo, no mesmo jornal, no dia 5 de julho, no qual o antigo abolicionista se posicionava quanto a questão. Tal controvérsia, analisada por Patrícia Xavier em sua dissertação sobre a construção do vulto Dragão do Mar como “herói jangadeiro”, abriu uma discussão sobre os agentes e o papel que cada um desempenhou nos idos de 1881: “O fato de Alba Valdez ter dado a entender que o Dragão do Mar era jangadeiro e que havia viajado ao Rio de Janeiro em uma jangada foi o motivo da discussão gerada em torno dos heróis.”²⁸⁹.

Teófilo recorreu à sua autoridade como um dos agentes atuantes na campanha abolicionista para contestar alguns trechos do texto de Valdez. Na carta resposta que publicou, intitulada “O Dragão do Mar”, ele se propunha a restabelecer a “verdade histórica”, de modo a sublinhar que Francisco José do Nascimento fora prático do porto de Fortaleza, e não jangadeiro, e que viajou ao Rio de Janeiro a bordo do navio Espírito Santo, e não na Jangada Libertadora. Além disso, Teófilo colocou em cena o nome de José Napoleão, que identificou em sua escrita como “uma figura completamente apagada hoje”²⁹⁰.

Valdez respondeu a carta de Teófilo em texto intitulado “A verdade histórica”, datado de 7 de julho, no qual abordava alguns trechos de uma carta a ela escrita dias antes por João Cordeiro (o presidente da Libertadora Cearense), na qual o antigo líder elucidava acontecimentos relacionados ao abolicionismo cearense. Segundo anotou Valdez, seu texto já estava finalizado quando Teófilo lhe direcionou a carta. Fato é que, após tais embates na imprensa entre os dois nomes das letras, um parente do Dragão do Mar publicou uma

membro de diversos grupos literários. integrante-fundadora da Academia Cearense de Letras e membro efetiva do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará (IHG-CE). Valdez, em 1910, escreveu um pequeno artigo intitulado “Uma data cearense”, publicado em um compêndio didático, no qual discorria sobre o 25 de março. Cf. NOBRE, F. Silva. Alba Valdez. In: Idem. 1001 cearenses notáveis. Disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2313&catid=293&Itemid=101> Acesso em: 22 ago. 2018; XAVIER, Op. cit., p. 21-22.

²⁸⁷ XAVIER, 2010, op. cit., p. 59.

²⁸⁸ Rodolfo Teófilo (1853-1932), baiano radicado em Fortaleza, foi farmacêutico, escritor e professor. Dedicou diversas obras ao tema da seca no Ceará, sendo um dos responsáveis por introduzir o naturalismo no âmbito da literatura cearense. Foi membro fundador da Academia Cearense de Letras e participou de diversas agremiações artísticas e literárias. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodolfo_Te%C3%B3filo. Acesso em: 18 ago. 2018.

²⁸⁹ XAVIER, 2010, op. cit., p. 59.

²⁹⁰ Idem, ibidem.

mensagem, não assinada, dando conta das funções que teria exercido Nascimento e reforçando certos trechos dos textos de Valdez, inclusive a questão de ele ser jangadeiro.

O parente que escreveu o texto não conseguimos descobrir qual foi, mas, o episódio evidencia que, assim como Oyama, que divulgou o primeiro artigo a respeito da história do Dragão do Mar no jornal *O Nordeste*, os parentes do jangadeiro estiveram empenhados em marcar o nome de tal personagem na história do Ceará, usando um veículo tão importante de difusão, a imprensa.

A controvérsia nos jornais evidencia que a constituição de uma memória social a respeito da abolição no Ceará envolveu diversos agentes, muitos dos quais atuantes à época da campanha, ainda vivos na primeira metade do século XX. Muitos deles publicaram textos e deram entrevistas, no qual o assunto foi explorado, consolidando lembranças e gerando esquecimentos e ocultações. Em tal percurso, a Jangada Libertadora seria constantemente retomada, pois ela não só materializava os ideais defendidos durante a campanha abolicionista, mas trazia à superfície a personagem heroicizada do Dragão do Mar, vulto histórico que não deveria ser olvidado pelos cearenses.

Desde o final do século XIX, agentes atuantes em instituições culturais, como o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, bem como de classe, a exemplo das associações de trabalhadores, buscaram na biografia de Francisco José do Nascimento um nome emblemático da história daquele estado, fazendo dele uma figura a ser lembrada e celebrada por suas contribuições ao país. Em diferentes momentos e movidos por interesses difusos, os sujeitos viram na memória desse personagem um elo a ser atado, uma presença a ser permanentemente demarcada.

No interior de tal movimento é que Oyama Brígido Bastos visou a recuperação da Jangada Libertadora, acionando para isso Gustavo Barroso, que há poucos meses havia assumido a direção do Museu Histórico Nacional. Localizar o objeto tornava-se uma questão importante para os agentes que operavam naquele momento um reposicionamento da história da abolição no Ceará e dos personagens a ela vinculados. Assim é que, nomeada e valorada como “relíquia” histórica da Nação, a Libertadora passou ao interesse do Museu Histórico Nacional e à escrita da história produzida nessa instituição.

A trama social que recolocou a Jangada Libertadora no cenário preservacionista dos museus foi tecida tanto por jangadeiros, como por escritores e intelectuais, atuantes em instituições com objetivos muito distintos, mas que acionaram os mecanismos da memória como forma de se exaltar certos pontos e acontecimentos do passado. As relações sociais que proporcionaram tal ressurgimento do objeto como um bem valioso iam do Ceará ao Rio de Janeiro, da praia ao museu, do jangadeiro ao intelectual. Buscaram ligar o presente em

que viviam a um passado habitado por heróis e gentes que faziam da terra cearense um lugar do qual os seus cidadãos deveriam se orgulhar e celebrar.

Novos significados eram constituídos e outros, já antigos e até mesmo esquecidos, eram atualizados. O passado, bem como os nomes dele pinçados, era revivido por mediações múltiplas, que passavam por territórios geográficos distintos, por espaços sociais pouco conectados (a exemplo das associações de jangadeiros e os museus) e por sujeitos com diferentes posições. Tal contexto do início do século XX parecia anunciar novos dias de glória à Jangada Libertadora, não a partir de regatas, como a de 1888, mas no Museu dedicado à celebração dos heróis nacionais, fontes de exemplo para a Nação. Não fosse o fato dela ter desaparecido em algum momento entre 1888 e meados de 1920.

A busca de Barroso não logrou êxito e foi dada assim como desaparecida aquela que foi naqueles dias considerada tão preciosa peça da “histórica” campanha abolicionista do Ceará. Não localizamos documentos oficiais que apontem para comunicações entre o diretor do MHN e o Museu da Marinha. É provável que ele tenha feito contato verbal com os responsáveis por essa instituição. Nos próximos tópicos, analisaremos como, em diferentes ocasiões, Barroso se voltou para a história de sua terra natal, voltando os olhos para a Libertadora e seu proprietário, o Dragão do Mar. Trata-se de mais um capítulo do devir de tal objeto que, por entre lembranças e esquecimentos, viveu dias de glória e contestação, silêncios e recordações.

Entretanto, antes de adentrarmos efetivamente nos modos como Barroso tratou da abolição no Ceará e os personagens associados a tal contexto, cabe fazermos uma breve digressão com vistas à compressão sobre o contexto institucional e discursivo em que tal agente operou, ou seja, o Museu Histórico Nacional, do qual foi diretor por mais de trinta anos, marcando indelevelmente a constituição dos museus históricos no Brasil e a institucionalização da Museologia enquanto campo disciplinar e profissional. Entender como o MHN elaborou uma escrita do passado nacional no início do século XX nos será útil à caracterização dos processos e operações que fizeram com que a Jangada Libertadora fosse incorporada à dinâmica de produção de narrativas e conhecimentos sobre o passado brasileiro.

3.2 Sobre a escrita museológica da história no Museu Histórico Nacional

As coleções do Museu Histórico, fruto de vinte anos de trabalho e paciência de sua diretoria, encerram milhares de objetos – pode-se afirmar sem exagero – que, pelo seu valor histórico, artístico, retrospectivo, intrínseco ou documental, permitem a um

estudioso trabalhos técnicos de classificação, divulgação, pesquisa ou crítica, dignos de enriquecer o nosso patrimônio cultural. É questão somente de gosto, boa vontade, estudo, curiosidade ou erudição; sobretudo de não olhar displicentemente o objeto, mas meditar sobre ele, senti-lo com amor, compreendê-lo com inteligência e procurar ver além do seu aparente significado o que ele em verdade representa, exprime, recorda e ensina. As relíquias falam na sua mudez aparente a quem tem ouvidos capazes de ouvi-las e entende-las ...

Gustavo Barroso, 1941²⁹¹

No texto em epígrafe, o diretor do Museu Histórico Nacional parece delinear um programa com orientações para aqueles que porventura se interessassem pelos museus, pelos objetos e coleções guardados por essas instituições, pela “mudez” das “relíquias” por eles preservadas contra a ação destruidora e implacável do tempo. Chamava a atenção dos leitores para a necessidade de uma escuta atenta às inumeráveis possibilidades que encerravam os vestígios do passado, tanto para o conhecimento quanto para o enriquecimento do patrimônio, para as ilimitadas lições que poderiam fornecer ao presente e, quiçá, ao futuro.

Publicado no segundo volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a visão apresentada no texto já vinha sendo posta em ação há alguns anos naquele museu. Nos parâmetros delineados por Barroso foi estabelecida a primeira escola do pensamento museológico brasileiro, com saberes e práticas difundidos a partir do Curso de Museus, no qual se formaram as primeiras gerações de conservadores de museu/museólogos do país, sinalizando para os esforços pioneiros de tornar os museus objeto de uma ciência específica e de formar um profissional particularmente capacitado para o seu entendimento, organização e aperfeiçoamento.

Fundado em 1922, o Museu Histórico Nacional surgiu no contexto da emblemática Exposição Internacional do Centenário, projetada para marcar as celebrações da independência política do Brasil de Portugal. Instalado no complexo arquitetônico da Ponta do Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, em área formada por prédios de antigas edificações destinadas a fins militares, que haviam sido remodeladas arquitetonicamente segundo as orientações neocoloniais, a nova instituição abriu a sua primeira exposição²⁹² ao público no dia 11 de outubro, com a presença e a chancela do então Presidente da República, Epitácio Pessoa.

²⁹¹ BARROSO, Gustavo. A caricatura inglesa no Museu Histórico. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 2, 1941, p. 10.

²⁹² A primeira exposição do MHN ocupou duas salas do Pavilhão das Grandes Indústrias, que foram intituladas “Da Colônia à Monarquia” e “Da Monarquia à República”. Cf. ELKIN, Noah Charles. O encontro do efêmero com a permanência: As exposições (inter)nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, 1997, p. 121.



Fig. 19 - Prédio do Museu Histórico Nacional, em 1924.
Fonte: Revista Fon-Fon, Set. 1924 – Acervo Biblioteca Nacional

A exposição comemorativa fora projetada para apresentar ao mundo a pujança e a engenhosidade brasileira, situando-o como um país moderno, forte, dinâmico e republicano, alinhado aos ideais de progresso e civilidade, marcas desses empreendimentos desde o século anterior. Movimentou a cidade durante meses, apresentando a um vasto público, nos muitos pavilhões que a constituiu, o desenvolvimento nacional através das suas realizações na indústria, na mineração, na apologia ao trabalho, dentre outros aspectos, propiciando e enfatizando um discurso ufanista e de promoção da nacionalidade²⁹³. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos,

A Exposição Internacional de 1922 significou mais um passo na construção de um conceito moderno de nação e, consequentemente, de uma determinada visão de história, a qual, pensava-se, sustentaria e daria legitimação científica e até mesmo institucional e acadêmica à “nação” brasileira, cujos contornos as autoridades tanto procuravam delinear.²⁹⁴

Em contraponto às imagens e representações do Brasil difundidas a partir do início do século XX, marcadas pelas ideias de progresso, desenvolvimento e modernidade, que teriam sua apoteose na exposição internacional, a arena de visualização da história nacional estava selada pela ausência de instituições que articulassem, organizassem e projetassem o passado para um amplo público, afinal, “A idéia de nação, nos moldes modernos,

²⁹³ ABREU, Regina. Tradição e Modernidade: o Museu Histórico Nacional e seu acervo. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1990, p. 14.

²⁹⁴ SANTOS, 2006, op. cit., p. 27.

pressupunha uma história, um passado”²⁹⁵ e este deveria fornecer os ensinamentos imprescindíveis ao futuro, assim como lições ao presente, cumprindo um papel ao mesmo tempo cívico e pedagógico.

Conforme afirma Mário Chagas²⁹⁶, até a criação do MHN o regime republicano instaurado em 1889 não havia instituído um projeto de memória que passasse pelos museus, falha detectada por diversos agentes da intelectualidade desde a virada do século, que percebiam nessa “lacuna” um “problema que demandava breve solução”²⁹⁷.

Estudando o processo de institucionalização do Museu, Henrique Ribeiro²⁹⁸ demonstra que em torno de tal pretensão estiveram em disputa diferentes propostas, vocalizadas por intelectuais oriundos de instituições já consolidadas no contexto científico e cultural brasileiro, como o Museu Nacional (MN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Arquivo Nacional (AN), dentre outras. As controvérsias estiveram relacionadas principalmente a dois fatores, conforme indica o autor: se deveria ser criada uma nova instituição para os fins propostos ou se o investimento do Estado deveria ser direcionado ao fortalecimento e titulação de instituições que já possuíam coleções relativas à temática, caracterizando o museu histórico brasileiro.

Com a proximidade do centenário e a não resolução das polêmicas encetadas pelo tema, a importância de tal “lugar de memória”²⁹⁹ tornou-se ainda mais aguda, conduzindo ao ato presidencial que instituiu um novo museu, destinado a

[...] reunir os objetos a ela [História Pátria] relativos, que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-los em museu, que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado.³⁰⁰

Para cumprir tal propósito, foi designado o intelectual cearense Gustavo Barroso, que há alguns anos vinha clamando, através da imprensa, pela criação de um museu destinado ao “culto das tradições”³⁰¹, especialmente militares³⁰². Tendo migrado para o Rio de Janeiro

²⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 18.

²⁹⁶ CHAGAS, 2003, *op. cit.*

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 100.

²⁹⁸ RIBEIRO, 2014, *op. cit.*, p. 39-49.

²⁹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993, p. 7-28.

³⁰⁰ Cf. Decreto nº 15.596 de 2 de agosto de 1922 – Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Interpolação nossa.

³⁰¹ BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade, *Jornal do Comércio*, 1912 apud DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, 1942, p. 387.

³⁰² Elkin destaca que o aspecto militar foi um dos mais expressivos da primeira exposição do Museu, em 1922: “A visão do passado posta em exposição, de fato celebrava a história e as tradições militares, do modo como Barroso tinha longamente planejado. Bustos de generais como Caxias e Osório, espadas tomadas de Solano Lopez na Guerra do Paraguai, canhões, bandeiras e objetos do forte de Humaitá, todos recordando os visitantes sobre as duras lutas travadas pelo Brasil e suas glórias militares.” ELKIN, 1997, *op. cit.*, p. 131.

em 1910, após divergências políticas em seu estado natal, Barroso assumiu o trabalho no MHN como uma missão de vida, dedicando-se a ele durante décadas, marcando profundamente os rumos desta instituição, bem como do campo museal brasileiro, como um dos principais influenciadores no processo de institucionalização da Museologia³⁰³ e de um modelo de museu dedicado a temas históricos³⁰⁴.

Visando entretecer os fios da identidade nacional através de representações que despertassem nos cidadãos o pertencimento e a identificação com a profundidade da existência pátria através dos “grandes vultos” do passado, dos “heróis” presentificados por meio de suas “relíquias”, Barroso fez do MHN uma instância privilegiada de consagração de uma memória nacional de perfil elitista e conservador, tornando o museu uma trincheira de resistência à modernidade e à sua ânsia destruidora³⁰⁵, o que na sua visão estaria aniquilando as possibilidades de cultuar o passado. Santos, analisando a instituição, indica que se tratava de

[...] um museu que nasceu preocupado em delimitar o perfil da “nação brasileira” a partir de um forte cunho militarista. Nele, a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica, que demonstravam o desejo de resguardar do tempo tudo o que fosse original e autêntico, bem como um forte sentimento comemorativo pelo passado.³⁰⁶

Preconizando mais continuidades que rupturas entre passado e presente, tanto nas exposições quanto em outros veículos discursivos, o MHN, tendo Barroso como principal ideólogo, recorreu ao período imperial como fonte de profundidade histórica e fase emblemática da vida nacional, alçando os seus principais líderes ao posto de heróis, estabelecendo-os como ilustres a serem cultuados e lembrados. Era elaborada uma “[...] história nacionalista que exaltava fatos e procurava na cumplicidade e na paixão um sentimento patriótico.”³⁰⁷.

Segundo Aline Magalhães, a formação do acervo do Museu esteve articulada nas práticas de Barroso ao “resgate de vestígios esquecidos, quase destruídos”, atitude que,

³⁰³ SÁ, Ivan Coelho de. Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso: uma análise preliminar. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, 2017, s/p.

³⁰⁴ Além da centralidade de Barroso no desenvolvimento da Museologia, através de sua atuação no Curso de Museus, cabe pontuar que ele também foi responsável pela Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), criada em 1934 como departamento do Museu Histórico Nacional, sucedida a partir de 1937 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Portanto, também esteve articulado às primeiras iniciativas voltadas à preservação do patrimônio, especialmente dos bens imóveis. Cf.: MAGALHÃES, 2004, op. cit.

³⁰⁵ Analisando as transformações urbanas do início do século e o impacto sobre a constituição de um sentimento preservacionista no Brasil, Aline Magalhães aponta que “Aos poucos, vestígios do passado iam desaparecendo, provocando uma crise de identidade naqueles que não encontravam sentido no ‘novo’ que substituíra o ‘velho’. A ausência, aliada ao sentimento de perda, angustiava Barroso, que não poupava palavras para condenar essas atitudes ‘modernas’ em relação ao que restava do antigo.”. In: MAGALHÃES, 2004, op. cit., p. 25.

³⁰⁶ SANTOS, 2007, op. cit., p. 21.

³⁰⁷ Idem, ibidem, p. 21.

segundo a autora, caracterizava o trabalho do antiquário que, “por amor às antiguidades, transforma um objeto sujo e esquecido em algo a ser preservado”. Assim, o diretor empreendeu buscas em diversos órgãos e repartições federais, bem como nos estados da federação, com o objetivo de salvar tudo o que fizesse recordar e amar a história nacional. Portanto, a procura que promoveu Barroso pela Jangada Libertadora esteve inserida em tal contexto de formação e consolidação do MHN, momento em que buscou reunir as “relíquias” pátrias dispersas e em perigo de desaparecimento.

Organizado sob a ideia do “Culto da Saudade”³⁰⁸, o pensamento barroseano consubstanciado no Museu, segundo Ana Oliveira,

[...] pode ser entendido não apenas como um saudosismo, mas também como expressão de uma sensibilidade antiquária. Neste sentido o “Culto da Saudade” pode ser considerado como a gênese de um conhecimento posteriormente sistematizado por Barroso a partir do qual o passado é entendido como algo possível de ser evocado, sentido e revivido através de objetos musealizados e de outros suportes físicos da memória. Mais do que uma operação historiográfica, o “Culto da Saudade” significaria uma forma de relacionamento com o passado dotada de uma especificidade que é expressiva de sua concepção de tempo e de história.³⁰⁹

Barroso recorreu à musealização enquanto estratégia de preservação dos vestígios e remanescentes de um Brasil antigo e tradicional³¹⁰, no qual assumiam o primeiro plano as elites e o Estado-Nação, esse, representado principalmente pelo Exército, bem como pelos seus governantes, considerados como elementos civilizatórios e promotores da ordem e do progresso³¹¹. Nesse panorama, foram estabelecidos nítidos marcadores sociais na elaboração do passado: a história brasileira representada nas galerias do museu fora protagonizada por homens brancos e membros dos segmentos mais ricos da sociedade ou sujeitos atuantes em instâncias de poder que lhes conferiam prestígio e influência social³¹².

³⁰⁸ Sob o título “O Culto da Saudade”, Barroso publicou artigo no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, em 1912, no qual abordava o descaso pelo passado e a imperiosa necessidade de cultuar as tradições nacionais. In: DUMANS, 1942, op. cit., p. 387.

³⁰⁹ OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 11.

³¹⁰ Idem, ibidem, p. 41.

³¹¹ ABREU, Regina. O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, n. 1, 1996, p. 7-19.

³¹² Prevaleciam, assim, nítidos privilégios de classe, raça/etnia e de gênero na institucionalização da história brasileira no campo museal, que se refletem até a contemporaneidade nas instituições de memória. A ruptura com tal modelo tem sido um processo lento, nos quais as mobilizações dos movimentos sociais, associados aos avanços críticos no âmbito acadêmico e institucional, visam estabelecer uma nova agenda representacional e de direito à memória, à cultura e à valorização patrimonial. As políticas públicas orientadas pela pluralidade e pela valorização da diferença vêm se constituindo na virada do século XX para o XXI como um dos principais mecanismos de inclusão e reconhecimento de novas demandas de cidadania e visibilidade para grupos historicamente marginalizados.

Magalhães analisa que o modelo historiográfico adotado na instituição era muito próximo àquele difundido pelo IHGB, responsável no século XIX pela elaboração de um projeto de escrita oficial da história, amparado e incentivado pessoalmente pelo Império através de seu representante máximo, Dom Pedro II. Segundo a autora, apesar de pouco citada nos textos institucionais, a produção do MHN ligava-se às perspectivas disseminadas por Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que

[...] ao escrever sua *História Geral do Brasil*, interpretou a história colonial de maneira a aparecer claramente a superioridade do branco sobre os índios e negros e também a civilização europeia sobre a “barbárie” das sociedades tribais, uma vez que a lei, a ordem, a religião e a autoridade, fundamentais para a constituição de uma nação, consistiam em herança dos Estados europeus – no caso brasileiro, de Portugal. Seguindo essa linha, Barroso reescreveu a história do Estado brasileiro nas galerias do Museu, ignorando a pluralidade da sociedade e a contribuição de negros e índios, os “outros” internos da nação.³¹³

Desse modo, reverberando paradigmas assentados desde o XIX, a instituição ignorava a diversidade de contribuições à formação social e cultural legadas pelas populações indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos, como imigrantes, sertanejos, etc³¹⁴. No caso dos africanos e seus descendentes, o colecionismo do museu recaiu sobre os objetos associados à escravidão, principalmente os instrumentos de suplício, demarcando um lugar social muito específico, que apagava qualquer papel de protagonismo ou relevância, reduzindo a representação desse grupo à eterna condição de resignados escravizados.

Ao se referir à presença dos objetos associados à escravidão no museu, Elkin aponta que apesar da

[...] interpretação generosa e laudatória das ações, decisões e, em particular da iluminada liderança de D. Pedro II, o Museu Histórico não pôde ignorar totalmente o fato de que o Império apoiou-se na escravidão durante a maior parte do século XIX, uma “nódoa” nas ricas (especialmente na ótica de Barroso) tradições daquela época. Talvez por esse motivo, uma das mais interessantes vitrines era a que exibia pequenos objetos relacionados com a escravidão (algemas, “mordaças”, cangas e argolas usadas para prender os escravos, ferros para marcá-los a fogo). Particularmente notável foi o modo como tais objetos foram descritos para a imprensa: “Também para que se tenha uma ideia, perfeita dos suplícios praticados contra os escravos, antes de 13 de maio, o Museu expõe vários aparelhos de tortura, usados nas fazendas do sul e engenhos espalhados pelo norte, os quais servem para mostrar o quanto moralmente nos aperfeiçoamos.” Somente mostrando a

³¹³ MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da Saudade na Casa do Brasil**: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 38, grifo no original.

³¹⁴ Cabe sinalizar que a partir dos anos 1930 uma nova geração de intelectuais elaboraria inovadores e expressivas interpretações do Brasil, deixando para trás as visões orientadas pelas teorias racialistas que na virada do século dominaram as instituições de ciência e o pensamento social. Data desse período as publicações de Gilberto Freyre (especialmente *Casa Grande & Senzala*), mas também de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Roquette-Pinto, Arthur Ramos, dentre outros. As inovações que surgiram nesse período, que impactaram tanto a historiografia como as nascentes ciências sociais, não reverberaram no Museu Histórico Nacional nem no Curso de Museus, que seguiram os paradigmas oriundos do século XIX, com pequenas alterações.

“evolução”, até o ponto mais alto (sugerido, na exposição, pela preservação e exibição da caneta usada pela Princesa Isabel para assinar a Lei Áurea), poderia o Museu Histórico lidar com o “problema” representado pela escravidão na história brasileira.³¹⁵

Como se pode observar, não esteve em pauta para o grande museu histórico brasileiro o objetivo de dar conta da memória de todos os grupos da sociedade, mas, particularmente de mostrar como o processo de evolução nacional teria passado necessariamente pelo papel desempenhado por agentes de destaque que teriam iluminado a sua trajetória, como a princesa, que alforriou os escravizados num gesto de elevada “moral”. Os escravizados, bem como seus descendentes, continuaram silenciados nos espaços oficiais de consagração e alijados de direitos sociais, realidade que as representações dos museus reverberavam e reproduziam, nos quadros de uma lógica presidida e produtora de desigualdades e verticalidades, presentes estruturalmente na sociedade brasileira e, não diferentemente, presentes nos territórios da memória e do patrimônio.

Como enfatizam diversos autores, a memória é preta de seletividades, bem como de esquecimentos e silêncios³¹⁶, constituindo um dos principais fundamentos da ação museológica. Os atores profissionais responsáveis na esfera pública por seu enquadramento, como historiadores, museólogos, dentre outros, realizam diversas atuações que visam a recuperação de certos aspectos do passado que, por serem vistos como relevantes, passam a compor o discurso museológico. A musealização de “indicadores empíricos”³¹⁷ da memória, como os objetos materiais, portanto, reveste-se de múltiplas intencionalidades, nas quais o presente é o tempo referencial para os olhares que são lançados sobre o pretérito.

Afinal, não há memória no ou do passado, é sempre no presente e no contexto das dinâmicas sociais e culturais de cada espaço que são organizados e reorganizados permanentemente os modos como certos aspectos são rememorados³¹⁸. Fluida e mutável, a memória “é um processo permanente de construção e reconstrução, um trabalho”³¹⁹, no qual os museus cumprem um papel especial na produção da relevância de certos domínios e fragmentos da vida social.

Sob tais perspectivas que temos orientado esta pesquisa, buscando entender os fios e os agentes que foram tecendo a constituição de uma memória sobre a abolição no Ceará e seus personagens, em conexão com as diferentes instâncias vocalizadas nos processos sociais de lembrar e esquecer. Tal orientação permite-nos perceber a complexa trama social

³¹⁵ ELKIN, 1997, op. cit., p. 132.

³¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³¹⁷ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, n. 34, 1992, p. 10.

³¹⁸ Idem, ibidem, p. 11.

³¹⁹ Idem, ibidem.

a partir da qual são formatados discursos sobre o passado, no qual objetos materiais são acionados como elos entre diferentes temporalidades e sujeitos, gerando processos de musealização/patrimonialização em sintonia com os interesses do presente de quem ativa tais dispositivos preservacionistas.

Tendo em vista tais premissas, é possível indicar que a memória que se pretendia abrangente e nacional e que foi cristalizada no Museu Histórico Nacional seguiu um roteiro preciso, para o qual Gustavo Barroso e os seus colaboradores empenhar-se-iam na coleta, organização, sistematização, preservação, pesquisa e exibição de objetos que plasmassem a nação a partir de seus triunfos e glórias militares, assim como pelo universo de bens simbólicos legados pelas famílias e pelos personagens considerados ilustres³²⁰.

A cultura material serviu, assim, como referencial mediador entre tempos, espaços e gerações, circunscrevendo lembranças e demarcando esquecimentos. Fabricava-se não só um passado, mas relíquias que, devidamente pesquisadas, autenticavam como verdadeiros os acontecimentos, fatos e episódios narrados através das exposições, favorecendo a produção da crença na veracidade do que era apresentado na “Casa do Brasil”.

Justamente por isso, a partir de 1932, com o estabelecimento do Curso de Museus, o MHN deu um passo significativo para a construção de um pensamento sistemático sobre museus, tornando a história e a memória não mais objeto de amadores, mas tema de profissionais especialmente treinados no seu tratamento³²¹, caracterizando o investimento em uma educação museológica voltada para a gestão do passado em diálogo com as correntes internacionais do universo dos museus e do patrimônio³²².

A criação do Curso ocorreu durante a curta gestão do historiador Rodolfo Garcia que, entre 1930 e 1932, substituiu Barroso na direção do MHN, afastado do cargo por questões políticas. Inicialmente com duração de dois anos e destinado ao ensino de matérias de interesse da instituição, a formação de especialistas tornaria o museu referência nessa seara, garantindo assim um espaço de protagonismo e influência nesse campo, consolidando no decorrer dos anos uma matriz intelectual e prática que caracterizaria a Museologia pelo menos até a década de 1970³²³.

³²⁰ Um emblemático estudo das articulações entre o Museu Histórico Nacional e o universo de doadores que favoreceram a instituição no período barroense é feito por Regina Abreu a partir da análise da Coleção Miguel Calmon. A autora desvela como o museu serviu de instância de negociação e perenização de valores aristocráticos, bem como de locus de consagração de personagens e nomes de família que começavam a perder prestígio político e econômico a partir do início do século XX. Cf. ABREU, 1996, op. cit., passim.

³²¹ Com o Curso “[...] o trabalho dos conservadores deixa de ser erudito ou entusiasta para se tornar científico, dando legitimidade à memória que se cristalizava no Museu e à história produzida para legitimá-la.” In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. Imagens de uma luta silenciosa: A constituição do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-1940). *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 32, 2000, p. 234.

³²² SÁ, 2013, op. cit., p. 34.

³²³ Idem, 2014, op. cit., p. 223-243.

Após a formatura, os portadores do diploma teriam “preferência absoluta” para a carreira de Conservador de Museu no funcionalismo público federal. O Museu Histórico Nacional foi o primeiro a se beneficiar de tal dispositivo, tendo diversos egressos integrados ao corpo funcional da instituição no cargo de 3º oficial³²⁴. A partir de 1939, o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP) seria o órgão responsável por realizar os concursos para os museus federais³²⁵, momento em que esses passaram a incorporar em seus quadros os profissionais formados.

A institucionalização do ensino de Museologia, conforme Chagas³²⁶, deve ser compreendida no contexto das transformações da educação brasileira do início da década de 30, no qual diversas reformas e políticas seriam estabelecidas pelo Estado Novo, levando à “profissionalização das áreas de conhecimento vinculadas ao campo das ciências sociais”, com a criação de importantes universidades, como a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933 e a Universidade de São Paulo, em 1934. No Rio de Janeiro, neste ano também surgiria a Universidade do Distrito Federal, ideia capitaneada por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação da capital federal.

Além disso, no plano internacional, a renovação e difusão de ideias no universo museal e do patrimônio era impulsionada pela criação do *Office International des Musées* (OIM) em 1926, vinculado à *Société des Nations* (SDN), que se configurou como a “[...] primeira tentativa de se criar uma entidade internacional que reunisse os museus do mundo e seus profissionais”³²⁷, sucedida, após a Segunda Guerra, pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), vinculado à UNESCO e criado em 1946, até a atualidade o principal organismo internacional dedicado à matéria.

Fundamentalmente vinculado às linhas de atuação e às ciências consideradas basilares para a interpretação do acervo do Museu Histórico Nacional, inicialmente o Curso de Museus representou um investimento na “cientificação das práticas museológicas”³²⁸ empreendidas na instituição, vindo a consolidar uma base técnica para a atuação dos profissionais, legitimando os trabalhos desenvolvidos. Conforme Magalhães,

As disciplinas consideradas imprescindíveis para os estudos museológicos constituem herança da tradição antiquária dos séculos XVII e XVIII,

³²⁴ O decreto que criou o Curso de Museus estabelecia que os formados tinham “preferência absoluta” para o preenchimento do cargo de 3º oficial do MHN a partir de 1º de janeiro de 1934, portanto, após a outorga de grau à primeira turma. Também nos concursos realizados pelo DASP, o diploma do Curso seria um dos pré-requisitos para a classificação.

³²⁵ Dentre os quais, podem ser destacados o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

³²⁶ CHAGAS, 2003, op. cit., p. 117.

³²⁷ BRULON SOARES, Bruno; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos, 2014, op. cit., p. 244.

³²⁸ MAGALHÃES, 2006, op. cit., p. 67.

reinventada no Museu Histórico Nacional com vistas à escrita de uma história tridimensional verdadeira.³²⁹

Tais disciplinas incluíam algumas inéditas no contexto brasileiro e outras que, de modo geral, não estavam presentes em espaços formais de ensino, sendo objeto de uns poucos interessados. Desse modo, o currículo foi constituído inicialmente com a seguinte configuração e seus respectivos docentes, conforme os quadros³³⁰ abaixo:

Quadro 1

Disciplinas e Docentes – Curso de Museus – 1º ano (1932)

Disciplina	Docente
História Política e Administrativa do Brasil (período colonial)	Rodolfo Augusto de Amorim Garcia ³³¹
Numismática (parte geral)	Edgar de Araújo Romero
História da Arte (especialmente do Brasil)	Joaquim Menezes de Oliva
Arqueologia Aplicada ao Brasil	João Angyone Costa

Quadro 2

Disciplinas e Docentes – Curso de Museus – 2º ano (1933)

Disciplina	Docente
História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Pedro Calmon
Numismática (brasileira) e Sigilografia	Edgar de Araújo Romero
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	Gustavo Dodt Barroso

As cadeiras eram ministradas pelos próprios funcionários do museu, que foram responsáveis pela construção das primeiras diretrizes nos temas abordados, tendo a maioria deles formação em Direito³³². Com o retorno de Barroso ao Museu, em fins de 1932, o diretor assumiu não somente a administração do Curso como instituiu a cadeira “Técnica de Museus”, dentre todas a mais importante, pois concentrava as principais lições que habilitariam os

³²⁹ Idem, ibidem, p. 71.

³³⁰ Cf. Decreto nº 21.129 de 07/03/1932 – Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional**. 178 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.

³³¹ Com o retorno de Barroso à direção do MHN, em dezembro de 1932, Rodolfo Garcia assumiu a direção da Biblioteca Nacional, afastando-se das atividades docentes no Curso de Museus, sendo substituído por Pedro Calmon, a partir de 1933. Cf. SÁ, 2007, op. cit., p. 10-42.

³³² Caso de Gustavo Barroso, Joaquim Menezes de Oliva, Pedro Calmon, Edgar de Araújo Romero e Rodolfo Garcia. A única exceção é João Angyone Costa, que iniciou o curso de Medicina, no qual não chegou a se formar. Cf. Idem, p. 21.

conservadores em suas lides diárias com as coleções musealizadas nas ações de identificação, classificação, pesquisa, conservação-restauração e exposição.

Em 1946, a partir da compilação dos conteúdos de suas aulas, Barroso consolidou um corpus de conhecimento na sua obra *“Introdução à Técnica de Museus”*, publicada em dois volumes e que apresentou as primeiras definições de Museologia e Museografia no contexto brasileiro. Adotado durante décadas como livro didático, a Técnica de Museus era definida como “[...] o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu.”³³³.

Por outro lado, a Museologia era conceituada como

[...] o estudo científico de tudo o que diz respeito aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os seus objetos. [...] A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus. Museólogo, portanto, é o técnico ou entendido em Museus.

Há, portanto, nas definições de Barroso, ao menos três planos na organização dos conhecimentos ligados aos museus, conforme preconizou em sua obra: a Museologia, a Museografia e a Técnica de Museus. Ao que parece indicar, a primeira abarcaria as outras duas, tendo em vista que já na definição de Museologia ele indica que a Museografia era parte daquela e é de se imaginar que as regras e princípios da organização e funcionamento estivessem também nas fronteiras da “Ciência dos Museus”.

A partir dessas disciplinas, aliadas às conhecidas como “auxiliares da história”³³⁴, como Numismática, Heráldica, Sigilografia, dentre outras, os conservadores atuaram na organização dos espaços expositivos, bem como na preservação dos objetos musealizados, por meio da conservação, documentação e pesquisa. Precisamente na função de pesquisadores que se destacariam, a partir de um minucioso exercício de interpretação dos objetos e coleções com vistas à produção de narrativas escritas e expositivas sobre a história e arte nacionais.

³³³ BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946, p. 7.

³³⁴ As denominadas “Ciências Auxiliares da História” comportam um conjunto de disciplinas que se dedicam ao estudo, classificação e análise de fontes e documentos que se desenvolveram em estreita relação com o antiquarismo. Com a institucionalização da História científica, no século XIX, passaram a ser sucessivamente marginalizadas na produção do discurso historiográfico, num processo de conversão dos conhecimentos por elas produzidas em instâncias auxiliares daquela que deveria se configurar como a ciência História. Conforme Aline Magalhães: “[...] a história relegou os antiquários ao campo diletante, no sentido de reinar absoluta como única ciência legítima e responsável pelo ‘desvelamento’ do passado. Ou seja, a tradição antiquaria nunca deixou de ser praticada em nome da cientificação da história, mas foi reinventada para dar legitimidade à própria ciência histórica” In: MAGALHÃES, 2000, op. cit., p. 245.

O trabalho de investigação praticado no MHN, conforme afirma José Bittencourt, além de uma adaptação dos “cânones positivistas ao tipo de documento com que lidavam [os objetos materiais]”, ia além, pois

[...] mergulhava na intimidade mais recolhida do documento, buscando nele sinais que situassem o possuidor, o fato histórico e a época – uma espécie de tríade mítica que o objeto materializava. Examinar o objeto significava superar a invisibilidade irreversível do passado.³³⁵

Estabelecendo paralelos analíticos a partir da obra do historiador italiano Carlo Ginzburg sobre o “paradigma indiciário”, Bittencourt afirma que os conservadores estavam preocupados em reconhecer os sinais e indícios que autenticassem os objetos legados “pelas grandes figuras e pelos grandes acontecimentos da história pátria”. Desse modo, o “olhar treinado” desses profissionais buscava estabelecer uma descrição minuciosa dos bens musealizados, com especial atenção aos detalhes e aos sinais que poderiam revelar as marcas do possuidor ou do contexto em que o objeto em análise esteve inserido, caracterizando um tipo de pesquisa aplicada a acervos musealizados.

Ao investigar os dispositivos de musealização presentes no MHN, desde a sua criação até a contemporaneidade, Rafael Bezerra³³⁶ caracterizou a existência de duas autoridades presentes em tais processos: a “do especialista” e a do “nome próprio”. A primeira estaria relacionada ao modo como os conservadores “[...] devido à sua experiência e à sua formação, instituem-se como agentes legítimos na produção de provas, certificados e pareceres sobre a autenticidade dos objetos musealizados”³³⁷; a segunda, intimamente ligada à formação do acervo a partir de doações e compras, põe em evidência os modos com que “[...] o nome próprio ou de família atua como elemento de certificação histórica nos processos de aquisição do acervo”³³⁸.

A posição estratégica ocupada pelos conservadores nos processos de musealização, descrita por Bezerra a partir da categoria “autoridade do especialista”, põe em destaque o papel da formação fornecida pelo Curso de Museus no aprimoramento de perspectivas teóricas e práticas que passaram a presidir os juízos e valorações do patrimônio desde o Museu Histórico Nacional, ampliando paulatinamente seu grau de influência na medida que os profissionais egressos iam sendo integrados aos quadros de outras instituições do país.

³³⁵ BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér., v. 8/9, 2003, p. 152.

³³⁶ BEZERRA, Rafael Zamorano. **A invenção das relíquias**. Dispositivos de autoridade na musealização de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-2012). 185 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

³³⁷ Idem, *ibidem*, p. 13.

³³⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

Seguindo os conservadores em suas lides cotidianas, por meio dos saberes e práticas que mobilizavam em suas atuações, Bezerra aponta para a relevância da trajetória construída por esses sujeitos sociais que se imiscuíram como agentes significativos nos percursos de valoração, autenticação e reconhecimento de acervos culturais como signos da nacionalidade, avalizando e dando legitimidade à perspectiva que se pretendia consolidar por meio do museu histórico brasileiro e às orientações que legou à constituição de um campo específico de ingerência sobre o patrimônio musealizado, na medida em que

O papel da autoridade na musealização de acervos é de fornecer a sua fundamentação histórica, permitindo a classificação dos objetos e inserindo-os legitimamente no bojo dos discursos sobre o nacional. Esse “efeito aural”, portanto, dota os objetos de historicidade e autoriza a crença nela o que se materializa em etiquetas, legendas, catálogos e no uso desses objetos como ilustrações de manuais de história (mesmo que esses objetos venham a ser questionados criticamente pelos conservadores ou pelos técnicos da instituição).³³⁹

É dentro desse panorama que é possível compreender o fato de Barroso afirmar que as “relíquias falam na sua mudez aparente a quem tem ouvidos capazes de ouvi-las e entende-las”. Escutar, nesse sentido, passaria necessariamente pelo exercício de apurar os ouvidos, ou melhor, o “olhar”, tendo em vista que era a partir da leitura do objeto por meio da visão que os conservadores de museu elaborariam suas estratégias de decodificação e recodificação de uma história e memória nacionais, seja por meio da elaboração de exposições, mas também nos processos mais internos de avaliação de objetos, na emissão de pareceres, na linguagem hermética que utilizavam muitas vezes para descrever e classificar as coleções e os patrimônios, bem como na elaboração de narrativas através de artigos.

No interior de tal paradigma “museológico” é que podemos situar como a Jangada Libertadora foi qualificada e valorada enquanto relíquia histórica, nos escritos produzidos por Gustavo Barroso (que trataremos a seguir), bem como nas páginas dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, através do artigo “A Jangada Libertadora”, de Nair de Moraes Carvalho. Tais atuações serviram à construção de uma visão sobre o movimento abolicionista e o modo como tal fenômeno foi musealizado na instituição devotada à preservação e divulgação do passado brasileiro e é revelador de mais um ciclo na vida do objeto que temos analisado. A seguir, focalizaremos diferentes escritas de Gustavo Barroso, com vistas a compreender os vínculos entre as suas memórias de infância e a constituição de uma história nacional sob os auspícios do museu por ele dirigido.

³³⁹ Idem, ibidem, p. 20.

3.3 Memórias da infância: entre o pessoal e o nacional

Gustavo Barroso, cearense, natural de Fortaleza, foi o principal responsável pela organização do Museu Histórico Nacional que, como já apontamos, fora criado em 1922, durante os festejos do Centenário. Figura carismática, ele atuou em várias frentes, como jornalista, historiador, escritor, político, folclorista, dentre tantas outras profissões, inclusive a de “conservador de museu”, sendo o responsável, em grande medida, pela tradição museológica desenvolvida a partir do MHN, que consolidou a Museologia enquanto área de atuação profissional no Brasil, a partir da década de 1930.

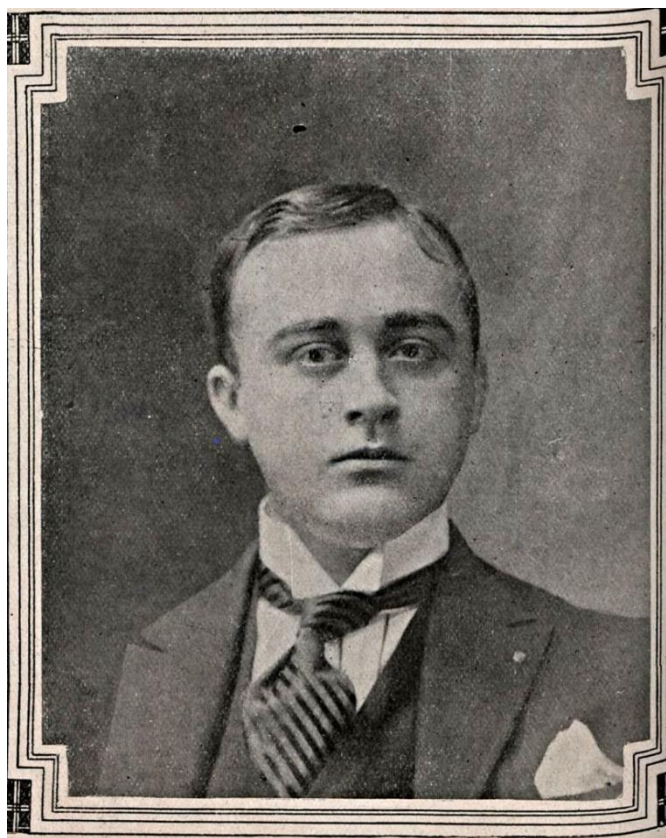


Fig. 20 - Gustavo Dodt Barroso (1888-1959)

Fonte: Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro, 17 de março de 1923 – Acervo Biblioteca Nacional

Como escritor, deixou vasta obra, que espelha a multiplicidade de interesses que o prendiam. Imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), a partir de 1923, tendo a presidido, bem como membro de várias organizações científicas e culturais, no Brasil e fora dele. Assim como em 1923, quando empreendeu a busca pela Jangada Libertadora, em outras oportunidades o diretor do MHN voltaria a abordar tal tema. Nos concentraremos em mapear tais ocorrências, buscando perceber os cruzamentos entre a constituição de uma memória pessoal (no caso, as recordações de Barroso sobre o Dragão do Mar) e a memória nacional, que o MHN buscou vocalizar a partir de uma escrita da história amparada em objetos

reconhecidos e valorados como “relíquias”, possibilidades imprescindíveis de acesso a um passado idealizado, na concepção de seu principal ideólogo.

A estreia de Barroso no mundo literário se deu em 1912, com *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*, que o consagrou como escritor. A obra marcou também a sua inserção no universo dos estudiosos dedicados ao Folclore (tema, por sinal, que permaneceria como um dos grandes interesses do autor), pois se propunha a abordar o sertão, suas gentes, natureza, animais, enfim, a vida dos sertanejos cearenses, seus costumes, dissabores e alegrias. O jovem cearense, recém-chegado ao Rio de Janeiro, em sua primeira obra colocava em pauta a sua cultura de origem, buscando demarcar um espaço específico para os nortistas na cena intelectual e literária brasileira. Não à toa, assinava o livro com o pseudônimo de João do Norte, que circunscrevia nitidamente uma origem regional e anunciava o seu universo de enunciação.

Fernando Castro situa os primeiros escritos de Barroso sobre folclore no âmbito de um esforço intelectual mais amplo promovido por diversos autores brasileiros, na primeira década do século XX, no sentido de estabelecer uma identidade brasileira, que buscou nos sertões e suas gentes inspiração para produções literárias amparadas na cultura popular:

A ênfase dada aos estudos sobre o folclore foi uma preocupação constante na obra de Gustavo Barroso desde os seus primeiros escritos, no início da década de 10, uma vez que, para ele, somente com o conhecimento dos costumes do “povo brasileiro” seria possível compreender o “verdadeiro Brasil”, para, a partir daí, construir um país diferente. Para o autor, o estudo do folclore “(...) faz penetrar na alma dos povos e no espírito das raças. Acostuma a amar o que é nosso, o querer as nossas tradições, a sentir como a nossa nação sente (...). Ele não é passatempo sem valor e sem um estudo científico em que a filologia e a sociologia se dão as mãos para resultados os mais curiosos e interessantes, os mais úteis e os mais belos”.³⁴⁰

Barroso não só se utilizou do Folclore em sua produção literária ficcional. Propôs e organizou ideias quanto à cientificidade de tal ramo do conhecimento, buscando estabelecer metodologias para a “ciência folclórica” e chegou mesmo a esboçar em texto a criação de um Museu Ergológico Brasileiro, na década de 1940. O cearense foi um, dentre outros literatos, a incorporar às narrativas da identidade nacional figuras que povoam até a atualidade o imaginário do país, bem como as múltiplas narrativas e representações elaboradas para a Nação. Ele abordou em suas obras os ofícios tradicionais que, no início do século, começavam a declinar frente ao avanço da urbanização e da industrialização, bem como do êxodo rural, fazendo com que tais papéis (o vaqueiro, o boiadeiro, a rendeira, o violeiro, o jangadeiro, etc.), seus sujeitos, saberes e práticas, fossem tomados como parâmetros para a

³⁴⁰ CASTRO, Fernando Vale. As colunas do tempo: O folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 35, 2003, p. 200.

elaboração de matrizes representacionais sobre o país, incorporando a região, bem como uma nostalgia de um Brasil arcaico e tradicional, que seriam emblemáticos, em sua visão, na formação da cultura nacional.

Se na sua obra de estreia Barroso vocalizou principalmente os costumes sertanejos, em 1915 com *Praias e Várzeas* buscou conectar duas faces do Ceará: o sertão e o litoral. Aqui, na parte dedicada às “Praias”, em contos diversos recuperava a figura do jangadeiro como um herói silencioso, operoso e bravo, que enfrentava a natureza arredia, homem forte, representante do litoral nortista. O autor, que na infância vivera longas temporadas no sertão, mas que desfrutou da Fortaleza da virada do século, destacou em suas obras os tipos humanos das paisagens distintas nas quais conviveu. Era adicionada mais uma camada às construções de sentido que tomavam os trabalhadores do mar e do sertão como exemplares cidadãos brasileiros, transformados em heróis pelas narrativas épicas ou mesmo pelos contos singelos, que buscavam explorar o cotidiano do povo, suas festas, tradições e costumes.

Em outras obras e momentos, Barroso retomaria o imaginário popular de modo a circunscrever um Brasil “autêntico” amparado na singularidade das gentes do Norte, dando ênfase aos costumes e crendices das populações sertanejas e litorâneas, pintando um quadro multifacetado da cultura nacional que, contudo, nunca foi apresentado no Museu Histórico Nacional, que não incorporou tal discurso em suas exposições e outras atividades, sempre mantendo, por toda gestão barroseana, uma linha que nitidamente separava a História do Folclore.

Por outro lado, a produção barroseana esteve também fortemente vinculada aos determinismos geográficos que grassavam no início do século. Por sinal, tais orientações inspiraram fortemente leituras de intelectuais cearenses entre fins do século XIX e início do XX, notadamente Rodolfo Teófilo que, com seu naturalismo, promoveu uma duradoura articulação causal entre o clima do Ceará e a formação social do seu povo³⁴¹. O clima seco, gerador de tantas calamidades, como na seca de 1877-79, era utilizado como um elo explicativo a evidenciar a índole dos cearenses, dando conta de seu pendor “natural” aventureiro, de seu destemor, ousadia e bravura.

Em um discurso proferido em uma homenagem ao Ceará, em 1921, Barroso assim se referia ao seu estado natal:

São as sêccas, o sol escaldante, a penúria, a necessidade de lutar, essa feição de Sahará, que fazem da minha querida terra natal a pátria da raça mais forte e mais tenaz do Brasil inteiro, da gente que conquistou o Acre e

³⁴¹ Especialmente em sua obra “A Fome”, de 1890. Barroso, além de leitor da obra de Teófilo, conviveu com o autor, tendo rendido homenagem a ele, quando de sua morte, em 1932, em sessão na Academia Brasileira de Letras.

desbravou o Amazonas, da gente que sempre encheu, relativamente mais do que qualquer outra, os quadros da nossas tropas, nos momentos difíceis das commoções internas ou das guerras estrangeiras.³⁴²

O autor recorria ao fator climático como um dos elementos centrais na formação dos fatores morais e culturais da população cearense. Era estabelecido um elo inquebrável entre natureza e cultura, no qual a primeira determinava a segunda. Ainda no mesmo texto, Barroso, após abordar as inúmeras secas que diuturnamente atingiam sua terra, dizia que:

Esse longo martyrio é que tem feito a grandeza e a gloria do Ceará. Delle todos nós, cearenses, devemos nos orgulhar, porque nenhum outro povo seria capaz de enfrentar a desgraça, valente, serena e infatigavelmente como durante três infindáveis séculos de dôr sempre a temos enfrentado. E ella é o maior fator da acuidade da nossa intelligencia, da decisão corajosa do nosso temperamento, da nossa audácia e da nossa paciência tenaz. A secca molda e forma uma raça de fortes, cuja consciencia collectiva é, no Brasil, tão limpa quanto o azul do seu céu varrido de nuvens, cuja alma é luminosa e quente como o sol que refulge á face das suas areias e cujo coração é maior do que o mar bravio que açoita as “alvas praias emsombreadas de coqueiros”.³⁴³

No trecho acima, fica ainda mais evidente a importância dada por Barroso aos fatores climáticos na constituição do povo cearense. Tal conjuntura, em sua visão, demarcava um lugar especial a tal população, fazendo dela uma “raça de fortes”. Cabe registrar como tal interpretação ecoa outras, já bastante consolidadas no pensamento social brasileiro do período, como nas obras de Euclides da Cunha e Roquette-Pinto³⁴⁴, que tomaram o sertanejo como um forte, apesar de pauperizado, pelas dificuldades ocasionadas pelas secas, desassistência e falta de educação e saúde.

Barroso promovia uma reinterpretação sobre o papel histórico-social dos nortistas na história do país, despindo-se de abordagens pessimistas e construindo um discurso que positivava os cearenses frente às intempéries que enfrentavam, sendo isso justamente o que os faziam um grupo diferente no seio do país³⁴⁵. Antes de finalizar o seu discurso laudatório

³⁴² A Pátria, 7 de setembro de 1921. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html> Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁴³ Idem, ibidem.

³⁴⁴ Em Euclides da Cunha, especialmente em “Os Sertões”, e em Roquette-Pinto em diversos escritos antropológicos do início do século, nos quais buscou estudar e determinar os tipos humanos do Brasil.

³⁴⁵ Conforme Xavier, “O discurso do problema climático do Ceará desde a seca de 1877, conforme aponta o historiador Frederico de Castro Neves, tomou proporções nacionais. É, principalmente, após essa grande seca que os políticos e intelectuais farão uso do drama climático conforme as necessidades do momento. Em anos de crise, a fome, a fraqueza e as doenças serão utilizadas para angariar recursos no sentido de assistir as populações sertanejas. Contudo, essa mesma população flagelada, muitas vezes degradada moralmente, chegando a se prostituir ou roubar por causa da fome é, ao mesmo tempo, representada como o sertanejo forte. Dessa forma, definições como a de Euclides da Cunha, “o sertanejo é antes de tudo um forte”, encontraram eco, principalmente, nos intelectuais locais, que procuram criar um tipo regional que representasse perante a nação o ser cearense. Segundo a lógica desses pensadores, o caráter psicológico do homem do sertão foi forjado pelo clima estéril.” In: XAVIER, 2010, op. cit., p. 21.

ao Ceará, contudo, o autor não deixou de recuperar o tema da abolição, de modo a concatenar o seu pensamento com um fato do passado que a seu ver engrandecia a sua terra natal:

Quando os negros captivos dos engenhos, sítios e fazendas das províncias limítrophes, que rompiam os sertões áridos guiados pelos fios do telegrapho, avistavam o claro casario de Fortaleza doirado pelo sol, cahiam de joelhos. Depois, entravam em bandos, andrajosos e famintos, pelas ruas, brandando em côro:

- Bem dita seja tu, Terra da Liberdade! Exclamemos todos, cearenses, em lembrança desse feito assombroso da Libertação, que para sempre cobriu o Ceará de glória, com o mesmo entusiasmo dos pobres pretos aos sentirem-se livres do captivo, seja onde fôr que nos conduza o nosso destino de eternos exilados: - Bem dita seja tu, Terra da Liberdade! Terra da Luz! Terra do Martyrio! Dá-nos com a tua saudade e a tua fama forças bastantes para eternamente cantarmos as tuas glórias! Bem dito sejas tu, Ceará, Sahará do Brasil, que o esforço de varias gerações de teus filhos tem fecundado de heroísmos, de patriotismo, de abnegação e de amor! Bem dita sejas tu!³⁴⁶

Em sua apologia ao Ceará, Barroso reprisava a libertação pioneira dos escravizados, destacando os ideais de liberdade que o estado havia empunhado e reafirmava o epíteto de “Terra da Luz”, pioneira e exemplo ao país. A abolição deveria ser um fato comemorado e exaltado por todos os cearenses, pois tal “feito assombroso” teria coberto de “glórias” a “Terra da Liberdade”. Longe de casa, morando no Rio, o intelectual colaborava na difusão de representações sobre o Ceará, que buscavam demarcar um lugar de especificidade desse território em meio ao processo de constituição de uma identidade e história nacionais, notadamente a partir do pioneirismo abolicionista.

Imbuído de tais crenças e discursos, cremos que o gesto de Barroso à procura da Jangada Libertadora se articulava ao desejo do escritor em perpetuar a especificidade cearense no Museu que passou a gerir a partir de 1922. Não se tratava, contudo, de erigir um espaço próprio no MHN para o seu Estado natal, pois isso jamais aconteceu, nem cremos que fosse pretensão sua. Entretanto, a presença do objeto deixaria uma marca da atuação do Ceará na campanha em prol da abolição e, portanto, na história do país.

Dentre os tantos acontecimentos que marcaram a história cearense, a abolição, de longe, foi um dos mais celebrados pelos intelectuais locais, bem como por aqueles que viveram em outros estados. O discurso de Barroso em 1921 comprova o significado especial que ele também atribuía a tal acontecimento, a ponto de, em 1958, quando escreveu o hino oficial de Fortaleza, ter inserido a abolição da escravidão em alguns versos da letra:

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,

³⁴⁶ ³⁴⁶ A Pátria, 7 de setembro de 1921. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos eternas canções:
Jangadeiros, caboclos valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.³⁴⁷

Ao incorporar os jangadeiros e o tema da abolição à letra, o autor demonstra que para ele tal aspecto do passado era imprescindível de figurar em um item simbólico tão importante, quanto o hino de uma cidade. Assim, inscrevia tal temática duradouramente na memória oficial de Fortaleza, pois um hino, como outros símbolos oficiais, é constantemente reprisado em cerimônias cívicas e pedagógicas, educando sensibilidades e produzindo relevâncias acerca de certos elementos selecionados.

Conforme apontamos anteriormente, não localizamos correspondência oficial que dê conta de que Barroso tenha feito contato por escrito com os responsáveis pelo Museu da Marinha a fim de saber do paradeiro da Jangada Libertadora. É provável que tal consulta tenha sido feita informalmente. A constatação de que a embarcação havia desaparecido, contudo, só foi divulgada pela primeira vez pelo diretor do MHN em uma coluna da Revista *Fon-Fon*, do Rio de Janeiro, da qual era um dos diretores.

O texto, apesar de não assinado, traz marcas indeléveis da escrita de Barroso, além do fato de que o localizamos na “Hemeroteca Gustavo Barroso”³⁴⁸, acervo que reúne recortes de jornais com textos de sua autoria publicados na imprensa ou com citações ao seu nome. Publicado em 10 de julho de 1926, na coluna “Comentários da Semana” da *Fon-Fon*, Barroso aproveitou um evento recente para abordar as “Relíquias perdidas”, iniciando pela Jangada Libertadora: “A jangada em que o Dragão do Mar, o celebre marujo cearense paladino da Abolição, veio ao Rio de Janeiro, foi depositada no Museu Nacional, de onde a transportaram para o Museu Naval. Dahi desapareceu.”³⁴⁹.

O diretor do MHN retomava o tema da jangada para tratar de um outro objeto que havia desaparecido ante ao que ele denominou de “barbaria” com as “nossas relíquias históricas”. Questionava ele naquele momento o fato de ter sido queimado, na repartição

³⁴⁷ O Hino de Fortaleza foi oficializado por meio da Lei Municipal nº 1.269, de 31 de maio de 1958, com letra de Gustavo Barroso e música de Antônio Gondim de Lima. Cf. <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/05/os-simbolos-da-cidade-de-fortaleza.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

³⁴⁸ A “Hemeroteca Gustavo Barroso”, salvaguardada pelo Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, pode ser acessada em seu formato digital pelo link: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁴⁹ *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1926. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

naval, o avião em que Walter Hinton e Pinto Martins³⁵⁰ viajaram de Nova York ao Rio de Janeiro, em um famoso raid aéreo, iniciado em 1922 e concluído em 1923, primeira viagem aérea entre os Estados Unidos e o Brasil.

Barroso criticava duramente os responsáveis por deixarem desaparecer “até os cartões de ouro que o ornavam” e finalizava cobrando atenção para as “relíquias” e para o museu que dirigia:

Já temos um Museu Histórico, optimamente organizado. No emtanto, para o seu desenvolvimento crêam-se embaraços de toda a sorte e não lhe entregam os objectos que só a elle compete custodiar. E' tempo do governo tomar providencias enérgicas no sentido de salvar as nossas poucas coisas historicas, auxiliando a acção patriótica do Museu e reunindo a elle o Museu Naval, que não tem verbas, não tem instalação condigna, não tem pessoal experimentado e é uma ameaça de destruição ás restantes relíquias que ainda possúe.³⁵¹

Barroso aproveitou o ensejo para cobrar apoio político ao museu que chefiava, não deixando de mais uma vez, assim como em diversas ocasiões, pontuar o descaso do Brasil com o que ele identificava como “relíquias históricas” da Nação. Curioso notar, contudo, que os critérios que orientavam a definição de tais objetos valiosos não se prendiam necessariamente à antiguidade, visto que o avião era um objeto contemporâneo, representante de novos tempos, de avanços tecnológicos que anunciavam uma revolução nos sistemas de transporte e comunicação, encurtando distâncias e aproximando pessoas de distintas localidades. O corte valorativo, ao que tudo indica, orientava-se muito mais pelo significado e importância atribuídas ao fato, acontecimento ou fenômeno ao qual o objeto esteve ligado do que a uma precedência especial em termos temporais. Certamente uma visão deveras alargada da concepção de objeto histórico e, principalmente, de “relíquia”³⁵².

Ao falar sobre a Jangada Libertadora e o avião, Barroso elogiava a sua ação junto ao MHN (“optimamente organizado”), reforçando a necessidade de se incorporar o acervo do Museu Naval à sua repartição. Apontava como justificativa para o pedido a falta de pessoal, que representava um risco para o acervo, demonstrado pelos dois casos de descaso que trazia a lume. Com efeito, anos depois, tal solicitação foi atendida e o Museu Naval foi extinto, sendo o seu acervo incorporado ao Museu Histórico Nacional.

³⁵⁰ Euclides Pinto Martins, aviador, era cearense, assim como Barroso e o Dragão do Mar. Natural de Camocim, é considerado um pioneiro da aviação brasileira e nomeia o Aeroporto de Fortaleza, Ceará. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Euclides_Pinto_Martins. Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁵¹ Fon-Fon, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1926. Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁵² Nesse sentido e em se tratando do raio de alcance do conceito de “relíquia” no pensamento barroseano, cabe pontuar que no MHN foram expostos, desde a criação, objetos que não se enquadravam no corte de antiguidade, como as salas dedicadas à República e após a ascensão de Vargas ao poder, a sala dedicada ao presidente estado-novista, com peças contemporâneas. O MHN, em suas articulações políticas, não deixava de procurar dar conta da história recente, dando visibilidade às novas configurações do poder.

Em 1923, quando acionou outras instituições à procura da Libertadora, é bem provável que Barroso buscasse tal objeto para figurar na sala dedicada à abolição da escravidão e ao exílio da Família Imperial, inaugurada quando da reconfiguração que passou o Museu entre 1923 e 1924, na qual o diretor ampliou o espaço expositivo, bem como a quantidade de objetos expostos. Conforme Cleber Reis, de 643 objetos que conformavam a exposição inaugural, em 1922, o acervo saltou para 2.486 na reabertura em setembro de 1924, o que demonstra o empenho do diretor em ampliar o escopo de questões abordadas a partir do incremento do acervo, visando a consolidação da instituição no pós-exposição do Centenário³⁵³.

Segundo o *Catálogo Geral: 1ª Secção: Archeologia e Historia*, organizado por Barroso quando da inauguração da nova exposição em 1924 e que continha informações sobre os objetos expostos, a “Sala da Abolição e do Exílio” cobria dois momentos políticos brasileiros, tanto a monarquia quanto a república. Na verdade, a sala procurava dar conta justamente da transição entre os dois regimes, atando a queda da monarquia ao fim do escravismo, fazendo a conexão com a República, a sala subsequente no circuito definido³⁵⁴.

Na sala da Abolição abundavam, como em outros espaços do Museu, objetos ligados à Família Imperial e a nomes importantes do ocaso monárquico. Retratos e estampas traziam à presença dos visitantes as figuras do Imperador Pedro II e da Princesa Isabel (em um total de 12)³⁵⁵. Além disso, outros objetos tinham relação direta com esse eixo temático: partes do navio “Alagoas”, que conduziu a Família Imperial ao exílio, em 1889, como o leme da embarcação, que ficava ao centro da sala, cadeiras e armários, dentre outros, que foram transferidos do Arquivo Nacional.

³⁵³ REIS, Cleber José das Neves. Uma “marca barroseana”: A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 35, 2003, p. 219.

³⁵⁴ BARROSO, Gustavo. (Org.). *Catálogo Geral: 1ª Secção: Archeologia e Historia*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924.

³⁵⁵ Grande parte dos objetos da sala foram adquiridos pelo MHN em 1923 e pertenciam à Coleção J. J. Raposo, colecionador de São Paulo. Outra parte significativa foi transferida ao Museu pelo Arquivo Nacional. Sobre a aquisição da coleção J. J. Raposo, consultar o processo de compra disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

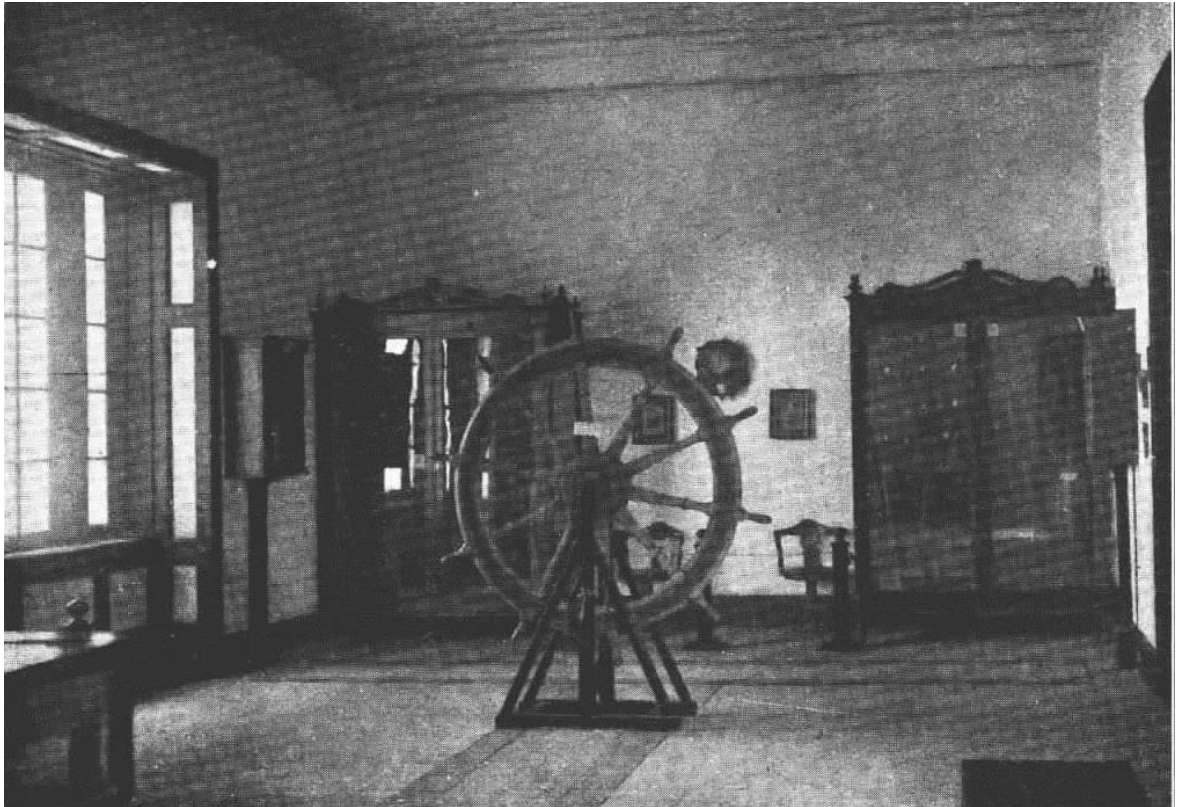


Fig. 21 - Vista da Sala da Abolição e do Exílio, Museu Histórico Nacional, 1924
Fonte: Publicada em BARROSO, 1924, op. cit., p. 171.

A sala reforçava o imaginário construído, desde a Abolição, em torno de “Isabel, a Redentora”, bem como de Pedro II, como personagens de destaque no fim da escravidão no Brasil. Tal narrativa infiltrou-se em diversos meios, não só nos museus, como também em livros didáticos, imprensa, dentre outros, criando um elo simbólico fundamental que, logo após a promulgação da Lei Áurea, visou, entre outras coisas, a legitimação da continuidade da monarquia frente à insatisfação dos escravistas, muitos dos quais, como vingança, se declararam republicanos. Angela Alonso pontua que:

A comemoração da abolição pela elite imperial minimizou a importância do movimento abolicionista e reiterou o mito fundador do Império, uma comunidade imaginada que expurgou o africano. O herói do 13 de maio não ganhou a cor de [André] Rebouças, [José do] Patrocínio, Vicente de Sousa, Luís Gama. Por atos como a encenação de *O escravo* e por escritos, até de abolicionistas, erigiu-se uma simbologia da abolição que empurrou o movimento e mais ainda os escravos para o fundo da cena, enquanto a princesa se transfigurava em “Redentora”. A violência da escravidão e do escravismo politicamente organizado se esmaeceu até na prosa de líderes do abolicionismo – como em *Minha formação*, de [Joaquim] Nabuco. Mesmo na celebração de sua liberdade, o ex-escravo foi escamoteado. Nessa elisão

simbólica está todo o sentido do que viria depois da abolição: desfecho contido para mobilização arrebatada.³⁵⁶

O Museu Histórico Nacional, em sua exposição, ecoava tal construção de fins do século XIX, arrumando em seu espaço um altar especialmente ornado para a exaltação das figuras da elite imperial, vistas como as promotoras da abolição. Por outro lado, a sala que se dedicava à libertação nada trazia dos africanos e seus descendentes que haviam sido escravizados. O único negro a figurar no espaço foi Luís Gama³⁵⁷, que tinha um retrato seu identificado no catálogo, com a legenda “grande abolicionista”. Ao lado disso, abundavam instrumentos de suplício, em um total de 19, que demarcavam posição majoritariamente passiva dos escravizados frente ao cativo.

Os objetos associados às torturas do período escravista constituem uma das mais importantes classes de objetos expostos em museus históricos no Brasil quando se trata de abordar o tema da escravidão. Ainda na atualidade, ao se pensar em como apresentar tal tema, os museus recorrem a tais artefatos de modo a demarcar um período, mas poucas instituições conseguem ir além, apontando para o protagonismo escravo e suas diversas modalidades de resistência, ou mesmo para a importância das culturas africanas na formação do Brasil. O MHN, certamente, forneceu balizas para a constituição de representações da população negra que a vinculavam eternamente à condição de escravizada, pois serviu como modelo a diversos outros museus instalados no país. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos,

Nos museus brasileiros, encontramos narrativas que podem ser caracterizadas ou pelo silêncio quase absoluto sobre a participação positiva do negro na construção da nação ou pela lembrança do período em que ele foi amarrado ao tronco, espancado, dominado e humilhado, pelo homem branco. Estas são narrativas que não se contradizem, mas se completam³⁵⁸

Tratava-se de uma elaboração expográfica que reforçava um “não-lugar do negro como sujeito” nos museus, na expressão da historiadora Nila Rodrigues Barbosa³⁵⁹, aspecto que com muitas dificuldades vem sendo rompido nos discursos museológicos, a partir do importante papel da crítica social produzida pelos movimentos negros e pela renovação dos estudos acadêmicos. Se, por um lado, a História Social da Escravidão e da Liberdade avançou

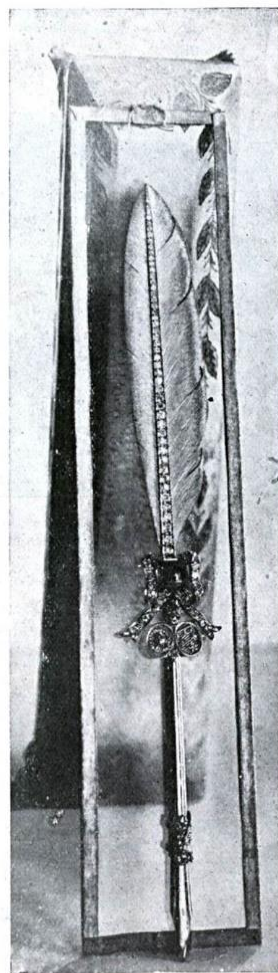
³⁵⁶ ALONSO, 2015, op. cit., p. 369, interpolação nossa.

³⁵⁷ Luís Gama foi um importante líder abolicionista brasileiro, nascido em Salvador, com atuação principalmente em São Paulo. Filho de mãe negra liberta (Luisa Mahin) e pai branco, nasceu livre e foi escravizado aos 10 anos. Conquistou judicialmente a própria liberdade e passou a atuar em ações judiciais em prol de escravizados, destacando-se como um dos principais nomes do ativismo judicial na campanha abolicionista. Faleceu em 1882. Cf. MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 168-170.

³⁵⁸ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Entre o tronco e os atabaques: A representação do negro nos museus brasileiros. In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Lívio. (Org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 334.

³⁵⁹ BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museu e Cidade: o não-lugar do negro como sujeito no Museu Histórico de Belo Horizonte**. s.p. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

enormemente no Brasil no tratamento da questão, situando, principalmente a partir da década de 1970, os escravizados como sujeitos da história, esmiuçando suas ações, mesmo as consideradas mais sutis, de afronta ao sistema escravista, os museus no geral têm demorado a incorporar tais transformações.



A penna de ouro, brilhantes e esmeralda com que a Princesa Isabel assignou a Lei Áurea.

Fig. 22 - Caneta com a qual a Princesa Isabel teria assinado a Lei Áurea, em 1888, exibida desde a primeira exposição do Museu Histórico Nacional, em 1922
Fonte: Fon-Fon, Rio de Janeiro, 1925 – Acervo Biblioteca Nacional

Cabe ressaltar que os instrumentos de suplício são testemunhos importantes sobre a barbárie da escravidão e das muitas violências que constituíram a nossa formação social. A falta de abordagens mais consistentes sobre o tema da escravidão nos museus do país demonstra uma enorme dificuldade da sociedade brasileira em enfrentar o seu passado, vislumbrando uma compreensão mais complexa do presente, que herdou e segue a perpetuar lógicas hierárquicas e excludentes, típicas de um Brasil que reduziu milhares de africanos a

condição de escravizados. Contudo, a forma como o tema da escravidão deve ser abordado reflete também as visões de mundo dos sujeitos implicados na constituição de representações sobre tal passado e de que modo ele se articula com o presente e o futuro. Assim, ainda segue em aberto a problemática de como se tratar tal período histórico, reconhecendo a polifonia de agentes e interpretações que devem ser contemplados.

No discurso que montou acerca da abolição, o Museu Histórico Nacional, muito timidamente demonstrava que a rebeldia sempre fez parte da vida dos cativos. Expunha, desde 1924 pelo menos, dois anúncios de fuga de escravizados, um datado de 1829 e outro de 1863. A sala dedicada à celebração da libertação mantinha a exclusão dos negros, alimentava o imaginário positivo em torno da elite imperial e reforçava o lugar de subordinação e passividade associado aos escravizados, tornando perene e negativa as suas presenças ausentes a partir dos instrumentos de suplício³⁶⁰.

Quanto ao abolicionismo cearense, cabe pontuar que a exposição apresentava um objeto que marcava tal aspecto: uma placa de metal, identificada no catálogo por Barroso como “Placa da Redenção da Cidade de Acarahú no Ceará, em 25 de abril de 1884. Procedência: Offerta da Biblioteca Nacional ao Archivo Nacional em 1910, transferida ao Museu Histórico em 1922.”. A placa, que será reproduzida na parte subsequente deste capítulo, marcava a libertação de mais uma cidade cearense, no contexto de avanço da campanha abolicionista com o objetivo de declarar toda a província território livre da escravidão.

Cabe registrar, contudo, que em 25 de abril de 1884 já havia acontecido o anúncio da abolição da escravidão em toda província e Acaraú foi declarada livre em 31 de janeiro do mesmo ano, conforme registrou o jornal *Libertador*³⁶¹ em seu Quadro de Luz, no qual informava o nome das cidades libertadas, a data em que ocorreu e o número de escravizados que possuía. Por algum motivo que não conseguimos localizar na documentação, a placa foi produzida com a data de 25 de abril, talvez a referência à cidade aludida seja equivocada ou algum ato ou cerimônia foi realizada nessa data, tendo a placa marcado o momento.

³⁶⁰ Diversos autores que têm se dedicado ao estudo das representações da população negra nos museus têm pontuado a presença dos instrumentos de suplício como um constante nas exposições. Os trabalhos têm evidenciado como tais exposições contribuem na obliteração de papéis históricos de destaque ocupados por sujeitos afro-brasileiros, estruturalmente invisibilizados, com apagamentos de trajetórias, sejam individuais ou coletivas. Por outro lado, diferentes exposições e museus contemporâneos têm feito frente a tais representações, buscando pôr em primeiro plano imagens positivas da população afro-brasileira e, notadamente, dando destaque às suas contribuições à história e cultura nacionais. Para maior detalhamento quanto ao tema, cf.: CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatro de Memórias, Palcos de Esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições museológicas. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 149-171, 2008; SANTOS, 2007, op. cit., p. 321-344.

³⁶¹ *Libertador*, Fortaleza, 25 de março de 1884, p. 1.

Diante do que temos exposto até aqui, cabe a pergunta: Barroso buscou a Jangada Libertadora com o objetivo de consagrar mais um herói em sua exposição dedicada aos notáveis da História Nacional? Pelas evidências indicadas pela composição da sala dedicada à Abolição e ao Exílio, tendemos a acreditar que não. A sua avaliação sobre ser a jangada uma “reliquia histórica” prendia-se muito mais à questão do acontecimento que ela representava – a abolição da escravidão no Ceará – do que propriamente à constituição de uma personificação do Dragão do Mar como um vulto notável a compor com outros notáveis nas galerias do MHN. Se o seu objetivo fosse marcar o nome de Francisco José do Nascimento na história nacional, ele poderia ter recorrido a outros expedientes, como procurar uma foto do abolicionista (caso de Luís Gama) ou mesmo outro objeto. Não foi o caso.

Apesar de exaltado como uma figura relevante da história cearense e nacional, o Dragão do Mar não teve um lugar especial na memória oficial do Brasil perenizada no MHN. A placa da cidade de Acaraú demonstra o interesse do diretor do Museu em não deixar passar tal aspecto de sua terra natal, mas, por outro, a ausência de maiores referências ao abolicionismo evidencia como o discurso da instituição passou ao largo de tal movimento, reservando pouco espaço à sua atuação, que foi tão importante para o desfecho de 13 de maio.

Assim como os escravizados, esquecidos e despersonalizados, presentificadas pela ausência, substituídos pelos instrumentos de castigo no lugar de outros registros materiais, o movimento abolicionista não encontrou na “Casa do Brasil” um espaço de perpetuação de sua ação política. Em alguma medida, assim como a jangada, a placa também não trazia inscrita em sua materialidade a imagem de um líder do abolicionismo, elemento a mais para crermos que a ação de procura promovida pelo diretor do MHN tinha por objetivo demarcar a importância do acontecimento do Ceará na história nacional, e menos de consagrar um novo herói da pátria na “Casa do Brasil”.

No lugar de tais sujeitos, que animaram uma campanha longa e contundente, a primeira em todo o país em torno de uma única bandeira, a exposição perpetuava e garantia um espaço protagonista à Princesa Isabel, representada por retratos e objetos pessoais, inclusive, pela famosa caneta com a qual teria assinado a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, bem como pela mesa em que teria pousado o histórico documento. O gesto da princesa, mais do que as ações e realizações do Abolicionismo, era elevado a elemento de destaque da narrativa histórica difundida pelo Museu.

Duas décadas após ter protagonizado a busca pela Jangada Libertadora, Gustavo Barroso voltaria ao tema, dessa feita voltando os olhos para o Dragão do Mar, buscando em suas memórias da infância os momentos em que conheceu o práctico-mor do Porto de

Fortaleza. Na documentação que consultamos relativa à década de 1920, não localizamos qualquer evidência que apontasse para uma convivência entre o diretor do MHN e o jangadeiro cearense abolicionista.

Em 1943, entretanto, Barroso publicou um texto intitulado “O Dragão do Mar”³⁶², no qual olhava para a sua infância em Fortaleza, pintando um retrato de Nascimento muito diferente da grande parte daqueles difundidos no mesmo período e mesmo antes. Em tom extremamente pessoal, o diretor do MHN apresentava um outro sujeito, o do tempo em que o conheceu na virada do século. Longe da imagem do jangadeiro heroico, consolidada ao longo dos anos, ele conectava diferentes facetas da vida de Francisco José do Nascimento, chamando atenção para o “Chico da Matilde”.

Iniciava o texto a partir de aspectos pouco usuais nos outros escritos sobre o personagem, demarcando aspectos da vida ordinária do Dragão do Mar: dizia Barroso que, quando “meninote”, Nascimento era a figura mais popular no bairro da Praia, em Fortaleza. Logo em seguida, passava a descrever a paisagem em que por tantas vezes viu o Prático-mor em suas idas e vindas, entre a Praticagem (que ficava na rua da Praia) e sua casa (no começo da rua da Alfândega). Indica que a casa de Nascimento era um “casarão antigo e assobradado” e que ele “Quase sempre andava só, raramente acompanhado” de seus outros colegas de trabalho (cita especialmente dois, Remígio e Constâncio).

O exercício de recordação de Barroso se atém até mesmo a aspectos aparentemente banais, como o jeito de caminhar de Nascimento, que o autor caracteriza como “cangueiro”, ou seja, “Caminhava de vagar, ‘cangueiro’, como se diz lá para as minhas bandas, isto é, de cabeça meia baixa, braços pendurados e gingando como ao galear dos navios no balanço da vaga.”³⁶³. Barroso apresenta um relato no qual Nascimento é tratado como um homem “comum”, sem grandes excepcionalidades, muito menos um “herói”.

Além disso, como em outros textos produzidos desde o século XIX, Barroso comentava o tipo físico do personagem rememorado: “Era gordo e forte, mulato bastante escuro, mas com o cabelo liso. Usava bigode curto e farto com a barba em pera, tudo quase branco.”. A imagem é de um homem de idade, que nem de perto relembra as descrições do Nascimento de 1884, caracterizado como um “caboclo” forte, robusto e imponente. Tanto em um caso, quanto em outro, as características físicas foram utilizadas em sintonia com a elaboração de um perfil que forjasse em paralelo a personalidade do jangadeiro. Em Barroso, um homem velho e gordo que nem de longe merecia ser chamado de “Dragão”. Nas

³⁶² A Manhã, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943, p. 4.

³⁶³ Idem, ibidem.

descrições que o exaltavam como uma figura heroica, o porte físico coadunava-se com os traços pessoais de bravura, destemor, coragem, dentre outros.

Além dos traços físicos, o autor abordou até o jeito de falar de Nascimento, afirmando que “Falava de mansinho e tinha nos olhos uma grande expressão de bondade. Sobre a vida pessoal, afirmava que “Não ia a parte alguma. Vivia retirado. De casa para a Praticagem. Da Praticagem para casa.”. Barroso dava acesso ao público à vida ordinária de um personagem cada vez mais mitificado, que passava a ser difundido como um exemplar tipo cearense, herói da abolição e da pátria. Demonstra em seu relato que o jangadeiro o marcou profundamente, visto a quantidade de detalhes que fornece sobre a vida pessoal e cotidiana de Nascimento, inserindo, inclusive, alguns dos seus hábitos pessoais: “Não bebia. Tomava um cafezinho no Floriano. Às vezes dava uma volta pela praia até o esborado cais dos Ingleses, as mãos nas costas, olhando os verdes mares bravios”.

Homem de vida simples, Nascimento, pelas lentes de Barroso, só tinha um único luxo, uma única vaidade, sobre a qual não “relaxava”, qual seja, “os dois galões de Primeiro Tenente honorário da Armada, de cadarço negro nas fardas de zuarte, dourados de flanela azul para a missa domingueira na Conceição.”. Ou seja, aos domingos Nascimento sempre estava fardado, orgulhoso de seu posto militar, outorgado desde a ascensão da República, como vimos anteriormente. Tal imagem marcou Barroso, que afirmava: “Uns dez anos o vi assim e me acostumei com sua figura no cinematógrafo da minha infância.”.

Após dedicar boa parte de seu texto a apresentar uma narrativa tão heterodoxa e pouco usual até aquele momento sobre o Dragão do Mar, o memorialista se voltou para a figura pública. Escreveu que ouvia falar que o Prático-mor que via toda semana de farda era uma “página viva da história da minha gloriosa e martirizada terra natal.”. Após rascunhar algumas linhas sobre a história do abolicionismo no Ceará, como o surgimento das associações, a greve dos jangadeiros, bem como o papel de chefe que teria exercido Nascimento, Barroso afirmava que, dos tempos da campanha, chegaram até ele algumas evidências de tais movimentos. Dizia que, até se fazer homem (ou seja, adulto), lia “numa loja de fazendas à rua da Boa Vista, hoje Marechal Floriano” o nome “O Libertador”, ou seja, a loja levava o mesmo nome do antigo jornal publicado pela Sociedade Cearense Libertadora. Afirmava ele que “Esse letreiro e a figura do prático-mór eram os vestígios que até mim chegaram entre 1898 e 1908 do grande movimento iniciado em 1880 e terminado em 1884, quatro antes da Abolição total, quando já não havia mais escravidão na Terra da Luz.”.

Ao lembrar do Dragão do Mar, Gustavo Barroso não se esqueceu da Jangada Libertadora: dedicou um parágrafo para contar a trajetória da embarcação, falando da doação ao Museu Nacional em 1884 e do desaparecimento no Museu Naval. Sublinhou que a jangada

de Nascimento havia sido a primeira a singrar as águas da Guanabara, se referindo também às medalhas cunhadas durante as comemorações da Abolição e que compunham a coleção do Museu Histórico Nacional.

Antes de finalizar o seu exercício mnemônico, o autor, que durante todo o texto havia apresentado um Nascimento pouco usual, não deixou de questionar o título outorgado ao prático na época da campanha abolicionista:

O título exagerado de “Dragão do Mar”, dado nos estuos [sic] apaixonados do entusiasmo libertador, não pegou. O povo não poderia aplica-lo ao velhote cangueiro e gordo, de pera branca, para lá e para cá todos os dias na rua da Praia ou segurando calmamente a cana do leme do escaler vermelho da Praticagem. Ele de dragão não tinha nada. A alcunha dos dias de glória voou-lhe dos ombros como uma capa mal atada que o vento leva.³⁶⁴

Já adulto e volvendo ao passado, o autor considerava o cognome um exagero. Como poderia aquele “cangueiro” ser assim designado? Aparentemente, na virada do século, quando Barroso conviveu com Nascimento, a aura heroica com que havia ele sido consagrado na época da campanha abolicionista não pairava mais sobre o prático-mor. Barroso afirma que o título “nem lhe ficava bem” e que os seus colegas de trabalho no porto de Fortaleza, catraieiros, jangadeiros, capitânias, dentre outros, acostumados ao convívio com a figura, “ignoravam completamente que fosse o tal ‘dragão e, se algum ouvia relembrar o episódio libertador, pensava tratar-se de outra personagem.”.

Nesse sentido, é sintomático que a narrativa de Barroso coincida com a situação descrita por Edmar Morél, que afirma que Nascimento morreu esquecido e pouco reconhecido por sua atuação na campanha abolicionista³⁶⁵. A elaboração da imagem do herói jangadeiro foi bastante eficaz na época da campanha, especialmente quando o Dragão do Mar foi ao Rio de Janeiro. Contudo, voltando a Fortaleza, parece que o seu papel foi obscurecido na memória social da cidade, nos primeiros anos do século XX.

Diante disso, é importante apontar, como tentamos demonstrar nos capítulos anteriores, como Francisco José do Nascimento, após sua morte, foi objeto de inúmeros trabalhos de memória, especialmente a partir dos anos 1920. Os trabalhadores do mar e seus sindicatos e associações, os familiares do abolicionista, intelectuais, dentre outros agentes, foram responsáveis por recuperar a sua trajetória, chegando ao ponto de, em 1949, Edmar Morél dedicar-se a escrever a sua história, publicando o livro *Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição*, marco na difusão da biografia do “homem da plebe”, como o denominava seu biógrafo.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

³⁶⁵ MORÉL, 1949, op. cit., p. 205.

Tratamos aqui principalmente dos anos 1920 e 1940, quando a Jangada Libertadora foi retomada enquanto tema de museu. Contudo, tanto nas décadas de 30 quanto na de 40, Francisco José do Nascimento foi tema de diversos escritos e homenagens. Tal percurso de construção e consolidação da imagem do “herói jangadeiro” da “Terra da Luz” foi objeto de pesquisa da historiadora Patrícia Xavier, que se debruçou principalmente sobre o contexto cearense, mapeando os agentes, instituições e contextos nos quais o “Dragão do Mar” foi celebrado enquanto figura emblemática do Ceará³⁶⁶. Em alguns momentos, nossa pesquisa se intersectou com o estudo aludido da historiadora, demonstrando que o processo social de produção de uma memória acerca do jangadeiro não ocorreu de forma isolada em termos territoriais, mas agentes sociais situados tanto no Ceará quanto em outros estados estiveram em conexão, difundido a história de vida do abolicionista.

Dos museus às associações de classe, dos jornais aos periódicos de museu, uma rede social complexa e multifacetada possibilitou a reabilitação do Dragão do Mar no imaginário cearense e nacional, desde os anos 1920 até a contemporaneidade. A trajetória da Jangada Libertadora esteve diretamente atrelada a tais processos, em que o jangadeiro e o objeto símbolo da abolição foram ora recuperados, ora silenciados. Desde o Museu Nacional, passando pelo Naval e pelo Histórico Nacional, o objeto musealizado despertou diferentes posicionamentos, esteve inserido em diversas lógicas valorativas e foi visto e significado em diálogo com as questões de cada tempo, com os anseios e visões de mundo de cada um dos sujeitos implicados na trama que faz da musealização um processo, movimento e dinâmica que se entrelaça com as estruturas sociais e políticas de cada momento.

Gustavo Barroso foi mais um dos agentes atuantes na cadeia de ressignificação da Libertadora no século XX. O entrelaçamento entre as suas vivências na infância, a busca pelo objeto para figurar no museu que dirigia, são todos indícios que demonstram como a trajetória dos bens culturais musealizados são ricas e densas em termos de mediações, subjetividades e acentos pessoais, muitas vezes obscurecidos sob o manto da institucionalidade. Em 1923, a partir de uma carta de Oyama Brígido Bastos, parente de Francisco José do Nascimento, Barroso usou do posto que ocupava para procurar e solicitar a transferência da jangada ao Museu Histórico, agora transformada em importante relíquia da pátria.

Frustrado em suas pretensões, Barroso só pode lamentar o desaparecimento do objeto. Esse constituía, em sua visão, uma via fundamental para trazer à lembrança da nação os gestos do seu estado natal que, quatro anos antes de 1888, havia libertado os seus escravizados. A embarcação representava, assim, uma ponte simbólica entre os heroísmos

³⁶⁶ XAVIER, 2010, op. cit., passim.

do passado e os do presente, conectava ações e historicidades que deveriam ser explicitadas no museu dedicado à história nacional.

Mas, para além da incorporação física do objeto ao acervo do museu, outras estratégias possibilitaram a inserção da abolição cearense ao discurso da instituição. Assim que, na ausência da Jangada Libertadora, outras evidências presentificaram os acontecimentos que ela em tese testemunhava. A existência de objetos e documentos no acervo do MHN viabilizou a escrita de um artigo que buscou recuperar e divulgar a trajetória do bem musealizado, caracterizando assim uma outra via que viabilizava a continuidade do processo de ressignificação do símbolo cearense.

Imortalizada no “museu em tinta e papel”, expressão utilizada pelo historiador José Neves Bittencourt³⁶⁷ em reflexões sobre os *Anais do Museu Histórico Nacional*, buscaremos a seguir caracterizar e analisar o artigo “A Jangada Libertadora: uma relíquia desaparecida”, de autoria da conservadora de museu Nair de Moraes Carvalho. Buscaremos compreender como a escrita de um artigo pode ser tomada como uma *estratégia de musealização*, a partir das práticas de pesquisa, comunicação e preservação desenvolvidas nos museus, atando diferentes percursos que fazem com que bens musealizados sejam constantemente ressignificados e reinseridos em dinâmicas memoriais e patrimoniais.

Através do conceito “estratégia de musealização”, pretendemos situar como tal dispositivo do universo dos museus é utilizado por agentes sociais, em diferentes tempos e espaços, de modo a garantir a preservação física e informacional de um dado objeto (material ou imaterial), a partir de ações tanto científicas (especialmente as atividades museológicas típicas, como pesquisa, comunicação, conservação, documentação, educação, etc.), bem como outras operações socialmente referenciadas, que objetivam fazer com que se prolongue, no tempo e no espaço, a existência de uma dada referência cultural, transformada em patrimônio (seja ele outorgado por instância oficial ou não).

Perscrutar as estratégias que lançam os sujeitos atuantes no campo museal e fora dele permite-nos acompanhar os gestos e mediações que possibilitam a fabricação da museália, entendendo o processo de musealização como prática e reflexão que não se restringe exclusivamente a certas esferas nem mesmo a certos atores sociais, mas que se realiza no encontro entre diversas intensões e subjetividades. Da incorporação de um objeto a um museu até a produção de documentos que registrem certo aspecto da realidade que se pretende preservar, musealizar implica em recorrer a diversos expedientes que variam de contexto para contexto. Compreender as especificidades de cada momento, bem como as

³⁶⁷ BITTENCOURT, José. Um museu em tinta em papel: Os Anais do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 36, 2004, p. 181-202.

estratégias utilizadas pelos agentes, são vias possíveis para acessar a complexidade dos percursos de objetos culturais, materiais e intangíveis, em seu devir patrimonial.

3.4 No “museu em tinta e papel”: sobre uma estratégia de musealização

Assim que criada, a publicação *Anais do Museu Histórico Nacional* se converteu no principal mecanismo de disseminação do que era desenvolvido pelo Museu Histórico Nacional, formalizando uma importante estratégia no processo de institucionalização de um perfil de pesquisa direcionada ao estudo da história e da arte, a partir de bens musealizados. Nos domínios da escrita, eram criados códigos e convenções que tinham por objetivo dar substância e características especiais aos acervos colecionados, nos quadros de um exercício de interpretação e ordenação de segmentos heteróclitos do patrimônio, valorados como representativos do nacional.

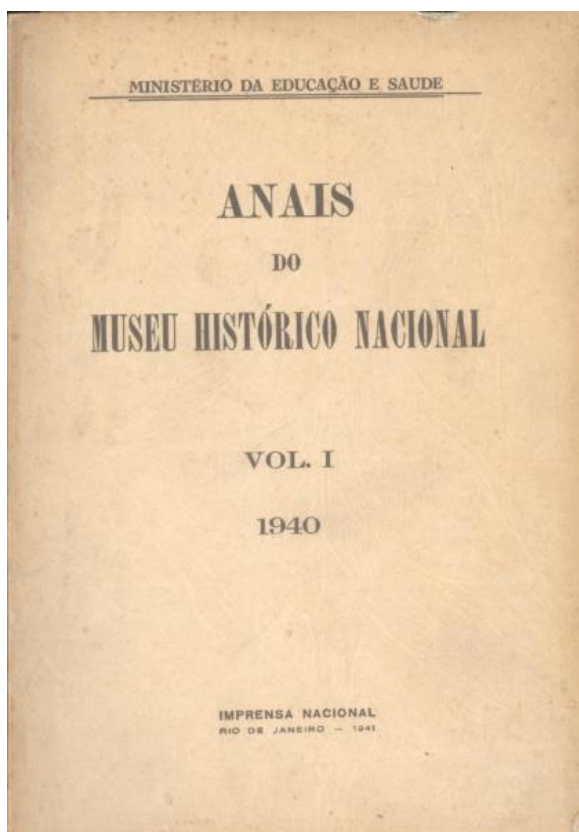


Fig. 23 - Capa do volume I dos Anais do Museu Histórico Nacional, 1940

Os textos guardam significativas referências sobre como eram avaliados os objetos materiais, adjetivados e valorados a partir de categorias como “antigo”, “histórico”, “artístico”, “relíquia”, etc., assim como acerca dos conhecimentos e das práticas cotidianamente postas

em ação pela equipe de conservadores no desempenho de suas funções, sendo, com isso, importante fonte para a compreensão não só do que se entendia por Museologia, mas de que modo essa ciência era operacionalizada naquele contexto e de quais interfaces disciplinares e perspectivas orientavam os processos de musealização empreendidos.

Por outro lado, a publicação também fora utilizada por Gustavo Barroso e seus colaboradores para registro do que era vocalizado pelo grupo no campo dos museus e do patrimônio nacional, principalmente a partir da produção de documentários escritos, nos quais as ações empreendidas pelo Museu eram postas em evidência, organizando assim uma memória institucional que consagrava o próprio diretor e a instituição por ele gerida³⁶⁸. Essas razões, dentre outras, formam as múltiplas camadas de intencionalidades que permeiam as publicações institucionais, as quais não devem ser ignoradas nas análises que tomem tal universo de fontes como objeto de crítica documental.

Desde o final do século XIX, os museus latino-americanos, no geral, e os brasileiros, em específico, vinham investindo na criação de periódicos, de modo a difundir as produções de seus pesquisadores, visando inseri-los na rede regional e mundial de circulação de conhecimentos científicos e de informações sobre coleções, conforme aponta Maria Margaret Lopes. A autora informa ainda que:

[...] manter e conservar museus científicos na transição para o século XX, significava necessariamente explorar, coletar, classificar, intercambiar e fundamentalmente publicar. E a essas tarefas, como em todos os museus do mundo, também se dedicaram as instituições latino-americanas. E no seu desempenho, formaram-se significativas redes de intercâmbios no interior do continente.³⁶⁹

Nesse período foram criadas as primeiras revistas de museu no Brasil: os *Archivos do Museu Nacional* (em 1876), o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* (em 1894³⁷⁰) e a *Revista do Museu Paulista* (em 1895)³⁷¹. Não por acaso, as três mais

³⁶⁸ Oliveira pontua que: “Uma análise inicial dos artigos dos Anais do Museu Histórico Nacional, ainda por ser feita de forma exaustiva, demonstra que a publicação foi utilizada em muitas ocasiões como recurso pelo próprio Barroso, no sentido de esclarecer divergências intelectuais bem como no sentido de reclamar para si a autoria de determinadas idéias ou projetos. Obviamente uma tentativa de buscar o reconhecimento pela sua atuação no meio intelectual carioca, onde Barroso sentia-se, freqüentemente, como alvo de injustiças por parte de seus pares.” In: OLIVEIRA, 2003, op. cit., p. 16.

³⁶⁹ LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do Século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. *Interciencia*, Caracas, vol. 25, n. 5, agosto, 2000, p. 230.

³⁷⁰ Por sinal, vale registrar que foi provavelmente o *Boletim do Museu Paraense* uma das primeiras publicações no Brasil a inserir o termo “museologia” em um texto sobre o universo dos museus. A palavra foi utilizada em uma resenha que apresentava a recém-criada *Revista do Museu Paulista*, na seção “Bibliographia”, quando o autor se referiu às temáticas abordadas na publicação de São Paulo. Assinado com a letra G, ao que tudo indica relativa à Goeldi, o diretor da instituição, o suíço Emílio Goeldi. Cf. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*. Parte Administrativa. I. Fasc. 1, v. 2, 1897.

³⁷¹ CONSIDERA, Andrea Fernandes. Produção do conhecimento nos museus brasileiros entre 1876 e 1932. In: *II Semana PROCAD PUC Goiás/UnB - IV Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História*, PUC/UnB/UFG, Goiânia, 2011, p. 3.

importantes e emblemáticas instituições museológicas do país criadas no oitocentos, juntamente com o Museu Paranaense. Segundo analisa Bittencourt, os periódicos

[...] expressavam as instituições de que era[m] parte integrante, ou seja, museus enciclopédicos, cuja maior preocupação era classificar corretamente os objetos das coleções – geralmente itens referentes a zoologia, botânica, arqueologia, antropologia e etnografia. A questão da preservação dos objetos não estava em pauta e nunca fez parte das preocupações da maioria, senão da totalidade, dos naturalistas que constituíam as equipes dessas instituições.³⁷²

Assim, o surgimento dos *Anais do Museu Histórico Nacional* dava continuidade a uma tradição no âmbito da divulgação científica praticada pelos museus, mas se diferenciava pelas temáticas que compareciam em suas páginas.

Com efeito, se até meados do século XX os periódicos abordavam principalmente questões dos campos das Ciências Naturais, o MHN povoou sua revista com estudos voltados às Ciências Históricas (nas quais podemos inserir àquelas identificadas como “ciências auxiliares da história”, que, a rigor, constituíram o coração dos estudos museológicos praticados na instituição). Também incorporou uma preocupação pioneira com a identificação, classificação, análise e preservação de objetos valorados como históricos e artísticos, no âmbito dos quais se incluíam novos temas que começavam a despontar no cenário museal a partir dos anos 1940, como o papel educativo e cultural dessas instituições.

“*A Jangada Libertadora: Uma relíquia desaparecida*”, de Nair de Moraes Carvalho, que veio a público no primeiro volume da revista, segue até a atualidade como uma das poucas referências bibliográficas sobre a história desse objeto. Pautando um levantamento de documentos que desvelasse a trajetória da embarcação, a autora evidenciava em seu escrito o circuito museal e histórico percorrido pelo objeto, a partir da compilação e organização de informações disponíveis no acervo do Museu Histórico Nacional, fazendo com que fosse caracterizada a importância dos jangadeiros no movimento pela emancipação dos escravizados no Brasil.

³⁷² BITTENCOURT, 2004, op. cit., p. 183.



Fig. 24 - Nair de Moraes Carvalho (1914-2018), Nova York, 1946

Fonte: Coleção Nair de Moraes Carvalho, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/UNIRIO)

Nair de Moraes Carvalho nasceu em Salvador – Bahia, em 27 de junho de 1914, tendo se mudado para o Rio de Janeiro aos 12 anos de idade³⁷³. Nessa cidade, formou-se em 1936 no Curso de Biblioteconomia, mantido pela Biblioteca Nacional, bem como no Curso de Museus do MHN, como primeira aluna de sua turma. Em 1937, foi nomeada interinamente para o Museu Histórico Nacional, vindo a ser efetivada mediante concurso prestado entre 1939-1940, no primeiro certame realizado pelo DASP para conservador de museu. A partir de 1940, passou a atuar como efetiva no MHN, tendo sido secretária do Curso de Museus bem como sua primeira coordenadora (a partir de 1944), dedicando-se a essa função até 1967.

³⁷³ Nair de Moraes Carvalho faleceu poucos dias após a defesa desta dissertação, no dia 7 de outubro de 2018, na cidade de Salvador, com 104 anos de idade.

Também atuou como professora do Curso, na cadeira de Escultura, a partir de 1945, assim como nas funções de vice-diretora e diretora substituta do museu em diversos períodos³⁷⁴.

O artigo marcou a estreia de Carvalho no âmbito da sua produção escrita sobre museus, que se estenderia em diversas outras contribuições divulgadas a partir dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, bem como em livros. A autora foi uma das pioneiras na Museologia brasileira ao abordar o tema educação em museus, com seu trabalho “Papel educativo do Museu Histórico Nacional”³⁷⁵, referência na história do pensamento museológico no país.

Ao escrever sobre a jangada e as razões que faziam dela uma importante “relíquia” da história do Brasil, pois símbolo da luta contra a escravidão, a conservadora antecedeu em alguns anos a construção de uma memória sobre o movimento abolicionista no interior dos museus brasileiros³⁷⁶. A rigor, trata-se do único estudo publicado na primeira fase³⁷⁷ dos *Anais* que focaliza tal tema, com outro diferencial: o de personalizar e atribuir o papel de protagonista a uma liderança negra³⁷⁸, no caso, o jangadeiro Francisco José do Nascimento.

Apesar disso e diferentemente de outros trabalhos divulgados no periódico institucional, em que o estudo de objetos convivia com um profundo interesse por biografar personalidades, a trajetória do Dragão do Mar, o proprietário da Jangada Libertadora, não foi esmiuçada no artigo de Nair, que se resumiu a indicá-lo como uma importante liderança no episódio da greve dos jangadeiros. Estava em tela muito mais o objeto em si e as vicissitudes de sua história (portanto, o contexto em que esteve inserido) do que o personagem a ele associado, que ficou em segundo plano na narrativa produzida.

³⁷⁴ SÁ, Ivan Coelho; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007, p. 38.

³⁷⁵ CARVALHO, Nair de Moraes. Papel educativo do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 8, 1947, p. 18-30.

³⁷⁶ No panorama museal brasileiro, somente nos anos 1950, mais precisamente em 1957, foi criado um museu federal dedicado ao tema da Abolição, designado Museu da Abolição e sediado no Recife (PE). A inauguração da instituição, que era vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e atualmente gerido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), contudo, só ocorreu em 1983. Além disso, cabe pontuar a criação do Museu do Negro em 1969, fundado e mantido pela Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, localizado na igreja administrada pela irmandade no centro do Rio de Janeiro. O colecionamento de objetos ligados à escravidão e ao movimento abolicionista situa essa instituição como uma das pioneiras a se dedicar à preservação de uma memória acerca da temática no Brasil. Estamos aqui excluindo desse universo as experiências museais do abolicionismo, haja vista que elas foram efêmeras e descontinuadas. Apesar disso, faz-se importante a realização de mais pesquisas para averiguar o destino que tiveram os objetos colecionados no período da campanha abolicionista, conforme tivemos oportunidade de abordar na introdução desta dissertação, a fim de analisar se elas não foram incorporadas por museus criados no século XX. Cf. <http://museudaabolicao.museus.gov.br/museu-da-abolicao>. Acesso em: 25 fev. 2018; http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=40:museu-do-negro. Acesso em: 25 fev. 2018.

³⁷⁷ A primeira fase tem início em 1940 com a publicação do primeiro volume e vai até 1975, quando veio a lume o volume de número 26, momento em que foi interrompido o fluxo editorial. A instituição retomou a revista em 1995, mantendo regularidade na publicação até a atualidade.

³⁷⁸ A identificação do Dragão do Mar enquanto afrodescendente ou negro não é explicitado no artigo de Carvalho, portanto, há um silenciamento sobre a origem ou pertencimento étnico-racial do sujeito histórico abordado.

Pesquisas acadêmicas recentes³⁷⁹, que têm focalizado a biografia de Francisco José do Nascimento, abordam, mesmo que perifericamente, a doação da embarcação a ele pertencente ao Museu Nacional, em 1884, e o subsequente desaparecimento da peça na virada do século, sem mencionar, contudo, as interlocuções de Gustavo Barroso a fim de recuperá-la para compor as exposições do Museu Histórico Nacional. Além disso, tudo indica que foi o artigo de Carvalho o meio responsável por disseminar a informação sobre o sumiço do artefato, isso porque, a partir dos anos 1940, tal aspecto passou a compor os textos que foram divulgados sobre o tema³⁸⁰.

Na investigação que realizou, Nair de Carvalho trilhou o percurso metodológico que Bittencourt caracterizou como “tríade mítica”, presente no tipo de pesquisa desenvolvida pelos conservadores do MHN, ou seja, operações nas quais os técnicos especializados visavam decodificar ou ler um objeto ou coleção segundo três aspectos, fundamentalmente: localizar e situar o(s) possuidor(es) do(s) artefato(s) estudado(s), o fato histórico ao qual estava conectado e a época em que esteve inserido. Assim, no caso em tela nessa pesquisa e seguindo o traçado delineado pela autora, o possuidor era Francisco José do Nascimento (alinhado Dragão do Mar); o fato histórico a abolição da escravidão e, mais precisamente, a abolição na província do Ceará; e, por fim, a época, a década de 80 do século XIX, estendendo-se até o início do século XX.

Não foi possível aferir se algum motivo em especial moveu a autora ao tomar tal objeto como tema de um estudo, assim como é difícil precisar com exatidão o momento no qual o artigo foi redigido, tendo em vista que o primeiro número dos Anais, publicado em 1941, era relativo ao ano de 1940 e, portanto, o trabalho pode ter sido produzido em um ano ou outro, bem como antes. Contudo, vale destacar um trecho, em que a conservadora afirma que

Organizando o arquivo de documentos da Diretoria do Museu Histórico Nacional, fundado em agosto e inaugurado em outubro de 1922, encontramos alguns documentos interessantes sobre a preciosa relíquia.

Os documentos citados constituem o corpus informativo utilizado pela autora como fontes na reconstituição da trajetória da Jangada, quais sejam: um recorte do Jornal *Pedro II*,

³⁷⁹ Caso da dissertação da historiadora Patrícia Pereira Xavier, intitulada “O Dragão do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)”, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2010, já referido neste trabalho, e publicado como livro em 2011, com o título “Dragão do Mar: A construção do herói jangadeiro”, já em 2ª edição.

³⁸⁰ É o caso da única biografia escrita sobre o Dragão do Mar, intitulada “Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição”, de autoria do jornalista Edmar Morél, publicada em 1949. Uma das partes do livro é dedicada a tratar da doação da jangada ao Museu Nacional. Não é possível ignorar, entretanto, que os textos publicados por Barroso e que analisamos na parte anterior deste capítulo, tenha exercido papel importante na difusão da informação do destino do objeto.

publicado em Fortaleza – CE, datado de junho de 1884³⁸¹ e ofícios trocados entre o diretor do MHN e o diretor do Museu Nacional, Arthur Neiva, em 1923, que analisamos anteriormente. Além desses, outros documentos reforçavam esse conjunto: duas medalhas e uma placa de metal, assim como a documentação do extinto Museu Naval³⁸².

Se não é possível afirmar categoricamente o que motivou a produção do artigo, a pista sobre a organização do arquivo é importante, pois, no momento de preparação dos Anais, Barroso certamente solicitou aos conservadores manuscritos que versassem sobre as atividades que desenvolviam no museu, em andamento ou concluídas. Desse modo, é provável que Nair de Carvalho, ao organizar os documentos da direção, tenha sido atraída pela história um tanto curiosa da Jangada e dos caminhos e descaminhos que levaram ao seu desaparecimento entre fins do século XIX e início do XX. Outra leitura possível é que Barroso a tenha incentivado pessoalmente, haja vista tratar-se de um tema relativo à história de sua terra natal³⁸³.

Ao se dedicar ao tema da abolição no Ceará, a conservadora não estava isolada no movimento de construção de uma memória sobre os acontecimentos que tomaram a então província no início dos anos 1880, como temos visto até aqui. Desde a década de 1920 e, com mais intensidade a partir dos anos 1930, diversas atividades, como comemorações, artigos de jornais, festejos, publicações, dentre outras, buscaram rememorar o feito cearense que teria se antecipado ao restante do país ao libertar sua população escravizada. A produção dessa memória, por outro lado, trouxe mais uma vez à tona o papel de Francisco José do Nascimento e dos jangadeiros em tal processo³⁸⁴.

A historiadora Patrícia Xavier, em dissertação na qual analisa a construção de narrativas e memórias acerca do Dragão do Mar, especialmente no século XX (1934-1958), destaca que em 1934, durante o cinquentenário da abolição da escravidão no Ceará, as comemorações serviram como um “[...] momento de exaltar os feitos pretéritos, operando uma

³⁸¹ Como vimos anteriormente, o recorte foi enviado ao Museu Histórico Nacional em 1923, pelo escritor cearense Oyama Brígido Bastos.

³⁸² Conforme Carvalho, o Museu Naval foi extinto por decreto do governo provisório em 14 de janeiro de 1932. O acervo, assim como a documentação a ele relativa, como livros de registro e outros, foi incorporado ao Museu Histórico Nacional. Cf. CARVALHO, 1940, op. cit., p. 127.

³⁸³ Além disso, cabe pontuar a viagem realizada em 1941 pelos jangadeiros cearenses Jacaré, Tatá, Manuel Preto e Jerônimo à capital do país, com o objetivo de reivindicar direitos trabalhistas. O evento, conhecido por *raid* da Jangada São Pedro, marcou um novo ciclo de articulações dos jangadeiros com vistas à obtenção de atenção do Estado para as necessidades dos trabalhadores do mar. Nesse contexto, assim como no de viagens anteriores e posteriores, a figura do Dragão do Mar foi rememorada como um elo a atacar protagonismos do passado e do presente. Talvez tal circunstância tenha despertado o interesse da conservadora para um olhar mais atento para a Jangada Libertadora, é mais uma possibilidade que a escassez de fontes nos impede de afirmar categoricamente. Para uma análise detalhada sobre a viagem dos jangadeiros, cf. ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro: Pescadores, Estado Novo e Lutas por Direitos**. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.

³⁸⁴ XAVIER, 2010, op. cit., passim.

ligação entre o presente, o passado e o futuro.”³⁸⁵. Naquele ano, na cidade de Fortaleza, diversas ações visaram recordar o feito de 25 de março de 1884, escolhido como data magna³⁸⁶ do Estado, na qual foi declarada extinta a escravidão na província:

A data de 25 de março foi sendo lembrada ao longo dos anos por intelectuais que participaram ativamente da campanha abolicionista, bem como por decretos e leis estaduais que procuraram regulamentá-la, tornando as comemorações responsabilidade não apenas de um grupo de ex-abolicionistas, mas de toda a sociedade, a qual deveria cultuar o dia e os personagens envolvidos com a efeméride. O clímax da comemoração da “data magna” do Ceará foi, sem dúvida, o momento do cinquentenário em 1934. No entanto, a data esteve presente no calendário de feriados cearenses desde a proclamação da República, passando por lembranças e esquecimentos.³⁸⁷

As comemorações do cinquentenário³⁸⁸ serviram como o momento ideal para uma reelaboração do passado, no qual a cobertura jornalística através da imprensa local desempenhou um importante papel. Especialmente através das páginas do jornal católico *O Nordeste*, o mesmo que no ano de 1923 serviu à publicação de Oyama Brígido Bastos, visou-se solidificar certas versões históricas por meio de entrevistas com pessoas que participaram do movimento abolicionista, estabelecendo uma “verdade”³⁸⁹ sobre os acontecimentos em destaque naquele momento, bem como acerca dos personagens atuantes no cenário das agitações pela libertação³⁹⁰, dentre eles o Dragão do Mar, sobre o qual Xavier afirma que:

[...] a consolidação da imagem do Dragão do Mar, enquanto símbolo da greve dos jangadeiros, não foi um processo sem disputas, pelo contrário, foi um processo que envolveu questionamentos sobre quem merecia, de fato, o posto de herói.³⁹¹

[...] A memória acerca de quem havia sido o grande herói da greve dos jangadeiros não foi um processo ameno. As contendas sobre os detalhes do passado, quem, como e quando, eram importantes para a definição de um tipo, que, por suas ações, deveria ser rememorado e glorificado. Mais que isso, os personagens que lembravam ou definiam quem deveria ou não ser eleito como herói estavam travando uma disputa que não ficava restrita aos

³⁸⁵ Idem, ibidem, p. 17.

³⁸⁶ O 25 de março foi declarado feriado estadual no Ceará em 28 de fevereiro de 1890, por determinação do governo estadual, tendo à frente João Cordeiro como principal articulador, que atuou ativamente no movimento abolicionista local. Idem, ibidem, p. 19-20.

³⁸⁷ Idem, ibidem, p. 27.

³⁸⁸ As comemorações envolveram a realização de diversas atividades, organizadas por instituições como: o Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará (IHGCE), entidade criada em 1887 e que fora imprescindível à produção de uma historiografia cearense, inclusive sobre o tema da abolição, haja vista que vários dos seus membros foram atuantes na campanha pelo fim da escravidão; atividades pedagógicas, no âmbito da instrução pública, especialmente nas escolas; eventos promovidos por associações sindicais, dentre outras. Idem, ibidem, p. 17-56.

³⁸⁹ Xavier analisa que “Existe um narrador que parece possuir um lugar ‘sagrado’ diante das várias autoridades que durante as festas cívicas se manifestaram escrevendo sobre os ‘gloriosos’ dias em que o Ceará libertou seus escravos. O testemunho de quem presenciou os fatos com os próprios olhos parece estar revestido de uma aura inquestionável. Os sobreviventes da campanha abolicionista no Ceará foram considerados pelas instituições que organizaram as solenidades verdadeiros baluartes”. Idem, ibidem, p. 30

³⁹⁰ Idem, ibidem, p. 29-30.

³⁹¹ Idem, ibidem, p. 31-32.

fatos do passado, mas estavam relacionados também às alterações políticas vivenciadas pelo presente de quem recordava.³⁹²

Nas disputas em tela em 1934, a historiadora alude principalmente à outra figura presente na greve dos jangadeiros e que teria sido negligenciada na memória histórica sobre a Abolição no Ceará: tratava-se de José Napoleão, jangadeiro, ex-escravizado, que teria alcançado a alforria através do seu próprio trabalho e sobre o qual dedicamos algumas linhas no capítulo 2. O papel de Napoleão foi retomado por meio das lembranças de Isaac do Amaral³⁹³ que, em entrevista ao jornal *O Nordeste*, publicada em 24 de março de 1934, declarou que:

[...] tivemos como principal mentor dos jangadeiros, o liberto Antonio José Napoleão, caráter adamantino de abolicionista, e de altruísmo fora do comum...Mas era de tal modéstia, que ninguém o pôde fazer líder oficial da classe marítima, em cujo meio se tornou venerado. Dizia-nos sempre: “Para esse lugar seus moços, só um home novo e forte como o Chico da Mathilde, que é também jangadeiro, muito sério e amigo dos colegas na praia... Daí nasceu a escolha deste,...bem dizendo esta (a Libertadora) o novo concurso, porque Nascimento entregou-se com devotamento ao seu papel de chefe da grande classe praieira, tornando-se acatadíssimo, graças a sua força moral.”³⁹⁴

Apesar da lembrança de Napoleão³⁹⁵, nesse contexto e em outros, não foi constituída em torno desse personagem a mesma aura que até a atualidade envolve o Dragão do Mar. Analisando tal passagem, Xavier destaca ainda o papel que Francisco José do Nascimento exerceu no contexto do movimento abolicionista cearense, pois até sua adesão à causa

[...] o movimento era comandado pelas elites brancas letradas. Faziam parte dele: médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes. Antes da entrada do humilde jangadeiro, não havia, em sua diretoria, um só trabalhador braçal, muito menos um membro negro. Chico da Matilde, apesar da sua “cor escura”, ou talvez por conta dela, ganhou prestígio entre os sócios da Libertadora Cearense.³⁹⁶

Ou seja, com a entrada de Nascimento, a principal sociedade abolicionista local, a Sociedade Cearense Libertadora, ganhava tanto em legitimidade quanto em penetração popular, tendo por isso mesmo conseguido realizar aquele que é até a atualidade considerado um de seus mais importantes feitos: a greve dos jangadeiros que, em 1881, se recusaram a

³⁹² Idem, *ibidem*, p. 61.

³⁹³ Conforme Xavier, Isaac do Amaral “[...] era irmão de José do Amaral (um dos fundadores da primeira sociedade abolicionista do Ceará, a Perseverança e Porvir) e viveu sua juventude envolvido com o movimento abolicionista até o seu desfecho em 1884, tornando-se um dos diretores da Sociedade Cearense Libertadora.” Idem, *ibidem*, p. 30.

³⁹⁴ JORNAL O NORDESTE, Fortaleza, CE, 24/03/34. p. 5. apud XAVIER, 2010, op. cit., p. 32.

³⁹⁵ Para uma análise metódica das controvérsias sobre a participação e os papéis de José Napoleão e de Francisco José do Nascimento na greve dos jangadeiros, bem como sobre o processo de construção de memórias sobre esses eventos na primeira metade do século XX, cf. Xavier, 2010, op. cit., p. 57-66.

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 34

realizar o embarque de escravizados para serem vendidos nas províncias do Sul, por meio do tráfico interprovincial, amplamente praticado desde a proibição do tráfico atlântico, em 1850³⁹⁷.

Com a greve, como vimos no capítulo anterior, Nascimento, que à época era prático no porto de Fortaleza, notabilizou-se como liderança do movimento pela abolição e como tal viajou até o Rio de Janeiro em 1884, sendo na Corte recebido com grandes festividades que visaram marcar e celebrar o feito da libertação no Ceará. Assim é que a “Jangada Libertadora” passou a figurar como um símbolo da luta pelo fim da escravidão, representando a atuação dos jangadeiros e a coragem das suas ações ao fecharem o porto ao tráfico, motivando sua doação ao Museu Nacional, com o objetivo de perpetuar a memória dos acontecimentos e do movimento libertador.

Nair de Carvalho iniciou sua narrativa justamente situando o tema da abolição, ao afirmar que “Foi o Ceará a primeira província do Império Brasileiro a libertar seus escravos. Disso lhe veio o glorioso apelido de Terra da Luz, dado por José do Patrocínio.”. Esboçando uma contextualização, a conservadora alude ao tráfico interprovincial e à atuação dos trabalhadores do porto. Em suas palavras,

Como o movimento abolicionista no Ceará tomasse grande desenvolvimento, os proprietários de escravos procuravam embarca-los para outras províncias, onde os vendiam. Opuseram-se a isso os marítimos do porto de Fortaleza, em 1881, capitaneados pelo jangadeiro Francisco do Nascimento, cognominado Dragão do Mar. Nesse tempo, os embarques naquele porto eram efetuados em jangadas, e Nascimento, o mestre Chico, como lhe chamavam os companheiros, foi o primeiro a recusar o transporte de negros na sua primitiva embarcação. Essa atitude provocou acesa campanha contra os abolicionistas e a prisão e processo de vários membros da “Sociedade Libertadora” sob a acusação de incitarem a fuga e o roubo de escravos. Foram, porem, absolvidos pelo júri.³⁹⁸

A conservadora atribui ao Dragão do Mar o primeiro gesto contrário ao embarque de cativos no porto³⁹⁹, o que teria motivado o levante e estourado a subsequente greve dos trabalhadores do porto. Tal papel pioneiro, como visto acima, foi inicialmente exercido por Napoleão, conforme algumas versões da história, o que não comparece no artigo de Carvalho, muito provavelmente em decorrência do fato de que Napoleão não constava das fontes consultadas por ela. Os jornais, principalmente, constituíram um registro dos episódios que

³⁹⁷ A primeira legislação brasileira destinada ao combate do tráfico atlântico de escravizados data de 1831, conhecida como “Lei Feijó”, que teve, contudo, pouca efetividade. Em 1850, com a aprovação da Lei nº 581, conhecida como “Lei Eusébio de Queirós”, as ações contra o tráfico tomaram grande impulso, tendo constituído um marco na atuação do Estado nessa seara, especialmente diante da pressão dos ingleses pela extinção do tráfico atlântico. Cf. GURGEL, Argemiro Eloy. Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. **Justiça e História**, v. 6, n. 12, 2006, p. 1-29.

³⁹⁸ CARVALHO, 1940, op. cit., p. 121.

³⁹⁹ A mesma visão é reproduzida em diversas outras produções escritas que narram os acontecimentos ligados ao abolicionismo cearense.

celebrou o Dragão do Mar em detrimento de outros participantes no episódio da greve dos jangadeiros, legando assim uma narrativa de herói único.

Após o pequeno preâmbulo em que contextualiza a abolição cearense, Nair de Carvalho passa a utilizar principalmente objetos materiais como fontes de informação e elementos a corroborar o seu texto, recorrendo a documentos escritos, bem como ao recorte de jornal de 1884, para dar substância à importância histórica da jangada. Lançar mão de documentos, nesse sentido, passa a ser um exercício não só de potencializar as informações possíveis de serem deles extraídos, mas ao mesmo tempo de traçar a própria história de produção e origem dos artefatos.

Com efeito, ao analisar como fora ocorrendo a libertação nos municípios cearenses, no qual cada vila alforriara seus cativos no caldo de ações empreendidas pelo movimento abolicionista, a conservadora cita uma placa de ferro das coleções do MHN que seria um testemunho dos acontecimentos aludidos. Assim, diz que:

Uma placa de ferro existente no Museu Histórico Nacional demonstra que em 1884 já se tinha libertado os escravos da cidade do Acaraú. Essa placa esteve muito tempo na Biblioteca Nacional, de onde foi transferida para o Museu Histórico em 1922. Antes da cidade do Acaraú, a do Acarape, em 1 de janeiro de 1883, libertara seus escravos, merecendo porisso [sic] que lhe dessem novo nome: Redenção. Em janeiro de 1884, 28 municípios libertavam os escravos. Continuava a luta para livrar a província do Ceará da ignomínia do cativeiro, a despeito de toda perseguição dos negreiros e do governo. A assembleia provincial vota uma lei proibindo a entrada de escravos nos municípios libertados e a importação dos mesmos.

Conforme é possível observar, a placa é utilizada como um elemento probatório do que é narrado, confirmando a escrita pela materialidade de sua existência e informações registradas. Ela também é reproduzida no texto, através de uma imagem, dando acesso ao público leitor ao objeto preservado no Museu Histórico Nacional. A mesma placa, como vimos, fora o único objeto alocado na “Sala da Abolição e do Exílio” a demarcar história da campanha abolicionista do Ceará no MHN.

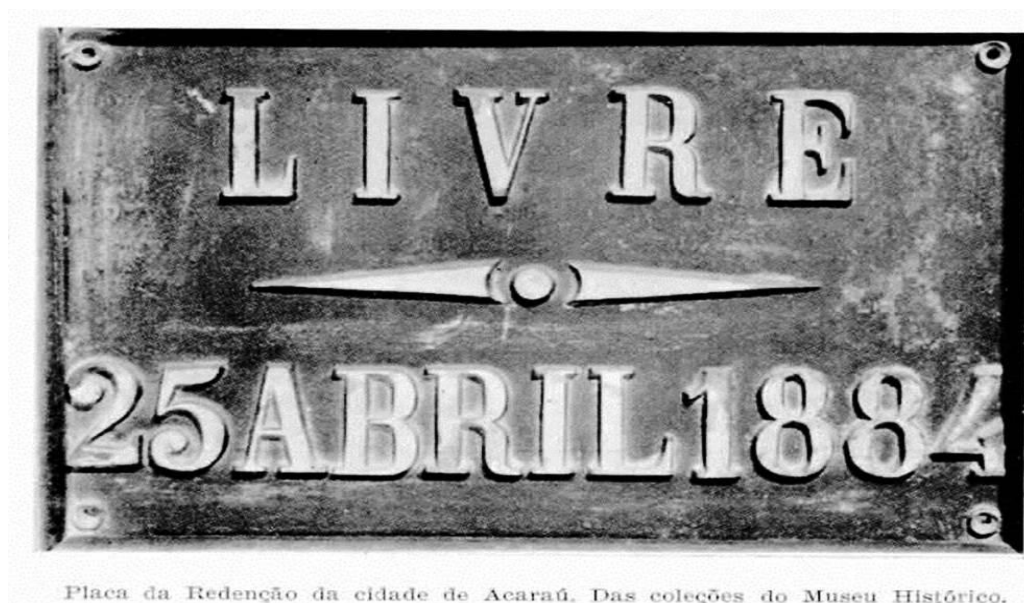


Fig. 25 - Placa de ferro das coleções do Museu Histórico Nacional, reproduzida no artigo de Nair de Moraes Carvalho

Além da placa, outros dois objetos das coleções do MHN comparecem no estudo sobre a “relíquia desaparecida”: trata-se de duas medalhas cunhadas em 1888 e que traziam gravadas no anverso a figura de uma jangada. Diz Carvalho que:

A jangada libertadora figura na Numismática Brasileira⁴⁰⁰ em duas medalhas comemorativas mandadas fazer pela “Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro”, em ouro, prata e cobre, com 31 mm de diâmetro.⁴⁰¹

Ao integrar a placa e as medalhas em suas análises, fica patente que a conservadora fez um levantamento nas coleções do museu em que atuava, visando recuperar em meio aos objetos aqueles que teriam relação com a história a ser contada e perpetuada, portanto, preservada. Em linhas gerais, trata-se do mesmo procedimento feito ao se produzir pesquisas para uma exposição museológica, que envolvem a reunião de objetos que, articulados conceitual e tematicamente, formam um conjunto que materializará uma ideia ou um objetivo que, organizado discursiva e espacialmente, geram a mensagem que o museu quer transmitir.

Além das imagens das medalhas, reproduzidas no corpo do texto, a conservadora descreve as peças, evidenciando as informações nelas gravadas:

A primeira tem no anverso, dentro dum círculo central, o dístico D. ISABEL A REDENTORA e, na orla superior: REDENÇÃO DO CEARÁ E DO IMPÉRIO

⁴⁰⁰ Bezerra esclarece que “[...] tradicionalmente, o estudo de medalhas (medalhística) não faz parte do universo da numismática, todavia, devido à influência do Arquivo Nacional da França, que juntava as duas tipologias de acervo, optou-se por fazer o mesmo no MHN.”. BEZERRA, 2014, op. cit., p. 45.

⁴⁰¹ CARVALHO, 1940, op. cit., p. 122.

DO BRASIL; na orla inferior, 13 DE MAIO DE 1888 – 25 DE MARÇO DE 1884; no reverso uma jangada sobre o mar, vendo-se o sol nascente no horizonte e, em torno a inscrição: SOCIEDADE ABOLICIONISTA CEARENSE DO RIO DE JANEIRO.

A segunda tem no anverso a figura da Liberdade, de pé sobre um pedestal, de braços erguidos, tendo na mão direita um facho aceso e na esquerda uma cadeia partida; em volta, a legenda: REDEMPÇÃO DO CEARÁ – 25 DE MARÇO DE 1884; o reverso igual ao da primeira (figs. Ns. 1 e 2).⁴⁰²

Levando em consideração as motivações gerais que impulsionavam a produção de pesquisas no MHN, que visavam principalmente a autenticar e divulgar o acervo musealizado, acreditamos que um dos objetivos técnicos específicos do trabalho de Nair de Carvalho foi o de desvelar o sentido da presença de uma jangada em medalhas que foram cunhadas no momento das comemorações pela abolição da escravidão. Ao fazê-lo, a conservadora endossava o aparato de informações disponíveis sobre os itens musealizados, ao tempo em que alimentava a produção de uma narrativa sobre o passado no museu, que utilizava os objetos como vetores de significados e para a monumentalização de acontecimentos e personagens que passavam a ser considerados como emblemáticos na trajetória nacional.

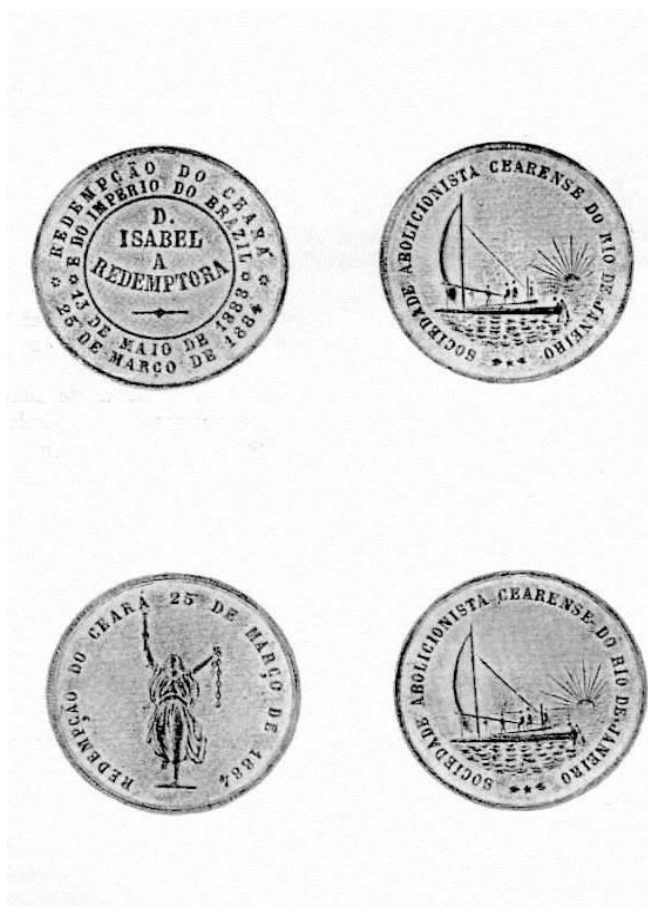


Fig. 26 - Medalhas cunhadas nas comemorações da assinatura da Lei Áurea, em 1889, reproduzidas no artigo de Nair de Moraes Carvalho

⁴⁰² Idem, ibidem.

Nesse sentido, os itens numismáticos e medalhísticos, que compunham parcela expressiva do acervo do Museu Histórico Nacional, provenientes, em sua maior parte, do gabinete mantido desde o século XIX pela Biblioteca Nacional, transferidos à instituição em 1923⁴⁰³, formaram a classe de objetos mais pesquisados pelo corpo de funcionários da instituição. Justamente por esse detalhe, são numerosos os artigos publicados nos *Anais* sobre essa matéria, além do fato de que tais acervos eram altamente valorizados enquanto fontes imprescindíveis para a produção de cronologias e relatos que reforçavam e valorizavam a importância do Estado e de seus agentes na vida social⁴⁰⁴, econômica e cultural do país.

Trechos de alguns textos divulgados pelos conservadores nos *Anais* elucidam a forma como tais artefatos eram analisados e valorados na produção de uma escrita da história no museu:

Uma das mais interessantes maneiras de se estudar a história de um país é, sem dúvida, através das medalhas – ao mesmo tempo monumentos artísticos e documentos históricos. Muitas vezes, uma época e uma civilização nelas se refletem, permitindo-nos observar o desenvolvimento artístico do povo que as gerou. Podemos também, pelos seus tipos, admirar e rememorar grandes feitos ou recordar a vida de ilustres personagens neles representados; e, até pelo metal de que é feita a medalha, conclue-se [sic] do bom ou mau estado das finanças e da riqueza do país que as produziu.⁴⁰⁵

No estudo da Medalhística, as gerações aprendem verdadeiras lições de civismo, uma vez que a medalha outra coisa não é senão o próprio monumento metálico que, resistindo à ação do tempo e do espaço, rememora fatos e feitos que ficariam esquecidos, se a História Metálica, por assim dizer, não os tivesse perpetuado.⁴⁰⁶

A quantidade de informações possíveis de serem extraídas dos bens numismáticos e medalhísticos, como se evidencia no pensamento dos conservadores, oferece-nos uma ideia dos motivos pelos quais a Numismática foi tão valorizada no MHN. Essa categoria de objetos era tomada como duplamente significativa: cumpriam um importante papel enquanto testemunhos históricos inquestionáveis, portanto, servindo à escrita científica da história; ao passo em que deveriam instruir os cidadãos, funcionando como uma espécie de elo entre passado e presente, despertando o sentimento cívico e patriótico, lembrando às novas gerações os “ilustres personagens” que não deveriam ser esquecidos.

Nesse sentido, estava em pauta a celebração dos ícones perpetuados pela “História Metálica”, não o questionamento sobre os motivos que fizeram com que certos sujeitos fossem

⁴⁰³ VIEIRA, Rejane Maria Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 27, 1995, p. 97.

⁴⁰⁴ BEZERRA, 2014, op. cit., p. 43-44.

⁴⁰⁵ BOTELHO, Nilza. A medalha da passagem de Humaitá. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. II, 1941, p. 241.

⁴⁰⁶ BARROS, A. Solano de. Estudo crítico e doutrinário sobre “medalhas militares brasileiras”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. II, 1941, p. 85.

eternizados enquanto outros foram esquecidos. Na maior parte das vezes, tanto nas medalhas, quanto nas moedas, os “ilustres” que tiveram seus nomes gravados, eram os ocupantes dos mais importantes postos na hierarquia das sociedades, portanto, detentores do poder político e econômico. Ao manejarem tais acervos, os museus e seus profissionais muitas vezes corroboram, reproduzem e acentuam as assimetrias socialmente existentes e que se refletem na cultura material preservada.

Nas medalhas cunhadas na Abolição, analisadas por Carvalho, é justamente o nome da Princesa Isabel, portanto, uma autoridade do Império, que foi legado à posteridade. Tal aspecto sinaliza para as relações entre os movimentos abolicionistas (já que o objeto foi cunhado pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro) e os ocupantes de postos de destaque na política no Império, no contexto de um complexo jogo de negociações e alianças que configurou o fim da escravidão no Brasil. Por outro lado, a representação da jangada demarcava o papel desempenhado pelos marítimos de Fortaleza, sem, contudo, gravar um nome para o futuro.

Se o nome de Francisco José do Nascimento e o seu rosto não foram gravados nas medalhas, o papel por ele desempenhado e o significado de sua embarcação nos acontecimentos do século XIX não eram de imediata inferência. Para tanto, foi necessário a Nair de Moraes Carvalho recuperar e narrar os fatos históricos do abolicionismo cearense, com vistas à explicação da origem daquela representação, pondo em evidência o papel dos jangadeiros, desvendando assim o motivo da jangada figurar na “Numismática Brasileira”.

Como vimos no segundo capítulo, em 1884, quando das comemorações pelo “Ceará Livre” na Corte, foram cunhadas medalhas pela Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro, em muito semelhantes às analisadas por Carvalho. A imagem da Jangada Libertadora era reproduzida no reverso das duas medalhas do acervo do MHN. Contudo, diferente do que indica a conservadora, as medalhas analisadas por ela não foram cunhadas em 1888, mas sim em 1889.

Em sessão comemorativa ao 6º aniversário da libertação da cidade de Fortaleza, em 21 de maio de 1889, reuniu-se no Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, a Sociedade Cearense Libertadora do Rio de Janeiro. Sob a presidência do Visconde de Jaguaribe, a celebração foi marcada pela entrega das medalhas cunhadas pela SAC em homenagem à extinção da escravidão. Mais de um ano, portanto, após a assinatura da Lei Áurea, que ocorreu em 13 de maio⁴⁰⁷.

⁴⁰⁷ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1889, p. 2.

Foram distribuídas inúmeras medalhas, dentre as quais uma de ouro para o presidente do Conselho João Alfredo, que ocupava a liderança do Gabinete de 10 de março, durante o qual foi aprovado o fim da escravidão; outra de ouro à Princesa Isabel, bem como a abolicionistas cearenses, com Francisco José do Nascimento, João Cordeiro, dentre outros integrantes das libertadoras. Também foram agraciados artistas e escritores (a exemplo de Angelo Agostini, Pereira Neto, Machado de Assis, dentre outros), bem como políticos da elite imperial e lideranças nacionais da campanha abolicionista, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Quanto às medalhas do acervo do MHN, Carvalho não ofereceu informações quanto à procedência. Talvez tivessem sido transferidas ao Museu como parte do gabinete numismático oriundo da Biblioteca Nacional, contudo, não é possível afirmar com certeza. Em 1907, o boletim de aquisições da BN divulgou a compra de uma “Medalha comemorativa da redenção do Ceará. 25 de Março de 1884. Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro. Ouro.”⁴⁰⁸. Se se trata ou não das mesmas medalhas, não foi possível apurar.

Além das medalhas, Carvalho transcreve em seu artigo diversos trechos de documentos produzidos no contexto em que foram realizadas as comemorações pela abolição do Ceará no Rio de Janeiro, em 1884, quando o Dragão do Mar e sua jangada foram recepcionados na Corte com pompa e circunstâncias para a celebração dos feitos da “Terra da Luz”. A partir do recorte do jornal *Pedro II*, a conservadora descreve o cortejo que conduziu a Jangada Libertadora até o Museu Nacional, assim como reproduz trechos dos discursos proferidos pelo representante da Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro (organizadora das atividades), Dr. Melo e Oliveira, bem como do diretor do Museu, Ladislau Neto, que recepcionou o objeto, que analisamos no segundo capítulo.

Segundo a conservadora, a opção por utilizar o jornal publicado em Fortaleza, em vez de recorrer aos da Corte, “[...] justifica-se por mostrar como ali chegou a nova do caso, além de documenta-lo como as da imprensa do Rio de Janeiro.”⁴⁰⁹. Os discursos, transcritos no corpo do artigo, valoravam a jangada como “legendária”, “símbolo da redenção dos cativos no Brasil”, “especime valioso”, dentre outras qualificações, que analisamos anteriormente, quando nos debruçaremos sobre as controvérsias que envolveram a doação do objeto ao Museu Nacional e as reverberações de tal fato na imprensa, no parlamento e nas instâncias de governo do Império.

No tocante às posições contrárias à integração da jangada ao museu, Nair de Carvalho não teve acesso, ao que tudo indica, a nenhuma fonte que documentasse tal aspecto. A

⁴⁰⁸ Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. XXX, 1912 [relativo ao ano de 1908], p. 339.

⁴⁰⁹ CARVALHO, 1940, op. cit., p. 124.

referência à questão é feita a partir da análise do ofício em que o diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, justificou o recebimento do objeto perante o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Afonso Augusto Moreira Pena.

Após transcrever trecho do citado ofício, afirma a conservadora que:

Como se vê do documento acima, o recolhimento da Jangada Libertadora ao Museu Nacional, quatro anos antes de decretada a abolição do elemento servil, suscitou críticas no Parlamento do Império. O Dr. Ladislau Neto justificou seu ato perante a autoridade superior com elevação e dignidade. Declarou, porém, não ter espaço para expor a preciosa relíquia. Os Museus, em geral, sofrem de carência de espaço, sobretudo para objetos grandes, pesados e rudes como uma jangada.⁴¹⁰

Ao marcar a questão da falta de espaços nos museus, sinalizava a conservadora para uma realidade tanto do passado quanto do presente em que ela escrevia (talvez refletindo sobre a própria situação que vivia no MHN). Precisamente por esse motivo, conforme anota, é que a Jangada Libertadora fora enviada para o Arsenal da Marinha, conforme ela infere a partir de documentos expedidos por Ladislau Neto, de onde o objeto teria desaparecido, sem deixar nem mesmo rastros nos livros de registro do Museu Naval. Finaliza Carvalho afirmando que “Perdeu-se, assim a mais bela relíquia do Movimento Abolicionista e uma das mais belas, sem dúvida, da história da nossa pátria.”⁴¹¹.

Ao inscrever a história da Jangada Libertadora nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, conforme temos visto até aqui, Nair de Moraes Carvalho visou constituir um registro que celebrasse e rememorasse a Abolição no Ceará, a partir da caracterização da importância daquele objeto enquanto emblema e relíquia da história brasileira. Na escrita de um artigo, a conservadora marcou os principais momentos da trajetória da embarcação, evidenciando por meio de objetos materiais e fontes textuais os diferentes circuitos nos quais transitou o proclamado símbolo da luta pela abolição no Ceará. Mas, como tal perspectiva pode ter representando um gesto e estratégia de musealização?

Enquanto processo cientificamente orientado, a musealização tem sido tema de intensos debates por autores da Museologia, que tem buscado explorar e delinear os contornos de tal conceito e determinar o seu alcance enquanto ferramenta teórica e prática no campo museal. Nesse percurso, buscou-se identificar e analisar as ações que definiriam o sentido dos gestos humanos voltados à criação de museus ou mesmo de integração de certos objetos (materiais e imateriais) à ambiência museológica. Tais debates têm apontado para um conjunto de funções às quais historicamente os museus estão vinculados, principalmente à

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 127.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*.

preservação, pesquisa e comunicação⁴¹² de evidências do mundo, tanto natural quanto cultural, valoradas como patrimônio e, portanto, formando o conjunto de materiais sobre os quais as ações museais são direcionadas.

Segundo Desvallées e Mairesse⁴¹³, ecoando o pensamento de Stránský, “O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu”. Defendem os autores que a musealização ocorre quando há uma “mudança do estatuto do objeto”, ou seja, no momento que “dentro do museu, assume o papel de evidência material e imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica.”.

Seguindo as pistas teóricas delineadas acima, é possível interpretar o artigo de Nair de Moraes Carvalho como um gesto e estratégia de musealização, pois, ao escrever um artigo, a conservadora valorou a Jangada Libertadora enquanto evidência histórica do movimento abolicionista, portanto, dotando-a de musealidade. O objeto passou a atuar como um “substituto” da realidade primária (ou contexto primário) no qual esteve inserido, servindo no museu como elemento para a construção de uma narrativa histórica⁴¹⁴. Ao documentar e comunicar a trajetória do objeto nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a conservadora atribuiu à embarcação significados eminentemente simbólicos, portanto, nos quadros de um processo no qual a função da jangada passava a ser representar uma realidade que já não mais existia, inclusive a própria concretude do objeto musealizado estava inviabilizada, mas os rastros de sua trajetória possibilitavam a sua reabilitação simbólica a presentificar o passado no “museu em tinta e papel”.

Portanto, foi através de uma pesquisa, no qual a conservadora manejou documentos de diversos tipos, como ofícios, jornais, medalhas, placa, que a história da Abolição (enquanto tema macro) foi integrada aos discursos do nacional formulados no Museu Histórico Nacional. Ao publicar seu artigo, a autora comunicava, portanto, socializava os valores associados à jangada, bem como colaborava para a preservação da memória dos acontecimentos que ocorreram no Ceará, promovendo a consolidação de uma memória social acerca do fim da escravidão no Brasil.

Mensch destaca que “A preservação de objetos significa a preservação de informações incorporadas e conectadas aos objetos.”⁴¹⁵. Tendo consciência de que os

⁴¹² MENSCH, Peter Van. *Museological Functions*. In: _____. **Towards a methodology of museology**. PhD thesis, University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch17.html>. Acesso em: 02 mar. 2018.

⁴¹³ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.), 2014, op. cit., p. 57.

⁴¹⁴ Idem, ibidem.

⁴¹⁵ MENSCH, Peter Van. *Preservation*. In: _____. **Towards a methodology of museology**. PhD thesis, University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch18.html>. Acesso em: 02 mar. 2018.

acervos de museu são finitos e estão permanentemente sujeitos ao desaparecimento, pela ação de diversos agentes de deterioração, como biológicos, antrópicos, ambientais, etc., a preservação liga-se cada vez mais com a importância da documentação enquanto mecanismo de expansão das possibilidades de permanência de certas evidências no tempo. Os gestos de documentação permitem uma expansão das possibilidades de sobrevivência de certo objeto no tempo e no espaço, favorecendo o revisitar de um certo elemento da realidade quando o contexto ativar uma preocupação mnemônica.

Em sintonia com tais orientações é que Bittencourt, analisando os *Anais do Museu Histórico Nacional*, refere-se à publicação como um “museu em tinta em papel”⁴¹⁶, ou seja, como uma outra face do Museu, através da qual é possível visualizar “exposições de palavras, de conceitos e de teses, mas, ainda assim, exposições.”. Explorando a relevância museológica desse veículo, o autor lançou provocativamente a ideia de musealização do periódico, pelo potencial documental que poderia aportar às pesquisas sobre a própria trajetória da instituição, da formação de seu acervo, dentre tantos outros aspectos.

A proposta feita pelo historiador, exímio estudioso e conhecedor da trajetória dos museus no Brasil, com vasta produção sobre o MHN, lança ao campo da Museologia, mas também a outras ciências, o desafio de olhar com a devida atenção para as instâncias de disseminação de conhecimento, no caso em apreço, para o papel desempenhado pelas publicações institucionais e como elas trazem inscritas em si as marcas dos sujeitos que as produziram no interior de certos contextos institucionais, políticos, sociais, etc.

O artigo de Nair de Moraes Carvalho situa-se como parte de um todo maior, nos quadros da institucionalização da Museologia como campo no Brasil, portanto, na emergência de uma nova “autoridade”⁴¹⁷ que investe certos vestígios do mundo de qualidades especiais, ou seja, especificamente no caso aqui analisado, significa objetos como “relíquias”, nos quadros de uma especialização que tomava a História como parâmetro definidor dos horizontes da musealização. Ao documentar a trajetória da Jangada Libertadora, a conservadora a inseria no corpo de discursos sobre o passado que o MHN buscou marcar na trajetória de formação da Nação brasileira.

Qualificada como “relíquia”, a Jangada Libertadora passava a atuar como elo entre os feitos do passado e os sujeitos do presente. Conforme destaca Krzysztof Pomian,

⁴¹⁶ “A revista institucional é importante pelo caráter de órgão de difusão de conhecimento científico que sempre teve, mas também é importante pelas ‘exposições’ que apresenta ao longo dos números lançados até agora. Exposições de palavras, de conceitos e de teses, mas, ainda assim, exposições. O que os *Anais* nos apresentam é um Museu Histórico Nacional em tinta e papel, mas passível de ser visitado e desfrutado pelo pesquisador especialista, que, ao analisar suas ‘salas’, acrescentará algo a seus acervos.” In: BITTENCOURT, 2004, op. cit., p. 198.

⁴¹⁷ BEZERRA, 2014, op. cit.

As relíquias – quer dizer, os objectos que se crê que tenham estado em contato com um deus ou com um herói, ou que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo – eram conhecidas quer na Grécia, quer em Roma. [...] Mas foi o cristianismo que, ao difundir o culto dos santos, levou o das relíquias ao seu apogeu.⁴¹⁸

Patrick Geary, investigando a circulação de relíquias na idade média, aponta que as diversas modalidades de transferência de tais bens – venda, troca, dádiva ou roubo – proporcionavam um significativo circuito social a esses objetos, sendo esse trânsito crucial à própria vitalidade sagrada do objeto. Ao adentrar novos contextos ou ao sair do contexto cultural em que adquiriu valor, a relíquia deveria passar por uma transformação cultural, a partir da qual receberia um novo status e um novo significado, ajustados à realidade da nova comunidade na qual seria cultuada⁴¹⁹.

Apesar da enorme distância entre o que era compreendida como relíquia na idade média europeia e o que se passou a ser assim identificado nos museus muitos séculos depois, cabe pontuar para os paralelos existentes, especialmente quando se trata de pensar a relação entre circulação e produção de sentido. Ao circularem, os objetos materiais são permanentemente apropriados e significados pelos sujeitos sociais. Os museus na modernidade passaram a proporcionar contato a um público cada vez mais amplo a bens valorados como preciosos, pois ligados às narrativas míticas nacionais e identitárias ou a outros recortes. Vistos por muitos olhos, as relíquias históricas eram e ainda o são constantemente ressignificadas, questionadas, reificadas. Não foi diferente no caso da Libertadora, que ao circular, saindo de contextos e adentrando outros, foi recebendo diferentes camadas de significação, ajustados às racionalidades de cada espaço social e simbólico na qual foi apropriada.

Em um ambiente profano, como os museus, a aura da relíquia histórica é fabricada a partir de múltiplos mecanismos através dos quais o universo museal molda a seleção, o ordenamento e a transmissão de significados. As diversas escritas museológicas, sejam elas plasmadas nas exposições, nos textos ou na documentação museológica, demarcam compreensões, instituem interpretações e fundamentam a crença em narrativas cuidadosamente montadas. Bezerra, ao analisar a ideia de relíquia no Museu Histórico Nacional, aponta que:

O Museu apresenta-se, portanto, como um lugar de consagração e de invenção de relíquias, pois é um lugar de afirmação e de produção de crença,

⁴¹⁸ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 59.

⁴¹⁹ GEARY, Patrick. Mercadorias sagradas: a circulação de relíquias medievais. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 217-244.

na medida em que possibilita uma representação do passado nacional, através da atestação de especialistas e de homens ilustres. A consagração das relíquias efetua-se com a sua exposição ao público, por isso o objeto relíquia precisa ser preparado para a exibição, dentro de vitrines, com iluminação e legendas. No caso das relíquias cristãs, os relicários assumem a função de guardá-las e prepará-las para a exposição em compartimentos feitos de ouro, pedras preciosas, acompanhadas de etiquetas com explicações sobre sua origem e seu significado. No caso dos museus, é a museografia que assume a gerência dos diferentes usos museológicos desses objetos, como sua publicação em catálogos, sua conservação, sua classificação, a produção de legendas, e a sua exposição. Em última instância, são as autoridades envolvidas e a atenção do público que visita as exposições que legitimam a invenção e a existência dos objetos históricos, que sem eles perderiam carga simbólica.⁴²⁰

No caso da Jangada Libertadora, sendo o objeto desaparecido, portanto, impossível de ser exibido ao público em uma exposição tridimensional, coube ao artigo publicado no periódico institucional ser o meio disponível para difundir a importância simbólica atribuída àquele objeto. Dessa forma, a autora evidenciava a relevância daquele bem cultural à história nacional, através da sua inserção como testemunho de um acontecimento lido como emblemático, passível de ser acessado através da mediação de outros suportes físicos da memória, como as medalhas, os relatos dos jornais, dentre outros.

A consagração de tal objeto, através do artigo, como uma “relíquia” nacional, esteve muito mais vinculada a uma volição memorial com relação aos acontecimentos ao qual o bem musealizado se articulava – ou seja, a greve dos jangadeiros, a abolição no Ceará – do que propriamente ao personagem histórico a ele associado, no caso, Francisco José do Nascimento, isso porque pouco de sua história de vida foi abordado pela conservadora. A “tríade mítica” que orientava as pesquisas dos conservadores, referida por Bitencourt, nesse caso em específico, pendia muito mais para a valorização do “fato histórico” e da “época” do que para a exaltação de uma figura exemplar a ser heroicizada, o possuidor do artefato pesquisado.

Tratava-se de uma operação de incorporação dos feitos dos jangadeiros cearenses e das associações abolicionistas ao conjunto de outros eventos e acontecimentos que foram selecionados a compor a representação do passado da “nação” projetado pelo museu, se não nas exposições tridimensionais, pelo menos nas exposições dos *Anais*. A “relíquia”, mesmo que ausente em sua concretude, estava presente no acervo a partir de outros documentos, como as medalhas, o recorte de jornal, as correspondências, enfim, indícios a partir dos quais a pesquisadora – no caso, a conservadora de museu – pôde constituir uma imagem do pretérito e articula-la sobre a forma de texto e imagens, dando acesso a público mais vasto às “preciosidades” históricas guardadas pelo Museu Histórico Nacional.

⁴²⁰ BEZERRA, 2014, op. cit., p. 129.

Nesse sentido, dentre as tantas possibilidades de enquadramento analítico do tipo de conhecimento produzido no âmbito do MHN por seus pesquisadores de acervos, escoado principalmente a partir dos *Anais*, Bittencourt caracteriza os artigos publicados pelos conservadores enquanto “documentação museológica”. Ou seja, na visão do autor, o que os profissionais estavam a produzir naquele contexto era articular conjuntos informacionais com vistas à difusão e preservação do que era selecionado como relevante à formulação do passado que era propugnado pela instituição. Conforme argumenta,

Nos termos usados hoje em dia, esses profissionais estavam criando documentação museológica⁴²¹. O museu criado por Barroso, em 1922, pretendia, antes de tudo, ser uma instituição de ciência “positiva”. Isto implica o estudo exaustivo dos artefatos recolhidos para preservação, de modo que não haja dúvidas quanto à sua autenticidade. O rigor assumido pelos conservadores cria informações que, em princípio, não deixam espaço para a ambiguidade, pois estão baseadas em documentos que emulam a realidade, ou como diz Myrian Santos, “procuravam dar à história um caráter de cientificidade”.⁴²²

Atividade técnica primordial no campo museal, a produção de documentação é também atravessada pelos horizontes políticos e subjetivos que constituem os processos de musealização e orientam o que deve ser preservado para a posteridade. Nesse sentido, a perspectiva excludente e hierarquizada da sociedade brasileira seguida pelo MHN gerou profundas ressonâncias na aquisição e no tratamento técnico dos acervos, momentos nos quais certos aspectos foram selecionados a compor um quadro representativo do passado, enquanto outros foram descartados ou minimizados⁴²³.

Ao pesquisarem e produzirem documentação, os conservadores também atribuíam valores e produziam relevância a recortes da história que seriam representados por vestígios materiais musealizados, convertidos em “bens culturais”, para utilizar um conceito mais contemporâneo. José Mauro Loureiro indica que o ato de documentar implica na

[...] elaboração e implantação de processos analíticos, representacionais e sistêmicos em que fluxos aleatórios de saberes encontram eixos estruturantes para que possam produzir sentido. Teorias e operações

⁴²¹ A documentação museológica pode ser caracterizada como “[...] o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens [do acervo do museu] e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informações capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.” In: FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Estudos Museológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p. 65, interpolação nossa.

⁴²² BITTENCOURT, José Neves. As várias faces de um equívoco: Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 40, 2008, p. 201.

⁴²³ Por esse motivo, tanto nas exposições do museu, quanto nas exposições presentes nos *Anais*, a celebração da história nacional seguiu o roteiro delineado a partir dos acervos colecionados, que, como já destacamos, evidenciavam e documentavam a trajetória e importância das elites políticas e econômicas e do Estado na formação política, social, econômica e cultural do país. Poucos foram os trabalhos que desviaram dessa perspectiva, o que demonstra uma significativa homogeneidade que permaneceu inalterada por muitas décadas, mesmo após a morte do idealizador do museu, Gustavo Barroso.

documentárias encontram-se, como de resto todo empreendimento humano, contaminadas pelos sistemas de pensamento hegemônicos nos contextos sócio-culturais em que são geradas e disseminadas.⁴²⁴

Como é possível depreender da análise do autor supracitado, as narrativas e discursos museológicos, sejam sob a forma de exposições, publicações, bem como nos âmbitos mais internos da atuação museal, como o tratamento técnico-analítico de acervos, através de instrumentos e de metodologias de registro, como as fichas catalográficas, os inventários, dentre outros, são influenciados pelos contextos tanto institucionais quanto sociais e culturais de cada sociedade em que o museu esteja inserido, refletindo e muitas das vezes espelhando as lógicas mais amplas nos quais tomam forma.

Ao articular um conjunto de objetos e de informações com vistas à elaboração de um relato sobre a abolição, o artigo de Nair de Carvalho enquadra-se nessa lógica de fabricação de narrativas nas quais se busca destacar certos significados associados a fatos, acontecimentos e momentos da história. Como artefato-testemunho, a Jangada Libertadora é convertida em documento que pode dizer algo sobre a abolição, assim como é alçada ao lugar de “relíquia”, ou seja, um objeto sagrado, no caso, mediando uma relação com o passado nacional.

Cabe pontuar que a incipiência de informações e o “caos documental”⁴²⁵ com relação às coleções estiveram na base dos primeiros trabalhos de pesquisa desempenhados pelos conservadores de museu/museólogos. Os resultados, publicados nos *Anais*, de autoria dessa geração pioneira, buscavam dar conta da compreensão dos bens musealizados e de seu potencial para a exaltação do passado que se queria presentificar, assim como gerar modelos de identificação e principalmente de classificação. Os primeiros movimentos de institucionalização da Museologia, portanto, estiveram conectados a essas demandas, trilhando, segundo Ivan Coelho de Sá,

[...] um processo demorado que se desenvolveu inicialmente a partir da necessidade de estudar as coleções de museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos concentravam-se nos acervos, na identificação dos objetos, sobretudo para decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias.⁴²⁶

Desse modo, também o modelo de musealização era influenciado por uma expressiva reverência aos objetos colecionados⁴²⁷ que, distantes da banalidade do mundo cotidiano,

⁴²⁴ LOUREIRO, José Mauro. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em museus**/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10).

⁴²⁵ FERREZ, 1994, op. cit., p. 73.

⁴²⁶ SÁ, 2013, op. cit., p. 34.

⁴²⁷ A supervalorização dos objetos, conforme analisa Magalhães, ligava-se à percepção do papel que esses poderiam desempenhar “[...] como possibilidade de contato com o tempo morto, numa atitude romântica de

eram alçados ao posto de preciosidades a serem exaltadas e cultuadas, juntamente com os seus proprietários, no altar museológico devidamente arrumado⁴²⁸. Ainda conforme argumenta Sá, “Estes pioneiros [conservadores] se deparavam com acervos inexplorados, praticamente virgens em termos de pesquisa.”, portanto, o levantamento de informações sobre cada item das coleções se transformava numa tarefa imperiosa para o grupo que, a partir dos anos 1930, passou a se constituir enquanto categoria profissional e a delinear a reivindicação de um “domínio” especializado do saber⁴²⁹.

Sob tais condições, a pesquisa, tal como realizada pelos conservadores, buscava explorar os acervos, atenta à necessidade de

[...] identifica-los, classifica-los e catalogá-los [...] [através de] uma pesquisa com características peculiares, visando extrair o máximo de informações do objeto ou das coleções, convertidos em verdadeiras “fontes primárias” de investigações.⁴³⁰

Ao investigarem objetos os mais diversos e inseri-los na ambiência museológica, fabricava-se a autenticidade da museália a partir de um processo de “transformação do objeto em documento” que, segundo Meneses, é o principal eixo da musealização enquanto processo⁴³¹. É nesse sentido que compreendemos o trabalho de pesquisa de Nair de Moraes Carvalho e sob tal foco identificamos o seu artigo como uma etapa fundamental na vida da “Jangada Libertadora” como um objeto de museu, ou seja, nos processos de enquadramento deste como documento significativo da abolição e das lutas contra a escravidão.

Apesar de ter adentrado no cerne do debate teórico/prático da Museologia a partir dos anos 80, as questões centrais da área de Documentação Museológica, conforme se apresentam até a atualidade, no tocante à gestão de acervos, já estavam delineadas nos ensinamentos ministrados no Curso de Museus. Especialmente na disciplina criada e regida por Barroso, na qual era articulada uma Museologia voltada aos objetos, que lançou as principais bases para o tratamento técnico e temático dos acervos musealizados, inclusive nas metodologias de inventário, registro, catalogação, classificação, pesquisa, etc.

Especialmente no título “Catalogação” da sua *Introdução à Técnica de Museus*, Barroso introduzia diferentes níveis de aprofundamento das informações sobre os bens

ressuscitar o passado.” In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade...Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lucia Bottrel. (Ed.). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 102.

⁴²⁸ O termo “arrumado” refere-se às lições de arrumação, dadas por Barroso na disciplina Técnica de Museu, do Curso de Museus.

⁴²⁹ LIMA, 2013, op. cit., p. 379-398.

⁴³⁰ SÁ, 2007, op. cit., p. 25, interpolação nossa.

⁴³¹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, N. Ser., v. 2, jan./dez. 1994, p. 31-32.

musealizados, destacando instrumentos que os museus deveriam produzir a fim de garantir acesso do público ao conjunto de elementos considerados relevantes à compreensão da historicidade de cada objeto. Assim, indicava a produção desde um catálogo simples, denominado “Catálogo enumerativo (sumário)”, passando por um “catálogo descritivo”, no qual deveria conter pormenores sobre as peças, servindo de guia aos visitantes e consulentes, alcançando o “catálogo comentado” e o “fichário”, instrumentos mais sofisticados e que deveriam ser resultados de pesquisas aprofundadas⁴³².

Apesar de recomendado em suas aulas, Barroso não chegou a produzir muitos catálogos do acervo do MHN⁴³³. Os catálogos comentados, os mais completos, segundo afirma em sua obra, deveriam

[...] conter explicações minuciosas e explanações eruditas sobre os objetos, de acordo com as pesquisas feitas sobre eles, de maneira a elucidar sua significação, avaliar sua importância e ressaltar seu valor. É obra a ser consultada, estudada e anotada pelos estudiosos e especialistas.⁴³⁴

É possível visualizar nos *Anais do Museu Histórico Nacional* algo de muito semelhante com a ideia de “catálogo comentado”, apresentada por Barroso em sua definição acima, visto que os conservadores do Museu se dedicavam com afinco a caracterizar a importância dos bens musealizados, elucidando significações, identificando marcas e símbolos, enfim, desvelando sentidos e ressaltando valores associados aos objetos colecionados. No periódico institucional, os conservadores de museu tinham oportunidade de compartilhar os resultados de suas investigações, desvelando o acervo guardado pela “Casa do Brasil” e fazendo deles elementos “dignos de enriquecer nosso patrimônio cultural”, como dizia o diretor do MHN.

Nas páginas do periódico, as relíquias “falavam”, para retomar o texto de Barroso que transcrevemos na abertura no item 2.2 deste capítulo. Mas, obviamente, objetos não falam, mas sim os sujeitos que os manipulam e os utilizam dentro de certas orientações e objetivos. Por meio das atividades técnicas (como as práticas de documentação) e de pesquisa, os conservadores de museu faziam do acervo musealizado um meio para comunicar a história nacional, conectando tempos e gerações, tanto nas exposições tridimensionais, como nas exposições textuais em “tinta e papel”.

Ao lermos a escrita de um artigo como uma estratégia de fabricação de museália, buscamos pôr em evidência a relevância das práticas de pesquisa que caracterizam os

⁴³² BARROSO, 1946, op. cit., p. 12-13.

⁴³³ Em 1924, Barroso publicou um catálogo simples da coleção da 1ª Seção do Museu, denominada à época de “Archeologia e Historia”. Possui um perfil que o enquadra no “Catálogo enumerativo (sumário)”, pois apresenta, grosso modo, somente a identificação da peça e procedência. Já em 1944, o diretor organizou o catálogo “A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico”, no qual descrevia e analisava objetos da referida coleção do MHN, caracterizando assim o “catálogo comentado”.

⁴³⁴ BARROSO, 1946, op. cit., p. 13.

processos de documentação dos acervos enquanto instâncias que instituem e consagram certos bens culturais enquanto elementos referenciais no âmbito de certos contextos discursivos e institucionais. Dito de outro modo, trata-se de tomar as práticas museológicas (inclusive, indo além das mediações documentárias e alcançando outras esferas, como a comunicação) enquanto produtoras de “efeitos de realidade”⁴³⁵, portanto, instituidoras e elas mesmas instituídas em regimes específicos de representação do real que se articulam no desenrolar dos processos de musealização.

Foi a partir do levantamento e reunião de objetos, considerados históricos, bem como de documentos escritos, que a conservadora Nair de Moraes Carvalho orquestrou sob a forma de um artigo os principais marcos na trajetória da Jangada Libertadora, fazendo com que fosse evidenciada a importância desse objeto na trajetória histórica da nação. Produzia, assim, uma narrativa sobre o passado no qual a “relíquia desaparecida” era vista como um elemento capaz de recuperar uma totalidade inatingível, bem como conectar os cidadãos do presente com as glórias de outrora.

Ao assentar e caracterizar os principais circuitos pré e pós-musealização da Jangada Libertadora, a conservadora legava às futuras gerações a possibilidade de acesso aos significados que fizeram com que uma simples embarcação fosse transformada em documento histórico da nação. Incorporada aos anais da história, a embarcação foi perenizada no “museu em tinta e papel”, podendo ser, por isso mesmo, acessada na contemporaneidade, servindo de mote para novas questões, reflexões e questionamentos, como as que propomos neste trabalho. A jangada segue seu curso, sendo ressignificada a cada leitura do artigo e a cada nova camada de sentido que a ela vai sendo associada.

A pesquisa que apresentamos nesse momento, portanto, configura mais uma etapa na vida da Jangada Libertadora, que mesmo desaparecida, segue impulsionando novos olhares e possibilidades de pesquisa. Os conservadores de museu, muito acertadamente, percebiam a riqueza e a multiplicidade com que os objetos materiais poderiam e podem ser pensados, atuados e imaginados. Neste estudo, estivemos imbuídos precisamente deste interesse, em seguir um objeto em seu devir, no seu permanente acontecer nas associações com os humanos que os dotam de valores e significados.

Do Museu Nacional oitocentista ao qual foi doada, passando pelo Museu Naval e alcançando o Museu Histórico Nacional, a Libertadora despertou em seu percurso diferentes

⁴³⁵ Conforme argumenta Chartier, “[...] para exibir esse princípio [do “haver sido das coisas”], o historiador deve introduzir em sua narração indícios ou provas desse ‘haver sido’ que funciona como ‘effets de réel’, [efeitos de realidade], encarregados de dar presença ao passado graças às citações, às fotos, aos documentos.” In: CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011, p. 27.

interesses e interpretações, que extrapolaram os muros dos museus e nos revelam a enorme complexidade das tramas sociais presentes na musealização de uma certa evidência do mundo material. Dos jangadeiros do início da década de 1920 que reivindicaram a jangada como símbolo de sua classe, passando pelo enquadramento como “relíquia” nacional no MHN, a biografia da Jangada Libertadora demonstra que, mesmo após o seu desaparecimento, as diversas narrativas e (re)invenções simbólicas pelas quais passou garantiram-na uma vitalidade para além de sua presença material.

Nair de Moraes Carvalho, portanto, ao montar a sua exposição, por meio de palavras e imagens, legou-nos uma inscrição que situou a embarcação como parte dos bens culturais do Brasil, como patrimônio e indício de protagonismos pouco lembrados, mas necessários às reflexões sobre a pluralidade dos percursos históricos que conformaram nossa sociedade. A jangada seguirá singrando muitos mares e a cada apropriação, uma nova camada de sentido será adensada à sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo percurso de pesquisa e escrita, alcançar as considerações finais representa, por um lado, alívio e, por outro, a imperiosa necessidade de condensar reflexões e resultados esperados desde a formulação do projeto de pesquisa. Ao desenharmos uma problemática para investigação, projetamos um percurso e questões, mas a imprevisibilidade de qualquer empreendimento científico demonstra que muito do que idealizamos não conseguimos realizar plenamente e elementos surpresa tornam o processo ainda mais rico e complexo, apresentando novidades inimagináveis no início do caminhar.

Assim foi com esta dissertação. A história da Jangada Libertadora nos acompanha e nós a acompanhamos já há alguns anos. Desde o período da graduação em Museologia, quando apresentamos nosso primeiro projeto para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso⁴³⁶, o objeto comparecia, junto com muitos outros, nos horizontes para o desenvolvimento de reflexões sobre a memória da Museologia em seus cruzamentos com as memórias afro-brasileiras plasmadas pelos museus.

Desde então, fomos produzindo recortes, exclusões e reinvenções nos nossos interesses de estudo, que acabaram por relegar o estudo da trajetória de tal objeto a segundo plano. Assim, o TCC⁴³⁷ apresentado para conclusão do bacharelado não contemplou tal tema e, ao ingressarmos no mestrado, a trajetória da jangada mais uma vez foi inserida em um recorte amplo demais. Após um longo processo de amadurecimento e levando em consideração o tempo disponível para a conclusão da pesquisa, resolvemos nos concentrar única e exclusivamente em analisar o processo de musealização da Libertadora.

Tal movimento exigiu novas leituras, uma aproximação muito mais profunda com a história do movimento abolicionista, especialmente do Ceará, bem como um diálogo entre tempos e espaços diferentes, mas profundamente importantes para a compreensão do percurso do objeto na longa duração. Assim que, das praias cearenses e da greve dos jangadeiros, passando pelas festas na Corte pelo “Ceará Livre”, até alcançar três museus, trilhamos um longo caminho, no qual algumas questões foram tratadas mais superficialmente, outras com mais detalhamento e o resultado é uma biografia de musealização multifacetada, incompleta como todo exercício biográfico e aberta a novas leituras, possibilidades e navegações.

⁴³⁶ O projeto fora intitulado naquele momento de “Os balangandans, a jangada e a macumba: cultura afro-brasileira no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1940-1945)” e foi originalmente apresentado em julho de 2015, ao curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴³⁷ MORENO ROCHA, Saulo. **O ensino de Arqueologia e Etnografia e as abordagens sobre o negro e a cultura negra no Curso de Museus (1934-1956)**. 2016. 98 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2016.

O conceito de musealização vem sendo cada vez mais compreendido como um tema central dos estudos museológicos, pela fertilização que promove das perspectivas contemporâneas da Museologia em diálogos polifônicos com outras áreas do conhecimento, com sujeitos diversos e plurais, enfim, ele nos permite compreender os caminhos pelos quais o humano atribui valores e significados, selecionando fragmentos do mundo para representar diferentes aspectos da realidade no escopo dos museus, mas também fora deles. É essa ampliação da esfera de mediações rastreáveis que possibilita uma interpretação sempre aberta e provisória acerca dos fenômenos culturais, alargando os horizontes da compreensão crítica dos saberes e fazeres museológicos, em sintonia com os paradigmas consolidados e emergentes nas Ciências Humanas e Sociais, entre as quais a Museologia floresceu nas últimas décadas.

Acompanhar um objeto, no seu acontecer em associação com humanos, com outros objetos, em contextos diferentes, dentro dos museus e fora deles, foi um exercício instigante e desafiador, fascinante descoberta de histórias de pessoas e de coisas que embalaram projetos e sonhos, que desafiaram instituições e lugares de poder consagrados. A cada documento encontrado, uma nova possibilidade de reflexão. Nesse percurso, não só mapeamos um objeto, fomos confrontados por outros bens materiais que muitas vezes desviaram nossa atenção, instigando em nós a vontade de localizá-los, de ter acesso às suas existências concretas. Como a Jangada Libertadora, contudo, grande parte dos objetos referidos neste trabalho encontram-se desaparecidos ou mesmo destruídos.

Reprisando momentos da própria história que nos propomos a narrar, visitamos museus, fizemos inúmeras ligações telefônicas, trocamos mensagens eletrônicas, buscando, mais uma vez, localizar a Libertadora e os outros objetos que surgiram no percurso da pesquisa. Assim como em 1923, quando Barroso tentou localizar a jangada, também fomos frustrados em nossos intentos. A verdade é que poucos objetos que comparecem nesta dissertação sobreviveram ao tempo, isso no sentido usual, pois, enquanto objetos simbólicos, tais bens culturais foram inscritos em outros suportes, se espalharam por inúmeros textos, imagens, obras de arte e memórias. Orquestrar tal conjunto poderá favorecer inúmeras novas produções, instigando novas leituras e (re)elaborações da história da Abolição e das lutas por liberdade no Brasil, bem como sobre as experiências museais do abolicionismo.

O conjunto documental aqui referido, parte dele inédito, poderá gerar novas inquietações, desafiar novos pesquisadores e instigar museus a reverem os seus acervos, atentos à riqueza de questões que podem suscitar na contemporaneidade os bens materiais que guardam. Uma única medalha, como a que até a atualidade encontra-se no Museu Histórico Nacional e analisada por Nair de Moraes Carvalho, pode ser estopim para novas

reflexões que encarem uma (re)escrita da história da escravidão e da liberdade no Brasil, dando visibilidade a outros sujeitos, diuturnamente esquecidos das narrativas oficiais da história nacional.

Estudos sobre as coleções salvaguardadas pelos museus constituem, assim, mananciais inesgotáveis de perguntas, que lançamos no tempo presente com relação a outros tempos e espaços. É esta capacidade de mediação e de encurtamento de distâncias que torna tão rico o nosso encontro com os bens culturais musealizados, instigando a elaboração e atribuição permanente de novos sentidos e a construção de narrativas. Barroso afirmava que as “reliquias” falavam àqueles que tivessem ouvidos apurados para escutá-las. Cremos que a museália tem muito a nos dizer, cabe a nós justamente aceitar o gesto provocador que os bens materiais lançam para nós e que nós lançamos sobre eles. É nesta relação, vezes dialética e noutras dialógica, que poderemos encontrar um terreno fértil e frutífero para compreender os gestos humanos que produzem museus, que fabricam patrimônios e edificam pequenos mundos selecionados e colecionados, enfim, musealizados.

Tendo sido batizada com as águas dos ideais libertários que floresceram no Brasil em meados da década de 1880, desde os primeiros momentos de sua existência a Jangada Libertadora fora marcada pelo abolicionismo. O nome que carregava nomeava a associação da qual o seu proprietário era diretor e sua doação ao Museu Nacional em 1884 representou o desejo do movimento abolicionista, precisamente o cearense, de ver eternizada aos olhos da nação as ações dos responsáveis por animar a campanha em prol do fim do cativeiro.

Assim, os interesses dos agentes de integrarem a Jangada Libertadora ao Museu Nacional vincularam-se às intenções de perenização de seus próprios gestos, com vistas ao engrandecimento de sua terra de origem frente ao mundo “civilizado”, no qual fossem reconhecidos como paladinos de uma luta humanitária, no qual o Ceará, “Terra da Luz”, deveria ser exaltado como exemplo entre as províncias do Império. Por outro lado, o diretor do Museu, Ladislau Netto, vislumbrou no objeto uma oportunidade ímpar de documentar a cultura material produzida no Norte do país, vinculando a embarcação à importância dos estudos antropológicos que conduzia na instituição oitocentista, no interior dos quais a jangada seria valorizada como espécime valioso por dar conta tanto de um passado quase mítico quanto de uma realidade ainda presente.

Os abolicionistas proclamaram o objeto como um símbolo de suas lutas, “reliquia” histórica a ser incorporada aos acervos da nação como preciosidade que não poderia ser olvidada pelo “sacrário” das riquezas do país, representado pelo Museu. Já o diretor, não ignorando tal faceta, assinalada ao objeto que recebia, adicionou outras camadas de significado, anunciando um devir que a consagraria como “histórica”, contudo, àquela época

ainda não tão bem caracterizado, mas que com os anos seria alcançado. Ao valorar o bem como um importante artefato etnológico e ao classifica-lo como tal, Netto o fazia no âmbito da racionalidade específica que o orientava no empreendimento da musealização de evidências materiais no contexto de um museu dedicado às ciências naturais, que naqueles anos ainda engatinhava no desenvolvimento de pesquisas antropológicas.

Foi em tal conjuntura de olhares cruzados, às vezes desencontrados, que o objeto passou à ambiência do Museu Nacional, como um bem ambíguo, a suscitar classificações instáveis e cambiáveis a depender do sujeito que a significava e do contexto no qual era acionada discursivamente. Contudo, não só de visões valorizadoras viveu a Jangada Libertadora. A oposição escravista, do outro lado da arena política, reagiu à musealização, questionando a autoridade do diretor e do próprio Museu em definir o que era relevante para adentrar a instituição.

Ocupando os jornais e o parlamento com textos e discursos inflamados, os parlamentares escravistas e seus asseclas lançaram na esfera pública uma contundente campanha que visou desmoralizar o Museu Nacional e seu diretor, recorrendo ao deboche e a jocosidade como armas para desconstruir o edifício simbólico construído pelo abolicionismo. Em resposta, Ladislau Netto reagiu com argumentos científicos, a partir dos quais buscou fundamentar a sua decisão, expondo suas “razões” calcadas em preocupações antropológicas, que elevaram a Jangada Libertadora a um patamar de relevância especial, pois registro raro da vida das populações litorâneas do Norte do país, ainda praticantes de ofícios tradicionais que vinculavam viventes daquele presente a tempos longínquos, imemoriais, portanto, conectados às origens da Nação.

Apesar de toda reação orquestrada pelo escravismo politicamente organizado, a Libertadora permaneceu no Museu e o diretor em seu posto de comando, só saindo desse para o túmulo. Diferente de versões divulgadas em alguns livros, a Jangada não foi destruída logo após sua musealização, muito menos Netto foi demitido. Os abolicionistas obtiveram uma vitória e a ciência do museu triunfou sobre o deboche e a relutância dos arautos da escravidão. Certamente, uma vitória parcial e provisória, pois, pouco tempo depois, o clima fechou e a repressão da polícia acossou manifestações, proibiu reuniões e comícios, vetou peças teatrais, enfim, tentou por todos os caminhos sufocar a campanha abolicionista e impedir o avanço de sua pauta.

Mas, o que estaria na base de tal controvérsia gerada pela doação da jangada ao Museu Nacional? Cremos que justamente a legitimação do ato valorativo que transformou uma simples embarcação em encarnação de uma ideia de liberdade. Contudo, os escravistas, ao colocarem em cheque os significados e valores atribuídos ao objeto, atacavam também

todo o edifício simbólico construído pelos abolicionistas e interditavam a legitimidade, seja dos propagandistas seja do diretor do museu, em atribuir um reconhecimento patrimonial ao bem em questão.

As diferentes apropriações feitas do objeto demarcam justamente as diferentes camadas perceptuais e de significado a que ele foi submetido e revelam como a posição social do enunciador determina a construção do gesto valorativo. Quem pode valorar? Quem tem direito a reivindicar a preservação de um determinado objeto? Quais vozes são socialmente autorizadas a separar uma certa representação do Real da banalidade do mundo e instituí-la como relevante a partir da integração a um museu? Nos debates travados em 1884, tais questões deram o tom da crítica política à musealização da Libertadora, ensejando ataques ao movimento abolicionista e à direção do museu, que se viu impelida a recorrer à retórica científica como meio de legitimação dos seus atos.

Em tal clima de arrefecimento dos ânimos, de crescente anomia, a Jangada Libertadora foi transferida ao Museu da Marinha (no Arsenal), momento em que, mais uma vez, Ladislau Netto reforçou o artifício valorativo que demarcava tal embarcação como uma importante espécime a documentar a vida dos trabalhadores dos mares do Norte e, por seu turno, das antigas populações indígenas que teriam desenvolvido o artefato, para enfrentar a fúria dos oceanos, transportando coisas e garantindo subsistência em toda região costeira em que fora empregada.

Durante as comemorações pela extinção do cativeiro, em 1888, a Libertadora foi reabilitada como símbolo máximo do abolicionismo cearense, tendo temporariamente saído do Museu da Marinha para participar de regatas, mais uma estratégia da campanha para difundir o apoio popular às suas pautas. Em 1884, cabe recordar, a embarcação já havia feito a sua estreia na Guanabara, conduzida por Francisco José do Nascimento e seus dois companheiros.

A consumação dos objetivos que embalaram os sujeitos responsáveis por entronizar a jangada no Museu Nacional também selou os destinos desse objeto: após 1888, não localizamos qualquer evidência de que ela tenha sido reexibida ao público, em museu ou não. No intervalo entre 1888 e 1923, registramos um hiato em sua biografia. Provável que, nesse período, tenha sido guardada em condições pouco favoráveis à sua conservação, dada a constante dificuldade da Marinha em manter o seu Museu.

Além disso, é factível apontar que a controvérsia pública gerada pela musealização da Jangada impactou o colecionamento de objetos ligados à história do abolicionismo e, subsequentemente, na preservação de uma memória acerca de tal movimento social. A recusa em receber em doação o busto do Dragão do Mar, por parte de Ladislau Netto, sinaliza

para as consequências da reação escravista no seio das práticas do Museu Nacional, o que contribuiu para a geração de uma lacuna com relação a tal aspecto nas coleções dos museus. Não à toa, no Museu Histórico Nacional, a sala dedicada a temática exaltaria muito mais a elite e, principalmente, a família imperial, do que os abolicionistas e os próprios escravizados.

Destarte tal situação, importa registrar que, na década de 1920, uma complexa associação de sujeitos e instituições diversas favoreceu o reaparecimento da Jangada Libertadora nas pautas patrimoniais. Retomada nesse momento como um importante objeto da história do país, a documentar, por um lado, a ação dos abolicionistas cearenses e, por outro, o papel desempenhado pelos jangadeiros e demais trabalhadores do mar no contexto da campanha contra a escravidão, o bem musealizado, assim como o seu proprietário, o Dragão do Mar, foram recuperados como importantes mediadores entre gestos heroicos do passado e do presente da vida de labor e de luta dos praieiros.

Portanto, em 1920, os movimentos associativos dos jangadeiros cearenses buscaram pinçar do passado elementos que favorecessem a inserção de suas demandas no seio de um novo contexto de negociações políticas, elegendo Nascimento como uma ponte entre gerações e projetos de futuro. A produção social da lembrança do jangadeiro abolicionista objetivou a sua reabilitação como um herói do Ceará, digno de reconhecimento e homenagens, merecedor de um monumento que demarcasse o seu papel na história.

Com a não concretização da ideia lançada pelos jangadeiros, de construção de uma “herma”, que contou com o endosso inicial do governo estadual, em 1923 o Dragão do Mar retornou às preocupações mnemônicas. Nesse ano, além da reivindicação da homenagem, familiares do personagem foram à imprensa difundir a sua biografia e o seu papel na história local e nacional. Oyama Brígido Bastos, sobrinho de Nascimento, acionou o também cearense Gustavo Barroso que, há poucos meses estava à frente da organização e consolidação do Museu Histórico Nacional.

Além de textos e homenagens, Oyama se preocupou em saber do paradeiro da Libertadora e de um busto do Dragão do Mar, incitando assim o diretor do MHN a empreender uma busca pela embarcação, agora singularizada, mais uma vez, como uma importante “reliquia” da pátria. O contexto era de uma inédita preocupação em salvar os fragmentos do passado, vistos como fundamentais à elaboração de uma história nacional em um museu estritamente dedicado a essa matéria. Após consulta ao Museu Nacional, Barroso foi frustrado em suas pretensões de aquisição de mais um bem cultural para a “Casa do Brasil”: a Jangada, que em 1886 havia sido enviada ao Museu da Marinha, desse desapareceu sem deixar rastros.

Esvaía-se, assim, um elo com o pretérito nacional, questão pela qual Barroso vinha há alguns anos se batendo em diversos textos publicados na imprensa carioca. Foi justamente no contexto de ampliação e consolidação do MHN que a Jangada Libertadora voltou a figurar como preocupação de um museu e a denúncia de sua destruição fora carregada de forte apelo emocional, principalmente pelo que Barroso considerava um descaso do país com as suas preciosidades, com as “reliquias” desaparecidas pela omissão dos agentes públicos.

Mas, como também vimos no terceiro capítulo, as intenções barroseanas estiveram prenhes das marcas de uma convivência pessoal com o Dragão do Mar, só explicitada em texto duas décadas após as suas buscas. Como folclorista, o diretor do Museu Histórico Nacional foi, junto a outros, responsável por incorporar os jangadeiros como tipos humanos essencialmente nacionais, representativos de faces das tradições populares do Brasil e, portanto, merecedores de registro, em obras ficcionais e em estudos científicos. A longa convivência com os praieiros de Fortaleza e com os sertanejos do interior, encontrou na produção escrita do jovem Barroso um terreno fértil, através do qual ele buscou demarcar frente ao cânone literário um lugar para o regional.

Envolta nessa complexa rede de intenções movida por tantos acentos pessoais, a Jangada Libertadora reemergiu nos horizontes da musealização como uma via possível para marcar junto ao restante do país o papel do Ceará e dos cearenses na história da Abolição e, portanto, da formação nacional. A constatação do desaparecimento, contudo, só foi possível através de um gesto de busca, que gerou a produção de inúmeros documentos relativos ao objeto, seja os enviados do Ceará ao Rio de Janeiro por Oyama Brígido Bastos, seja as cópias da documentação administrativa remetida ao MHN pelo Museu Nacional.

Tais registros documentais foi o que possibilitou a pesquisa que deu origem ao artigo de Nair de Moraes Carvalho, divulgado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, no qual a conservadora de museu articulou tais fontes com vistas a construção de uma narrativa que integrava a abolição cearense e o seu símbolo aos discursos do nacional irradiados a partir do MHN. Analiticamente, tomamos a visualização do passado favorecida pelo trabalho da conservadora como uma estratégia de musealização, ou seja, como uma metodologia pela qual um bem cultural é perenizado, neste caso, mesmo que na ausência de sua existência concreta. A rigor, foi através da orquestração de fontes textuais e imagéticas que Carvalho deu um novo ânimo ao objeto, documentando a sua trajetória e mapeando a ocorrência de outros suportes físicos que traziam inscritos a sua representação, como as medalhas.

Tal reposicionamento produzido na escrita da conservadora representou a consolidação de significados eminentemente históricos que despiram, pelo menos em parte e provisoriamente, a Libertadora de qualquer provável outro vínculo documental à realidade,

principalmente o antropológico, focalizado por Netto no Museu Nacional. A embarcação atravessava o “mar da história”, expressão utilizada nos jornais do XIX, e alcançava o século XX como “a mais bela relíquia do Movimento Abolicionista e uma das mais belas, sem dúvida, da história pátria.”⁴³⁸.

A integração de um objeto a uma coleção de museu e as possíveis ações técnicas que possam ser realizadas após ou durante tal ato não são uniformes. Por isso, cremos que é necessário aprofundar as reflexões sobre as *estratégias* acionadas nos processos de musealização, entendendo que não há um único caminho, uma única via possível para a preservação, pesquisa e comunicação dos fragmentos da realidade transformados em bens culturais. É imperioso que acompanhem com atenção os agentes e suas ações como forma de adentrar ao complexo social que favorece a fabricação da museália.

Assim, a musealização deve ser compreendida como um duplo investimento ou movimento: por um lado, a certas evidências ou referências são atribuídos valores (ato valorativo) no desenrolar de processos de significação que marcam a instauração de múltiplas camadas simbólicas, nos marcos de “regimes de valor” específicos e situados, expressivos de modos perceptuais próprios de cada sistema sociocultural (bem como de grupos particulares no seio das sociedades) que orientam ações seletivas com relação a elementos da natureza e da cultura. Nesse sentido, a compreensão densa das cosmologias dos sujeitos implicados em tais processos é crucial para se analisar e decompor os fundamentos (significados e valores) que guiaram ou orientaram uma relação específica com o Real, plasmada sob a forma de museu ou mesmo nos atos de separação de espécimes e artefatos da vida ordinária e recontextualização no âmbito museal. Por outro lado, não é possível perder de vista a relevância dos processos técnicos que caracterizam o desenvolvimento histórico da Museologia como campo específico de ingerência sobre o Real significado. As ações técnicas de documentação, pesquisa e comunicação assumem centralidade não só para garantirem o dever do bem musealizado (sua existência e perenidade simbólica e concreta), mas também para possibilitar que o máximo possível de interpretações e valorações sejam levadas em consideração nos processos de musealização, devidamente registradas e possíveis de serem recuperadas.

Por diferentes percursos, à Libertadora foram atribuídos significados que a elevaram a objeto simbólico do abolicionismo cearense no século XIX e importante “relíquia” da pátria no século XX. As ocasiões em que tais apropriações ocorreram revelam-nos uma teia de sujeitos e simbolizações, que marcaram indelevelmente a trajetória de tal objeto, dando-lhe

⁴³⁸ CARVALHO, 1940, op. cit., p. 127.

uma sobrevida para além do seu desaparecimento material, bem como de seu proprietário, o Dragão do Mar.

Contudo, apesar de ter sido simbolicamente musealizada, a Jangada Libertadora não foi técnica e institucionalmente integrada ao escopo dos museus pelos quais passou. Tal aspecto é relevante para entendermos o desaparecimento do objeto. Ao adentrar o Museu Nacional, em 1884, já havia nessa instituição um livro destinado ao registro dos objetos adquiridos pela instituição, no qual a jangada não foi lançada. Já no Museu Naval, para onde foi transferido em 1886, o objeto também não foi inscrito no livro próprio destinado ao registro. Tal situação revela a importância das ações técnicas museológicas no sentido de garantir a preservação de certa referência cultural, afinal, se não registrada, muito mais vulnerável fica o objeto, sujeito potencialmente a um maior risco de desaparecimento.

O caso da Libertadora expõe também a relevância das ações de conservação, que sempre implicam um gesto valorativo e de reconhecimento da relevância e importância de um dado objeto, para um grupo, para uma sociedade, para uma coletividade. Ao não se atuar ativamente para perenizar um objeto, decreta-se a sua morte, uma destruição que é física, mas também simbólica. Os instrumentos técnicos da Museologia, portanto, demonstram-se de vital relevância para que as intenções e gestos simbólicos sejam identificados, reconhecidos e devidamente assinalados aos bens culturais sob ação musealizadora, fornecendo insumos para que diferentes sujeitos possam se apropriar daquilo que em determinado momento é selecionado, documentado, conservado e comunicado como relevante à compreensão de algum recorte do Real.

Como afirma Scheiner, a musealização implica a subordinação de certas representações do Real a “parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação”⁴³⁹. No caso da Jangada Libertadora, é possível acompanhar que alguns destes requisitos foram cumpridos, contudo, principalmente os relativos à proteção foram precariamente observados. Trata-se, evidentemente, de compreender o contexto dos museus do século XIX e como ainda eram deficitários em prover às coleções um trato técnico robusto e sistematizado. Esse aspecto evidencia o que representou a criação do Curso de Museus em 1932, momento em que todo um investimento passou a ser feito no sentido de dotar os museus de profissionais capacitados para a musealização, com saberes organizados e ensinados no âmbito formal de transmissão de conhecimentos.

Divisor de águas no campo museal, o curso do Museu Histórico Nacional fomentou a organização de bases conceituais e técnicas para os museus, provendo horizontes de musealização que eram matizados por determinadas perspectivas ideológicas e políticas,

⁴³⁹ SCHEINER, 2013, op. cit., p. 372.

conforme tivemos oportunidade de observar, especialmente no último capítulo. A pesquisa e a documentação de acervos musealizados passou a assumir crescentemente um lugar de destaque no campo de atuação dos conservadores de museus, posteriormente denominados museólogos, que em tais gestos buscavam presentificar o passado nacional através dos bens colecionados.

Por outro lado, o circuito da Jangada Libertadora para além dos museus evidencia a complexa malha de mediações que favorece o devir simbólico e a atualização de sentido com relação aos objetos de museu, o que faz das lógicas de valoração muito mais complexas do que aparentemente o são, pois permeadas por outros agentes que não somente os institucionais ou os especialistas. Apesar da proeminência desses, especialmente pelo poder que possuem em institucionalizar e tornar oficial certa vontade de memória, a circulação social e a multiplicidade de olhares que são lançados para os objetos demonstra como tal universo se movimenta em torno de negociações e permanentes conexões com cenários externos ao estrito espaço dos museus. Uma reordenação do cenário político, uma celebração, um acontecimento inesperado, pode fazer com que um bem musealizado já esquecido volte a ser objeto de atenções e, portanto, de injunções em sua existência, tanto material quanto simbólica. Foi o que ocorreu à Jangada, em diferentes momentos que analisamos.

O processo de musealização da Libertadora evidencia, assim, dois movimentos, articulados e plenamente identificáveis: por um lado foi possível rastrear as estratégias simbólicas que possibilitaram a transformação desse artefato em objeto de museu; e, por outro, os procedimentos técnicos, próprios à racionalidade preservacionista predominante nos museus, que não foram plenamente realizados no caso em apreço. O seu desaparecimento também se vincula ao fato dela não ter sido plenamente musealizada, ou seja, documentada, conservada, pesquisada e exposta. As funções básicas do museu, articuladas sob a forma de procedimentos técnicos, configuram uma cadeia de ações no fluxo de fabricação da museália e a falta ou a não realização de certos procedimentos pode acarretar perdas irreversíveis. O não registro no Livro Tombo, seja na entrada seja na saída no Museu Nacional, rompeu com a possibilidade de recuperação de tal objeto pela instituição. Esse aspecto reafirma a importância da documentação museológica como instância técnica crucial aos museus.

A Jangada Libertadora, assim, foi simbolicamente musealizada, mas não museograficamente musealizada. Ao não estar devidamente documentada no museu, não se fez a sua conservação, gerando prejuízos à comunicação e, portanto, não se conseguiu produzir a sua conservação. Contudo, devemos pontuar que houve por parte do diretor do Museu Nacional preocupação em manter o bem, contudo, as ações que ele realizou não foram capazes de garantir a existência material da Jangada.

Afinal, musealizar e, conseqüentemente, preservar, implica escolhas e seleções e no caso que temos apreciado, os agentes responsáveis por tais gestos foram omissos e até mesmo negligentes em momentos decisivos, que acabaram por favorecer o desaparecimento do objeto musealizado. Manter, nesse caso, significa um permanente trabalho de reconhecimento do valor assignado, sobre o qual atuações diversas podem tanto obscurecer como fortalecer valores e significados. Política e técnica, portanto, caminham lado a lado nos processos de musealização, afinal, esses são sempre informados e orientados por relações de poder que espelham as lógicas mais amplas da vida social.

Destarte, o movimento abolicionista, ao conduzir a Jangada em procissão cívica e entroniza-la no Museu Nacional, integrava ao repertório do museu não só um objeto, mas, antes de tudo, incorporava ao acervo uma ideia, daí justamente a eficácia simbólica de tal gesto. A Jangada como símbolo de liberdade, eis o fundamento máximo que orientou tal musealização. Orquestrava-se a consagração do “Ceará Livre” e da própria redenção como objetivo a ser alcançado, gerando com isso a enorme contestação no seio escravista. A atribuição de um lugar distintivo à Jangada colava-se a um projeto de país que se desenhava naquele momento por uma ala da sociedade e os abolicionistas souberam bem se valer dessa metáfora como modo de expandir suas pautas e reivindicações.

O museólogo Peter Van Mensch, em texto de 1984, questiona justamente o aspecto exposto acima, ao refletir sobre os objetos de museu: preservamos objetos ou ideias? Tal reflexão, ainda tão atual, reforça a importância de estarmos atentos aos valores atribuídos ao que é colecionado e chancelado como patrimônio, bem como ao modo como a musealização é acionada como dispositivo de documentação da cultura, portanto, das experiências humanas, em diferentes tempos e espaços, sendo o caminho do museu uma via, dentre outras, pela qual se expressam as relações e mediações entre humano e mundo⁴⁴⁰. Antes de tudo, os agentes atuantes em 1884, responsáveis por transformar uma simples embarcação em símbolo de liberdade, propuseram a musealização de uma ideia, sobre a qual a Jangada Libertadora seria uma expressão material.

Com isso, temos que o que foi musealizado foi justamente uma ideia de liberdade, um projeto de nação sem escravidão, um Ceará iluminado, dentre outras formulações propugnadas pelos abolicionistas. Por outro lado, na visão do diretor do Museu Nacional, além dessas camadas, outras eram acrescentadas: a Libertadora seria um importante espécime a documentar um tempo distante, quase mítico, aliada a um ofício tradicional. Faces complementares de uma valoração complexa e atravessada por muitos olhares e agentes.

⁴⁴⁰ MENSCH, Peter Van. Society – object – museology. **ICOFOM Studies Series**, n. 6, 1984, p. 18-23.

Antes de finalizar, é impossível não deixar registrado aqui que, enquanto escrevíamos estas linhas conclusivas, ardia em chamas o nosso primeiro museu e diretamente relacionado à trajetória da Jangada Libertadora. Na noite de 2 de setembro de 2018, um incêndio de grandes proporções destruiu o Museu Nacional e, com ele, uma parte imensa de nosso patrimônio foi reduzido a um amontoado de cinzas e escombros. Tragédia sem precedentes na história dos museus e do patrimônio no Brasil, a realidade que vivia o Museu no século XXI em muito recordava a do século XIX.

Como vimos, foi por falta de espaço que Ladislau Netto solicitou à Marinha que acolhesse a Jangada Libertadora no Museu Naval do Arsenal. Era reclamação permanente e constante do diretor a impossibilidade de acomodar e expor adequadamente o acervo da instituição. Em 2018, mesmo após inúmeros alertas e pedidos de socorro por parte de gerações de diretores, o Museu Nacional ruiu, inteiramente consumido pelo descaso histórico com o patrimônio nacional, justamente no ano em que completou o seu bicentenário. Se tivesse sobrevivido no Museu, a Jangada Libertadora certamente teria desaparecido agora, como desapareceu toda a coleção etnológica, formada desde o século XIX.

Nos dedicamos nesta dissertação a rastrear e analisar um único objeto que fez parte do acervo do Museu Nacional. Nesse percurso, visitamos a instituição e consultamos o seu acervo de documentos textuais, guardados pela Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR). Infelizmente, todo o material a que tivemos acesso em abril de 2018 e que utilizamos em nossas análises, hoje, não passam de um amontoado de cinzas, com milhares de fragmentos que se espalharam por quilômetros, inundando a cidade do Rio de Janeiro de uma infinidade de pequenos fragmentos levados ao sabor dos ventos. Perdeu-se assim um dos mais valiosos arquivos da história dos museus e das ciências no Brasil e no mundo.

Ainda impactados pelo peso de tal situação, nos é impossível elaborarmos adequadamente discursos que deem conta, minimamente, de tamanha perda. Agora, caberá a nós, museólogas e museólogos, dentre outros profissionais do Patrimônio, aportarmos nossas contribuições à recomposição da magnífica biografia de musealização que tornou este Museu um dos mais importantes do mundo, pela representatividade de seu acervo e pela complexidade de seu aporte às ciências e à humanidade.

Morreu todo um museu! Com ele, milhões de vidas, humanas e não-humanas, do passado e do presente, impossibilitadas de alcançar o futuro e as próximas gerações. Sucumbiram nesse incêndio memórias imprescindíveis à humanidade. Por entre lágrimas e muita tristeza, deixamos cravados nesta dissertação um protesto de indignação e, antes de tudo, um abraço solidário ao Museu Nacional e aos que o construíram e constroem. Museus

são feitos por humanos e, como a fênix, o nosso renascerá, mas continuará para sempre a nos lembrar de uma triste história de descasos, omissões e descompromissos com a vida.

Infelizmente, parafraseando um excerto de texto relativo à Jangada Libertadora que citamos neste trabalho, o Museu atravessará o mar de nossa história como um símbolo inequívoco de um país que não enxerga no seu patrimônio um valor para o futuro. A Jangada e o Museu, mesmo destruídos, contudo, seguirão embalando sonhos, projetos de país e animando gerações a seguir lutando na defesa de uma sociedade igualitária, que respeite a nossa sociodiversidade e veja nos museus lugares para o encontro do humano consigo mesmo e com a humanidade que habita o outro.

FONTES DOCUMENTAIS

FONTES DOCUMENTAIS

FOTOGRAFIAS/CARTÕES POSTAIS

Arquivo Nirez

Fotografia da diretoria da Sociedade Cearense Libertadora (SCL)

Biblioteca Acervos Especiais – Universidade de Fortaleza

Cartão postal – “JANGADA DO NASCIMENTO. Dragão do Mar. ‘Neste porto não embarção mais escravos’ 1881” – Álbum Fortaleza Antiga – Arquivo Thomaz Pompeu Gomes de Matos

Bibliothèque Nationale de France

Fotografia de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, 1887 - Autor: Carneiro & Tavares

Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Fotografia de Nair de Moraes Carvalho, Nova York, 1946 – Coleção Nair de Moraes Carvalho

IMPRESSOS

Hemeroteca Digital Brasileira

ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. XXX, 1912.

ANNAES da Camara dos Srs. Deputados do Imperio do Brazil. Quarta sessão da decima oitava legislatura. De 27 de abril a 2 de junho de 1884. V. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

ANNUÁRIO Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil (Almanack Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial), Rio de Janeiro, 3º Volume – Estados do Norte, 1924.

BOLETIM do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia. Parte Administrativa. I. Fasc. 1, v. II, 1897.

JORNAIS

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional

A Manhã, Rio de Janeiro (1943)

A Noite, Rio de Janeiro (1923)
A Razão, Fortaleza (1929)
A República, Fortaleza (1894, 1895)
A Terra da Redempção, Rio de Janeiro (1885)
Constituição, Fortaleza (1882)
Correio Paulistano, São Paulo (1923)
Diário de Notícias, Rio de Janeiro (1888)
Diário de Pernambuco, Recife (1888, 1923)
Diário do Brasil, Rio de Janeiro (1882, 1884)
Fon-Fon, Rio de Janeiro (1923, 1924, 1926)
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro (1883, 1884)
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (1882, 1884, 1889, 1906)
Gazeta do Norte, Fortaleza (1881, 1882)
Jornal de Recife, Recife (1882, 1884)
Jornal do Ceará, Fortaleza (1904)
Libertador, Fortaleza (1881)
O Abolicionista, Rio de Janeiro (1881)
O Cearense, Fortaleza (1880, 1881)
O Combate, Fortaleza (1935)
O Jornal, Rio de Janeiro (1920, 1922, 1934)
O Mequetrefe, Rio de Janeiro (1884)
O Paiz, Rio de Janeiro (1888)
Revista Illustrada, Rio de Janeiro (1884)
Revista da Exposição Anthropologica Brasileira (1882)
Vinte e Cinco de Março, Campos (1884, 1887)

Biblioteca Virtual – Museu Histórico Nacional

A Pátria, 1921

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel

O Povo, Fortaleza (1984)

MANUSCRITOS

Biblioteca Virtual – Museu Histórico Nacional

Processos de entrada de acervo: Proc. n.º 05/23 – Transferência Museu Nacional – docs. 1 a 8.

Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional

Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional (Livro do Porteiro) – (1876-1892).

Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Ofícios dirigidos ao Governo, Livro 7 (1881-1885).

Livro de Registro dos Decretos, Portarias e Nomeações dos Empregados do Museu Nacional do Rio de Janeiro e dos Ofícios dirigidos ao Governo, Livro 8 (1885-1890).

Ofício nº 65, de 6 de junho, do Barão de Ivinheima ao Diretor do Museu Nacional, doc. 78, pasta 25.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro**: Pescadores, Estado Novo e Lutas por Direitos. 256 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.
- ABREU, Regina. Tradição e Modernidade: o Museu Histórico Nacional e seu acervo. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1990, p. 13-29.
- ABREU, Regina. O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, n. 1, 1996, p. 7-19.
- ABREU, Regina. A **fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. **Da polícia ao museu**: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2017.
- ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. Perfil de senhoras e senhores que alforriaram em Fortaleza, Ceará (século XIX). In: **Anais do 5ª Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 1-17.
- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **Objeto da Museologia**: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský. 124 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2008.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museu e Cidade**: o não-lugar do negro como sujeito no Museu Histórico de Belo Horizonte. s.p. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BARROS, A. Solano de. Estudo crítico e doutrinário sobre “medalhas militares brasileiras”. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 2, 1941, p. 85-127.
- BARROSO, Gustavo. (Org.). **Catálogo Geral**: 1ª Secção: Archeologia e Historia. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924.
- BARROSO, Gustavo. A caricatura inglesa no Museu Histórico. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 2, 1941, p. 5-20.
- BARROSO, Gustavo.. **Introdução à Técnica de Museus**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946.
- BEZERRA, Rafael Zamorano. **A invenção das relíquias**. Dispositivos de autoridade na musealização de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-2012). 185 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér., v. 8/9, 2003, p. 151-176.

BITTENCOURT, José. Um museu em tinta em papel: Os Anais do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 36, 2004, p. 181-202.

BITTENCOURT, José. Memória para o futuro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu, 1839-1889. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 37, 2005, p. 195-219.

BITTENCOURT, José. As várias faces de um equívoco: Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 40, 2008, p. 189-219.

BOTELHO, Nilza. A medalha da passagem de Humaitá. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. II, 1941, p. 241-251.

BRULON, Bruno. Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. **TransInformação**, Campinas, 28(1), jan./abr. 2016, p. 107-114.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Sér. v. 25, n. 1, jan.-abril 2017, p. 403-425. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100403. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRULON, Bruno. A Museologia Reflexiva: recompondo os fundamentos de uma ciência contemporânea. In: **Stránský – uma ponte Brno-Brasil**. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia. Paris: ICOFOM, 2017, p. 144-160. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/images/icofom_Stransky_couv_cahierFINAL.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRULON SOARES, Bruno; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGUALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 244-262.

CARVALHO, Nair de Moraes Carvalho. A JANGADA LIBERTADORA: Uma relíquia desaparecida. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1, 1940, p. 121-127.

CARVALHO, Nair de Moraes Carvalho. Papel educativo do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 8, 1947, p. 18-30.

CASTRO, Fernando Vale. As colunas do tempo: O folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 35, 2003, p. 197-212.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides**: ser liberto na Província do Ceará. 172 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, n. 12, 2004, p. 237-268.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal**: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 307 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011, p. 15-29.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. Produção do conhecimento nos museus brasileiros entre 1876 e 1932. In: **II Semana PROCAD PUC Goiás/UnB - IV Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História**, PUC/UnB/UFG, Goiânia, 2011, p. 1-10.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. **Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX**: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. 274 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. **Mneme**: Revista de Humanidades, Caicó, RN, v. 7, n. 18, 2010, p. 404-438.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Teatro de Memórias, Palcos de Esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições museológicas. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 40, 2008, p. 149-171.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014.

DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, 1942, p. 383-394.

ELKIN, Noah Charles. O encontro do efêmero com a permanência: As exposições (inter)nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, 1997, p. 121-140.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Júnior**: dicionário escolar de língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884). **Anais do XIII Encontro de História Anpuh Rio**. Rio de Janeiro, 2008, p. 1-9.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Estudos Museológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p. 64-73.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GEARY, Patrick. Mercadorias sagradas: a circulação de relíquias medievais. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 217-244.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIRÃO, Raimundo Girão. **A abolição no Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Maracanaú, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Prefácio. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond/Minc/IPHAN/DEMU, 2006, p. 5-7.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GURGEL, Argemiro Eloy. Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. **Justiça e História**, v. 6, n. 12, 2006, p. 1-29.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 89-121.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa, termos e conceitos da museologia. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 181-199.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiro: aplicação ou interdisciplinaridade? In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**. São Paulo: ECA/USP; ANCIB, 2008, p. 1-15.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Atributos simbólicos do patrimônio: museologia /"patrimoniologia" e informação em contexto da linguagem de especialidade. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010, s./p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 3, set.-dez. 2013, p. 379-398.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, ANCIB, 2014, p. 4335-4355.

LIMA, Heloisa Pires. A presença negra nas telas: visita às exposições do circuito da Academia Imperial de Belas Artes na década de 1880. **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008, s./p.

LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro**: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do Século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. **Interciencia**, Caracas, vol. 25, n. 5, agosto, 2000, p. 228-233.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; DF: Ed. UnB, 2009.

LOUREIRO, José Mauro. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em museus**/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10).

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: Asensio, M., Moreira, D., Asenjo, E. & Castro Y. (Eds.). **Series de Investigación Iberoamericana de Museología**: Criterios y Desarrollos de Musealización. Año 3, Volumen 7, 2012, p. 203-213.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Objetos em museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, 2018, p. 171-188.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005, p. 137-150.

MACHADO, Maria Helena Pereira. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **Brasil Imperial, 1870-1899**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 367-400.

MACIEL, Carolina Maria Abreu. **Ser estudante na Fortaleza de 1945-1963**: a construção de um perfil estudantil através dos discursos e das práticas cotidianas. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Acadêmico em História, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Imagens de uma luta silenciosa: A constituição do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-1940). **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 32, 2000, p. 233-247.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade...Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lucia Bottrel. (Ed.). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 97-112.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...**Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 152 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da Saudade na Casa do Brasil**: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, n. 34, 1992, p. 9-34.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, N. Ser., v. 2, jan./dez. 1994, p. 9-42.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In: **Estudos Históricos**, v. 21, 1998, p. 89-103.

MENSCH, Peter Van. Society – object – museology. **ICOFOM Studies Series**, n. 6, 1984, p. 18-23.

MENSCH, Peter Van. **Towards a methodology of museology**. PhD thesis, University of Zagreb, 1992. Disponível em: <http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch17.html>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MILES, Tshombe. O escolhido: Dragão do Mar. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas do Sertão**, Quixadá, v. 1, n. 1, jul.-dez. 2013, p. 51-60.

MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 15-22.

MORAES, Kleiton. SERPA, Justiniano de. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SERPA,%20Justiniano%20de.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MORAIS, Nágila Maria de. “Deus e Mar”: a força e a fé dos trabalhadores do Porto de Fortaleza (1903-1931). **Anais do XVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, SP, 2011, p. 1-10.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Livro do porteiro** - livro de lançamento de objetos entrados no Museu Nacional: 06/01/1876-26/12/1892. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, SEMEAR, 2017.

MORÉL, Edmar. **Dragão do Mar: O Jangadeiro da Abolição**. Rio de Janeiro: Edições do Povo, 1949.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. **Abolicionismo em ação**: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes, 1884-1888. 178 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MORENO ROCHA, Saulo. **O ensino de Arqueologia e Etnografia e as abordagens sobre o negro e a cultura negra no Curso de Museus (1934-1956)**. 98 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2016.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

O MUSEU NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2007.

OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antônio Bento**: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880. 230 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. As Balas de Estalo de Machado de Assis: Política e Humor nos últimos anos da monarquia. In: **I Seminário Machado de Assis**, Rio de Janeiro, 2008, s./p.

REIS, Cleber José das Neves. Uma “marca barrozeana”: A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 35, 2003, p. 213-226.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. **Um capítulo na história da museologia no Brasil: Um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu histórico Nacional (1922-1935)**. 116 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, Rogério. Sedição de Juazeiro. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/sedicao-de-juazeiro>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à Unirio. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, 2007, p. 10-42.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2013, p. 31-58.

SÁ, Ivan Coelho de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGUALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 223-243.

SÁ, Ivan Coelho de. Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso: uma análise preliminar. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, 2017, s/p.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond/Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Entre o tronco e os atabaques: A representação do negro nos museus brasileiros. In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Lívio. (Org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 321-344.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil Branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 152 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 3, set.-dez. 2013, p. 358-378.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Conceitos, Termos e Linguagens da Museologia: novas abordagens. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, ANCIB, 2014, p. 4644-4663.

SEÇÃO de Museologia. **Os diretores do Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro: Seção de Museologia do Museu Nacional, 2007/2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: O perfil acadêmico-profissional. 178 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional? **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, 1995, p. 91-111.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: O Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, 1997, p. 141-186.

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 141 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.